

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Marcella Pereira de Oliveira

Violência contra as mulheres: reflexões sob o viés da psicanálise de Freud e  
Lacan

São Paulo

2021

MARCELLA PEREIRA DE OLIVEIRA

Violência contra as mulheres: reflexões sob o viés da psicanálise de Freud e  
Lacan

Versão corrigida

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia  
da Universidade de São Paulo para obter o  
título de doutora em psicologia clínica  
Área de Concentração: Psicologia Clínica  
Orientadora: Profa. Dra. Léia Prizskulnik

São Paulo

2021

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação  
Biblioteca Dante Moreira Leite  
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo  
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

de Oliveira, Marcella

Violência contra as mulheres: reflexões sob o viés da psicanálise de Freud e Lacan / Marcella de Oliveira; orientador Léia Prizskulnik . -- São Paulo, 2021.  
217 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2021.

1. Violência. 2. Mulher. 3. Feminino. 4. Freud. 5. Lacan. I. Prizskulnik, Léia, orient. II. Título.

Oliveira, Marcella Pereira de

Violência contra as mulheres: reflexões sob o viés da psicanálise de Freud e Lacan

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da  
Universidade de São Paulo para obtenção do  
título de doutora em Psicologia Clínica

Aprovada em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

À minha avó, em memória, Madalena Moreira de Oliveira, falecida duas semanas antes do depósito desta tese, quem me inspirou à vida no seu modelo de liberdade. Mulher de vanguarda, nascida na primeira metade do século XX, dedicada não só à família como também aos bailes de dança, a dirigir e comprar seu carro, aos encontros amorosos, dentre tantos outros desejos e escolhas.

## AGRADECIMENTOS

Ao programa de pós-graduação em psicologia clínica da Universidade de São Paulo (USP), pela seriedade na condução do trabalho conjunto que deu suporte a esta tese. Destaco os nomes da Cláudia Rocha da secretaria do programa, e dos (as) professores (as): Ivan Estevão, Maria Lívia Tourinho Moretto, Miriam Debieux, cujas intervenções, ainda que pontuais, foram fundamentais para o suporte do trabalho;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela aposta no financiamento da pesquisa que contribuiu para a minha dedicação;

À minha orientadora, Léia Prizskulnik, pela leitura cuidadosa do texto, bem como pelas orientações precisas, em relação às leituras necessárias e aos ajustes de escritas, fundamentais na construção da tese, ao longo dos últimos quatro anos;

Aos professores que participaram da banca de qualificação, e aceitaram participar da defesa da tese, Ilana Mountian e Nivaldo de Oliveira Santos, cuja leitura atenta do texto em meados do percurso, e sugestões de leitura para a continuidade propiciou uma base para a tese adquirir seu corpo;

Aos colegas de percurso, Diógenes Faustino, Fernanda Carvalho, Fernanda Leão e Nattasha Silva, pela parceria de trabalho que propiciou a construção de laços que alegraram e deram segurança aos duros dias;

À Escola Brasileira de Psicanálise (EBP), representada aqui pelas e pelos psicanalistas: Luiz Fernando Carrijo da Cunha, Maria Josefina Sotta Fuentes, Carlos Genaro (em memória), Cássia Guardado, Rosangela Santos, Lucila Darrigo, Veridiana Marucio, Gustavo Oliveira Menezes e Nivaldo Oliveira Santos; cujas intervenções foram fundamentais para minha construção como analista; seja na escuta de meu inconsciente, ou na escuta de meus atendimentos a fim de controle da minha prática clínica; nos laços de cartéis tão importantes para o surgimento das minhas questões; e nas demais parcerias imprescindíveis para o bom funcionamento da escola;

Ao meu amado filho Bruno, por tamanho amor que me possibilitou ir mais além; pela paciência por me ver debruçada por dias consecutivos no computador e, na medida do possível, aceitar;

À minha família de origem, minha mãe Leila, meu pai Cláudio, minhas irmãs Marina e Juliana, minha madrastra Iracema; meu tio Clóvis, meu primo Max e seus agregados; e a todos; pelo amor, pela urgência em manter o bom funcionamento da vida, pelo modelo de que se ganha a vida através do estudo;

Ao meu primeiro amor, Marcelo Andrade Camargo (em memória); pela introdução no universo da parceria amorosa com as marcas de liberdade, igualdade e, principalmente, alegria;

Aos amigos, tão fundamentais para o suporte psíquico e emocional de conseguir levar adiante um trabalho tão árduo, em especial aos queridos que dividem a vida comigo há tantos anos, Esdras e Paloma;

À Plataforma Brasil e seus responsáveis, pela autorização da pesquisa de campo;

A delegada Vânia Idalera Zacaro de Oliveira, pela autorização da pesquisa na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de sua então responsabilidade na época, bem como pelo acolhimento;

A policial Josina, quem me acolhia em minha rotina na DDM, a quem eu sempre dizia que sem ela eu não teria conseguido;

A todas as mulheres que me concederam entrevista na DDM, pela disponibilidade, pela confiança e por terem me proporcionado profunda sensibilização e aprendizado sobre o tema.

## RESUMO

Oliveira, M. P. (2021). *Violência contra as mulheres: reflexões sob o viés da psicanálise de Freud e Lacan* (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Este trabalho tem por objetivo investigar os significados que as mulheres vítimas de violência atribuem a essas experiências de vida, para oferecer subsídios para a formulação de novos dispositivos clínicos para o atendimento destes casos. A necessidade de se pensar a violência contra a mulher é imprescindível para a saúde pública. Trata-se de levantar, questionar e tentar desconstruir discursos e saberes específicos sobre as concepções sobre a mulher, desde tempos antigos, na sociedade ocidental e mais especificamente no Brasil, construídos num campo de saberes discriminatórios, de dominação, controle sexual e restrição de liberdade, em que o sexo masculino exerce valorização sobre o feminino, e pouco se interroga sobre a origem das concepções e dos estereótipos, nem sobre a maneira como são veiculados. A psicanálise de orientação Freud-Lacan pode contribuir com sua teorização sobre o feminino. O conceito de devastação é trabalhado na psicanálise como referência à mulher que se deixa encarcerar inteiramente no papel de objeto do homem, fazendo dele o seu estrago. Levanto a hipótese de que a discriminação que a mulher sofre desde os tempos antigos – com uma cultura machista e patriarcal predominante no ocidente, na qual a mulher é vista como objeto de posse do outro (homem) – permite comportamentos abusivos por parte do homem como humilhações e agressões. A concepção de investigação que embasa esta pesquisa é o modelo de pesquisa qualitativa em psicanálise que permite compreender os fenômenos em profundidade. Consta de uma pesquisa bibliográfica e de uma pesquisa de campo através de entrevistas abertas, orientadas pela psicanálise, para a coleta de dados. Os conteúdos das entrevistas foram analisados pelo viés da psicanálise de Freud e Lacan. Através da escuta analítica foi possível identificar nas falas transcritas das entrevistas, significantes cujos significados inconscientes trouxeram originalidade ao problema da pesquisa em questão. Esta pesquisa envolvendo este tema é fundamental, pois pode contribuir para a luta das mulheres contra violências e discriminações que ainda sofrem, e pode trazer contribuições para o campo psicanalítico e para a área da saúde pública, através da formulação de novos dispositivos clínicos para o atendimento destes casos.

Palavras-chave: violência; mulher; feminino; Freud; Lacan.



## ABSTRACT

Oliveira, M. P. (2021). Violence against women: reflections under the perspective of Freud and Lacan's psychoanalysis (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

This work aims to investigate the meanings that women victims of violence attribute to these life experiences, in order to offer subsidies for the formulation of new clinical devices for the care of these cases. The need to think about violence against women is essential for public health. It is about raising, questioning and trying to deconstruct speeches and specific knowledge about the conceptions about women, since ancient times, in Western society and more specifically in Brazil, built in a field of discriminatory knowledge, domination, sexual control and freedom restriction. , in which the male gender values the female, and little is asked about the origin of the conceptions and stereotypes, nor about the way they are conveyed. Freud-Lacan-oriented psychoanalysis can contribute to its theorizing about the feminine. The concept of devastation is worked on in psychoanalysis as a reference to the woman who allows herself to be incarcerated entirely in the role of the man's object, making him her damage. I hypothesize that the discrimination that women have suffered since ancient times – with a sexist and patriarchal culture prevalent in the West, in which women are seen as the object of possession of the other (man) – allows abusive behavior by men as humiliation and aggression. The research concept that underlies this research is the qualitative research model in psychoanalysis that allows to understand the phenomena in depth. It consists of a bibliographic research and a field research through open interviews, guided by psychoanalysis, for data collection. The contents of the interviews were analyzed from the perspective of Freud and Lacan's psychoanalysis. Through analytical listening it was possible to identify in the speeches transcribed from the interviews, signifiers whose unconscious meanings brought originality to the research problem in question. This research on this topic is fundamental, as it can contribute to the fight of women against violence and discrimination that they still suffer, and can bring contributions to the psychoanalytical field and to the area of public health, through the formulation of new clinical devices for care these cases.

Keywords: violence; woman; feminine; Freud; Lacan.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	10
2	METODOLOGIA .....	14
3	HISTÓRIA, RESISTÊNCIA E LUTA .....	19
	3.1 História das mulheres no ocidente: recortes.....	19
	3.2 História das mulheres no Brasil: recortes .....	36
4	FIGURAS DE MULHERES E A RESISTÊNCIA .....	51
	4.1 As indígenas no Brasil .....	51
	4.2 As feministas e o poder.....	62
	4.2.1 A caça às bruxas .....	62
	4.2.2 O feminismo após a revolução francesa .....	66
	4.3 Mulheres na ciência .....	75
	4.4 As psicanalistas .....	78
5	A PSICANÁLISE NO ÂMBITO PÚBLICO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.....	86
	5.1 A psicanálise em políticas públicas para violência contra as mulheres.....	86
	5.1.1 A psicanálise, o público e o político .....	89
	5.1.2 Um recorte da história da violência contra as mulheres no Brasil em âmbito público .....	90
	5.1.3 A sexualidade na psicanálise e suas facetas de poder .....	92
	5.2 Violência contra as mulheres nas mídias digitais.....	96
	5.2.1 O corpo, sua imagem, e repercussões nas mídias digitais .....	100
6	O FEMININO NA PSICANÁLISE DE FREUD E LACAN.....	107
	6.1 Freud, Lacan e as mulheres.....	107
	6.2 O feminino na teorização freudiana.....	112
	6.3 Preceitos para a teorização sobre o feminino em Lacan .....	123
	6.3.1 A tábua da sexuação e os modos de gozo masculino e feminino ...	123
	6.3.2 O feminino e a sociedade: o ódio ao feminino .....	130
	6.3.3 A devastação .....	133
	6.3.4 O parceiro sintoma e o amor .....	137
	6.3.5 A despersonalização .....	139

7	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS .....	141
7.1	Aspectos gerais das entrevistas .....	142
7.2	Categorização com base nos significantes e nos significados .....	149
8	O PSICANALISTA DIANTE DESSES CASOS .....	177
9	PALAVRAS FINAIS.....	185
	REFERÊNCIAS .....	188
	ANEXO A: Termo de consentimento livre e esclarecido.....	199
	ANEXO B: Principais entrevistas .....	202

Haverá algo mais sublime e humano do que o relacionamento de dois seres que se amam, sem perda de identidade de cada um? Haverá algo mais compensador do que o desejo de querer manter uma união viva, pela comunhão, pelo partilhar de saberes, o abandono do egoísmo e o afastamento das sombras que possam turvar o entendimento de um casal? Haverá algo mais belo e humano do que um casal? (Fernandes, Maria da Penha Maia, 2012. P. 112)

## 1 – INTRODUÇÃO

A importância de estudar o masculino e o feminino vem de algumas poucas décadas. Esta divisão fora sempre escondida por um neutralismo sexual que beneficiava o masculino. São comuns certas frases do dia a dia como “meu filho vai para a melhor escola, minha filha não precisa”; “não posso usar este vestido porque meu marido não deixa”; “dou tudo do melhor a minha mulher”. São fatos que acontecem sem ser dada a devida ênfase na discriminação subjacente às mulheres.

Este trabalho trata de questionar e desconstruir discursos e saberes específicos sobre as mulheres. As concepções sobre a mulher, desde os tempos mais remotos, em países que marcaram o início da civilização ocidental, são construídas num campo de saberes discriminatórios, de dominação, controle sexual e restrição de liberdade, em que o sexo masculino exerce valoração sobre o feminino e pouco se interrogam sobre a origem destes estereótipos, nem sobre a maneira como são veiculados.

Em toda a história ocidental são encontrados exemplos significativos de mulheres oprimidas por homens, muitas vezes pelos próprios maridos ou pela sociedade que, ao atribuir aos homens poderes maiores do que as mulheres, obriga os maridos a posicionarem-se no lugar de suas esposas; posicionamentos que muitas vezes são relativos a assuntos diretamente ligados às mulheres, com os quais seus maridos não tinham ligação alguma.

Centenas de anos atrás, temos Mary Shelley, escritora britânica, cujo talento resultou na sua grande obra *O Frankenstein*, a qual precisou ser assinada por seu marido; embora inteira escrita por ela. Inclusive era a Mary Shelley quem ajudava a promover os poemas do marido, também escritor. Margaret Keane, pintora americana nascida no século passado, conhecida por seus desenhos de crianças com olhos grandes, teve sua autoria plagiada pelo marido, Walter Keane. Ele aspirava a pintor, porém não teve sucesso, e, ao perceber que assumindo as obras da sua esposa como suas conseguia vendê-las, ele toma este plágio um ato cotidiano até ser interceptado judicialmente. No Brasil temos Dandara, escrava negra do período colonial, esposa do Zumbi dos Palmares, quem, embora com poucos registros sobre sua história, simboliza a resistência das mulheres brasileiras de descendência africana frente à opressão dos portugueses que queriam usá-las para serviços desgastantes ligados à escravidão dos negros, além de explorá-las sexualmente. Em tempos atuais, uma das grandes representantes da resistência à violência contra as mulheres no Brasil é Elza Soares, cuja vida é marcada pela violência doméstica desde o início da adolescência, além de um grande

sofrimento advindo da condição pobre. Em meio a uma vida marcada pela fome, pela perda de filhos e muita violência doméstica, Elza foca na carreira musical, tendo obtido sucesso internacional. Uma de suas canções, “Maria da Vila Matilde”, de 2015, é um claro chamado ao movimento de resistência para com a violência contra as mulheres, e ela foi indicada ao Grammy Latino de melhor canção brasileira.

No Brasil não foram só mulheres como Dandara e Elza o símbolo da resistência das mulheres. Homens também já fizeram este papel e compraram esta luta em movimentos de repercussão nacional como o movimento antropofágico do século XX e década de vinte, vinculado ao campo da arte, com objetivo de resgate da cultura nacional. Oswald de Andrade, seu principal expoente junto a Tarsila do Amaral, ao opor o patriarcado ao matriarcado, vai denunciar a manipulação social para manter a mulher fora da prática política; machista e misógina (Botrel, Brisset, Castro, & Matos, 2018). O que estava em jogo nesta denúncia do patriarcado não era a troca do pai pela mãe; mas sim que a diferença, inscrita pela mulher, possa estar dentro do jogo com papel tão fundamental quanto a virilidade mais padronizada colocada pelos homens.

As mulheres são, todos os dias, discriminadas e exploradas em diversos países. Alguns deles são considerados os piores países para se nascer mulher, como o Congo na África, onde 1095 mulheres são estupradas todos os dias. Algumas são mortas pelas milícias enquanto outras são capturadas para serem escravas sexuais ou das tarefas domésticas (Spotniks, 2015).

O Brasil, por exemplo, em 2019, obteve um registro de 1314 casos de feminicídios, em número absoluto, o que significa uma média de uma mulher sendo morta a cada sete horas neste país, cujo motivo da morte está diretamente relacionado ao fato de ser mulher; ser mulher para um homem, quem lhe matou. Foi um aumento de 7,3% em relação ao ano de 2018; em contramão ao número de assassinatos que sofreu grande queda de 19% de 2018 para 2019. Estes dados são de um levantamento feito pelo Monitor da Violência: uma parceria entre a Globo Comunicação e Participações SA (G1), o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (G1, 2020). As maiores taxas de feminicídios brasileiros estão no Acre, em Alagoas, no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal; sendo os dois primeiros estados os campeões em feminicídios. As menores taxas estão em São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Rondônia. São crimes que não tem relação com a criminalidade urbana; crimes domésticos, que em maioria acontecem na casa da vítima. Em 2018 foram registrados 66 mil casos de estupro.

De acordo com dados obtidos em março de 2021 da Agência Patrícia Galvão, em parceria com o Instituto Avon, no Brasil uma mulher é vítima de estupro a cada nove minutos; três mulheres são vítimas de feminicídio a cada dia; uma pessoa trans ou gênero-diversas é assassinada a cada dois dias; uma mulher registra agressão sob a lei Maria Penha a cada dois minutos (Agência Patrícia Galvão, 2021).

Segundo Ana Flávia Oliveira, professora da Faculdade de Medicina da USP, em entrevista cedida ao jornal da USP em julho de 2016, uma mulher violentada tem sua saúde afetada em vários aspectos: mais chance de ter depressão, de cometer suicídio, de ter uma gravidez indesejada, de cometer um aborto, de ter uma doença sexualmente transmissível como AIDS, e uma ínfima chance de ter sua integridade física e social preservada e de atuar na sociedade (Leitão, 2016).

No Brasil, em junho de 2017 a Secretaria de políticas para as mulheres, em proximidade a data do dia dos namorados, lança a campanha: “Não é amor quando”, listando uma série de características de relacionamentos abusivos, como desconsiderar idéias e opiniões, tentar diminuir sonhos e esperanças, fazer com que a mulher se sinta sempre errada. O Portal Brasil (2017) afirma que em 2016 foram feitas mais de um milhão de denúncias para o número de telefone 180, serviço que funciona a todo tempo recebendo denúncias de violência contra a mulher de toda a ordem, desde abuso sexual, agressão física, até violência obstétrica.

Em agosto de 2017, o estado do Alagoas cria a campanha Agosto Lilás, sobre a importância de se denunciar o agressor da mulher. Ao ressaltar que os tipos de crimes cometidos são muitos, como estupro, lesão corporal, feminicídio, crime contra a liberdade de expressão, fica evidente o poder do homem sobre a mulher, o que, para todo o espanto, é comumente avaliado pela vítima como uma forma de demonstração de amor ou proteção (G1 Al, 2017).

No mesmo ano, na região do Vale do Paraíba, em São Paulo, foi feito um levantamento pelo governo, publicado no jornal O Vale, de que no Estado de São Paulo, no ano de 2017, a cada quatro minutos uma mulher era vítima de violência. De acordo com a delegada titular da Delegacia de Defesa da Mulher de São José dos Campos, em reportagem para o Jornal O Vale de fevereiro de 2018, a média de registros de violência contra a mulher nesta cidade é de dez ao dia. A violência contra a mulher pode ser definida como qualquer prática baseada no gênero, que pode causar morte, dano, ou sofrimento nos âmbitos físico, sexual e psicológico (Alvim, 2018).

A mesma delegada atribui este dado à discriminação da mulher decorrente de pensamentos que naturalizam o gênero feminino dentro da opressão social, da ideologia patriarcal, na qual o homem é o chefe da família e todos devem obedecê-lo, mulher e filhos. Inclusive a maioria dos episódios de violência acontece nos locais do convívio familiar. A maioria dos registros são feitos por mulheres jovens que trabalham e que, por terem independência financeira, não toleram imposições por parte do homem.

Os autores da referida reportagem mencionam caso de feminicídio contra uma mulher que engravidou numa situação extraconjugal e não quis abortar. É o machismo como norte de chacinas, crimes que começam com o tratamento recebido dentro de casa, quando as meninas, por exemplo, são obrigadas a lavar a louça enquanto os meninos não são. Os feminícios também são “justificados” em situações de mulheres que registram boletim de ocorrência contra maridos, de prostitutas que rejeitam um cliente a fim de trabalhar para outro.

Em abril de 2018, o Senado divulga notícia via internet sobre duas novas leis acerca da proteção da mulher; uma delas é sobre a criminalização da divulgação de mensagens misóginas – que propagam ódio ou aversão à mulher – pela internet, e a outra sobre o descumprimento de medida protetiva colocada pela Lei Maria da Penha (Agência Senado, 2018). Em poucas palavras, esta lei protege o direito da mulher de ir e vir e proíbe a violência contra ela em cinco âmbitos: físico, psicológico, moral, patrimonial e sexual.

Em vista de contribuir para a diminuição deste fenômeno da violência contra a mulher, ao menos contribuir para uma maior problematização da questão e conseqüente desconstrução de estereótipos, o objetivo desta pesquisa é investigar aspectos inconscientes que promovem a repetição na posição de vítima por mulheres que sofrem violência doméstica, a fim de obter novos subsídios para a prática clínica com estes casos.



## 2 – METODOLOGIA

Estudos sobre violência contra as mulheres são sempre importantes em vias de contribuir na problematização da questão. Questões sociais só podem ser modificadas através de reais problematizações, cujo impacto provoca um tensionamento do tema, possibilitando a retificação de ideias, paradigmas, conceitos e estereótipos. Este estudo, além disto, aprofunda na dimensão do feminino com intuito de investigar significados inconscientes para a permanência de mulheres em situações nas quais sofrem agressões, o que leva a indagação acerca desta posição de vítima; percepção que leva a uma desconstrução da divisão estereotipada entre a vítima e o agressor.

A concepção de investigação utilizada é o modelo de pesquisa qualitativa em psicanálise que permite compreender os fenômenos em profundidade. Foram desenvolvidos dois procedimentos: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.

Segundo Gil (2007), a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Portanto, essa pesquisa é elaborada com base em material já publicado, procurando recolher informações e conhecimentos sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002).

A pesquisa bibliográfica consiste no levantamento de textos nas bases de dados de sites que publicam e divulgam artigos acadêmicos, bem como nas Bibliotecas da Universidade de São Paulo e na Biblioteca Virtual em Saúde. São considerados artigos de periódicos, livros, dissertações, teses, anais de eventos, assim como material divulgado nos veículos de comunicação de massa, como jornais e revistas, pois se considera que esses também constituem fontes de informação apropriadas sobre o tema. São realizados estudos críticos desses textos com o objetivo de contextualizar o tema da pesquisa e caracterizar as referências conceituais utilizadas neste trabalho.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual “o pesquisador se defronta com aspectos fluidos, não mensuráveis, que podem e devem ser examinados de ângulos os mais diversos” (Turato, 2003, p. 27). Aqui o caminho se faz caminhando, e a importância do processo é ainda maior do que o resultado. O qualitativo enfatiza a contextualização, o singular, a diferença, os sentidos e os significados de um fenômeno humano.

O autor acima mostra que as diferenças na concepção de verdade elucidam diferenças cruciais entre a pesquisa qualitativa e a quantitativa; enquanto esta é pautada na oposição

entre o verdadeiro e o falso, aquela busca uma verdade surgida a partir de uma relação de confiança. A partir de um encontro podem surgir verdades acerca de uma subjetividade que sofre, e este encontro proporciona alívio para o sofrimento na medida em que constrói verdades, traz à tona aspectos até então encobertos, sobre o sujeito que fala de si. Esta concepção de verdade é traduzida por *emunah* em hebraico, que diz que algo novo nascerá a partir de uma relação. É uma verdade voltada para o futuro, para como as coisas serão a partir de uma aliança construída (Turato, 2003). Pode-se dizer que esta verdade associada à confiança torna possível a produção de efeitos de realidade. Aqui a verdade como desvelamento, oposto do falso, traduzida por *alethéia* em grego, tem uma conotação de uma verdade acerca da subjetividade, a qual se revela pela via do retorno do recalcado; contudo, não se coloca exatamente em oposição ao falso, mas em oposição ao obscuro, que não foi possível de ser desvelado.

De acordo com Safra (2001), o rigor na investigação em psicanálise é comprovado pela fidelidade do pesquisador em relação aos princípios analíticos. Desta forma, a psicanálise traz para a universidade outra forma de fazer pesquisa, na qual o rigor está na fidedignidade a um paradigma epistemológico.

O advento da psicanálise como prática de pesquisa traz a quebra do paradigma científico que situa o sujeito pesquisador e seu objeto como entes exclusivamente separados. Um marco claro desta nova na forma de pensar a ciência, sem a dicotomia entre sujeito e objeto é o texto *Sobre o narcisismo*: uma introdução, do próprio Freud (1914b/2006), momento no qual ele conclui que a separação entre o sujeito e o outro com quem ele está em relação é muito mais porosa do que pode parecer.

A compreensão de que o sujeito que aqui se trata é o sujeito do inconsciente é fundamental para se pensar a pesquisa em psicanálise. Galimberti (2006) reflete sobre a psichê humana ao diferenciar o modo de funcionamento entre o homem e o animal. Ele diz que enquanto o animal se adapta ao meio em que vive, ainda que sob condições extremamente adversas, o ser humano “se relaciona com o meio ambiente para transcendê-lo” (Galimberti, 2006, p. 90). Nesta relação, algo da ordem de um acontecimento é inerente à constituição do sujeito do inconsciente, tal como traz Foucault (1979) ao elucidar a concepção de acontecimento. Nesta medida, o acontecimento delimita novos circuitos energéticos, ou circuitos pulsionais. Freud (1915/2006) esclarece que a energia que emana do sujeito para se comunicar com o mundo externo é a pulsão, a qual é oriunda do id e tem por principais características ser parcial e constante. A parcialidade se revela no modo como a fonte

pulsional é localizada em partes específicas do corpo, denominadas zonas erógenas. Aqui ocorre a comunicação com o mundo externo, que vai delimitando o mundo humano, por meio de acontecimentos de corpo. Vale ressaltar que o corpo para a psicanálise se refere à autoimagem inconsciente, e não ao corpo como organismo biológico.

Este paradigma epistemológico foi aplicado não só na pesquisa bibliográfica, mas também na análise dos dados colhidos na pesquisa de campo. Para esta, foram colhidos dados a partir da pesquisa com mais de cem mulheres que sofreram violência doméstica, sendo que destas quarenta foram utilizadas para a análise dos dados. São mulheres que sofreram violência dentro de suas casas, tendo por agressor o seu marido ou namorado.

As entrevistas utilizadas na pesquisa de campo foram abertas, psicanaliticamente orientadas, o que Lacan denomina psicanálise em extensão, pois está fora do consultório, contudo não menos fundamentada na ética da psicanálise. Aqui não se supõe um saber prévio no entrevistado, mas sim o encontro com o entrevistador suscita questões a serem refletidas (Costa & Poli, 2006). Tais autoras ressaltam que é possível constituir uma pesquisa em psicanálise das mais diversas formas, as quais obviamente vão além do caso clínico, desde que nas quais o sujeito pesquisado seja o sujeito sob o olhar do inconsciente. De acordo com o inconsciente freudiano, tais produções idiossincráticas inconscientes são tidas nos tropeços da linguagem, tais como atos falhos, chistes, e também nos sonhos. Já o inconsciente lacaniano se manifesta a todo o tempo, por meio da fala, através do significante, ou seja, da imagem acústica da palavra, a qual se sobrepõe aos significados imbricados na palavra.

Ainda de acordo com as autoras acima, existem duas formas das formações do inconsciente se manifestarem nas entrevistas em psicanálise, que são a formulação de uma demanda por parte do entrevistado e a produção de um efeito surpresa, também por quem concede a entrevista. A primeira diz respeito à possibilidade do entrevistado formular uma questão a ser investigada ao longo da entrevista; por exemplo, porque eu me mantive neste relacionamento violento. A segunda diz respeito a uma novidade a surgir ao longo da entrevista, a qual coloca o sujeito entrevistado em contato com a novidade do seu saber inconsciente.

A amostra da pesquisa foi fechada por saturação teórica, cujas entrevistas foram interrompidas quando as respostas de novos sujeitos passaram a apresentar, na avaliação da pesquisadora, uma quantidade de repetições em seu conteúdo e este já apresentou elementos suficientes e necessários para atingir os objetivos apontados no projeto de pesquisa (Turato, 2003). Semanalmente foram realizadas entrevistas as quais foram posteriormente

selecionadas; algumas foram descartadas por estarem incoerentes, com um discurso desorganizado; outras pela entrevistada não ter ganhado voz em seus relatos.

As entrevistas foram abertas e livres; não houve uma forma padronizada do desenrolar das mesmas. Houve liberdade na forma de início; contudo, quando a mulher entrevistada tinha mais dificuldade de começar a falar, a entrevistadora lhe pedia que falasse sobre si. As entrevistas selecionadas foram gravadas e transcritas para posterior análise dos dados.

Sobre o método psicanalítico de análise de entrevistas, Assadi, Bichara, Dunker, Gordon e Ramirez (2002) o aproximam a um romance policial. Isto porque ambos compartilham de um mistério, de uma situação enigmática – um sintoma no caso do primeiro e o crime no caso do segundo – a ser interpretada a partir de indícios e induções, com uma análise minuciosa das circunstâncias. Através da abdução, é possível circunscrever uma verdade consistente.

A capacidade de abdução, de sintetizar a fala como corpo da mensagem e transformá-la em um quadro clínico definido por uma ou mais queixas situadas numa história de vida, é fundamental. O raciocínio abduutivo parte da premissa de que a subjetividade humana ocorre por saltos e rupturas, e não por continuidade. Deve prevalecer, portanto, sobre os raciocínios indutivo e dedutivo, os quais partem da premissa de que há uma verdade a ser desvelada, por exemplo, com exames laboratoriais tal como nas ciências duras.

A contribuição de Bakhting, citado por Brait (2005), conhecido como o filósofo do diálogo, sobre a necessidade do diálogo como ética e estética é aqui também fundamental para se pensar o que este trabalho pretendeu colher com as entrevistas orientadas pela psicanálise. Este autor coloca o diálogo como base para a criação de concepções humanas. Desta forma, a partir de um evento que ocorre no meio situado entre sujeito e interlocutor, o diálogo mostra sua importância na criação de paradigmas que permitem a construção de subsídios clínicos. Assim como Freud e Lacan, Bakhting coloca a linguagem e a cultura como alteridades fundamentais na construção do eu, ou constituição do sujeito, adiantando as contribuições de Lacan. A relação entre o sujeito e a cultura é sempre conflitiva e incessante; o que implica que o sujeito nunca pode ser compreendido como tábula rasa, parte-se sempre do pressuposto de que algo o precedeu enquanto sujeito de uma família e uma cultura. E também implica no dinamismo permitido ao humano, sempre um sujeito inacabado, sempre em movimento e mudança, de acordo com a sua cultura.

Ao longo da tese, são desenvolvidos pontos elencados como fundamentais para a problematização do assunto em questão, bem como pontos considerados novos, que agregam

inovação à temática. A primeira parte é dedicada à história: será realizada uma contextualização da história das mulheres no ocidente, com destaque maior para o Brasil; em seguida são destacadas formas de resistência das mulheres ao longo da história: na cultura indígena, no movimento feminista, na ciência e na psicanálise. Já a parte seguinte avança para a temática da violência contra as mulheres no âmbito público: são tratadas políticas públicas e redes sociais. Em seguida, entra-se a fundo na temática do feminino na psicanálise: foi feita uma revisão sobre este conceito de Freud à Lacan, partindo daquele como base e avançando para o último com sua grande contribuição sobre a teoria do gozo feminino. Nesta parte também é falado sobre as relações destes autores com as mulheres. Finalizando a pesquisa teórica, são apresentados os resultados da pesquisa de campo realizada com mulheres na Delegacia de Defesa da Mulher de uma cidade do interior de São Paulo, sede da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte; pesquisa que permite uma série de reflexões, construções, e análise dos significantes envolvidos nos episódios de violência. O último capítulo é um fechamento sobre as construções realizadas na tese, que culmina na abertura de possibilidades para a atuação do psicanalista diante destes casos, no âmbito político e ético.

### 3 – HISTÓRIA, RESISTÊNCIA E LUTA

#### 3.1 – História das mulheres no ocidente: recortes

Uma vez que a violência contra a mulher aqui é vista como fruto da discriminação, é necessário investigar a origem desta visão inferiorizada da mulher. O ocidente foi tido como recorte metodológico para fins de delimitação de campo de pesquisa teórico. Por se tratar de algo existente desde tempos remotos e extremamente recorrente no ocidente (nosso recorte), a discriminação da mulher pode ser pensada como algo inerente à cultura; algo que vai além de um fenômeno social: é estruturante.

Faz-se necessário trazer dados de como a história escreve sobre as mulheres no ocidente nos países considerados os berços da civilização. É preciso ir além de conversas especulativas e consultar material científico como registros de livros e artigos sobre povos que ajudaram a estabelecer alicerces culturais, políticos, artísticos, filosóficos e científicos; sobre os quais se baseia boa parte da civilização ocidental.

Kehl (2008), apoiada na linguística de Saussure, define a linguagem como a estrutura genérica que comporta todas as línguas. A língua, por sua vez, é definida como a herança simbólica, herdada no nascimento de forma imposta; pois não implica numa escolha, sendo, portanto, uma forma rigorosa de manifestação da lei. Como seres de linguagem, é pela fala que o ser humano constrói e inscreve a sua história, cuja escrita será lida posteriormente com fins de compreensão e embasamento de fenômenos. A história das mulheres é marcada muito menos pela sua fala do que pelo que delas falam. Nascer mulher, em uma cultura, ou numa outra, implica herdar uma língua, para além da língua do código alfabético: a língua através da qual se inscreve o ser mulher. Os deslocamentos políticos e sociais sofridos ao longo da história trazem os contextos dentro dos quais ocorrem os deslocamentos de pensamentos e estruturas subjetivas acerca das mulheres.

A começar pela Grécia, temos uma visão maravilhada e incoerente das mulheres. O conto de Sófocles (2017) ilustra:

**Creonte:** E tu, tu que baixas a cabeça,  
admites ou negas que procedeste assim?

**Antígona:** Admito, não nego nada.

**Creonte:** Tu, podes retirar-te para onde queres,  
De acusações condenatórias estás livre.  
E tu, declara sem rodeios, sinteticamente.

Sabias que eu tinha proibido essa cerimônia?

**Antígona:** Sabia. Como poderia ignorá-lo? Falaste abertamente.

....

**Creonte:** Esta já se mostrou insolente  
Ao transgredir as leis estabelecidas.

Insolência renovada é orgulhar-se  
 E rir, cometida a transgressão.  
 Agora, entretanto, homem não serei eu,  
 Homem será ela,  
 Se permanecer impune tamanho atrevimento.  
 Ainda que seja filha de minha irmã, ainda que  
 Me seja a mais próxima dos que rendem.  
**Antígona:** Estou nas tuas mãos. Mata-me. Que mais queres?  
 ....  
**Creonte:** muito bem, se precisas amar os mortos,  
 Incorpora-te a eles, ama-os. Mas, em minha vida, não permitirei  
 Que uma mulher governe (p. 133-139).

Na mitologia encontramos guerreiras e líderes como Antígona, figura que se destaca na sua luta por um ideal e sua perseverança que inclusive lhe custa a própria vida. Na obra mitológica sua força contrasta com a força de Creonte, quem interpreta como afronta sua atitude de ir contra as leis e na ofensa de ser contrariado por uma mulher, termina por decretar morte a Antígona mesmo ela sendo membro de sua família. Na vida real, mulheres que fizeram resistência na Grécia não ficaram na história em destaque. Os dados que encontramos com facilidade é que as mulheres gregas viviam isoladas num local designado Gineceu, privadas de vida profissional e social. Algumas resistiam e se descativavam em funções sociais, mas não era fácil resistir a uma forma social opressora em relação a elas, e isto fica claro na dificuldade em se encontrar registros com nomes de mulheres que ali se destacaram por próprio mérito.

No século V a.C. na Grécia antiga, predominava uma cultura patriarcal e altamente discriminatória. Em Atenas, a *polis* era caracterizada como um local de presença exclusivamente masculina: apenas os homens tinham direito de participar das assembléias nas quais as principais decisões sobre a nação aconteciam: as mulheres eram excluídas de toda participação política. Todos os funcionários públicos da *polis* eram homens (Cartledge et. al., 2009).

As mulheres permaneciam em casa, ocupadas com costura, tarefas domésticas e funções rotineiras como lavar a estátua de culto, moer o milho para os bolos rituais oferecidos. Elas permaneciam no lugar de acessórios importantes e necessários. Sua educação era basicamente aprender a cozinhar e a tecer. Nas classes menos favorecidas, as mulheres saíam de casa, porque era necessário que elas ajudassem no sustento da família.

Não menos restrita era sua vida sexual: as mulheres eram primeiramente consideradas propriedades do pai e depois do marido (Pinafi, 2007). Podemos pensar nas gregas antigas como objetos, que tinham suas vidas decididas da forma que estes seus tutores assim estabeleciam. Os casamentos eram estabelecidos por bons negócios; jamais a mulher poderia

escolher o seu marido. Uma vez casada, cabia à mulher obedecer às ordens do marido, ele a orientava sobre os cuidados com o lar. Ela não tinha autonomia para nada, era submissa ao extremo, inclusive à função de procriar: dar filhos ao marido. Estes filhos iriam garantir o patrimônio da família e dariam continuidade à ordem cívica. Não existia relação afetiva entre o casal de pais.

De acordo com Boheringer & Caciagli (2015), na antiguidade grega não havia distinção entre os gêneros, mas sim divisão entre aqueles que eram livres e aqueles que não eram; entre os que podiam dispor do próprio corpo e os que o próprio corpo pertencia a um mestre. As identidades “homem” e “mulher” apenas existiam sob o estatuto social. Os critérios que envolviam o desejo por um corpo não incluíam o sexo do mesmo. Enquanto os homens casavam-se por volta dos trinta anos, as mulheres por volta dos dezoito, já que os atributos necessários ao matrimônio a estas e àqueles eram completamente diferentes: os deles relacionados à posição social, enquanto os delas à maternidade e dedicação ao lar. Os autores dizem ainda que tanto traições conjugais quanto relações sexuais com pessoas do mesmo sexo, nesta sociedade, quando praticados por mulheres eram condenados e reprimidos com muito mais força do que quando praticados por homens.

Não existia a concepção de vulnerabilidade na Grécia antiga, ou seja, não existia o pensamento de que um indivíduo pode estar numa condição mais frágil do ponto de vista social, condição mais propícia à desproteção, à desvalia. O casamento, que era arranjado pela família, autorizava diversos comportamentos abusivos do homem perante a mulher, o que hoje seria recriminado como estupro. A sedução era considerada um ataque grave por parte da mulher, sendo ela aqui considerada culpada. A presença da sexualidade colocava a sedução como um ato abominável, já que, desta forma, o sexo poderia servir para algo diferente do que a reprodução.

Beauvoir (2016a) ressalta que a valorização da mulher na Grécia não passou de algo utópico, pois não saiu do âmbito dos mitos; elas não foram para o homem o seu semelhante. Enquanto Andrômaca e Hécuba têm uma aparição na literatura mundial de importância exacerbada, a mulher grega de carne e osso permanece escondida à sombra do Gineceu.

Nos livros, a cultura Grega costuma ser descrita desta forma, estratificada, tendo as mulheres um papel absolutamente secundário em todos os âmbitos: pessoais e de trabalho. Contudo, em pesquisas feitas em sites podemos ver que a resistência sempre operou: nem todas estavam dentro deste padrão de submissão e serventia. Aparecem mulheres encontrando saídas diferentes para situarem-se em locais mais interessantes na sociedade. Por exemplo, as heteras eram mulheres de Atenas que ofereciam prazeres intelectuais e sexuais aos homens.



Elas queriam chamar atenção não só pela beleza, mas pelo gosto erudito que cultivavam para conversar com os homens. Nesta época, era comum os homens buscarem relações extraconjugais para preencher lacunas que as esposas comumente deixavam – ou propositalmente, pois não era colocado em discurso o prazer sexual dentro do casamento. Estes eram uniões arranjadas com fins de gerar filhos legítimos para a continuação do estado.

As heteras, por estarem fora das famílias consideradas legítimas, não poderiam gerar filhos legítimos, tampouco casarem-se. Elas eram adeptas do amor livre, mulheres que ofereciam envolvimento sexual, afetivo, intelectual; eram mais descoladas e podiam servir de fonte de inspiração. Estavam envolvidas com homens ricos e podiam construir relacionamentos relativamente estáveis. Em troca, recebiam presentes; e não pagamentos como as prostitutas, as pórnai. Também há indícios de que trabalhavam no comércio, em bordados, ou atividades de cuidado como babás. As heteras eram as mulheres livres da época. Aspásia de Mileto, por exemplo, foi uma hetera que influenciou na vida política de Péricles, um dos estadistas mais importantes (Urbinatti, 2019).

Na Roma antiga, o adultério, ainda que não saibamos se existia um termo para o definir, era pensado, de acordo com Pacheco (1017), como uma relação sexual entre uma mulher casada e um homem que não era o seu marido. O alvo da lei contra as relações extraconjugais eram claramente as mulheres, já que a lei não incriminava a traição efetivada pelo homem casado. Uma cultura ambígua, de uma moralidade imoral, que colocava o sexo masculino acima da lei. Atos extremamente abusivos e repressivos eram praticados para com mulheres romanas. Por exemplo, existiam as chamadas “virgens vestais”, que deveriam ser virgens e cuidar do templo onde ficava a Deusa Vesta. Se seu voto de castidade não fosse cumprido, eram assassinadas.

Já próximos da idade média temos, do outro lado do Mediterrâneo, no Egito, uma mulher que se destacou por mérito próprio chamada Hipácia, quem, infelizmente foi acusada de bruxaria e morta pela Santa Inquisição. Seu nome é citado como a única mulher cientista da antiguidade medieval, até as primeiras centenas dos tempos modernos (Chassot, 2004). Tratava-se de uma intelectual, professora carismática, influenciadora de pessoas. Vivia na Alexandria, capital egípcia, centro da cultura grega da época. Tornou-se expoente do pensamento filosófico neoplatônico. Suas realizações em literatura e ciência ultrapassaram todos os teóricos da época. Contudo, isto era uma afronta de uma moça pagã, contra os princípios religiosos severos de acordo com os quais as moças deveriam ter o saber sobre cuidados com o lar, marido e filhos; nunca sobre a ciência.

Durante a Europa do século XVII, do início do mercantilismo, na nova família burguesa o marido em casa representava o Estado, a nível hierárquico, de forma que a mulher e os filhos eram seus subordinados, disciplinados pelo chefe (Federici, 2017). Ainda que muitas vezes a mulher trabalhasse, era o marido quem recebia o salário da mulher. A sujeição aos homens era aqui inevitável, não só dos trabalhos, como dos corpos das mulheres; elas estão próximas a condição de escravas.

Outros países foram escolhidos para compor o trabalho, representando a cultura do ocidente, são eles: a França, Espanha, Alemanha, Itália, Rússia, Inglaterra e os Estados Unidos; com destaque para a França, devido a seu grande e rico arsenal cultural, além de ser sede da psicanálise que embasa esta tese: a orientação lacaniana. O critério de escolha foram países em cuja história é possível encontrar registros relevantes, tanto sobre a discriminação histórica das mulheres, quanto sobre marcas importantes que mulheres deixaram na construção de seus países. A França ganha um grande destaque para contextualizar a história antiga, assim como Grécia e Roma, e também ganha destaque devido a importantes intelectuais que ali viveram, como Beauvoir e Foucault. Tais autores foram também pesquisadores da antiguidade greco-romana, e nos auxiliaram com informações sobre estes países. Já nos demais países foi realizada uma breve pesquisa histórica voltada principalmente para o papel das mulheres na história de tais países, e uma pesquisa de números no que tange à violência e à discriminação contra as mulheres.

Foram pesquisados, nestes países mencionados, os seguintes dados: participações das mulheres nas construções de seus países, bem como movimentos de resistência à discriminação para com elas; a conquista do sufrágio universal, marcando o ano em que ele ocorreu, como um dado importante sobre a efetivação de um direito à participação das mulheres na política; dados sobre a inserção e aceitação das mulheres no mercado de trabalho, os quais são obtidos pela quantidade de mulheres economicamente ativas, bem como pela equidade ou disparidade salarial entre os sexos; a possibilidade de efetivar o aborto de forma legal, bem como o ano desta autorização, como um marco que coloca às mulheres à responsabilidade sobre o próprio corpo, bem como retira do estado o controle sobre a natalidade.

Também foram pesquisados: dados sobre políticas públicas e legislativas no combate à violência contra as mulheres; números brutos de feminicídios nestes países em anos atuais, como forma de comprovar a existência da violência praticada contra as mulheres, bem como a gravidade letal da mesma. Partimos da hipótese de que há estreita relação entre a discriminação das mulheres e a violência praticada contra elas, sendo que a discriminação é

vista principalmente na exclusão que elas sofrem das vidas política e social-econômica. Os dados foram pesquisados de forma qualitativa, tendo cada país uma ou mais marcas em relação a tais fatores mencionados.

Partimos então para a França, a qual foi ocupada pelos romanos ainda no calendário antes de Cristo, por volta do ano de número cem. Este país, que também apresenta registros de civilizações muito precocemente desenvolvidas, aparece com seus principais registros históricos nos primeiros mil e quinhentos anos depois de Cristo, marcados por um longo período de absolutismo, no qual nos vale destacar que todos os reis eram homens. Eram apenas eles que se envolviam nas decisões sobre os destinos da nação (Caro, 2012). Até que em 1429 encontramos Joana D'Arc (1412-1431), pessoa que entrou para a história com sua participação decisiva na vitória da França durante a Guerra dos Cem Anos, cujo acontecimento fora na Idade Média, entre os anos de 1337 e 1453, com duração de 116 anos.

Joana apresenta o mesmo espírito de guerreira que Antígona, capaz de lutar por um ideal mesmo que este lhe custe a própria vida. Mas Joana era pessoa, e não lenda; e ainda que tenha sido reconhecida como presença decisiva na Guerra dos Cem Anos também foi considerada bruxa, condenada à morte na fogueira por heresia.

Joana só foi autorizada a efetuar sua participação militante após ter sido interrogada e ter sua virgindade comprovada mais de uma vez: tamanha era a desconfiança sobre esta mulher, que dizia escutar vozes de que deveria salvar a França. Anos após ter sido morta, a igreja reviu sua postura e reconsiderou como correta a atitude de Joana. Mas apenas no século XX ela pôde ser beatificada e tornou-se a santa padroeira da França. Também é conhecida como a Donzela de Orléans, cidade na qual venceu a batalha.

A França, país que assim como a Grécia representa o exercício do direito ao poder sob uma aparente universalidade, traz a ideologia do sufrágio universal em 1792. Contudo, e para nossa surpresa, ele só coube efetivamente à metade da população: as mulheres foram marginalizadas. O direito ao voto a elas na França só veio em 1944, um dos últimos países da Europa, embora algumas mulheres já estivessem reivindicando este direito desde a Revolução Francesa (1789-1799).

O século XVIII, na França, também é marcado pelo pensamento e obra de Rousseau, cujas ideias são de que as características de doçura, passividade e obediência da mulher lhe eram destinadas a agradar ao homem para que ele, por conseguinte, fizesse um bom uso de suas potências no governo da civilização. Era uma estratificação das relações que não ajudava as mulheres que se identificavam com ideais de poder e autonomia. Ainda discriminava as

mulheres como seres frágeis do ponto de vista intelectual e emocional, despreparadas para cuidar da própria vida.

Além da já mencionada Joana D'Arc, outra figura feminina marcante na história da França é Simone de Beauvoir (1908-1986), filósofa existencialista, socialista e ativista política, que só foi denominar-se feminista no final de sua vida. Ela viveu em meados do século XX, após a Revolução Francesa e o advento da razão, trazendo concepções de igualdade econômica e política para as mulheres, com ênfase para a discriminação, desprezo e exigência excessiva para com as mulheres.

Em 1949, Beauvoir (2016a, 2016b) traz um estudo minucioso sobre a mulher e sua imagem social. Sua grande contribuição foi uma elucidação de que não há essência feminina, e nem masculina: ser mulher ou ser homem são construções singulares, tecidas ao longo do tempo, das relações humanas, dos encontros; ou seja, a existência precede a essência. Mulheres e homens encontram a própria liberdade e com ela fazem uns para os outros as possíveis versões de si mesmos.

Em sua grande obra, *O segundo sexo* (2016a, 2016b), ela realiza uma revisão histórica sobre as mulheres desde a antiguidade, e ressalta que nem sempre a mulher foi vista como submissa. No Egito antigo, de acordo com a autora, elas adquiriam mais prestígio tornando-se esposas: sua condição social foi ali mais favorecida. A mulher surge como aliada e complementar do homem: “sua magia é tão pouco hostil que o próprio medo do incesto é vencido e que não se hesita em confundir a irmã com a esposa” (Beauvoir 2016a, p. 122). Tratava-se de um país onde os direitos não eram tão desiguais na antiguidade, haja vista Cleópatra, a polêmica rainha que conquistou generais em busca de suas ambições políticas já antes de Cristo. Lá a mulher casava-se livremente, inclusive quando viúva. Embora os homens praticassem a poligamia, a mulher legítima era apenas uma.

Contudo, a grande contribuição da autora foi ressaltar o que é escamoteado pela sociedade; que é a visão da mulher como submissa ao homem, inferior a ele, desmerecedora, e até repugnante em alguns momentos. Durante a Idade Média, por exemplo, era comum a concepção do corpo da mulher como algo inferior e deplorável, capaz de propagar doenças. Os leprosos, pessoas acometidas pela infecção de lepra ou hanseníase, eram vistos como filhos dos homens que tiveram relação com mulheres no período da menstruação. Ou ainda, mulheres menstruadas, ou que tiveram relações sexuais fegosas, por vezes, eram acusadas de envenenar seus filhos na amamentação com leite estragado.

Já no século XX, a autora francesa se volta para questões relacionadas à cobrança da mulher para com a maternidade. Não era discutido nem colocado em pauta como a tarefa da

gravidez e as primeiras práticas maternas com o bebê são algo extremamente difícil e desgastante para a mulher: sugam-lhe toda a energia, e não há o devido acolhimento à mulher que passa por isso. A autora ressalta que o corpo da mulher perde cálcio durante o período menstrual e gravidez, afetando o sistema nervoso. Isto é causa de emotividade e instabilidade. Além de tudo isto ainda há uma enorme discriminação e preconceito com a mulher que opta por não ser mãe.

O aleitamento é também uma servidão esgotante; um conjunto de fatores – o principal dos quais é, sem dúvida, o aparecimento de um hormônio, a progesterina – traz às glândulas mamárias a secreção do leite; a ocorrência é dolorosa e é acompanhada, com frequência, de febres, e é em detrimento de seu próprio vigor que a mãe alimenta o recém-nascido. (Beauvoir, 2016a, p. 58).

Cabe às mulheres se afirmarem numa relação de reciprocidade com o homem, para que sua idade de ouro possa ser realmente efetivada e saia do plano dos mitos. A autora ressalta a frase de Pitágoras a fim de ilustrar como a figura da mulher enquanto sujeito pode ser assustadora numa sociedade patriarcal, a qual coloca o homem como a figura de poder: “Há um princípio bom que criou a ordem, a luz, o homem; e um princípio mau que criou o caos, as trevas e a mulher” (Pitágoras, citado por Beauvoir, 2016a, p. 116). A figura das mulheres, vistas como submissas, destituídas de poder, pode gerar sentimentos de aversão, como a misoginia.

Uma vez que as mulheres foram inscritas como o outro sexo de acordo com a igreja, por si só elas podem designar a alteridade, a diferença. Este estereótipo de “outro” costumeiramente é utilizado para estigmatizar grupos tidos como inferiores na hierarquia. Aqui as mulheres atacam a concepção do padrão que é tomado como o masculino. A autora ainda ressalta que os homens haviam designado as mulheres como o outro da sociedade junto à aplicação de uma falsa áurea de mistério sobre elas; o que justifica o estereótipo da mulher como um ser cuja essência é impossível de ser compreendida.

Não podemos colocar como responsabilidade das mulheres desconstruírem esta imagem negativa, mas sim colocar como uma responsabilidade social o sofrimento advindo dos estereótipos de gênero, tais como os que incidem sobre as mulheres, muitas vezes reducionistas, como a dualidade entre ser dona de casa, a mulher casada, ou ser a cortesã que é mulher da rua e, portanto, de todos. A autora francesa constrói uma metáfora interessante, que coloca à reflexão tais criações de estereótipos quando diz: “Elas não são anjos nem demônios, nem esfinges, são seres humanos que costumes imbecis reduziram a uma semiescavidão” (Beauvoir, 2016a, p. 315).

Outro autor que se destaca na França e traz considerações importantes para uma problematização acerca do controle da sexualidade como forma de poder é Michel Foucault. O autor viveu durante o século XX e pôde publicar livros, dos quais aqui destaco *Microfísica do Poder* (1979) e *História da sexualidade* (2014, 2018, 2019) pela possibilidade de se pensar o poder como algo que é criado e fluido; e a sexualidade como uma manifestação do humano, não necessariamente submissa a determinadas imposições sociais. Foucault era homossexual, e faz parte da mesma luta das mulheres por liberdade sexual e contra o controle dos corpos. São grupos que podem interferir diretamente no controle de natalidade, já que a mulher é quem engravida e pode conseguir controlar se ela quer a gestação ou não. Já os homossexuais podem ser vistos como quem desvincula o sexo da reprodução, bem como quem quebra certas normas estratificadas em torno do modelo de família. Acabam por serem dois grupos sensíveis a políticas e práticas de controle de corpos, os quais sofrem diretamente a opressão de controles sociais.

Na trilogia *História da sexualidade*, Foucault (2014, 2018, 2019) ressalta que a sexualidade foi confiscada durante a era vitoriana do século XIX – era da ascensão da família burguesa patriarcal, pós-idade média, que deu início à idade moderna – e resumiu-se à função de reprodução dentro das casas. O sexo foi silenciado, posto em segredo, submetido à norma de procriação. O autor traz uma reflexão sobre o porquê de não se falar em sexo livremente, encontrando alguma conclusão de que, assim como outras dimensões humanas, o sexo e a sexualidade foram submetidos a discursos de poder, os quais o colocaram a serviço muito mais de uma conveniência e uma normalização social, do que a serviço de uma construção pessoal, enquanto ser humano. Era uma cientifização e biologização a serviço da reprodução como um instrumento de opressão da subjetividade inerente à sexualidade. Contudo, colocar o sexo em segredo é uma forma de valorizá-lo e não será sem consequências; o segredo pode promover uma multiplicação de pensamentos em obscuridade.

Pode-se pensar que foi o recurso possível à sociedade da época para se proteger contra os perigos diversos associados ao sexo; não apenas doenças, mas também o “perigo” inerente à liberdade sexual das mulheres e homossexuais. As mulheres podem decidir sobre a vida que cresce em seu corpo e os homossexuais podem ser vistos como quem desvincula o sexo da reprodução, bem como quem quebra certas normas estratificadas em torno do modelo de família. São normas a serviço de forças de poder, formuladas dentro de discursos que definem o correto, até serem desobedecidas e questionadas. Mas, dentro do que se pensa como o homem comum, no sentido da humanidade e não do sexo masculino, o homem não se

reconhece como sujeito de desejo? Ou seja, sujeito permitido de se autorizar em relação ao seu desejo?

Esta reflexão faz pensar em formas de poder sobre as mulheres sendo exercidas de maneira brutal, nos feminicídios. São mortas as mulheres que podem aparentar alguma espécie de perigo; biológico, moral, financeiro. Sem falar em uma imaginária superioridade do sexo masculino que “autorizaria” a matar o inferior feminino; tal como no Nazismo foram assassinados os indivíduos considerados de sangue inferior, num fenômeno mortífero de poder sobre a raça.

Foucault (2018), em *História da Sexualidade*, também traz registros da Grécia antiga na qual a exclusão das mulheres em relação às funções que dirigiam a nação, suas leis, seu destino; era muito grande. Ele relembra Aristóteles (Aristóteles, 384 a.c. – 322 a.c.), quem colocou a noção de felicidade enquanto associada a ideia de um bem; a noção de qual seria o Bem é posta em jogo, atrelada a fazer o bem à sociedade. O sexo masculino enquanto ativo, viril, deveria ir em busca de seu Bem; enquanto a mulher é uma espécie de coadjuvante que pode ajudá-lo a encontrar felicidade no seu Bem. A esposa do marido seria mais um artefato a ser governado por este, dentre outros.

Um ponto a ser destacado a respeito do matrimônio em tempos de Grécia e Roma antigas, trazido pelo autor francês, é a definição do casamento enquanto um ato privado, no qual a tutela da mulher até então exercida pelo pai era transferida ao marido em meio a uma cerimônia com efeitos de direito (havia junção de bens, a transmissão do nome, da herança, a constituição de herdeiros), embora o ato não fosse jurídico; não tinha intervenção dos poderes públicos, o casamento era sem ligação com a organização política e social. Este ponto é fundamental para se pensar na dificuldade ainda atual de se intervir na violência doméstica; é comum ouvir dizer que “não se sabe o que a mulher fez para estar apanhando”, ou que “em briga de marido de mulher não se mete a colher”. Foi necessária uma grande mobilização social para possibilitar que o privado pode vir a ser público, e não apenas pode como deve vir a ser público quando qualquer força de opressão, coerção, ou violência opera.

Foucault (2014), em *História da sexualidade*, traz contribuições fundamentais à história das mulheres em meio a conquistas por liberdade ao falar sobre sexualidade e sobre o casamento, desde a antiguidade. Ele mostra a mudança na concepção de casamento, enquanto forma de vida, a qual se inicia como um arranjo, tanto na idade antiga quanto na moderna, e culmina na possibilidade de uma união com escolha e consentimento de duas partes, cuja desigualdade é progressivamente quebrada.

Foucault e Beauvoir entram como grandes expoentes do pensamento inovador francês em relação a posição social de grupos oprimidos, como mulheres e homossexuais. Berço da revolução que derrubou a monarquia e tudo o que ela simboliza em termos de abuso de poder e desigualdade, a França é representada no século XX por grandes intelectuais que questionaram diretamente formas estanques de poder como se este fosse um instrumento de opressão, e não de organização.

Ainda em Foucault, temos a obra *Microfísica do Poder* (1979), obra na qual ele traz uma concepção de poder enquanto uma rede produtiva que culmina num instrumento de fabricação do indivíduo – uma vez que o poder opera causando efeitos de verdade; e não de destruição, como acontece em sistemas de opressão. Ou seja, o indivíduo não pode ser anulado pelo poder, mas sim constituído por ele, em meio a seus efeitos: “todo saber tem sua gênese em relações de poder” (Foucault, 1979, p. XXIII). São as relações de poder que produzem efeitos de verdade em discursos que não são, em si, nem verdadeiros nem falsos.

O mesmo autor em *As palavras e as coisas* (1966), ao falar sobre a Formação do Valor diz que “só existe troca se cada uma das duas partes reconhecer um valor no que a outra possui” (Foucault, 1966, p. 253). Esta obra contribui a uma abertura na forma de interpretação de uma narrativa ao dar importância às noções de signo e significado, as quais mostram que as formas de discursos estão permeadas por valores simbólicos distintos entre culturas e capazes de serem problematizados, uma vez que um símbolo nunca será colado em apenas um significado, mas sim abre a uma gama de possíveis significados atrelados a diferentes culturas, diferentes contextos, diferentes cadeias de pensamento. Esta obra é fundamental para a compreensão do discurso enquanto criação cultural. Não é possível, por exemplo, definir o significado de “mulher” enquanto signo senão dentro de uma cadeia discursiva colocada por uma determinada cultura; a qual pode ser contraposta com o significado colocado por uma outra cadeia discursiva criada por diferentes pessoas, de uma outra cultura. A contribuição do autor é fundamental para a derrubada de ilusões de poderes absolutos ou formas estanques de pensamento acerca de relações de poder.

Voltando-nos não mais para a França do século XX de Beauvoir e Foucault, mas para a França atual, é possível recolher dados que vão na contramão da cultura feminista e libertária; o que nos leva a questionar o porquê da violência contra as mulheres, dentro de uma cultura que se propõe igualitária. O jornal BBC News publica reportagem em 2019 alertando a população para casos de feminicídio na França, os quais repercutem por toda a Europa, expandindo a preocupação. A reportagem ressalta o fato de que são crimes globais, os quais não escolhem fronteiras, classe social, tampouco idade das vítimas: no mesmo dia foram



mortas uma mulher de vinte e um anos e uma senhora de noventa e dois (BBC News, 2019). Até setembro deste ano haviam sido mortas cem mulheres, vítimas de feminicídios. O número de mulheres mortas pelos maridos é bem maior do que quando o assassinato é cometido por parte delas, contra eles. Além disto, a França é o país com maior número de feminicídios da União Europeia, segundo dados deste ano – embora suas taxas ainda sejam muito menores do que as do Brasil.

O presidente Emmanuel Macron, em reação a estes dados, lançou uma campanha pública, na qual um canal de atendimento telefônico fica disponível para escutar as vítimas de violência doméstica e tomar as devidas providências, com intuito de prevenção de feminicídios. Além disto, o primeiro ministro francês, Edouard Philippe, prometeu doação de cinco milhões de euros para o combate ao feminicídio, e também prometeu melhorar a capacidade de suporte dos abrigos que recebem as vítimas de violência doméstica, e ainda as condições das delegacias, nas quais as queixas das mulheres são tratadas. Campanhas de políticas públicas com adolescentes, discutindo sobre aspectos que definem um relacionamento amoroso como saudável, são as medidas mais mencionadas pelos movimentos de apoio às mulheres, como eficazes na prevenção.

Já a Espanha é relatada na mesma reportagem como exemplo acerca de medidas protetoras das mulheres, contra as violências de gênero. Existe uma lei no país, em vigor desde 2004, a qual estabeleceu uma rede de tribunais especializados em violência doméstica, a qual também destina verbas a apoio de sobreviventes. Contudo, a situação do país ainda mostra dados preocupantes de feminicídio, embora bem menores que os da França. A reportagem mostra que o número de mulheres mortas por este crime em 2019 foi maior que o dobro do número de 2018.

Na Alemanha, as mulheres ganharam um papel diferenciado após a primeira guerra mundial, pois com a morte de muitos homens elas ficaram sendo maioria, e foram responsáveis pela reconstrução do país. Este foi um dos primeiros países em que o sufrágio feminino foi conquistado: desde 1918 as mulheres têm direito de voto ativo e passivo, ou seja, podem votar e serem votadas (Agenda Berlim, 2018). – Vale ressaltar que o primeiro país do mundo a conceder o direito ao voto às mulheres foi a Nova Zelândia. Aconteceu na Alemanha um movimento feminista mais sentimental, o qual reclamava para as mulheres o direito de ajudar o país; tinha um caráter nacionalista (Beauvoir, 2016a).

O país alemão avança nas conquistas no ano de 1949, quando então é promulgada a declaração que coloca homens e mulheres iguais perante a lei. A mesma reportagem (Agenda

Berlim, 2018) ainda destaca que a Alemanha é colocada em décimo primeiro lugar entre os melhores países para ser mulher, ranking feito pela revista Forbes em 2016.

Contudo, as mulheres alemãs não escaparam dos períodos mais opressores de suas histórias, como o período nazista, o qual as confinou aos papéis de mãe e esposa, excluindo-as das decisões sociais. E não ficaram livres das torturas cometidas na época: mulheres que engravidavam em ocasiões consideradas inadequadas, por exemplo, eram cremadas vivas; o que fazia com que médicas se mobilizassem para ajudar mulheres a interromperem sua gravidez (Ansede, 2018).

Batista (2018), em reportagem para o jornal Folha de Pernambuco, destaca como relevantes as práticas públicas que a Alemanha vem tomando para lidar com o problema da violência doméstica e prevenção de feminicídios. De acordo com a reportagem, em 2017, na Alemanha, 455 pessoas foram mortas pelos seus parceiros, de forma intencional ou não. Destas, 364 eram mulheres. A autora destaca serem crimes que não escolhem as especificidades das vítimas; atingem todas as idades e setores socioeconômicos: quase todas as mulheres alemãs, entre dezesseis e oitenta e cinco anos, já sofreu algum tipo de violência dentro de um relacionamento: física ou sexual. Em 1976 foi criado o primeiro abrigo autônomo feminista no país. Em 1980 os abrigos então existentes se uniram criando uma rede e uma organização: Centro de Informações de Abrigos para Mulheres, com base no simples princípio de que mulheres ajudam mulheres. Embora tais abrigos tenham apoio de parte significativa das mulheres, ainda existam grupos que dizem que é dentro das famílias que as mulheres estão protegidas, ignorando crimes domésticos.

A Alemanha, desta forma, hoje contabiliza cerca de trezentos e cinquenta abrigos para mulheres, voltados para atender as vítimas de violência doméstica e seus filhos, somando em média seis mil vagas. Além disso, existem em torno de setecentos e cinquenta centros especializados em aconselhamentos para mulheres vítimas de violência; somados a um canal de atendimento telefônico que as aconselha em quinze idiomas diferentes, vinte e quatro horas por dia.

O país continua determinado a investir nas políticas públicas de combate a violência contra as mulheres. Em 2018, ratificou a Convenção do Conselho Europeu, no que tange a esta temática. Tal convenção propõe proteção para todas as mulheres, de todas as idades, vítimas de todos os tipos de violência. Este objetivo envolve investimento financeiro nos programas já existentes, de forma a aumentar o número de vagas; bem como uma cooperação entre a sociedade civil e o governo, envolvidos no combate à violência contra as mulheres.

Voltando-nos agora à Itália, país cede do Império Romano, junto à Grécia, faz parte da região com registros mais antigos sobre a civilização ocidental. Este país tornou-se berço do Renascimento, movimento cultural fundamental para o crescimento do pensamento intelectual, e valorização da razão; embora a religião católica tenha sempre sido fortemente presente na cultura do país.

Sobre a história de resistência das mulheres italianas, Beauvoir (2016a) ressalta que o regime político fascista de Mussolini, predominante nos anos vinte do século passado, atrasou fortemente a luta das mulheres por emancipação neste país. Foi um regime aliado da igreja católica, com uma valorização da família que aprisionava duplamente as mulheres: ao marido e ao poder público. Embora diversos países tenham passado por movimentos conservadores autoritários, os quais tendem a ser rígidos em relação ao comportamento da mulher, o regime comandado por Mussolini é considerado um dos mais marcantes em relação à opressão dos governantes, e o seu caráter conservador esteve no desencontro da liberdade sexual, política e econômica buscada pelas mulheres da resistência.

Atualmente, encontram-se na Itália, assim como na maioria dos países europeus, movimentos feministas organizando lutas a favor da emancipação mulher e igualdade de gênero. Em reportagem da ANSA – Agência italiana de notícias – temos conhecimento de que o dia oito de março do ano de 2018 foi marcado por passeata feminista denominada “Non Una Di Meno” (nem uma a menos) que protestava a favor da igualdade de gênero, contra o feminicídio, a cultura patriarcal, e a cultura do assédio e abuso sexual (ANSA, 2018).

Introduzindo mais um país e sua forma de organização cultural, que nos traz dados relevantes sobre a história das mulheres, temos a Rússia. Situada geograficamente entre o ocidente e o oriente, ela absorve grande parte da cultura ocidental, e tem uma história marcada por grandes contribuições das mulheres. Este país trás no marco de sua história um forte movimento feminista ao final do século XIX, aliado ao movimento político revolucionário predominante no país nesta época (Beauvoir, 2016a). As mulheres têm uma participação significativa na guerra Russo-japonesa do início do século XX, envolvendo-se em atividades predominantemente masculinas como metalurgia, indústria e paraquedismo; participação esta que ganha reconhecimento e resulta na criação de um grupo parlamentar pelos direitos da mulher; o qual, contudo, não culminou em resultados efetivos na luta pela igualdade de gênero. Foi na revolução, com Lênin, que as mulheres russas conquistam emancipação, ele alinhou a luta das mulheres à luta dos trabalhadores, atribuindo a ambos igualdade política e igualdade econômica.

As mulheres russas tiveram um papel fundamental, com seus talentos criativos, na construção da sociedade socialista. Nomes como Liubuv Popova e Varvara Stepanov tiveram destaque no início do século XX enquanto artistas de vanguarda. Suas obras culminaram por afetar a cultura do país dando origem à versão russa do design industrial chamado de Produtivismo. Este foi um movimento dos anos vinte do século passado, no qual os artistas participavam ativamente da economia da noção, desenhando itens domésticos, têxteis, e também utensílios para a propaganda da revolução russa. A ideia era inaugurar um novo mundo, com seus representantes ilustrativos. Todo este movimento foi suprimido com a virada stalinista ao final dos anos vinte, devido a sua política radical e opressora (Willette, 2017).

Apesar de não ser reconhecida por abraçar causas das mulheres, o aborto foi descriminalizado na Rússia em 1920, sendo permitido em todas as circunstâncias, quando realizado até a décima segunda semana da gravidez (Reif, 2018). O país, portanto, supera o Brasil em dos quesitos mais significativos que opera sobre o corpo das mulheres: o direito reprodutivo. Embora o país seja laico, grupos religiosos tentam se articular para modificar esta legislação no país, os quais, embora ganhem representatividade, não conseguiram derrubar a lei.

No cenário da mulher russa trabalhadora, as lutas por igualdade de gênero ainda não tiveram muito sucesso. A legislação do país proíbe o trabalho às mulheres em cerca de quatrocentos e cinquenta ocupações e quarenta ramos da indústria (Reif, 2018). São trabalhos considerados árduos, nocivos à saúde das mulheres, principalmente no que tange à saúde reprodutiva; tais como mergulhadoras profissionais, paraquedistas e motoristas de ônibus. Embora o país conte com o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra Mulheres, as reivindicações contra estas legislações trabalhistas ainda não obtiveram resultado.

Além disto, o país é notadamente atrasado em relação às políticas públicas de combate à violência contra as mulheres. Em fevereiro de 2017, o presidente Vladimir Putin sancionou uma lei que despenaliza a violência doméstica e ainda permite que os maridos batam em suas mulheres, desde que não deixem marcas ou quebrem ossos. Caso o agressor descumpra a lei, a pena se resume, assustadoramente, apenas a multa ou trabalho voluntário; a não ser no caso de reincidência de um ano, ocasião em que o agressor pode ser preso, desde que a vítima apresente as evidências da violência. Com esta frágil legislação sobre proteção à violência contra as mulheres, o país ocupa o quarto lugar mundial no ranking de feminicídio (Reif, 2018).

Voltando-nos para a história da Inglaterra, encontramos registros de que foi ali que o movimento sufragista começou, e, junto a ele, importantes reflexões sobre a emancipação das mulheres. A primeira onda de movimento feminista mundial ocorreu na transição do século XIX para o XX, e a Inglaterra foi um dos principais países expoentes – embora as raízes políticas do feminismo possam ser encontradas nas decorrências da revolução francesa, que ocorreu no final do século XVIII, esta revolução não surtiu efeito direto nos direitos das mulheres. De acordo com Marques e Xavier (2018), muitas vezes as feministas eram hostilizadas e ridicularizadas – o que acontece até hoje no Brasil – e tais reações enfraqueciam suas vozes. Consequentemente, algumas mulheres expoentes desta primeira onda apelaram para atos violentos, os quais teriam mais chance de visibilidade, como até destruir propriedades. As autoras citam o caso de Emily Davison, que em 1913 lançou-se em frente ao cavalo do Rei em meio a um evento de corrida de cavalos em Derby. Emily ganha visibilidade a si e ao movimento feminista as custas da própria vida.

O sufrágio das mulheres na Inglaterra veio em 1928, com bastante dificuldade (Marques e Xavier, 2018). Esta primeira onda de movimento feminista teve por principal objetivo de ser sufragista e, soma-se ao movimento o fato das mulheres terem tido papel fundamental na economia do país durante a primeira guerra mundial. Neste país, conhecido até os dias atuais por uma forte marca de conservadorismo, algo inédito e marcante ocorreu na antiguidade e ocorre no presente: importantes mulheres governantes marcaram e marcam história.

A começar pela Rainha Elizabeth I, responsável pela reforma protestante; quem governou a Inglaterra por quarenta e cinco anos no século XVI. Esta mulher já nasceu em momento de rompimento de seu pai com o catolicismo para poder se casar por amor com Ana Bolena. No século XIX, quem fez marca foi a Rainha Vitória, a qual dentro de seus sessenta e quatro anos de reinado aboliu a escravidão, reduziu a jornada dos trabalhadores da indústria têxtil e deu direito a voto para todos os trabalhadores. Ela herdou o trono aos dezoito anos de seu tio, o rei Guilherme IV. No século XX Margareth Thatcher foi a primeira mulher a se tornar primeiro ministro neste país. Ficou conhecida pelas medidas econômicas que implementou, incluindo não adotar o Euro como moeda (Obvious, 2018).

Já as mulheres norte-americanas, precocemente emancipadas em relação às europeias, começaram a reivindicar direitos políticos por volta de 1830, época do seu primeiro movimento feminista. A primeira associação feminista sufragista foi ali fundada em 1840, junto a campanhas a favor dos negros (Beauvoir, 2016a). Em 1869 foi fundada nos EUA a Associação Nacional para o Sufrágio das Mulheres, e neste ano o estado de Wyoming

concede o voto às mulheres. Aqui as mulheres alcançam êxito econômico mais rápido do que na Europa: cinco milhões de mulheres já trabalhavam em 1900 neste país; contudo a luta pelo sufrágio seguiu sem êxito em diversos estados, sendo amplamente conquistada apenas em 1933, após diversos embates entre as feministas e o governo.

No dia internacional da mulher de 2019, o jornal BBC News publica reportagem dizendo que os únicos seis países que garantem direitos iguais a homens e mulheres são: Bélgica, Dinamarca, França, Letônia, Luxemburgo e Suécia. Para esta conclusão, foram analisados cento e oitenta e sete países em uma pesquisa intitulada: “Mulheres, negócios e a lei”. Foram analisados dados de dez anos através dos requisitos: desigualdade financeira e legal, liberdade de circulação, maternidade, violência doméstica e direito de gerir ativos. A mesma pesquisa disse que, em escala mundial, as mulheres têm em torno de setenta e cinco por cento dos direitos dos homens (BBC News, 2019).

A média dos direitos das mulheres em relação aos dos homens varia entre regiões, sendo em torno de oitenta e cinco por cento na Europa e Ásia Central; ao passo que em torno de quarenta e sete por cento no Oriente Médio e África. Os Estados Unidos apresentam uma porcentagem de aproximadamente oitenta e quatro por cento de igualdade de direitos entre os sexos, e não estão nem entre os cinco melhores países neste quesito. A última pontuação da lista foi ocupada pela Arábia Saudita, com em torno de vinte e cinco por cento de igualdade de direitos (BBC News, 2019).

Falando sobre a população mundial, o jornal EY publica reportagem em janeiro de dois mil e vinte alertando ao fato de que, mesmo com o PIB mundial crescente, a desigualdade de renda entre homens e mulheres tem se tornado mais dispare. À medida que o mundo enrique, as mulheres se tornam mais pobres quando comparadas aos homens. A diferença de gênero econômica cresceu significativamente nos últimos anos (Teigland, 2020). A mesma matéria diz que enquanto setenta e oito por cento dos homens adultos estão ativos no mercado de trabalho, em escala mundial, apenas cinquenta e cinco por cento das mulheres estão. A renda média anual das mulheres é quase a metade da renda anual dos homens: em torno de onze mil e quinhentos dólares delas, contra vinte e um mil e quinhentos dólares deles. Uma discriminação muito comum que as mulheres sofrem, ressaltada pela reportagem, é a penalização da maternidade.

O jornal sugere que algumas ações podem ser úteis no objetivo de melhorar este cenário, tais como: aumento do número de mulheres em altos cargos políticos, pois elas serão modelos para encorajar mulheres que visam cargos de liderança no mercado de trabalho; atração de mulheres para os setores tecnológicos, já que a maioria das mulheres ativas no

mercado encontram-se em setores de comércio, varejo e escritório e não são encorajadas a aprender o necessário para entrarem no setor de automação. Ainda há um número baixo de escolaridade entre mulheres em escala mundial, especialmente entre as mulheres de baixa renda.

### **3.2 - História das mulheres no Brasil: recortes**

A pesquisa sobre a história das mulheres no Brasil teve como principal objetivo encontrar material que mostre a forma como as mulheres são concebidas, vistas e localizadas dentro da cultura brasileira, desde o período colonial. Para isso, foram consideradas as mulheres indígenas, as negras e as portuguesas. A organização do material foi em linha do tempo; partiu de registros da época da colonização portuguesa para chegar aos dias atuais. No período que vai do século XV ao XVIII foram encontrados registros sobre como foi tecida a história do Brasil, bem como a localização das mulheres na mesma; tanto mulheres marginalizadas socialmente – a maioria – bem como mulheres que tiveram importante papel nos principais acontecimentos que marcaram a história, as quais representam a resistência. Já em relação aos séculos XIX, XX e o atual, XXI, foram encontrados materiais com análises mais críticas e profundas sobre formas de se exercer a discriminação das mulheres, partindo da hipótese de que tal discriminação é a principal causa da violência contra as mulheres; ou mesmo a discriminação já é uma forma de violência. São discursos como a santificação da maternidade, e a boa dona de casa, predominantes no século XIX; a ditadura da beleza e o capital marital, presentes nos séculos XX e XXI – discursos estes aparentemente ingênuos e inocentes – que serão apresentados e discutidos neste item, de forma a construir alicerces sobre a possível origem da violência contra as mulheres em nosso país.

Assim como feito com os países ocidentais do item anterior, também foram levantados dados sobre: participações das mulheres nas construções do Brasil; a conquista do sufrágio universal, marcando o ano em que ele ocorreu; dados sobre políticas públicas e legislativas no combate à violência contra as mulheres. No Brasil, também foram encontrados os dados sobre a autorização do divórcio e do uso da pílula anticoncepcional, sobre a autorização das mulheres a estudar e a iniciarem-se no mercado de trabalho.

A colonização do Brasil, marcada pela catequização portuguesa, baseada na igreja católica a frente dos pensamentos em termos de costume, e da visão etnocêntrica europeia sobre o povo brasileiro, pode ser considerada bastante opressora para com os grupos

considerados pelos europeus como inferiores: os nativos e as mulheres. Abaixo tal opressão será justificada em alguns exemplos.

Freyre (2006) descreve, nos primeiros séculos da entrada portuguesa no Brasil, séculos XV, XVI e XVII, conflitos inerentes à colonização de exploração que lidou com os habitantes locais como uma espécie de raça inferior, a qual precisava se adequar aos costumes lusitanos; ignorando o fato de que eles eram os então donos da casa.

Os relacionamentos entre portugueses e índios ocorreram muitas vezes na forma de exploração sexual das mulheres indígenas, fato responsável pela miscigenação da raça brasileira. Não era uma relação recíproca ou construída, mas sim imposta; forma que se perpetua até hoje. A figura da mulher morena, diferente da mulher branca europeia, passa a ser a preferida pelos portugueses para sexo: eram os anjos maus, de pele e cabelos escuros – em contraste com os anjos brancos e loiros – cuja salvação poderia advir com o batismo, imposição de costumes da igreja católica (Freyre, 2006).

As mulheres indígenas tinham, e muitas ainda têm, hábitos de andarem com pouca roupa; pois possuem uma relação especial com seus corpos: elas os consideram parte da natureza. Como exemplos, podemos mencionar que para lidar com os enigmas do sangue menstrual são organizados rituais que envolvem recursos naturais, e não remédios, ou produtos químicos; hábitos que são sustentados sem precisarem de costumes urbanos europeus. Entre as mulheres da tribo Toba é costume se pintarem de vermelho (urucu) quando menstruadas, como um método profilático para lidar com os espíritos ruins deste período. O gosto pelo cuidado com o corpo é grande entre elas.

Contudo, estruturas opressivas para com o papel social da mulher também são vistas dentro das organizações indígenas tribais – não apenas dos portugueses para com elas – as quais são colocadas de maneira mais sutil, por exemplo, quando reduzem as indígenas às atividades de maternidade e cuidados com o lar. A mulher indígena quando mãe, no período colonial, é retratada como dedicada à amamentação até longa idade e a ensinamentos maternos como ensinar suas filhas a fiar algodão e a preparar as comidas. Já os filhos meninos eram ensinados a exercer o domínio sobre as meninas; eram preparados para isso em casas frequentadas apenas por homens onde se aprendia sobre os privilégios e responsabilidades de ser homem. Nestes locais, era ensinado a tratar a mulher como local de resto; os afetos eram de pai para filho, de aspecto viril (Alves et al, 2018).

A vida menos rotineira, mais nômade e livre, menos dependente de bens materiais dos indígenas foi considerada uma espécie de heresia pelos portugueses, como se vivessem em crime perante a igreja católica. Eles valorizavam o imaterial, o conhecimento advindo da



natureza e dos antepassados, o que era visto como uma afronta aos portugueses, cujo saber era desconsiderado. Assim, eles foram apelidados de bugres, o que os denominava de sujos, pecadores imundos. Além disso, eles não serviam ao trabalho escravo, pois eram mais desobedientes e considerados de saúde mais frágil, mais moleirões e avessos à sobrecarga de esforço físico.

A história do Brasil é profundamente marcada pelo regime patriarcal de aristocracia, o qual criou a casa-grande e a senzala; o contraste entre o gosto pelo sofá, pela mulher, pela cadeira de balanço, pela cozinha – e todo o desconforto e perigo que regia a vida dos explorados para manter o conforto do senhor; grupo representado pelos negros e pelas mulheres, tanto as negras quanto as portuguesas. As primeiras, quando não eram escravas, eram escolhidas por critérios como beleza, saúde e porte físico a amamentarem os filhos das brancas portuguesas. Muitas vezes acabavam por criarem-nos: embalavam, contavam histórias, brincavam com as crianças. Estas mesmas negras eram muitas vezes as escolhidas pelos portugueses, senhores de engenho, para perderem a virgindade por meio de práticas sadistas; a “disponibilidade” que eles atribuíam a elas, por meio de ordens, facilitava a precocidade dos senhorzinhos (Freyre, 2006).

Já as portuguesas, quando meninas, de acordo com Freyre (2006) dormiam num quarto que se assemelhava ao do doente grave, bem no centro da casa, rodeado pela vigília de todos. Elas passavam de meninas criadas sob a vigilância dos encarregados pelo pai, ao casamento precoce, no qual a vigilância era exercida pelo marido: casavam-se com maridos de escolha exclusiva dos pais, jovens demais, ainda meninas, por volta dos treze anos; sem amadurecimento psíquico para conseguirem cumprir as principais funções da maternidade. Eram comuns casamentos com diferenças de dez, vinte, até trinta anos da idade do homem acima da mulher; o que reforçava ideais de superioridade por parte dele. Inclusive a cerimônia de celebração do casamento simulava a captura da menina pelo marido: eram festas enormes, de dias de duração, fartas em comidas e bebidas.

É possível pensar que, embora tivessem conforto físico, as portuguesas que viviam no Brasil não tinham o mesmo conforto de alma por viverem sob a tutela do senhor: reprimidas social e sexualmente dentro da sombra do pai ou do marido. Muitas portuguesas morriam após o parto, sem criarem o primeiro filho. Esta mortalidade pode ser compreendida para além da falta de assistência médica no puerpério: como uma falta de cuidados para com as mulheres como um todo; por exemplo, elas viviam trancadas dentro de casa, sem atividade física; suas alimentações não eram vistas como tão importantes como a dos homens. Até a forma como se vestiam refletia uma desorganização mental: era um excesso de cores, formas

e joias numa ostentação de superioridade que precisa ser comprovada a todo momento, subentendendo uma enorme insegurança.

Neste período de Brasil colônia, o acesso ao ensino era restrito aos homens brancos, à classe dominadora. Mulheres, negros e índios não podiam estudar. Algumas mulheres que tiveram o privilégio do ensino em âmbito privado, no início do século XIX, reivindicavam a educação pública e à emancipação moral para todas elas. Um grande exemplo desta resistência das mulheres da época foi Júlia Lopes de Almeida, quem, com auxílio da imprensa, pôde expor suas ideias críticas à sociedade de seu tempo (Schumacher & Ceva, 2015). As mulheres brancas conquistaram o acesso ao ensino por direito com a primeira Constituição brasileira, de 1824, a qual excluía deste direito as populações negra e indígena. E ainda vale ressaltar que existia a exigência por uma renda mínima para ser eleitor, ou seja, os brancos pobres também foram excluídos. O acesso das mulheres aos cursos superiores foi uma conquista do final do século XIX; e o sufrágio foi conquistado no século XX.

Kehl (2008), em uma reflexão psicanalítica sobre a história das mulheres no ocidente, demarca o século XIX como fundamental enquanto período que imprime formas de conduta das mulheres, formas estas que deixam grandes marcas no país até hoje. Foi a época após a Era das luzes, a qual, com o advento da razão, traz uma possibilidade de liberdade na construção de identidades, inclusive a das mulheres; é o período chamado de Modernidade. É um tempo de mudança de perspectiva, com o surgimento de ideias de que o sujeito humano pode ser mais autor do próprio discurso. A autora enumera algumas mudanças advindas da modernidade, dentre elas: a industrialização, e consequente organização social em função de produções industriais; a urbanização; o nascimento da família nuclear e a consequente separação entre o público e o privado com a família ocupando o lugar do privado.

Contudo, tal proposta de liberdade nas formas de vida não foi concretizada na referida sociedade, tampouco no âmbito da vida das mulheres. A família burguesa do século XIX era composta por uma tríade de um homem provedor do lar, o qual tinha suas ocupações que lhe demandam um longo tempo fora de casa nas indústrias e no comércio; uma mulher que se ocupava dos cuidados domésticos e dos cuidados com o repouso deste homem quando ele retornava para a casa; e pelos filhos que ficavam aos cuidados da mulher. O casamento tinha então menos uma função de unir um casal homem e mulher, e mais de unir a mulher a seu lar, e, desta forma, consequentemente, sustentar a virilidade do homem moderno.

A industrialização trouxe a marca da padronização, com reflexos nas subjetividades. A idade moderna, portanto, traz uma forma de ordenação dos laços sociais, extremamente

simplificada, que não valoriza a reflexão e a luta por uma reconfiguração subjetiva – apesar do nome Idade Moderna e das propostas trazidas pelo iluminismo.

As mulheres brasileiras com frequência se entristeciam por viver uma rotina sempre igual, onde quase nada lhes era permitido, e acabavam por adoecer, de tédio e desesperança. Não se pensava que a proibição de ter um discurso próprio poderia ser tão desastrosa à vida de algumas mulheres. A saída de algumas era viver uma vida de devaneio, pelo tempo em que ele sustentava uma realização de desejos fantasiada. Era uma vida calcada no princípio do prazer, numa tentativa de fuga da realidade tão entediante. A busca pelo adultério também era comum, sendo que este pode aqui ser pensado como uma forma de viver uma relação na qual o homem olha para a parceira enquanto mulher, e não enquanto mãe de seus filhos, ou seja, uma relação na qual ela podia se sentir desejada. Contudo, a questão que ficava é que a culpa gerada por este ato fora da lei era motivo de neurose, na melhor das hipóteses, quando não de suicídio, na pior. A condenação pelo adultério feminino era muito maior do que quando o homem era o adúltero.

Kehl (2008) ilustra este modelo de feminilidade com o caso fictício de Madame Bovary, personagem escrita por Gustav Flaubert em 1857. Emma Bovary procura em amantes e em compras de objetos materiais ostensivos, como roupas e utensílios domésticos, a resposta para o vazio de sua existência, e, ao não encontrar, termina por cometer suicídio: último recurso contra a angústia advinda de um profundo sentimento de despersonalização. Emma vivia num mundo de fantasia, sustentado por sua imensa carga de leitura, regado a viagens, romances de contos de fadas e vida cultural intensa: tudo em uma rica vida de imaginação que contrastava com a realidade de classe média monótona, e interiorana que era a realidade desta personagem.

É neste contexto que a histeria entra em cena, como a forma de sofrimento psíquico que acomete principalmente mulheres e as deixa com a sensação permanente de insatisfação, despersonalização, e ainda confusamente dirigindo ao homem uma espécie de domínio mágico sobre o seu desejo, o qual, na maioria das vezes, ela nem sabe dizer qual é, mas acredita que ele deve saber. Uma espécie de crença inconsciente de que apenas sendo amada pelo homem seria possível atingir o caminho de seu desejo, pois é no homem que repousariam os códigos dos caminhos a serem percorridos no laço social. É na mulher repreendida pela convenção social, pelo moralismo hipócrita, que a histeria passa a se manifestar com toda a sua força.

Voltando-nos ao Brasil, ao longo do século XIX, consolida-se a separação entre os indígenas e os povos brasileiros que se denominam descendentes de europeus, e pode-se

concluir que a visão de superioridade europeia nunca cessou e repercute em processos de brigas de terras com indígenas, bem como opressão cultural. “A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representam esse imenso poderio feudal” (Freyre, 2006, p. 38). É o que vemos no Brasil, até os dias de hoje. O mandonismo autocrático sempre foi marca da história do Brasil, compondo uma dualidade entre o sadismo do senhor e o masoquismo dos escravos e das mulheres. Dualismo facilmente visto entre doutores e analfabetos, senhores e escravos, europeus e negros.

No final do século XIX, período de proclamação da república, muitos indígenas haviam sido mortos pelos portugueses, e os que resistiram passaram a viver longe dos centros urbanos, na zona mais a oeste do país e na região amazônica. Os negros também foram em grande número mortos, e os sobreviventes passaram a viver de forma subalterna dentro dos centros urbanos; dando origem aos excluídos socialmente dentro da própria cidade: ali estavam, mas não tinham acesso a maioria dos serviços oferecidos, uma vez que os serviços urbanos foram construídos e planejados por e para os portugueses; de acordo com seus estudos, seu pensamento, sua forma de vida capitalista, à qual a exclusão é inerente.

A proclamação da república foi decretada devido ao trabalho de uma mulher, a princesa carioca Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon; nomeada princesa aos quatro anos de idade. Ela herdou o trono devido a morte prematura de seus dois irmãos homens, Pedro e Afonso (Schumacher & Ceva, 2015). Vinda de uma sólida formação cultural e intelectual, Isabel apresentou-se aos quatorze anos junto ao Senado para prestar o juramento de herdeira da coroa do Brasil. Quatro anos depois, casou-se com o príncipe francês Luís Felipe Maria Gastão de Orléans, conde D’Eu. Foi nesta ocasião que libertou todos os escravos que lhe serviram na adolescência, num ato de demonstração pública de seus ideais abolicionistas e humanitários.

Ao final da guerra do Paraguai, em 1870, a princesa Isabel substituiu dom Pedro II durante períodos em que ele viajou para fora do país. Além de sua contribuição com os movimentos abolicionistas, a princesa Isabel conseguiu destaques no governo com estabelecimento de relações comerciais com países vizinhos, a naturalização dos estrangeiros que viviam no Brasil, conseguiu soluções para problemas de limites territoriais, e ainda o desenvolvimento da viação férrea.

Ao assumir o poder, a princesa, com apenas vinte e quatro anos de idade, ordenou a libertação dos escravos que pertenciam ao governo através da lei do Ventre Livre, de vinte e oito de setembro de 1871, a qual declarou livre os nascidos das mulheres escravizadas a partir

desta data, embora eles ainda ficassem sob a tutela de seu senhor até os vinte e um anos. Isabel governou por mais uma regência em 1876, e pela terceira e última vez em 1887, em meio a ideais conservadores, escravocratas e latifundiários do presidente do Conselho de Ministros, o barão de Cotegipe; quem atrasou os interesses abolicionistas da princesa. Apesar das dificuldades, a princesa consegue concretizar a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, cujo decreto era de libertação incondicional dos escravos; logo em seguida, Isabel perde o trono.

A causa republicana, apoiada em parte pela aristocracia rural que perdeu seus bens com a abolição dos escravos, concretizou seus objetivos em quinze de novembro de 1889. Toda a família real foi obrigada a deixar o país, inclusive Isabel, que precisou partir sem seus filhos. Questionada em exílio sobre a Lei Áurea, ela declara: “Quantos tronos houvessem a cair, eu não deixaria de assiná-la”. (Schumacher, S. & Ceva, A., p. 37).

No Brasil república, assim como em grande parte do mundo ocidental do século XIX, constrói-se o modelo de vida burguês, cujo modelo de família tradicional burguesa prevalece em grande parte da sociedade até a atualidade. A figura da mulher “dona de casa” ganha força; aqui ela não mais precisava trabalhar: o salário do marido era a renda centralizadora e a mulher podia, de forma integral, cuidar da casa. A revolução industrial coloca um fim no recrutamento de mulheres, e a divisão do trabalho entre os sexos é extremamente estratificada, ficando as mulheres a cargo dos serviços domésticos e os homens dos demais. Surge um modelo de feminilidade: a mulher ideal era a esposa passiva, obediente, casta e ocupada com suas atividades domésticas. A figura da mulher nas ruas passa até a ser ridicularizada e atacada; as mulheres não deviam estar pela cidade.

É importante ressaltar que formas de vida que saíam das regras sociais sempre se fizeram presentes. Ao longo desta fase, por exemplo, a figura da mulher prostituta era frequente fazendo funções de esposa para os trabalhadores homens; além de lhes servir sexualmente ela cuidava de suas comidas e limpeza. Pode ser considerada uma forma de alternativa de vida às mulheres que não se casavam; pois suas saídas para além desta seriam tão ou mais cruéis com problemas advindos da pobreza e exclusão social. De acordo com Del Priori (2013) as mulheres que não se casavam, por não pertencerem a uma família nobre, designada ao casamento, eram ainda menos respeitadas e se mantinham num lugar sem proteção.

Em geral as moças não eram ensinadas a ler, de modo que permanecendo incultas cabia-lhes permanecer numa vida com muitas privações. Eram ensinadas desde criança por suas mães a bordar, fazer costura e cozinhar, como futura ocupação para os momentos em que

não estavam servindo ao marido ou aos filhos. Enquanto isso aos homens eram valorizadas as práticas hedonistas, sair para curtir a noite, ter vida social.

Predomina, no Brasil república, uma cultura de que o amor feminino deveria ser respeitoso e recatado, e o masculino uma espécie de ternura inspirada pela fragilidade feminina. O respeito só era conseguido através do casamento, o qual tinha regras rígidas sobre o comportamento das mulheres. Contudo, a resistência sempre aconteceu, mesmo dentro do modelo tradicional não eram todas que aceitavam calmamente o modelo imposto; esta opressão resultava muitas vezes em rebeldia por parte delas: “Muitas delas se insurgiram contra a ditadura do fogão e do berço, resistindo às vontades do marido cotidianamente: salgavam a comida, deixavam de lavar a roupa ou passavam os dias na igreja – um dos poucos lugares de encontro social” (Del Priori, 2013, p. 22).

Vale ressaltar que nesse século não existiam métodos anticoncepcionais, pois evitar filhos não era uma prática permitida. O sexo era para reprodução, não podia existir o erotismo. Qualquer tipo de prática de sedução feminina era extremamente mal vista. Esta temática tem por base a visão de relacionamento entre homem e mulher que não envolve reciprocidade, mas sim a propriedade por parte do homem. A mulher aqui deve ser vista como a delicada e recatada: deve inspirar ternura pela sua fragilidade (Del Priori, 2005). A mulher bem quista era a recatada e distinta, a que jamais tomava a iniciativa. Obviamente que o marido procurava relação sexual fora do casamento, já que com a esposa tinha que ser casto. As brancas eram para casar, mulatas e negras para sexo e trabalho.

A opressão portuguesa e burguesa tinha por base premissas da igreja católica, por meio de ideias de que as mulheres devem ser exemplarmente submissas ao marido. É a mesma relação de poder já implícita na escravidão: a mulher entra como escrava doméstica – deve lavar, passar, cozinhar e servir com o sexo (Del Priori, 2013). Antes do século XX, a maioria das brasileiras não aprendiam a ler, pois esta cultura não era necessária à sua vida restrita a tarefas domésticas e costura. O homem em casa representava o Estado e a igreja.

Com a igreja dominando os pensamentos, prega-se a ideia da mulher como criatura imperfeita, uma vez que nasceu da costela de Adão e, portanto, deveria tanto obedecer quanto se submeter ao homem.

Durante a instrução, a mulher deve ficar em silêncio, com toda a submissão. Eu não permito que a mulher ensine ou domine o homem. Portanto, que ela conserve o silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, pecou. Entretanto, ela será salva pela sua maternidade, desde que permaneça com modéstia na fé, no amor e na santidade. (Bíblia, 1 Timóteo, 2, 11-15, citado por Pinafi, 2007).

A igreja católica – com seus preceitos de que a mulher veio de Adão e a ele deve se submeter – explorou a relação homem e mulher como algo de predominante dominação, onde caberia à mulher ser exemplarmente submissa: uma escrava doméstica que deveria servir também com o sexo quando assim fosse vontade do homem. Caberia à mulher lavar, passar, cozinhar, lustrar o chão, e dar filhos para prosseguir com a descendência.

Algumas mulheres gostavam mais de estudar, preferiam a ciência à religião e frequentar cursos a permanecer apenas em casa nos cuidados com o lar e filhos. Acabavam por se tornar mulheres inteligentes e de alta capacidade intelectual e, ainda que com estas qualidades, eram consideradas criminosas e incapazes de dotes necessários à maternidade como a paciência e abnegação. Mulheres com conhecimentos costumavam causar repugnância nos homens comuns, não eram atrativas.

Em 1879, o Brasil abriu acesso das mulheres aos cursos superiores, embora não fosse uma prática efetivamente exercida pelo preconceito acima citado e consequente falta de incentivo cultural. As mulheres que decidiam estudar eram vistas como as desertoras de lares, as solteironas que não se casariam, ou seja, que eram responsáveis pela destruição da família (Silva, 2008).

No século XX, o Brasil autoriza o divórcio, isto é, viabiliza a lei que o autoriza, mas socialmente continua recriminando-o. As mulheres que optam por ele são consideradas as verdadeiramente infelizes, as péssimas mães e esposas que podem desmontar a sociedade (Del Priori, 2013). Este século também é marcado pela lei que autoriza a entrada da mulher no mercado de trabalho sem autorização expressa do marido, embora esta lei não tenha trazido liberdade à mulher; ainda que houvesse autonomia econômica, não significou que ela trazia autonomia nos âmbitos social, psicológico, cultural, moral; dentre outros. Além disso, é válido pensar que esta autorização para o trabalho se deu mais por necessidade de ajuda no sustento da casa do que por reconhecimento da mulher como um sujeito de direitos, já que ela ganhava, e ainda ganha, menos do que o homem exercendo a mesma função.

A maternidade, neste século XX, se mostra como salvação para muitas mulheres, para que elas ganhem visibilidade e reconhecimento. Ser uma boa mulher passa a ser sinônimo de ser uma boa mãe, ideia que exclui desejos e crenças sobre a importância de ter um filho, como o desejo de continuidade ou o amor pela criança. Com essa crença na salvação tudo se resume a ganhar reconhecimento e lugar social sendo mãe, como uma tradição que simplesmente deve ser cumprida, sem reflexão. Desta forma, com a mulher santificada em mãe, fica inibida a sexualidade conjugal. O sexo assim é associado à procriação e o papel da mulher quando

não está sendo mãe é resguardar pelo lar e pelo marido. Já o dele é se dedicar ao trabalho, ter vida social e fiscalização sobre a mulher e os filhos (Del Priori, 2013).

Em seguida, no mesmo século XX, vemos o início da tirania da perfeição física: o desafio não é uma busca de identidade, mas sim de uma identificação com um modelo de beleza que escraviza as mulheres a se submeterem a práticas dolorosas e, muitas vezes, perigosas em troca de um corpo aceito socialmente. Do marido, o algoz se desloca para a mídia, tão perseguidora e inconsequente. Com a sociedade incentivando o resultado rápido e prático a qualquer custo, não é de espantar que o caminho pela beleza impossível seja procurado muito menos por hábitos de vida saudáveis do que por cirurgias plásticas, cosméticos extremamente caros, exercícios físicos abusivos, anabolizantes perigosos. O preço para ser aceita é qualquer um, e algumas mulheres presas a este discurso se submetem a tudo. Essas considerações são pertinentes, também, ao século XXI.

Vale ressaltar que há no Brasil, no mesmo período histórico – com mais força na década de setenta – um forte movimento feminista que comprova a resistência de muitas mulheres em entrar tanto no discurso da maternidade enquanto salvação quanto no discurso dos padrões de beleza severos, impostos pelas grandes mídias, principalmente às mulheres. Pode-se dizer que as feministas da década de setenta são mulheres que se valem das ideias de Simone de Beauvoir, autora já citada acima, uma das principais representantes do feminismo mundial. Beauvoir (2016a) destaca, dentre outras questões, como já mencionado em itens anteriores, a maternidade como função extremamente esgotante, principalmente em relação aos primeiros cuidados para com o bebê, que exigem uma atenção sem descanso por parte da mãe. O aleitamento, por exemplo, é muito diferente das imagens que aparecem nas campanhas de amamentação: trazem ferimentos e dor ao seio com frequência, além de febre alta e demais indisposições à lactante. A autora não era adepta de padrões estéticos e, muito pelo contrário, ressalta a importância da mulher se impor perante os discursos impositivos acerca do comportamento dela.

De acordo com Del Priori (2013), nos dias atuais algumas mulheres tendem a ser mais sozinhas do que os homens. Estas mulheres que não se casam podem vir a chefiar famílias monoparentais, e ainda aceitar situações de submissão aos padrões estéticos colocados pela mídia. A autora traz uma importante reflexão de que em casa estas mulheres solitárias escondem sentimentos contraditórios com o estilo de vida que levam: são mulheres progressistas no âmbito econômico e no posicionamento social por terem uma família não tradicional, contudo, em alguns casos, protegem filhos que agridem mulheres ou até não permitem que os filhos homens se ocupem de tarefas domésticas, o que os torna dependentes



delas em assuntos domésticos. São muitas vezes coniventes com piadas machistas da mídia, e aceitam que os filhos usem temas apelativos.

No âmbito de legislação e políticas públicas, os séculos XX e XXI são marcados por algumas conquistas sociais, políticas e econômicas por parte das mulheres. Além da lei do divórcio, métodos anticoncepcionais e lei do direito ao voto, já mencionados, na década de 50, a Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou trabalhos de erradicação da violência contra as mulheres e criou a Comissão de Status da Mulher. Ela está embasada na afirmação de direitos iguais entre homens e mulheres e na Declaração Universal dos Direitos Humanos cuja premissa é, de que tanto direitos quanto liberdades, devem ser aplicados, de maneira igual, entre homens e mulheres. Em 1979, a Assembleia Geral da ONU adotou a CEDAW: Convenção para Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, conhecida como lei internacional dos direitos da mulher, buscando a repressão das discriminações (Silva, 2008).

Também é fruto da década de 1970 a chegada no Brasil da segunda onda do movimento feminista. A partir de então, este movimento reforça a consciência de que a discriminação contra as mulheres existe. As feministas são as que enfatizam a idéia de que não há um poder: o poder é criado. Se os homens haviam sempre estado no poder, é porque eles assim se colocavam, e as mulheres não deveriam permitir que fossem excluídas. Portanto, começam a reivindicar direitos iguais não só política e economicamente como também nos âmbitos que envolvem responsabilização, como o sistema prisional. O ano de 1975 foi definido pela ONU como o Ano Internacional da Mulher (Silva, 2008). Foi na Rússia que o movimento feminista ganhou mais força, e no Brasil a luta tem se intensificado nos últimos anos.

Na década de oitenta, surge no Rio de Janeiro o SOS mulher com objetivo de atendimento a mulheres vítimas de violência, visando melhores condições de vida. Esta iniciativa foi adotada também por outras cidades, inclusive São José dos Campos, cidade paulista, onde encontramos tanto o SOS mulher como o Centro Dandara, importantes centros de acolhimento às mulheres vítimas de violência doméstica. As políticas públicas então crescem, e ainda na década de oitenta são fundadas as Delegacias de Defesa da Mulher. A primeira unidade foi inaugurada no Estado de São Paulo, em 6 de agosto de 1985, durante o governo Franco Montoro e foi planejada pelo então secretário da Segurança Pública Michel Temer), que hoje são centenas, sua maioria na região sudeste.

Na década de noventa houve a declaração de Viena, que fornece mais subsídios para a luta. Nela, foram incluídos vários graus e manifestações de violência, considerando que ela

infringe Direitos Humanos e acontece na maioria em esfera privada. Em 1995, foi ratificada no Brasil a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a mulher, aprovada pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (Silva, 2008).

A Lei Maria da Penha, promulgada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2006, foi mais um grande avanço em direção à proteção da mulher e reconhecimento de sua vulnerabilidade (Silva, 2010). A Lei determina o encaminhamento de mulheres em situação de violência e seus dependentes a programas e serviços de proteção, garantindo-lhe os Direitos Humanos que já se achavam positivados na Constituição Federal. Vale ressaltar que esta lei não considera apenas a violência física: controlar financeiramente, expor vida íntima e forçar atos sexuais também são exemplos de violência que são cobertos. A lei classifica a violência em cinco categorias: violência patrimonial, violência sexual, violência física, violência moral e violência psicológica.

Maria da Penha Maia Fernandes é uma farmacêutica, cearense, cujo nome batizou a lei que protege mulheres contra violências devido à violência doméstica da qual foi vítima e quase lhe levou a óbito. Ela conheceu o agressor em 1974, quando fazia mestrado na Universidade de São Paulo, ele era estudante de pós-graduação em economia; e, inicialmente, ela o acolheu como namorado em sua casa com uma situação financeira mais favorecida que a dele. Contudo, após o casamento, que se consolidou no ano de 1976, o marido ascende financeiramente e seu modo de tratamento para com ela muda. Ele fica agressivo com ela e com as filhas do casal. Em seu livro *Sobrevivi... posso contar*, Fernandes (2012) relata que a violência doméstica obedece a um ciclo no qual o agressor pede desculpas, garante amor eterno e diz que nunca mais irá ferir a vítima. É neste momento que a vítima costuma engravidar de novos filhos, no seu caso, foi em momentos como este que ela engravidou tanto da segunda quanto da terceira filha, já que a primeira nasceu antes da mudança de comportamento do marido.

Na visão de Maria da Penha, o marido torna-se agressivo ao ascender financeiramente; ela acredita que ele se manteve pacato no período de início de relacionamento porque dependia dela (Fernandes, 2012). A agressividade vai ficando cada vez maior para com ela e para com as três filhas; tudo era motivo para briga e agressões físicas e o controle para com as quatro era intenso. Ele, por exemplo, simulava viagens e voltava antes do previsto para verificar se tudo estava acontecendo conforme ele havia determinado. Se a filha pequena chupava dedo para dormir, era motivo para agressão; se fizesse xixi na cama, era jogada brutalmente no chuveiro. O casamento assim afunda e Maria da Penha percebe que se o

pedido de divórcio não acontecesse por ela, eles permaneceriam casados; contudo ela não consegue pedir o divórcio por medo de que ele a matasse.

No ano em que o crime de tentativa de assassinato aconteceu, 1983, Maria da Penha relata que o marido tentou fazê-la assinar um seguro de vida que o beneficiava, em caso dela falecer. Dias depois, conseguiu fazê-la assinar outro documento para que o carro dela fosse vendido a um colega dele. Tudo indicava uma armação para matá-la, da qual ela não conseguiu escapar. Em uma noite após uma visita a casa de amigos do casal, ela acorda com o forte barulho e sensação de borbulhar nas costas. O marido é levado em um carro de polícia e relata um assalto. Maria da Penha é socorrida com vida, e, apesar de ter ficado paraplégica, sobrevive após uma difícil recuperação, com uma série de limitações. Em meio a seu período de recuperação, ele tenta assassiná-la novamente, por meio de um choque elétrico no chuveiro em que ela tomava banho (Fernandes, 2012).

Hoje Maria da Penha é uma militante de ideias feministas. Além da lei que protege à violência contra as mulheres, seu nome intitulou o Instituto Maria da Penha, com sede em Fortaleza e objetivo de garantir o funcionamento da lei, bem como políticas públicas voltadas para a prevenção e conscientização da violência doméstica e contra as mulheres. O marido foi condenado a dez anos e seis meses após doze anos de julgamento em 1996; contudo, sob alegação de irregularidades no caso por parte de um dos advogados de defesa, a sentença não foi cumprida. Em 1998 o caso foi denunciado para a Comissão Interamericana de direitos humanos; o estado foi responsabilizado por omissão e negligência em 2001; o réu foi preso em 2002, solto em 2004 estando hoje, livre. O caso ganhou repercussão internacional por ter sido o primeiro a ganhar reconhecimento no âmbito da violência contra as mulheres, abrindo portas para uma problematização e reflexão profunda sobre o tema.

Em 2015, a presidente Dilma Rousseff, em andamento ao ciclo de problematização da violência contra a mulher, traz uma nova proposta jurídica em relação a este tema com a importante lei do Feminicídio, a qual colocou a morte de mulheres no rol de crimes hediondos (Silva, 2008).

Nos últimos anos, algumas discussões a respeito da discriminação da mulher vêm acontecendo no Brasil em grande proporção. A cultura do estupro, por exemplo, é uma importante campanha criada em 2016 para desnaturalizar a concepção de que mulher assediada sexualmente é responsável pelo assédio que sofreu, ou seja, se a sociedade normaliza a mulher como culpada, existe cultura do estupro. Em 2017, atrizes lançam frases nas mídias como: “mexeu com uma mexeu com todas” que sensibilizam a população para esta importante questão de violência contra a mulher, como se ela pudesse ser naturalizada no

lugar de um objeto de uso. As mulheres vão continuar sendo vistas como culpadas pela violência que sofrem, caso a cultura a exclua do poder e a inferiorize (Braga & Ruzzi, 2017).

Contudo, apesar de toda esta resistência e movimento políticos, os números sobre violência contra as mulheres no Brasil são assustadores. Temos o dado de 2016 de um relatório da ONG sobre o Brasil estar no 102º lugar no ranking dos melhores países para nascer mulher, num total de 144 países pesquisados, ou seja, um dos piores (Modifica, 2017).

Em março de 2017 a ONU publica em seu site uma reportagem sobre desigualdade de gênero nas políticas sobre drogas. Existem mais mulheres morrendo de overdose do que homens. O que acontece é que muitas mulheres não têm acesso a tratamento, ou são impedidas de fazê-lo. A reportagem ainda afirma que existe forte ligação entre o trabalho com sexo e o uso de drogas: algumas usam a droga para conseguir lidar com as exigências deste trabalho; enquanto outras trabalham com sexo como forma de pagamento para o uso de drogas. Obviamente, estas mulheres não têm acesso ao tratamento devido ao preconceito que sofrem, preferem se omitir a se expor. Mulheres com filhos têm menos ainda acesso a tratamento, pois temem perderem suas crianças ao serem taxadas de drogadas (ONU BR, 2017).

Caminhando no movimento, em 2018, a ONU lança a campanha: “O valente não é violento”. Esta campanha mostra o reconhecimento de que a sociedade ainda hoje é machista (supervalorização do homem em detrimento da mulher) e, portanto, é necessário conscientizar a população para a necessidade de mudança de comportamento e responsabilidade nesta questão (ONU BR, 2018). Frases como: “o valente compartilha as responsabilidades do lar”, “o valente respeita a opinião das mulheres”, “o valente jamais usa a força” são então lançadas como estratégias de conscientização popular da necessidade de combate ao machismo.

Como um dado quantitativo acerca da problematização atual sobre a violência contra as mulheres como um fenômeno social, foi realizada uma pesquisa no jornal O Estado de São Paulo (Estadão) em 22 de abril de 2018, na qual apareceram 39 reportagens desde primeiro de março até esta data envolvendo violência contra as mulheres. Estas notícias falam, em sua maioria, de violência física envolvendo atos como espancamento que muitas vezes chega até a morte; crimes com armas brancas como facas ou pé de cabra, sendo que a maioria acontece dentro da residência da vítima, e entre casais que já se relacionaram. O término da relação por parte da mulher é o maior dos motivos para o crime acontecer, seguido pelo sentimento de posse por parte do agressor (Estadão, 2018). Vale ressaltar que é justamente esse sentimento de posse que leva muitas mulheres a se manterem numa relação violenta, por uma interpretação por parte delas de que o sentimento de posse é devido ao amor. Quanto maior a

vulnerabilidade sentimental em que a mulher se encontra, mais provável é fazer esta confusão entre o sentimento de posse e o amor, o que leva a pensar que, para além da vítima de violência, há um masoquismo inconsciente envolvido.

Mesmo com o Brasil tendo um dos melhores sistemas legislativos em relação à proteção das mulheres do mundo, contraditoriamente, tem o número de crimes contra as mulheres extremamente altos, inclusive de feminicídios, os quais envolvem a morte de mulheres. Em março de 2018 a lei do feminicídio completou três anos. Ela prevê penas mais altas para condenados por assassinatos a mulheres ou por atos de discriminação e menosprezo às mulheres.

Ressalto que são quase setenta anos de lutas contra a discriminação das mulheres, o que pode parecer significativo. Contudo, ainda é muito pouco quando comparado aos milênios de anos passados nos quais esta cultura na qual a mulher podia lutar não existia. Ainda há muito a ser feito na desconstrução e construção de pensamentos nos quais os gêneros – ainda que diferentes – não podem ser vistos em termos de valoração. Analisar a diferença entre o masculino e o feminino enquanto gênero é necessário, mas o discurso de falar do sexo masculino exercendo valoração e poder sobre o feminino pode e deve ser erradicado.

Para finalizar este item, a contradição entre as conquistas da mulher brasileira nos âmbitos político, econômico, social e a permanência do discurso ditatorial em relação a padrões estéticos, precisa ser exposta. Goldenberg (2010) em crítica à mulher brasileira ressalta que o envelhecimento é aqui tema de imensa preocupação; o que não acontece na maioria dos países europeus. A relação entre o corpo e o capital fica evidente quando não se pode perder o estatuto de poder estético associado ao corpo. A autora ainda fala sobre o capital marital, ou seja, a mulher que só consegue se autovalorizar quando acompanhada por um homem em união formal. Ou seja, corpo e marido são considerados capitais na cultura brasileira.

A mulher precisa saber dizer o que ela quer num relacionamento para além do “status de se ter um marido”. Precisa saber dizer ao marido o que ela quer no relacionamento. É evidente que algumas mulheres só caem em si depois que os filhos saem de casa e percebem então que sempre viveram para eles e não sabem ao certo quem são. A ditadura da mulher perfeita associada ao corpo perfeito, à maternidade e submissão ao homem precisa cair.

Não pode haver uma desvalorização das conquistas das mulheres por elas mesmas. Não basta a mulher ser independente financeiramente se ela não tem independência de valores que justifiquem uma vida digna de ser vivida. É preciso um algo mais, é preciso um sentido para a liberdade.

## **4 – FIGURAS DE MULHERES E A RESISTÊNCIA**

### **4.1 - As indígenas no Brasil**

Esse tópico é relevante de ser construído, principalmente porque essas mulheres sofrem dupla discriminação e violência: por serem mulheres e por serem indígenas. Trata-se de populações definidas por nativas, pioneiras no local onde vivem, em contraposição às populações colonizadoras, que chegaram em determinado local para viver num segundo momento (CIDH, 2018). No Brasil, há um antagonismo evidente entre nativos e colonizadores no que diz respeito à cultura: enquanto os primeiros esforçam-se por construir e preservar os seus próprios saberes, os segundos, adeptos da globalização, impõe saberes com tendências de objetivos rentáveis, pautados em interesses econômicos exploratórios, interesses os quais tiram de cena aspectos fundamentais aos indígenas, como a singularidade e construções subjetivas – entendendo subjetividade por uma confluência de identificações. Os indígenas também costumam ser chamados de autóctones, nativos, ou ainda aborígenes.

A história do Brasil é contada do chamado “descobrimento” em diante, ignorando o fato de que antes dos portugueses aqui chegarem havia pessoas vivendo em equilíbrio com o meio físico, com seus sofisticados costumes e cultura aliados ao respeito pelos recursos naturais. Considerando-se superiores em termos de ciência, monetarização e comercialização, os portugueses veem os indígenas como uma espécie de raça inferior, a qual precisa ser treinada para atingir o modelo português imposto, sem suavização; ou até morta em caso de atrapalharem seus objetivos exploratórios sobre o Brasil.

As mulheres indígenas merecem cuidado ao serem tratadas, uma vez que consideremos o fato de ser mulher como inerente a uma das facetas da desigualdade do mundo ocidental, estruturado em cima da figura do homem branco, patriarcal. A discriminação das mulheres indígenas é uma das formas mais perversas de manifestação da discriminação das mulheres, pois estão imersas em dois discursos discriminatórios que se sobrepõe: o sexo feminino, categoria comumente considerada submissa ao masculino, e ainda indígena, categoria considerada por muitos como submissa ao europeu, colonizador.

Para a criação de políticas públicas e sistemas de proteção aos indígenas, a priori é necessário o reconhecimento dos mesmos enquanto população distinta à sociedade que se submeteu à colonização portuguesa de exploração. Os povos indígenas têm direitos comuns resguardados pela Constituição Federal de 1988, e direitos específicos às suas condições de vida, regidos por legislações complementares. Estas leis reconhecem que os povos indígenas

possuem costumes, línguas, crenças, tradições e organizações sociais específicas. Dentre estes direitos, ressalta-se a livre ocupação das terras nas quais foram criados em suas tribos.

A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) define como indígena aquele que:

... contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores à colonização que foi desenvolvida em seus territórios, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus próprios padrões culturais, as instituições sociais, econômicas, políticas e os sistemas jurídicos (Ministério do desenvolvimento social, 2011, p. 10).

Freyre (2006) descreve, nos primeiros séculos da entrada portuguesa no Brasil, conflitos inerentes à colonização de exploração europeia; a qual lidou com os habitantes locais, os índios brasileiros, como uma espécie de raça inferior que precisava se adequar aos costumes portugueses; como se eles não estivessem aqui no país muito antes de suas chegadas.

Pelos frequentes relacionamentos entre portugueses e índias, pode-se afirmar que a figura da mulher morena passa a ser a preferida dos portugueses, ao menos para sexo: eram os anjos maus cuja salvação poderia advir com o batismo, imposição de costumes da igreja católica (Freyre, 2006). As mulheres indígenas desde sempre possuem uma relação especial com seus corpos como parte da natureza, e organizam rituais para lidar com os enigmas do sangue menstrual, por exemplo. Entre as mulheres da tribo Toba é costume se pintarem de vermelho (urucu) quando menstruadas, como um método profilático para lidar com os espíritos ruins deste período. O gosto pelo cuidado com o corpo é grande entre elas.

A mulher indígena quando mãe, no período colonial, é retratada como dedicada à amamentação até longa idade e a costumes maternos como ensinar suas filhas a fiar algodão e a preparar as comidas – de acordo com o mesmo autor acima. Já os filhos meninos eram ensinados a exercer o domínio sobre as meninas; eram preparados para isso em casas frequentadas apenas por homens onde se aprendia sobre os privilégios e responsabilidades de ser homem. Nestes locais, era aprendido a tratar a mulher como local de resto; os afetos eram de pai para filho, de aspecto viril.

A vida menos rotineira, mais nômade e livre, menos dependente de bens materiais dos indígenas foi considerada uma espécie de heresia pelos portugueses, como se vivessem em crime perante a igreja católica. Os índios valorizam o imaterial, o conhecimento advindo da natureza e dos antepassados, cujo saber foi desconsiderado pelos portugueses, e até visto como uma afronta. Assim, eles foram apelidados de bugres, o que os denominava de sujos,

pecadores imundos. Além disso, eles não serviam ao trabalho escravo, pois eram mais desobedientes e considerados de saúde mais frágil, mais moleirões e avessos à sobrecarga de esforço físico.

De acordo com Alves et. al. (2018), podemos destacar diversas tribos indígenas originárias da região do Vale do Rio Paraíba que sofreram com a colonização de exploração e subsequente extermínio de indígenas locais, dentre elas os Puris, Coroados, Ararís, Coropós, Caxaxenes, Tupinaki. Eles utilizavam o Rio Paraíba para deslocamento e povoavam seus entornos.

Os Puris são uma grande tribo, habitantes das regiões úmidas de São Paulo, com sua população se estendendo desde a Serra do Mar ao Rio de Janeiro, com grande concentração no Vale do Rio Paraíba. São considerados os primeiros habitantes da atual cidade de Rezende, situada no médio do Vale do Rio Paraíba, cuja organização social sofreu com a atuação da colonização de exploração no século XVIII, caracterizada na região, principalmente, pela extração do ouro, e foi considerada uma tribo extinta no século XIX (Oliveira, 2019). Contudo, em 2018, a comunidade de índios Puris de Padre de Brito foi motivo de reunião da FUNAI na Câmara de vereadores de Barbacena, junto a representantes do sindicato de trabalhadores rurais para a discussão de políticas públicas destinadas a esta comunidade; isto nos mostra que os Puris resistem, mesmo apesar de terem sido dados como extintos (Câmara Municipal de Barbacena, 2018).

Este grupo de caráter nômade nunca aceitou o aldeamento missionário, e até hoje luta por seus direitos a terra, pertencimento na sociedade contemporânea e identidade enquanto grupo. Os Puris ainda existem por serem um grupo resistente, que não aceitou a aldeia, correu para a mata e se escondeu. A resistência pela fuga e deslocamento vêm como marca desta tribo, em busca de sobrevivência e manutenção de sua liberdade. Contudo, ao fugirem para a mata suas terras foram consideradas como abandonadas; daí vem a contradição: como um povo vivo pode ser dado como morto, uma vez que as tribos são facilmente associadas às suas terras. O nomadismo enquanto característica fez dos Puris uma espécie de indígenas “sem terras”, pois não eram nelas que eles colocavam a sua segurança, mas sim na capacidade de deslocamento.

Freud (1913/2006), em “Totem e Tabu” analisa as peculiaridades culturais de civilizações definidas aqui por ele como selvagens, com análise principal para as interdições do incesto e parricídio: ele teoriza sobre a forma como tais proibições operam nos povos selvagens, cuja inserção de leis organiza suas civilizações. É uma obra na qual a intersecção



entre a antropologia e a psicanálise é evidente, fundamental para uma reflexão acerca da subjetividade humana para além da civilização urbana. Ele define um totem como:

...um animal (comível e inofensivo, ou perigoso e temido) e mais raramente um vegetal ou um fenômeno natural (como a chuva ou a água), que mantém relação peculiar com todo o clã. Em primeiro lugar, o totem é o antepassado comum do clã; ao mesmo tempo, é o seu espírito guardião e auxiliar, que lhe envia oráculos, e embora perigoso para os outros, reconhece e poupa os seus próprios filhos (Freud, 1913/2006, p. 22).

Aqui é possível aproximar a concepção do totem à figura de um pai protetor, embora exista muita diferença na forma de se sentirem protegidos, uma vez que a ligação dos ditos selvagens com o seu meio ambiente é muito forte: o totem pode ser inclusive representado por um fenômeno da natureza. O fato é que entre o totem e os membros de uma tribo há uma relação diferenciada: íntima e especial, de forma que o totem termina por organizar as relações sociais, na medida em que a partir dele são colocadas as leis. Em última análise, os totens serviram para diferenciar as tribos umas das outras, na medida em que cada uma responde ao seu totem, conectando-se com a sua singularidade: ele se torna a insígnia de um grupo. Há uma identificação entre determinados sujeitos e o seu totem. Como conclusão a esta forma de organização tribal em torno de um determinado totem, pode-se pensar que a valorização do coletivo entre os selvagens ganha destaque: a proteção se insere ao grupo e não a famílias nucleares. Aplicando este pensamento aos indígenas brasileiros, pode-se pensar na proteção a tribos, cada uma das quais cultivava suas formas de proteção.

Freud (1913/2006) percebe que em algumas populações selvagens a palavra pai, por exemplo, designa todos os indivíduos capazes de serem pais, a quem assim os chama, e não apenas o seu genitor em específico. Assim como também ocorre com a palavra mãe. É uma forma de organização da vida com ênfase no social, e não na família nuclear. Além disso, também é mencionada a ênfase que povos, definidos pelo autor como primitivos, atribuem a seus desejos. A crença em um totem está diretamente ligada à valorização das questões do espírito, oriundas do mundo anímico, voltado à alma e mais distante da materialidade.

Totem e tabu são termos que apresentam, em ordem inconsciente, uma ambivalência emocional contida numa intensidade de afetos. Há ao menos uma dualidade de correntes de afeto em torno do totem: uma que provoca veneração, amor, curiosidade, desejo; enquanto outra provoca repugnância, medo, hostilidade. São-lhe atribuídos poderes superiores, ao mesmo tempo em que, quando provocam frustração, são-lhe retirados qualquer forma de poder para dar vez a sensação de hostilidade.

Já para a palavra tabu, Freud (1913/2006) a define como proibições que visam à proteção. Como exemplo, a obra trabalha o tabu do incesto e do parricídio exercidos contra o

totem. São proibições às quais as tribos simplesmente seguem, sem levantar objeções; quem as transgredir estará carregado de um poder perigoso, tal qual uma infecção. Este poder de transgressão está ligado a pessoas e situações tidas como especiais, excepcionais, ou ainda misteriosas. Contudo, são proibições que organizam as tribos, e, desta forma, as protegem. O autor conclui que o incesto é algo que sempre é colocado como parâmetro em tais organizações: ou ele é proibido ou é autorizado enquanto exclusividade. Já o parricídio não aparece enquanto aceitável, e é refletido metaforicamente ao final da obra, como um caminho para a independência e a liberdade: matar o pai e se alimentar de seus poderes.

O tabu, portanto, atua em forte ligação com o mistério ou com a provocação de temor, ainda que o perigo não seja objetivável; inclusive pelo contrário, o perigo aqui reside justo na ausência de objetivação: a base do tabu é uma ação proibida, para cuja realização existe forte inclinação do inconsciente (Freud, 1913/2006, p. 49).

Retomando as colocações sobre as mulheres indígenas, é válida aqui uma reflexão às proibições associadas às mulheres e ao que é tido como feminino; por exemplo, tabus em relação à menstruação, à gestação e ao parto. São aspectos que transcendem os imperativos categóricos universais, na medida em que são exclusivos das mulheres e vividos de forma muito singular. Vale ressaltar que são condições que despertam sensações de desamparo, o que, por sua vez, desperta desejos inerentes a uma possível cura para o desamparo. São muitos os ditos como: não se deve ter relações sexuais com uma mulher menstruada; – entre as mulheres da tribo Toba, por exemplo, é costume se pintarem de vermelho (urucu) quando menstruadas, como um método profilático para lidar com os espíritos deste período –. Durante a gestação e o parto também há uma série de proibições que podem ser vistas como tabus, pela ausência de clareza; são proibições que visam mais a uma organização social do que de fato a algum perigo iminente.

Tais situações que despertam tabus são frequentemente tratadas como isoladas do cotidiano, como exceções, pelo suposto perigo iminente. A pergunta que incide é: se já é inerente às mulheres situações que despertem tabus pelos seus aspectos singulares como a menstruação, a gestação e o parto; mulheres indígenas causariam um impacto ainda maior por viverem de forma não urbana, mais conectada ao transcendental, ao místico, e aos poderes obscuros e fortes da própria natureza?

Há um fator encantamento, associado ao sobrenatural, vinculado ao corpo da mulher que pode provocar uma espécie de fascínio. Na cultura brasileira, tal fascínio costumeiramente é associado à figura da mulher mulata (termo usado, mas contestado atualmente) aquela que dança no carnaval seminua e provoca a atenção de todos (Ribeiro, 2018). É um fascínio ambíguo: ao mesmo tempo em que encanta provoca certo medo,

advindo da sensação de mistério e perigo. Embora a mulata seja apenas uma mulher, e a dança apenas uma forma de expressão corporal, a sensualidade presente no corpo da mulata provoca um algo além. Pode-se pensar que é justo este além, ligado ao encantamento por uma imagem, que talvez tenha causado fascínio aos portugueses quando chegaram ao Brasil e encontraram as indígenas; mulheres de pele morena e cabelos pretos, diferentes das europeias, cujos hábitos diferentes envolviam andar seminuas em poucas roupas coloridas e exóticas. Indo mais além, pode-se pensar que este mesmo fator encantamento está envolvido nos atos de violência que muitas mulheres, inclusive as indígenas, sofrem: pode provocar raiva nos homens por ser um comportamento que foge do controle e previsibilidade; há um fator místico envolvido no encantamento que não tem ligação com a anatomia dos corpos e nem com a ciência: transmite a sensação de mistério. Por si só, é enigmático. Uma vez que alguns homens tomam as mulheres como sua propriedade para que assim possam exercer controle sobre seus corpos, o que não é controlável não seria, na cultura da posse, suportável.

O nome do maior Estado do Brasil, que abriga grande parcela da população indígena nacional, é herança do mito das Amazonas: mulheres cujo nome passou a ser associado às mulheres guerreiras que talvez tenham habitado aquela região. Diz o mito que as Amazonas eram mulheres gregas que formaram um reino independente, sob o governo de uma rainha, entre as quais a primeira foi a rainha Hipólita. O termo “Ama” tem o significado de mãe de acordo com o dialeto Moso Chinês, e no sentido figurativo denomina cultura matriarcal. As Amazonas, assim como outros personagens mitológicos, passaram a fazer parte do imaginário popular associadas a mulheres guerreiras, cuja ousadia lhes permite gozar de liberdade e condição de igualdade para com os homens. Contudo, vale ressaltar que ainda assim aqui no Brasil as Amazonas foram vencidas pelo homem explorador, fato que coloca em cena a ideologia de submissão das mulheres; e outro fato contraditório é que as Amazonas, uma vez vindas da Grécia, eram de cor branca, assim como o explorador europeu; e ainda um terceiro fato é que elas cortavam o seio para melhor manusearem o arco e flecha, justo o seio, tão característico da feminilidade; causando a impressão de que para vencer é preciso masculinizar-se (Travassos, 2014).

Há uma série de mitos associados aos indígenas da região amazônica, tais como o Curupira, o Boto, a Iara, o Caipora... As Amazonas são aqui enfatizadas pela sua ligação com as indígenas, e suas peculiaridades residem na ligação de mulheres à guerra e às armas, embora sejam arco e flecha, e não armas de fogo. Eram as guerrilheiras que chegavam a amputar o seio direito para melhor manusear o arco e flecha, o que pode ser interpretado

como abdicação da feminilidade para melhor guerrear. Outro fato relevante é que, diferentemente das outras lendas, não se sabe se as Amazonas existiram de verdade:

No tempo da Conquista da América, século XVI, muitos pensaram que a terra das Amazonas ficasse fisicamente ao sul do rio Amazonas ... pois a expedição espanhola que o explorou no ano de 1541 relatou ter encontrado uma tribo de mulheres guerreiras que lideravam com grande coragem os índios da região na luta contra os espanhóis. Foi assim que o rio ganhou seu nome (Wolff, 2018, p. 424).

Há indícios de que existiam as indígenas guerrilheiras na região do rio Amazonas, solteiras, matriarcais, de peles claras e prontas para tomar a iniciativa. Contudo, a lenda parece acrescentar elementos, como o fato delas terem vindo da Grécia, e ainda cortarem o seio num ato de masculinizar-se para melhor guerrear; é uma mistura de realidade com ficção. O fato é que, reais ou não, estas indígenas representaram a liberdade de mulheres, em tempos de inquisição nos quais mulheres rebeldes e fora dos padrões podiam ser acusadas de bruxaria e queimadas EM fogueiras na Europa. Agiam com desenvoltura, causavam forte impressão em quem as acompanhava.

Azelene Kaingáng, mulher indígena, resume sua história de vida em meio à história de sua tribo num encantador relato, publicado no livro *Nova história das mulheres no Brasil* (2018). Nascida no Rio Grande de Sul, sua língua materna é o kaingáng; idioma que chegou a ser proibido de falar durante a ditadura militar. Ela conta que, durante o “panelão”, almoço oferecido pelo governo federal nesta época, recebia a comida somente quem falasse “língua de gente”, e seu avô fazia questão que sua família se mantivesse pedindo a comida em kaingáng, ainda que pagassem a pena de ter de voltar ao final da fila.

Azelene é socióloga, funcionária pública na Fundação Nacional do Índio, casada com um advogado indígena do povo wapichana. Sobre casamentos, ela afirma que na sua tribo ainda é comum as moças fugirem com o namorado para conseguirem se casar. Na sua maioria, as uniões são monogâmicas e separações são permitidas, embora não incentivadas e, quando acontecem, é comum os filhos ficarem com as mães. Sua tribo é patrilinear e mantém uma estrutura muito próxima do patriarcado. Ela menciona tribos, como os tupis, que são matrilineares: quem dá a identidade aos filhos é a mãe.

Nas tribos patrilineares a liderança política é sempre exercida pelos homens. Também são eles que passam às crianças noções sobre ritos e a vida coletiva. As mulheres enfrentam mais diretamente problemas que envolvem saúde, alimentação e educação dos filhos; são elas que ensinam o dialeto indígena, por exemplo. Quando as mulheres participam na resolução de questões complexas, é comum fazerem questão de não as comentar, para que assim possam pensar que a resolução foi feita pelos homens. A situação é mais extrema quando se trata da

ocupação das mulheres nos espaços políticos; elas só o fazem quando autorizadas pelos homens.

Aqui temos o exemplo de Muwaji, uma indígena suruwahá que não permitiu que sua filha Ignani, diagnosticada com paralisia cerebral, fosse enterrada viva; pois, de acordo com a tradição tribal, a criança deveria ser sacrificada. Contudo, esta não permissão custou a Muwaji a saída de sua tribo e a adaptação forçada à vida na cidade. Posteriormente, ela foi homenageada com o projeto de lei n. 1057, aprovado na Câmara dos Deputados em junho de 2011, com a pretensão de criminalizar a prática do infanticídio. Kaingáng (2018) defende que os direitos humanos devem ser soberanos, em especial quando agem em ligação direta com a vida.

Para Azelene, o que define uma mulher enquanto indígena tem relação com o pertencimento: quem se é, filha de quem, neta de quem; e também existe o sentimento de ser indígena, que precisa ser genuíno – e não uma máscara vestida de forma oportunista para conseguir benefício de políticas públicas destinadas aos indígenas. Embora mudanças de comportamento ocorram, como por exemplo, o uso de computadores, a autora ressalta que o novo pode perfeitamente conviver com tradições e não significa deixar de ser indígena.

Solange Reis, descendente Puri e militante dos direitos indígenas e por reconhecimento da cultura de sua tribo, é um exemplo da importância das mulheres na luta por visibilidade e reconhecimento das populações consideradas minorias. Assim como também Joênia Batista de Carvalho, outro exemplo de mulher da resistência indígena, atual representante desta população na Câmara dos Deputados, cuja atuação é pautada no cuidado em defender a ênfase da diferença cultural indígena, sem diminuir a categoria de cidadãos iguais em termos de direitos constitucionais. Joênia criou a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, composta por duzentos e dezenove deputados e vinte e nove senadores. Ela ainda é a primeira mulher indígena advogada do Brasil e atua defendendo suas comunidades desde os vinte e quatro anos de idade, com destaque para sua atuação em defesa da demarcação de terra na comunidade Raposa Serra do Sol. Joênia já atuou na Comissão Interamericana de Direitos Humanos em Washington, nos Estados Unidos, para denunciar violações por parte do Brasil e, em 2011, foi a primeira indígena a ser Mestre por uma Universidade nos Estados Unidos.

Joênia ressalta que o Estado brasileiro falha, principalmente em não ter políticas específicas para as mulheres indígenas, por exemplo, em relação à gestação e aos partos; sua irmã inclusive faleceu logo após parir. Ela ressalta que políticas de proteção precisam ser vistas como direitos, e não como assistencialismo, e que a diferença do indígena aos demais

está justamente na incapacidade de deixar de ser indígena, mesmo que viva em uma cultura urbana; há uma impossibilidade de aculturação enfatizada por ela, que precisa ser considerada enquanto direito civil (Geremias, 2019).

Em 2011 houve o lançamento, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da cartilha de cadastramento das famílias indígenas, com o objetivo de efetivar um real acompanhamento das famílias indígenas existentes para que elas possam estar inclusas nos programas sociais do Governo Federal. É uma forma de proteção às famílias indígenas e direito ao exercício da cidadania plena.

O cadastramento facilitou a localização das famílias indígenas e, também, de seus problemas, com destaque à vulnerabilidade das suas mulheres. Segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, as mulheres indígenas são vítimas de violência em contextos específicos como: privação de liberdade; violência doméstica; contra defensoras de direitos humanos; em conflitos pelos seus territórios; em contextos de conflitos armados; no meio urbano e no contexto de migração e deslocamento; em órgãos jurídicos tanto indígenas quanto estatais. Nos órgãos indígenas podem sofrer preconceito advindo da ideologia patriarcal que limita sua participação e representatividade; nos órgãos estatais, além disto, sofrem preconceitos raciais (CIDH, 2019).

A Organização das Nações Unidas (ONU), uma das instituições responsáveis pela garantia dos direitos humanos, em 2008, lança a Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Apoiada nesta, no mesmo ano, a ONU Mulheres inaugura o projeto Voz das Mulheres Indígenas, em parceria com a embaixada da Noruega, com o objetivo de empoderamento, mobilização social e participação política de mulheres indígenas de diversas etnias nacionais. O projeto foi fruto de mais de um ano de coleta de informações junto às mulheres de mais de cem tribos, de forma que pudesse ser estabelecida a pauta nacional comum para a garantia dos direitos humanos e bem-estar das mulheres. Dez eixos compõem a pauta: violação dos direitos das mulheres indígenas, incluindo a violência de gênero; empoderamento político; formação de uma estratégia de incidência política; direito a terra e processos de retomada; direito à saúde, educação e segurança; direitos econômicos; tradições e diálogos intergeracionais; comunicação e processos de conhecimento; processos de resistência; sustentabilidade e financiamento (ONU Mulheres, 2018). Este projeto culminou no documentário: “Mulheres Indígenas: Vozes por Direito e Justiça”. O vídeo foi produzido pelo grupo temático de Gênero, Raça e Etnia da ONU Brasil e pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil, com apoio da Embaixada do Canadá, como parte das ações da ONU pelos setenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Foi um exercício de identificar precisamente os problemas das mulheres indígenas, discuti-los e torna-los visíveis como algo a ser problematizado. Desta forma, elas puderam se colocar como importantes em termos de respeito por suas especificidades e necessidades de políticas públicas de proteção que garantam seus bem-estares e de suas novas gerações. Um apoio aos seus pré-natais e seus partos, por exemplos, são questões urgentes, uma vez que acesso a carros e uso de hospitais, caso necessário, não são algo simples a elas. Em consequência, o desamparo às jovens mães indígenas é um fato que leva a altas taxas de mortalidade materna. O acesso à educação também é dificultado devido à distância geográfica e, quando este problema é superado, também existe a barreira do idioma: as escolas raramente se adaptam aos dialetos indígenas, o que obviamente dificulta também o acesso ao mercado de trabalho.

Infelizmente, a visão das mulheres indígenas como seres “menores”, que merecem menos cuidados ao chegar a um hospital, por exemplo, em detrimento das mulheres de descendência europeia, é algo real. O indígena, frequentemente, é visto como um animal, menor em importância do que o homem branco; a mulher indígena sofre o duplo preconceito, de gênero e de raça. Além disso, qualquer ser humano ao lutar pelos seus direitos está vulnerável a sofrer ataques como se estivesse cometendo algum crime, pois é muito mais cômodo aos líderes autoritários que as minorias oprimidas se mantenham caladas.

Dentre os principais crimes cometidos contra as comunidades indígenas no mundo, a maioria é violência contra as suas mulheres (Rosa, 2019). Dados da ONU mostram que ao menos uma em cada três mulheres indígenas são estupradas ao longo da vida. O estupro vem do homem branco, geralmente associado ao consumo de álcool, ações que desestabilizam a harmonia social das aldeias. Inclusive o estupro pode ser considerado estratégico, pois desmoraliza a comunidade e levanta o discurso sobre uma “necessária limpeza étnica”. O Mato Grosso do Sul é o estado com a segunda maior população indígena do país. Em 2010, foram registrados cento e quatro casos de agressões físicas contra as mulheres indígenas. Esse número subiu para seiscentos e dezenove casos em 2014, e os números mostram que o percentual de boletins de ocorrência vem ainda subindo nos últimos anos; sem contar casos de violência psicológica e social que não costumam ser contabilizados - embora estejam listados na Lei Maria da Penha, em vigor desde o dia 22 de setembro de 2006.

Diante desse aumento expressivo, o Núcleo de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso do Sul optou por distribuir cartilhas às mulheres indígenas das tribos Terenas e Guaranis, nas quais constam os artigos da Lei Maria da Penha, traduzidos nos seus dialetos. O órgão também tomou providência para que as

cartilhas fossem lidas nas escolas, tanto para as meninas quanto para aos meninos. A conscientização de que a Lei Maria da Penha é um benefício do Estado do qual elas podem usufruir, embora possa parecer óbvia, não o é em populações oprimidas. As mulheres indígenas, mesmo conhecendo a lei, podem ter dificuldades de se reconhecerem nela, uma vez que temem pela desestabilidade da realidade em que vivem.

Em 2018, o presidente da Fundação Nacional do Índio, Franklimberg de Freitas, comemorou o crescimento da atuação de mulheres dentre as lideranças das comunidades indígenas e cacicas. Ele afirma que este crescimento é fruto de inovação nos órgãos públicos, como a criação de uma coordenação específica de gênero para as mulheres indígenas, o que resulta na melhoria de suas qualidades de vida.

Estas mulheres líderes estão fazendo história em ações fundamentais, como a busca pela demarcação e proteção das terras de seus povos, a luta pelo fim da violência de gênero nas comunidades indígenas e pelo fim da discriminação para a profissionalização. A grande esperança é ver um número representativo de mulheres indígenas ocupando postos de liderança política, de modo a seus discursos ganharem visibilidade e representatividade nacionais (Funai, 2018).

É importante ressaltar que feminicídios também acontecem dentre as mulheres indígenas. Em 2017, a índia Roseane Dantas foi assassinada pelo marido na aldeia Pitaguary de Monguba. A articulação de mulheres indígenas do Ceará então organizou um ato de repúdio ao feminicídio (Asa CE Mulheres, 2019). Mobilizado pela causa, o Esplar, Centro de Pesquisa e Assessoria, promoveu um seminário sobre as causas da violência doméstica, sobre a aplicação da Lei Maria da Penha e formas de proteção às mulheres. Participaram do seminário cerca de cinquenta mulheres das etnias Tremebé, Pitaguary, Anacé, Jenipapo-Kanindé, Kanindé e Tapeba. A advogada Magnólia Said e a antropóloga Cinthia Moreira, técnicas do projeto “Fortalecendo povos indígenas” mediou o debate que aconteceu em novembro de 2020. O evento foi uma oportunidade de compreensão por parte das mulheres indígenas de como acontece a violência contra as mulheres e quais são as possíveis formas de superá-la.

É necessária a construção de um Estado realmente democrático onde possam coexistir populações de costumes distintos, porém com a mesma dignidade em representação sobre direitos humanos. Aqui direito não deve ser compreendido apenas como um sistema de legalidades, mas também como um conjunto de ações efetivas, promovidas para superar movimentos de opressão racial e de gênero, como forma de superá-los.



De acordo com a indígena atual deputada, Joênia Batista de Carvalho, ser indígena é uma condição da qual não se define com uma ou mais ações; pode ser pensada como um estado de alma. Se a mulher passa a usar roupa, não por isso ela deixa de ser indígena; se deixa de falar a língua materna, também não é o que define que deixou de ser indígena. Contudo, a mulher sofre este tipo de vigilância e preconceito a todo momento, o que também é uma forma de violência. Joênia afirma que ela pode morar em qualquer parte do mundo e passar a se adaptar a alguma outra cultura que, mesmo assim, ela não deixará de ser indígena.

No Brasil, as mulheres indígenas costumam enfrentar formas diversas de discriminação histórica em termos de violação de seus direitos humanos, civis e políticos. A discriminação dupla que sofrem, de raça e de gênero, torna-as vulneráveis à violência e à impunidade dos agressores, uma vez que forma o estereótipo da mulher indígena como vítima fácil. Dentre os inúmeros obstáculos que as mulheres indígenas enfrentam no Brasil estão: exclusão social; poucas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho; dificuldades econômicas e geográficas de acesso aos serviços de saúde e educação; pouca representatividade no cenário político e marginalização social.

É necessária a garantia aos povos indígenas de determinar livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural, de forma que possam assegurar-se subjetivamente enquanto povos diferenciados. Cabe ao Estado avaliar os aspectos culturais que caracterizem a população indígena, principalmente suas mulheres, sua cosmovisão e seu conceito de justiça para uma efetiva inserção social democrática. O governo deve adotar estratégias para facilitar o empoderamento, possibilitar sua participação nas esferas civis e política e melhorar sua situação socioeconômica. É necessário romper preconceitos e estereótipos.

## **4.2 - As feministas e o poder**

### **4.2.1 - A caça às bruxas**

A resistência das mulheres em relação a movimentos opressores, que as retiram direitos sociais e políticos, sempre existiu. Tais movimentos configuram-se tanto em exclusão das mulheres, enquanto serem participantes do laço social, como também em exclusão do corpo físico, nos assassinatos de mulheres devido ao gênero, hoje chamados de feminicídios. Contudo, sempre houveram algumas mulheres que não estavam em consonância com os mandamentos sociais. Através de consulta de registros, podemos colocar que as mulheres

denominadas de bruxas durante a idade média foram as primeiras a fazerem resistência num movimento que, ainda que não organizado, ganhou formato e consolidou-se enquanto oposição às mulheres que se organizavam em torno do absolutismo europeu. Tais mulheres, as bruxas, foram duramente perseguidas num movimento historicamente denominado de caça às bruxas, que percorreu quase toda a Europa, tendo início durante a transição do período da Idade Média para a Idade Moderna, alastrando-se por muitos anos (Federici, 2017).

Durante o período feudal medieval, eram os Senhores, proprietários dos feudos, que decidiam sobre o trabalho e sobre as relações sociais das mulheres. Contudo, elas eram autorizadas a trabalhar nas terras e podiam dispor dos frutos do seu trabalho, ou seja, não necessariamente dependiam dos maridos para se manter. Ressaltando que, nesta época, as relações coletivas prevaleciam sobre as relações familiares, havia uma cooperação e solidariedade entre as mulheres em meio a suas atividades de lavar, fiar, colher, cuidar dos animais (Federici, 2017). Muitas vezes elas trabalhavam nos comércios locais, nas cidades medievais, como açougueiras, padeiras, cervejeiras. Embora a igreja católica pregasse pela submissão da mulher e ainda autorizasse o direito do marido de bater na esposa, pode-se dizer que nem tudo se resumia a este pensamento na vida delas; elas eram cidadãs que partilhavam vidas.

Contudo, esta mesma igreja católica passou a usar o termo heresia como acusação aos indivíduos mal comportados, àqueles que recusavam a subordinação social, política e religiosa. Foi criada pela igreja a inquisição, também chamada de Santo Ofício, para controlar que as práticas consideradas hereges não acontecessem. Tudo o que estivesse contra as decisões da igreja era considerado heresia: o infanticídio era uma heresia equiparada ao aborto e à sodomia (sexo anal); considerados crimes reprodutivos.

Deste movimento resultou um grande controle político sobre a sexualidade, cuja função fora da reprodução era vista como dos piores crimes. A igreja passa a constatar que o poder da mulher residia justamente aí, em exercer influência sobre o desejo sexual dos homens; e então age com a extrema repressão para exorcizá-lo; as mulheres deveriam ser evitadas, e a sexualidade só podia ser falada se fosse para confissão.

Ainda de acordo com Federici (2017), autora que é uma grande representante do feminismo atual, no século XV, marco do final da idade média, movimentos contraditórios como a descriminalização do estupro acontecia em países como a França, quando eram cometidos contra mulheres proletárias solteiras. Tal acontecimento criou um clima extremamente misógino, que abalou o que existia de solidariedade construída no sistema feudal. Também insensibilizou a população para a tão enraizada violência contra as mulheres;

o que, em junção com o pensamento da mulher como perigosa, provocadora do sexo – pensamento colocado pela igreja – preparou o terreno para o fenômeno subsequente de caça às bruxas. Neste cenário, o estupro e a prostituição passam a ser vistos como legítimos, a partir de preceitos embasados contra a sodomia e as práticas hereges; a prostituição entra como a possibilidade de barrar tais práticas; e assim proteger a vida familiar – era considerada menos perigosa.

Os primeiros julgamentos de bruxaria ocorreram no final do século XIV, por parte da igreja que passou a localizar a existência de heresia, algo que seria próximo do demônio e atribuído ao feminino. Com o início do mercantilismo ao longo do século XVII, houve pela primeira vez a concepção de ser humano como um recurso natural a serviço do estado, para o qual devia vender a sua força de trabalho. Um desejo de aumentar a população começou a acontecer, sinônimo de mais força de trabalho. A família surge com mais força, pois seria a mantenedora da propriedade e da reprodução da força de trabalho; era o embrião de uma política capitalista (Federici, 2017). Neste contexto, as mulheres enquanto donas de seus corpos, capazes de controlar a atividade reprodutiva, eram a representação de uma ameaça a ser combatida. Havia vigilância para que as mulheres não interrompessem a gravidez, por exemplo, e de combate às mães solteiras, não lhes dando qualquer apoio. As parteiras perdem lugar à entrada dos médicos nas salas. Era um terreno fértil à caça às bruxas, fenômeno que aqui ganha força declarando uma verdadeira guerra contra as mulheres, as quais eram acusadas de crimes horrendos, como sacrificar crianças ao demônio. O resultado desta caça foi um grande controle político do estado e dos homens sobre os corpos das mulheres, representações de seus úteros.

Nessa época, as mulheres haviam perdido espaço em diversos âmbitos sociais, inclusive em empregos que haviam tradicionalmente ocupado, como a fabricação de cerveja e a realização de partos. As proletárias, em particular, encontram dificuldades para obter qualquer emprego além daqueles com *status* mais baixos: empregadas domésticas (a ocupação de um terço da mão de obra feminina), trabalhadoras rurais, fiandeiras, tecelãs, bordadeiras, vendedoras ambulantes ou amas de leite. Ganhava-se espaço a suposição de que as mulheres não deviam trabalhar fora de casa e de que tinham apenas que participar na produção para ajudar seus maridos (Federici, 2017, p. 182).

A carreira para a mulher seria, portanto, o casamento; já que ainda que ela conseguisse trabalhar, ela iria inevitavelmente ganhar pouco quando comparada aos homens. Além disso, as mulheres que trabalhavam passaram a ser julgadas pejorativamente, denominadas de “putas” e “bruxas”. A pobreza passa a ser feminizada.

É importante ressaltar que a caça às bruxas exerceu papel fundamental na degradação da imagem da mulher e em sua consequente função social. A associação feita entre mulheres e seres demoníacos, capazes de crimes atrozes, deixaram marcas indeléveis na sociedade e no mundo psíquico em termos coletivos. Restringiram às mulheres seu senso de possibilidades, suas formas de se colocarem no mundo: durante cerca de dois séculos, centenas de mulheres foram mortas de forma brutal, queimadas em fogueiras, torturadas. Tal dimensão de acontecimentos não ganhou a devida proporção nem em divulgação, muito menos em punição e responsabilização de criminosos. Embora tenham existido publicações a respeito, o silêncio indica que não houve a devida penalidade a tais crimes, e nem mesmo a devida indignação no nível público.

Como um fato histórico, a caça às bruxas foi um marco de transição ao capitalismo e à cultura de acumulação primitiva decorrente. Os países mais afetados foram a França, Alemanha, Suíça e Itália, porém os crimes percorreram toda a Europa. A feitiçaria foi determinada uma forma de heresia, ou seja, um crime contra Deus e contra o Estado, sem mesmo não existir uma definição clara para o que se queria dizer com feitiçaria. Ela, por si só, já era considerada um crime; ou seja, não eram os possíveis danos causados por feitiçaria. Seria algo similar ao crime considerado de terrorismo atualmente, ou crime de “lesa-majestade”, do código inglês do mesmo período. Filósofos de grande importância, a princípio adeptos do ceticismo, tais como Thomas Hobbes e Jean Bodin aprovaram a perseguição às bruxas como forma de controle social; talvez em resposta a um resguardo pela ciência incipiente. O ápice foi entre os anos de 1580 e 1630.

As “bruxas”, na maioria das vezes, eram mulheres mais velhas, viúvas, sozinhas, agressivas ou vigorosas, prontas para tomar a iniciativa. Quando casadas, seus maridos eram trabalhadores diaristas. Viviam da assistência pública ou até mendigando. Contudo, também haviam homens acusados de bruxaria, em minoria.

Federici (2017) conclui que

... a caça às bruxas na Europa foi um ataque à resistência que as mulheres apresentaram contra a difusão das relações capitalistas e contra o poder que obtiveram em virtude de sua sexualidade, de seu controle sobre a reprodução e de sua capacidade de cura. (p. 305).

Ao colocar o controle em primeiro plano, numa tentativa de controlar o trabalho, a natureza e a acumulação; a organização capitalista devia de fato rejeitar qualquer ato da ordem do imprevisível, tal como era a vida das mulheres sozinhas, que se viravam em seus saberes para sobreviver. A magia e a capacidade de estabelecer uma relação com elementos naturais não era condizente com o capitalismo emergente, uma vez que não são controláveis,

generalizáveis, muito menos exploráveis. A magia fica como uma espécie de insubordinação, um instrumento de resistência. Soma-se a isto a capacidade de controlar o aumento populacional, já que a mulher pode escolher entre gerir ou não; o que não era interessante para a mentalidade de acumulação primitiva, que queria exercer controle sobre os corpos.

Vale ressaltar que a caça às bruxas também pode ser vista como uma forma de controle sobre a sexualidade feminina. Para que mulheres não arruinassem os homens moralmente, ou financeiramente, deviam ser eliminadas. Sua capacidade de sedução, de levantar um pênis ou fazê-lo cair aparentemente à sua vontade, era vista como perigosa demais.

Devido à escassez de registros e diferenças na forma de conceber o uso dos termos – ao longo do tempo e da construção de referenciais epistemológicos – não podemos chamar as “bruxas” de feministas. Contudo, podemos pensar que estas mulheres, consideradas hereges, mostraram formas de resistência a normas de conduta impostas socialmente, num movimento semelhante ao que mais tardiamente veio a ser chamado de feminismo. Esta forma de resistência ilustra que, desde a Idade Média, o controle sobre os corpos não era exercido de forma naturalizada sobre todas as mulheres.

#### **4.2.2 – O feminismo após a revolução francesa**

Avançando ao final do século XVIII e suas transformações, o feminismo, enquanto movimento organizado e nomeado, é herdeiro da revolução francesa; revolução que teve repercussão mundial e foi a responsável por estabelecer novas formas de organizações político-sociais, com base principalmente na ideia de distribuição do poder. Assim, ocorreu a queda da monarquia francesa, seguida pela queda de diversos outros regimes monárquicos, caracterizados por abuso de poder e de regalias por parte da família real. Deixou-se de admitir que o poder é algo simplesmente herdado, mas sim fluido e criado. Não foi por acaso que este pensamento permitiu a existência da ideologia feminista, a qual traz a possibilidade de poder para as mulheres.

O discurso feminista abala a premissa de que o homem pode exercer poder sobre a mulher; pois abala a premissa de que a mulher é submissa a ele, e deve a ele obedecer e consentir. A concepção de que é possível ao homem exercer a sua autoridade sobre a mulher para discipliná-la dominou por milênios, e ainda é muito forte, apesar do discurso feminista também ser forte. É essa concepção de autoridade do homem sobre as mulheres que autoriza

abusos e violência moral, psicológica e física; sob argumento de submissão e necessidade de educação do homem sobre elas.

Foucault (1979) teoriza sobre as relações de poder. O autor afirma que o poder não deve ser visto como uma coisa que tem materialidade por si só; o poder está na relação, envolve uma construção social. O poder é algo que se exerce, que se efetua. Se os homens o exercem, é porque assim se colocam neste direito: cabe a mulher também se colocar. O pensamento do autor vai de encontro ao pensamento feminista trazido neste texto com a representante francesa Simone de Beauvoir, reconhecida mundialmente por ter influenciado todo o ocidente com o feminismo no século XX, inclusive o Brasil. A autora critica as mulheres que não se posicionam, sendo assim coniventes com o pensamento de que a mulher não é autora da própria vida e de seus papéis sociais. Quem não participa do discurso social ocupa o lugar cômodo dos mortos que em nada precisam se implicar.

Tais discursos, trazidos tanto por Foucault quanto pelas feministas, são fundamentais para problematizar e rever os papéis das mulheres ocidentais, para uma abertura que permita às mulheres escolherem suas formas de vida. Hoje as mulheres se colocam como donas de casa, chefes de família, gestoras de empresas, operárias de obra, devido a estes discursos.

Contudo, não se pode esquecer que houve uma construção social de milênios que colocou os homens no poder e que discriminou as mulheres, construção que não se modifica em poucas décadas. Os homens durante uma grande maioria dos anos anteriores foram os que tiveram o encargo de dizer o que era verdadeiro, e a verdade está sempre ligada a sistemas de poder, que a induzem e a apóiam. Desta forma, trata-se de ver como são produzidos efeitos de verdade a partir de discursos que pelas meras palavras não trazem nada de verdade em si mesmos, ou seja, o conceito de verdade vai além tanto da dicotomia entre o verdadeiro e o falso, quanto da dicotomia entre a verdade e a mentira.

A palavra opressão é comumente usada em contextos de relações de poder, nos quais uma pessoa, ou um grupo, age para com outra pessoa, ou outro grupo, sem levar em consideração as características subjetivas deste outro; ou seja, considera apenas a subjetividade própria, os seus interesses pessoais. Ribeiro (2018) afirma que “opressão é quando um grupo detém privilégios em detrimento de outro” (p. 42).

A primeira onda de movimento feminista é caracterizada pela entrada de mulheres em massa na vida pública, ao final do século XIX e início do século XX, em diversos países da Europa e da América, bem como fora delas, como a Austrália, Nova Zelândia, Rússia, Bulgária, Ucrânia, Hungria, dentre outros. Tal entrada vinha reivindicar principalmente o sufrágio – direito ao voto – e a isonomia, igualdade perante a lei como um todo. Estes pontos

compunham reivindicações tais como: autodeterminação sexual e profissional, bem como melhorias nas condições do trabalho; acesso à educação formal; reforma do direito matrimonial, visando erradicar o tratamento diferenciado perante o adultério, bem como perante os bens da esposa; liberdade religiosa. O movimento ganha forma em passeatas, panfletagens, greves, grandes mídias e movimentos intelectuais, como congressos (Zirbel, 2021).

Dentre discursos feministas que se destacam no Brasil nesta primeira onda, cenário de mudanças do final do século XIX, uma mulher chama atenção por ideias vanguardistas e termina considerada símbolo do feminismo, aliada ao movimento sufragista: Leolinda Daltró. Foi uma baiana que viveu no Rio de Janeiro, onde criou seus cinco filhos separada do marido. Além de lutar por direitos das mulheres, ela também se destacou na luta por direitos dos indígenas, outro grupo com dificuldade de inserção política e social. Ela propôs um projeto de alfabetização dos indígenas, porém sofreu fortes perseguições e ridicularizações por parte da imprensa. Outra pauta de Leolinda e suas seguidoras feministas da época era por melhores condições de trabalho às mulheres, pois elas eram desqualificadas e exploradas com salários muito inferiores aos dos homens (Schumacher & Ceva, 2015).

No início do século XX, outro nome que virou influência foi Bertha Lutz, botânica que havia vivido na Europa de onde trouxe ideais de vanguarda em relação aos direitos das mulheres. Em 1918, ela fundou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher. Era um grupo de discussão pensado para pressionar parlamentares, cujas primeiras ações empreendidas estavam relacionadas ao direito ao voto das mulheres. Posteriormente, a liga foi renomeada de Liga pelo Progresso Feminino. Com habilidade política e capacidade de concretizar alianças, a Liga foi conquistando adesões.

Após pequenas conquistas da Liga na sensibilização de governos como o do Rio Grande do Norte, por exemplo, a incluir o voto feminino em pauta, a conquista que repercutiu em nível nacional foi a de Maria Ernestina Carneiro Santiago Manso Pereira, conhecida como Mietta Santiago, advogada e feminista mineira. Ela conseguiu com mandado de segurança baseado na Constituição o direito de votar e concorrer ao cargo de deputada federal. A Constituição de 1891 dizia em um de seus artigos que considerava eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistassem na forma da lei.

Foi após a Revolução de 1930, durante a Era Vargas, que alguns decretos regulamentaram o trabalho das mulheres e a licença-maternidade. Após intensa campanha nacional pelas feministas, em prol da conquista dos direitos das mulheres, o decreto que

autorizou o voto deste grupo entrou em vigor em vinte e quatro de fevereiro de 1932; grande marco cultural político do Brasil.

O nome de Bertha Lutz volta à cena quando, em 1975, o governo a convida para ser uma das representantes do país no Congresso Internacional da Mulher, ocorrido no México; cujo marco foi a institucionalização, pela ONU, do ano internacional da mulher.

Vale ressaltar que, embora a participação das mulheres na política seja uma conquista concreta, a participação ainda é discreta, principalmente quando analisados os cargos mais altos; por exemplo, Dilma Rousseff foi a única presidente eleita do Brasil, em mais de cem anos de república. Foram necessários muitos anos para que as mulheres chegassem à Suprema Corte no país e, embora algumas poucas mulheres estejam ocupando este cargo, nunca uma mulher negra foi nomeada Ministra das Cortes Supremas (Schumacher & Ceva, 2015). Atualmente, as representantes mulheres do Supremo Tribunal Federal são Rosa Maria Pires Weber e Carmen Lúcia Antunes Rocha.

Ribeiro (2018) afirma que a primeira onda do movimento feminista no Brasil ocorreu no século XIX, por manifestações principalmente sufragistas; enquanto a segunda onda no país foi na década de setenta, formado principalmente por professoras universitárias, no cenário de crise da democracia, cujas reivindicações principais das mulheres estavam em torno de melhores condições de trabalho, contra a ditadura militar; liberdade sexual e contra a violência neste âmbito.

A respeito da segunda onda feminista, antes dela chegar ao Brasil, já havia conquistado outros países. Simone de Beauvoir, francesa, companheira de Sartre, foi a grande precursora desta segunda onda feminista. A partir da publicação de sua grande obra *O segundo sexo* em 1949, dividida em dois volumes, suas ideias são estudadas até hoje, pois trazem uma abertura para reflexões a respeito não apenas da discriminação das mulheres como também a respeito das divisões de gênero em masculino e feminino. Beauvoir (2016a, 2016b) traz mais reflexões sobre o que é ser mulher do que possíveis soluções à discriminação que gira em torno deste sexo biológico, permitindo a elaboração de perguntas fundamentais no que tange a grande questão sobre as insígnias da construção da feminilidade. A grande contribuição da autora foi destacar que não há uma essência inata sobre a feminilidade: ser mulher, assim como ser homem, são construções atingidas quando ambos alcançam a liberdade, por meio de relações: a existência precede a essência.

Ela afirma que o movimento feminista é alinhado da luta de classes e retoma fatos históricos como o episódio de 1879, em que o congresso socialista proclama a igualdade dos sexos evidenciando a aliança feminismo-socialismo, pois é a partir da emancipação dos



trabalhadores em geral que se espera a emancipação e liberdade das mulheres – embora na prática isto não tenha acontecido. As reivindicações das burguesas – palavras da autora – não eram tão alinhadas; elas lutavam por direitos relacionados a costumes, como supressão da literatura pornográfica e da prostituição; são direitos mais específicos quando comparados a uma reorganização social. Neste contexto, a Nova Zelândia foi a pioneira em conceder às mulheres a plenitude de seus direitos, em 1893, seguida da Austrália em 1908.

No primeiro volume da obra, a autora traz dados de outras espécies animais com intuito de mostrar casos de intersexualidade. Quando ela cita os peixes em reprodução, por exemplo, Beauvoir (2016a) diz que:

Os peixes não se juntam, quando muito alguns se esfregam um contra o outro, para se estimular. A mãe expulsa os óvulos; o pai expele o sêmen: idêntico é o papel de ambos. Não há razão para que a mãe, mais do que o pai, reconheça os ovos como seus. (p.47).

Com isto, vemos que há uma tendência a um nivelamento entre macho e fêmea, o qual intriga, pois remete a um incômodo a respeito de como a diferença entre sexos é pensada entre os humanos. Talvez o incômodo da autora tenha origem na rigidez do binarismo: são papéis atribuídos a homens, enquanto grupo equivalente; e mulheres, enquanto grupo equivalente, durante o século XIX, o qual precedeu a autora. Tal rigidez desconsidera as singularidades, dinamismos e construções de identidades; desconsidera, por exemplo, que ser mulher é uma construção singular, a qual ocorre de acordo com raça, sociedade, política, cultura, religião, ideais de família e de vida. Ou seja, de acordo com a autora deve ser uma construção que respeite a singularidade, não deve obedecer a mandamentos sociais burgueses. Cada mulher será única, assim como cada homem também o será.

Isto quer dizer que atributos inerentes as mulheres, como gerir, amamentar, não devem ser enaltecidos de forma espetacular, pois seria uma recusa a enxergar toda a dificuldade envolvida no puerpério: a recuperação da vitalidade da mãe é desgastante, ao mesmo tempo, esta mulher deve amamentar, o que envolve disposição física na melhor das hipóteses, pois a amamentação pode também ferir o seio da mulher, deixa-la com febre, principalmente em casos em que há apedrejamento de leite.

Outra questão que Beauvoir (2016a) ressalta são as alterações hormonais pelas quais a mulher passa, poucas vezes consideradas quando se trata das atividades, por exemplo, de trabalho das mulheres. Não é comum as mulheres ocuparem os postos altos de trabalho – o que é muito nítido no âmbito político – devido a discursos sem embasamento que desvalorizam a competência feminina para cargos de alta responsabilidade; contudo não se coloca em discussão as necessidades das mulheres em ocuparem-se ao mesmo tempo de

serviços de maternagem e serviços de trabalho sem condições apropriadas para isso. O que de fato são dificuldades inerentes à mulher como gestação, puerpério, alterações hormonais principalmente no período menstrual, não são falados, não são problematizados; enquanto questões que são atribuídas às mulheres por puro preconceito, como dificuldade de assumir posição de poder são a todo tempo falados, com uma naturalidade mórbida. Quando as questões inerentes à mulher são trazidas, o que é raro, são trazidas para justificar postos menores de trabalho devido à gravidez, por exemplo; grande absurdo e preconceito. Não se olha de fato para as diferenças e singularidades que habitam o corpo da mulher, com o devido cuidado.

Isto comprova que, para não lidar com o outro sexo em sua real diferença, ou ainda para não lidar com o outro enquanto alteridade, a sociedade masculina diminui este outro sexo, denigre sua imagem. Colocar o outro como menor, incapaz, é uma forma de não lidar com a, de fato, diferença. O diferente é o que abala o narcisismo da sociedade masculina, e as mulheres foram inscritas no discurso, principalmente católico, como o Outro sexo.

Sobre a menstruação das mulheres, Beauvoir (2016a) afirma que foi com o advento do patriarcado que o sangue menstrual passa a ser visto como sujo, e até carregado de poderes sobrenaturais. Tudo isto por que o sangue menstrual é um objeto metonímico que pode representar a feminilidade? É por isso que põe em perigo quem com ele entra em contato? Diversos mitos já foram construídos para lidar com a menstruação, ao longo de tribos e civilizações:

Entre os Aleutas, se o pai vê a filha quando das primeiras regras, ela pode ficar cega ou muda. Pensa-se que, durante esse período, a mulher é possuída por um espírito e carregada de forças perigosas. Certos primitivos acreditam que o fluxo é provocado pela picada de uma cobra, pois a mulher tem com a serpente e o lagarto suspeitas afinidades: o fluxo participaria do veneno do animal rastejante. O Levítico compara o fluxo menstrual à gonorreia; o sexo feminino sangrento não é apenas uma ferida, é uma chaga suspeita... Fruto de perturbadoras alquimias interiores, a hemorragia periódica da mulher acerta-se estranhamente ao ciclo da lua: a lua tem também caprichos perigosos. A mulher faz parte da terrível engrenagem que comanda o movimento dos planetas e do Sol, é presa das forças cósmicas que regulam o destino das estrelas, das marés, e cujas irradiações inquietantes os homens têm de suportar (Beauvoir, 2016a, págs. 211 e 212).

Além destes tabus, ainda há um outro dizer rigoroso de que não é permitido ter relações com as mulheres quando elas estão menstruadas, cuja prerrogativa precisa ser seguida sob ameaça de punição, no caso do Levítico e das leis de Manu – legislações de cunho religioso católico, por exemplo. Ao que parece, o homem procura dissociar este aspecto da feminilidade, ligado à maternidade, da mulher; e se afasta dela nos períodos

associados ao seu papel reprodutor: durante a menstruação, a gravidez e quando amamenta. A sexualidade do homem tende a dissociar a mãe da esposa.

A mesma autora afirma que o marido ama a esposa, enquanto ela lhe pertence. Ela conclui que é isto que o faz suportar enquanto outro: ela é dele. Enquanto ela for sua, ele a reconhece como semelhante e pessoa na sua dignidade. O casamento e a procriação entram como uma força defensiva para não lidar com o erotismo e seus malefícios, sendo a imagem da mulher grande representante do erotismo e da magia; profundamente domesticada dentro da família patriarcal. Em junção com a igreja, ela se torna santa abençoada.

Outra saída apontada pela autora, como uma espécie de caricatura de outro tipo de mulher que quer ser aceita pelo homem sem renunciar à sexualidade, é a mulher que se coloca inútil fora do amor; estúpida e submissa, aceita docilmente prazer e dinheiro, nunca pede nada. Caso ela adquira pretensões de ter opinião sobre discursos, e trazer razão na sua fala torna-se irritante. Por isso, mesmo que ela não seja de fato estúpida, ela finge. É a mulher feita para entregar-se, não para possuir.

Para além de Beauvoir, vale ressaltar que a segunda onda feminista mundial teve como legado a nomeação do ano de 1975 como o “Ano internacional da mulher”, pela ONU, e da década das mulheres (1976-1985), com intuito de problematizar as profundas desigualdades entre os sexos no campo da educação, política, direitos civis e do trabalho, bem como atividades domésticas. Carol Hanisch, jornalista norte-americana presente em uma série de lutas contra a opressão, tais como racismo, o apartheid na África do Sul e o imperialismo americano, cria o slogan “O pessoal é político”, em um texto de 1969, como forma de destacar a importância do olhar sobre as violências vividas em espaços privados, as quais se entrelaçam com opressões políticas e desigualdades. Esta segunda onda pode ser pensada se estendendo da década de quarenta até o final do século XX, refletindo numa série de amadurecimentos teóricos e de costumes que tiveram repercussão nos campos da política, das artes e da economia; embora sua expressão mais significativa talvez tenham sido os movimentos de rua da década de setenta (Zirbel, 2021).

Após a segunda onda, nos EUA as adolescentes e mulheres adultas jovens passaram a ser rotuladas de “pós-feministas”, por conseguirem circular socialmente com os ganhos advindos de movimentos anteriores, que não haviam sido praticados por elas, num movimento que transparecia uma não necessidade de perpetuar com a luta feminista. No entanto, autoras como Rebecca Walker, Claire Hemmings, e Judith Butler vieram mostrar questões sexistas ainda vigentes no país, provocando uma terceira onda feminista, que também obteve

repercussão mundial, principalmente através das mídias digitais, já vigentes no período. (Zirbel, 2021).

Esta terceira onda de feminismo chega Brasil no início do século XX, talvez com a principal expressão das publicações de Judith Butler, originais dos Estados Unidos da América. As novas reflexões ressaltam que o discurso universal é excludente ao não levar em consideração a micropolítica. Isto quer dizer que a opressão não atua da mesma forma sobre as mulheres; as negras, particularmente, lutam por serem consideradas pessoas em condições mínimas de existência digna, as quais as brancas já conquistaram e lutam por questões ligadas à participação política e direitos do trabalho.

De acordo com Butler (2019):

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes momentos históricos, e porque o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classicistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. (p. 21).

A contribuição da autora norte-americana é de suma importância para se pensar o feminismo de forma mais aprofundada, uma vez que não há uma divisão simples da humanidade em dois gêneros, mas sim uma grande diversidade cultural, socioeconômica, política e religiosa mesmo dentro de um único país; e toda esta diversidade precisa ser considerada quando da análise de casos de violência doméstica, por exemplo. Ela resalta que há uma ideia nostálgica da existência de uma feminilidade original ou genuína; o que na opinião dela é uma concepção provinciana que rejeita a demanda contemporânea de que a abordagem de gênero precisa passar por uma construção cultural complexa.

A autora traz o termo “performatividade” aplicado a categorias de gênero para explicar como a cultura, de forma velada, acaba por impor formatos binários de ser homem e ser mulher, desconsiderando diversos fatores que afetam a subjetividade: “O fato de o corpo gênero ser marcado pelo *performativo* sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade” (Butler, 2019, p. 67). Com isto ela enfatiza que a sexualidade – regulada por discursos que, ao serem proferidos, atestam os significados de “mulher” e de “homem”, sem interesse por refletir e criar formas mais singulares e dinâmicas de se fazer representar com o seu corpo, de homem ou de mulher, no mundo – é mais uma forma de estruturar politicamente o poder e controle sobre os corpos. Mais uma forma de produção de efeitos de verdades, em discursos que, em si mesmos, não têm nada de verdadeiro ou falso: uma tentativa de estancar a fluidez inerente à sexualidade humana.

No ano de dois mil foi organizada pela ONU a “Marcha internacional de mulheres”, um movimento feminista internacional que ganhou adesão em mais de cento e cinquenta países. Dentre as principais pautas estavam o enfrentamento da pobreza e da violência contra as mulheres. Com isso vemos que pautas antigas, relativas à inclusão econômica das mulheres, bem como a direitos básicos, como integridade física, perpetuam-se em debate na terceira onda feminista. (Zirbel, 2021).

No Brasil, uma grande representante do feminismo atual – que pode ser pensado ainda na terceira onda – é Djamila Ribeiro, filósofa, mulher negra com obras publicadas reconhecidas internacionalmente. Segundo Ribeiro (2018), mulheres negras são hipersexualizadas e tratadas como objetos sexuais; concepção que vem do período colonial, quando mulheres negras eram exploradas e estupradas frequentemente. A mulher negra passa a ser um ser para o sexo, mulher que não deve ser apresentada à família do namorado. Até hoje elas são o grupo mais estuproado no Brasil. Se, como dizia Beauvoir, a mulher é o outro sexo, a mulher negra é o outro do outro.

As seleções para a “mulata globeleza” é um grande exemplo de hipersexualização da mulher negra que em muito faz lembrar o período de escravidão no qual as negras mais bonitas e saudáveis eram escolhidas para trabalhar na casa-grande. E estas eram as de pele um pouco mais clara e com traços do rosto que mais se assemelhavam aos da mulher branca. São poucas ocasiões em que mulheres negras na Globo apresentam programas; elas ganham visibilidade no carnaval, confinando a elas o papel da sensualidade como se fosse o único possível a assumirem, negando suas humanidades e multiplicidades.

Ribeiro (2018) traz uma reflexão importante sobre a “boa imagem da mulher branca” como a que consegue magicamente dar conta de tudo: ser bem-sucedida no trabalho, cuidar da casa, dos filhos, e ainda sempre está bonita e magra para o marido. A mulher moderna é a que tem a cozinha com a geladeira de última geração, o smartphone com mais funções; são valorizadas questões ligadas à emancipação econômica, e não subjetiva: não será o acesso a tecnologias de ponta que fará as mulheres sentirem-se mais livres, mas sim elas saberem e dizerem o que querem e como querem; não se permitirem serem faladas, desconsideradas em sua subjetividade de mulher, o que inclui, por exemplo, direitos relativos ao trabalho e a maternidade. É preciso considerar, por exemplo, que mulher é capaz de gestar, amamentar, e é um sujeito de desejos assim como o homem é. Empresas poderiam ter mais creches para que crianças fiquem próximas de suas mães, bem como poderiam considerar a amamentação um processo mais natural dentro no ambiente corporativo.

A obra *Problemas de gênero* (2019), de Butler, é o grande marco teórico desta terceira onda de feminismo; assim como *O Segundo sexo*, de Beauvoir, foi da segunda onda, a qual estava atrelada ao discurso de gênero ser opressor como um todo, pelo fato de ser socialmente imposto. Dizer, por exemplo, que mulheres são naturalmente maternais é uma concepção que as associa a afazeres domésticos e passa a mensagem que o espaço público não é o mais adequado para elas.

Um exemplo atual de que discursos opressivos de gênero podem atuar a qualquer momento, principalmente em situações vulneráveis, foi a reportagem publicada pela revista *Veja* em 2016 referindo-se a Marcela Temer, esposa de Michel Temer que havia recentemente assumido o poder no lugar de Dilma Rousseff, como “bela, recatada e do lar”; descrição que claramente contrasta com o perfil de guerreira de Dilma. É uma mensagem que diz que mulher boa não é presidente, e sim a primeira dama; a que está por trás de um grande homem.

Ribeiro (2018) defende que o movimento feminista precisa ser interseccional. A autora afirma que é necessário:

... dar voz e representação às especificidades existentes no ser mulher. Se o objetivo é a luta por uma sociedade sem hierarquia de gênero, existindo mulheres que, para além da opressão de gênero, sofrem outras opressões, como racismo, lesbofobia, transmisoginia, torna-se urgente incluir e pensar as intersecções como prioridades de ação, e não mais como assuntos secundários (p. 47).

Para ilustrar mulheres da resistência feminista mais recentes, trago aqui o nome de Malala Yousafzai, paquistanesa que em 2014 ganhou o prêmio Nobel da Paz. Esta moça precisou fugir do Paquistão, pois foi baleada por um Talibã após defender o estudo das mulheres. Hoje com vinte anos, ela conseguiu concluir a escola e diz que seu trabalho será ajudar a promover a educação de meninas do mundo todo (G1 Educação, 2017).

### **4.3 - Mulheres na ciência**

Ao buscar uma caracterização das grandes produções no âmbito da academia científica, sem grandes dificuldades temos dados do quanto ela é masculina. Os reitores das grandes universidades sempre são homens. Isto se agrava quando se tratam de cursos mais pleiteados, como a medicina, a engenharia e o direito, nos quais seus diretores quase sempre são homens. Ao tentar explicar o porquê desta situação, vemos que ela foge à consciência, pois não há alguma deficiência nas mulheres que justifique o porquê de elas ficarem abaixo nas estruturas hierárquicas, e nem de aparecerem menos dentre a comunidade científica.

Não só na ciência como em outros campos, os homens predominam nos postos de alto escalão, haja vista na política; como é difícil ver uma mulher eleita, e até se candidatar a altos postos como o governo, a presidência e o supremo tribunal. E até mesmo em atividades consideradas femininas como a culinária, e a costura: vemos as mulheres dentre os funcionários comuns e os homens dentre os grandes mestres.

De acordo com Dunker (2017), a definição de ciência é complexa, pois abrange diferentes campos do saber como a sociologia, a filosofia, a física. Alguns dos critérios pensados para definir a ciência que o autor compartilha são de que um conhecimento deve ser definido e transmitido de uma forma específica, particular; de que deve existir um método a ser praticado para atingir este conhecimento; de que o conhecimento gerado sempre parte de saberes anteriormente formados; de que este conhecimento possa ser falseado, ou seja, que o inverso do que ele afirma seja falso. Trata-se de critérios indiferentes às questões de sexo ou gênero.

Temos na história antiga, o nome de Hipácia no Egito quem, assim como Joana D'Arc, foi mais uma mulher acusada de bruxaria e morta pela Santa Inquisição. Seu nome é citado como a única mulher cientista da antiguidade medieval, até as primeiras centenas dos tempos modernos (Chassot, 2004). Tratava-se de uma intelectual, professora carismática, influenciadora de pessoas. Vivia na Alexandria, capital egípcia, centro da cultura grega da época. Tornou-se expoente do pensamento filosófico neoplatônico. Suas realizações em literatura e ciência ultrapassaram todos os teóricos da época. Contudo, isto era uma afronta de uma moça pagã, contra os princípios religiosos severos de acordo com os quais as moças deveriam ter o saber sobre cuidados com o lar, marido e filhos; nunca sobre a ciência.

Contrariamente ao que muito romance sobre a história das mulheres distorce, o dia internacional da mulher foi proposto em 1910 por Clara Zetkin, membro do partido comunista alemão, em luta pelos direitos iguais das mulheres trabalhadoras (Blay, 2001). Foi um período de movimentos constantes das classes trabalhistas por igualdade de direitos entre homens e mulheres; o início da percepção que há um jogo de poder calcado em valores patriarcais, que divide a sociedade em dominados e subordinados e culmina na depreciação da mulher.

Voltando ao Brasil, cito o nome de Julia Lopes de Almeida, escritora, autora de uma série de obras que retratam a sociedade burguesa de sua época com temas como o político bem-sucedido, o agiota, a mãe dedicada, o homem de negócios, o oportunista. Esta autora deveria ter sido uma das fundadoras da Academia Brasileira de Letras, segundo dados colhidos sobre os principais idealizadores da academia. Contudo, a ABL só foi admitir mulheres dentre seus membros em 1977, quando escolheu Raquel de Queiroz (Ferreira,

2017). O nome de Julia ficou excluído desta comunidade devido à discriminação da mulher no Brasil.

No campo da ciência da psicologia, as mulheres conquistam lugar não apenas enquanto cientistas atuantes, mas também enquanto objeto de estudo. De acordo com Saavedra e Nogueira (2006), há três grandes formas de conceber a mulher no campo da psicologia, desde que esta área nasceu e ganhou estatuto de ciência; tais formas são distintas e organizadas por meio de pontos de ruptura nos discursos, os quais assinalam términos e inícios de período. O primeiro período é marcado por uma figura feminina ausente ou, quando presente, inferiorizada. O segundo período coincide com a segunda saga feminista; é quando as mulheres entram na academia e conseguem se enxergar enquanto sujeito e objeto de estudo, de acordo com suas particularidades. Este período coincide com o surgimento da psicologia enquanto ciência moderna, no final do século XIX. O terceiro período será tido como atual, tendo por início o final dos anos oitenta e início dos anos noventa; comumente é conhecido como período pós-moderno: ele apresenta uma confluência de perspectivas de estudos sobre as mulheres.

Foi no segundo período que pela primeira vez na história é feita referência às experiências intelectuais das mulheres, por autores como Galton, citado por Saavedra e Nogueira (2006), os quais colocam as mulheres como dotadas de capacidades intelectuais inferiores. Tal crença, ao longo do século XIX e início do século XX foi bastante disseminada e vista como consensual, pois era uma teoria apoiada inclusive em aspectos biológicos, como o fato do cérebro das mulheres ser menor – na época pensava-se que o tamanho do cérebro fosse diretamente proporcional a sua capacidade cognitiva. O ingresso das mulheres nas atividades acadêmicas teve um papel fundamental para a contraprova de que o tamanho não define a qualidade; ou seja, a capacidade intelectual não tem relação direta com o sexo biológico e suas anatomias.

A partir dos anos noventa, o conceito de gênero ganha força e passa a ser concebido, segundo as autoras, como “um conjunto de princípios que organizam as relações entre homens e mulheres num determinado contexto social e cultural... performances através das quais os homens e as mulheres se posicionam uns face aos outros e constroem a sua subjetividade” (Saavedra e Nogueira, 2006, p. 119). Esta concepção ajuda na reflexão de gênero como algo dinâmico e situacional; o que é muito diferente do que pensar que ser mulher ou homem é algo estanque, definido pela biologia. Assim, o gênero passa a ser uma invenção das sociedades humanas, com a finalidade de auxiliar na construção de arranjos sociais, bem como atribuir significado a tais arranjos, como forma de estruturar a imaginação.



O ativismo feminista foi fundamental a este terceiro período da mulher, ainda vigente no atual cenário genericamente conhecido por “pós-moderno”, na medida em que permitiu o refinamento de métodos de estudos para se pensar as mulheres em termos ontológicos, o que teve por consequência um significativo aumento de mulheres em posições de poder e liderança, promovendo consequências inclusive em relação a justiça social. Vale ressaltar que Beauvoir (2016a) alinhava o movimento feminista ao movimento marxista de luta de classes, por considerar que a marginalização do proletariado estava estruturada de forma similar ao movimento higienista que marginalizava as mulheres, com base em justificativas teóricas e discriminatórias que não se sustentam na prática.

Já no campo da psicanálise, há uma ligação com as mulheres e com o feminino muito forte, já que essa, enquanto forma de tratamento da psique humana, nasce através de estudos com as mulheres. Não por acaso, pois a moral vitoriana do século XIX, na qual Freud viveu, quando da criação da psicanálise, era especialmente rígida e opressora para com as mulheres. De acordo com Kehl (2008), o século XIX comporta uma marca de virada na vida das mulheres junto à modernidade. Os psicanalistas vieram contribuir no pensamento sobre a subjetividade da mulher em meio a era moderna, a qual na prática não era tão moderna como seu nome.

Na “modernidade” as formas de subjetividade da mulher que marcam história são as confortáveis mães, mulheres que reduzem sua subjetividade à maternidade; ou quando isto não lhes basta, sofrem de histeria: campo aberto ao início das investigações sobre o inconsciente com Freud. A psicanálise então vai operar no século XIX, após a Era das Luzes, em meio a um buraco deixado pelo advento da razão e da consciência: o inconsciente. Ela advém como uma possibilidade de uma liberdade na construção subjetiva das mulheres, com o advento da chamada Modernidade. É um tempo de mudança de perspectiva, com o surgimento de ideias de um sujeito mais autor do próprio discurso.

#### **4.4 - As psicanalistas**

Na história da psicanálise, tomando por base seu nascimento com Freud ao final do século XIX, encontramos mulheres de destaque enquanto clínicas e teóricas, embora elas não sejam a maioria. Contudo, no referido período histórico, na Europa, uma mulher ganhar destaque com o seu trabalho fora de casa era digno de destaque, o que justifica trazer aqui alguns nomes de psicanalistas que ilustram a resistência das mulheres por meio de seus trabalhos. Foram selecionadas apenas analistas contemporâneas de Freud, dentre elas Anna

Freud e Melanie Klein, pelo efeito que seus movimentos tiveram na psicanálise de criação de novas correntes analíticas: o annafreudismo e o kleinismo; o que exemplifica mulheres com grandes construções sociais e resistência ao conformismo. Além delas, foram trazidas outras analistas contemporâneas de Freud, as quais obtiveram destaque por construções teóricas que estudam as mulheres e o feminino. Assim temos Marie Bonaparte, com sua obra dedicada à sexualidade feminina; Helene Deutsch, com sua teorização sobre o masoquismo feminino; Lou-Andréas Salomé, com contribuições fundamentais sobre o amor; Joan Rivière, com o grande conceito de mascarada, dentro da teorização sobre o feminino. Tais analistas foram trazidas de forma pontual, de modo a localizar seus trabalhos e contribuições, ao lado de fatos de suas vidas, que ilustram a saída diferenciada que cada uma delas adotou para lidar com a feminilidade, em meio a uma época extremamente repressora para com as mulheres.

As primeiras mulheres a ganharem destaque são as contemporâneas Melanie Klein e Anna Freud, esta é a sexta e última filha do casal Sigmund e Martha Freud. Ambas souberam inserir-se na psicanálise com firmeza, e convenceram milhares de pessoas de suas posições; que eram discordantes entre si – Anna e Melanie não foram parceiras, embora fossem da mesma época e tenham ambas vivido grande parte de suas vidas na Inglaterra.

Anna Freud (1895-1982), filha de Sigmund Freud, austríaca que viveu grande parte da vida em Londres, é pedagoga de formação. Filha caçula, ela precisou dividir a atenção com cinco irmãos mais velhos, com os quais teve mais rivalidade do que afinidade, especialmente com a irmã mais próxima de idade Sophie, dois anos e meio mais velha. Sophie teve pouco tempo de vida, sua morte prematura ocorreu quando tinha vinte e seis anos de idade, vítima da gripe espanhola. A família costumava se referir às duas como a bela, Sophie; e o cérebro, Anna (Instituto Morashá de cultura, 2003). Por ironia ou mera contingência, Anna nunca se casou. Freud, embora fosse muito próximo a Anna, principalmente enquanto parceira de trabalho e nutrisse por ela grande admiração intelectual, não mostra de tudo que ela fosse a filha que ele esperava, por exemplo, quando confia a seu amigo Fliess, médico com quem se correspondia frequentemente, sua decepção sobre o sexo de Anna; ele gostaria de ter tido mais um filho homem.

Anna mostrou-se desde esta primeira atuação como pedagoga interessada no comportamento de crianças; o que fora uma porta de entrada para sua prática clínica na psicanálise, com crianças. Embora tenha deslocado seu interesse da pedagogia para a psicanálise, Anna não fez o mesmo com a dimensão psíquica observada, que permaneceu sendo a dimensão consciente do comportamento; e não o inconsciente, o qual caracteriza a prática da psicanálise, descoberto por seu pai, Sigmund Freud. Desta forma, sua clínica acaba

por caracterizar-se com um objetivo de adaptação da criança ao social, em detrimento da exploração da dimensão inconsciente que opera sob o comportamento observável (Calzavara, 2013). A conclusão é que Anna, embora tenha se envolvido com o movimento psicanalítico inaugurado por seu pai, permaneceu regida em maioria por sua formação pedagógica, calcada na educação e na adequação. É uma forma de atuação que privilegia o eu em detrimento da verdade particular do desejo de cada sujeito; desejo este que é sempre inconsciente. O sintoma, dentro da lógica de Anna Freud, não se insere como uma formação do inconsciente, inerente ao ser humano, mas sim como um comportamento que pode e precisa ser eliminado.

De acordo com Roudinesco (1998), o annafreudismo foi uma corrente psicanalítica representada pelos diversos partidários de Anna Freud, a qual se consolidou em oposição ao kleinismo: ambas desenvolvidas dentro da *International Psychoanalytical Association* (IPA), foram fortes correntes aplicadas ao tratamento de crianças, uma grande inovação para a época. Tal corrente corresponde a um certo modo de praticar análise com privilégio para os conceitos de “eu” e “mecanismos de defesa”. Era introduzida uma dimensão social e profilática ao tratamento das neuroses e psicoses. Essencialmente os países de idioma inglês, incluindo os Estados Unidos da América, esforçaram-se para defender o annafreudismo.

Melanie Klein (1882-1960), psicanalista nascida em Viena, que viveu grande parte de sua vida também em Londres, tem uma história marcada por tristezas e decepções, as quais aparecem em suas biografias (Esclapes, 2016). Seu pai aparece como uma personalidade melancólica, que nunca conquistou sucesso na vida. Sua mãe, como dominadora e invasora; sempre trabalhando para ajudar na renda familiar. Melanie era vista como bastante apegada à irmã Sidonie, quem veio a morrer aos oito anos de idade. Ainda jovem, Klein se casa com um engenheiro de personalidade sombria e tirânica; e permanece casada por mais de vinte anos, apesar de relatos mostrarem que ela sofria constantemente com as viagens do marido e sua personalidade depressiva. O casal teve três filhos: Mellita, quem na vida adulta se mostrará sua adversária no campo psicanalítico e na vida pessoal; Hans que veio a falecer ainda jovem, realizando uma escalada – morte com suspeita de suicídio; e Erich. Melanie Klein sofria de episódios recorrentes de depressão, dos quais precisava se ausentar da família para se tratar e se internar em clínicas especializadas. Aparentemente, a entrada de Klein na psicanálise foi uma forma de tratamento para sua depressão, para o que ela busca ajuda de Ferenczi.

A prática analítica de Melanie Klein é marcada por profunda controvérsia com a tendência pedagógica colocada por Anna Freud ao tratamento com crianças: Anna e Melanie eram ambas mulheres, com grandes ambições dentro do campo psicanalítico, e interessadas por uma prática ainda mais inovadora; que era a viabilidade da análise com crianças.

Contudo, Melanie Klein mostra um posicionamento muito mais próximo do id, do superego e das incertezas e paradoxos do inconsciente do que Anna. Ela defendia que mesmo em crianças a análise deveria ser voltada para a interpretação de fantasias inconscientes; e não para uma adaptação social (Calzavara, 2013). Sua forma de nomear o aparelho psíquico como calcado nas posições esquizo-paranóide e depressiva foi um grande marco conceitual para a psicanálise da época, bem como sua inovação em relação ao tratamento das psicoses, o qual não fora aprofundado por Freud.

De acordo com Roudinesco (1998), Melanie Klein foi a principal expoente do pensamento da segunda geração psicanalítica mundial. Deu origem a uma das grandes correntes do freudismo, o kleinismo, contribuindo consideravelmente para o desenvolvimento da escola inglesa de psicanálise, graças a Ernest Jones (1879-1958). Diferente do annafreudismo, o kleinismo é uma grande corrente, comparável à lacaniana. Ela não só contribuiu para a psicanálise clássica, como desenvolveu importantes conceitos teóricos e técnicos, o que fizera dela uma chefe de escola dentro da IPA. Dentre suas contribuições estão o tratamento das psicoses – esquizofrenia, *borderlines*, distúrbios da personalidade ou do *self*, posições esquizo-paranóide e depressiva-; um novo princípio para a psicanálise com crianças, centrado nas fantasias e no id; a exploração da relação arcaica com a mãe. Sua obra é composta de cinquenta artigos e de um livro sobre psicanálise de crianças, largamente traduzida em quinze idiomas. Hanna Segal é sua principal comentadora, e ela ganhou grandes partidários, como Donald Woods Winnicott (1896-1971) e Wilfred Ruprecht Bion (1897-1979).

Ainda no início do século XX, aparece Marie Bonaparte (1882-1962), francesa, contemporânea de Klein e Anna Freud, sobrinha-bisneta de Napoleão I. Sua mãe morreu por ocasião de seu nascimento, o que fez de sua infância e adolescência um período trágico (Roudinesco, 1998). Ela foi educada pelo pai, quem apenas se interessava por suas atividades de geógrafo e antropólogo, e pela avó paterna. Apesar disto, foi uma mulher de vanguarda que dedicou a vida e boa parte de sua fortuna para a causa psicanalítica. Casou-se com o príncipe Jorge da Grécia, homossexual que pouco deveria se interessar por ela enquanto mulher, alcoólatra e conformista, quem fez dela uma alteza coberta de honras. Quando se encontrou com Freud estava quase realizando um processo cirúrgico, a fim de aproximar o clitóris da vagina, para conseguir tratar seu sintoma de frigidez.

Marie Bonaparte consagrou à vida à psicanálise, tornou-se uma importante psicanalista francesa, tradutora incansável das obras de Freud, uma das poucas que se analisou com ele, cuja análise foi dedicada a tratar o sintoma de sua frigidez, tratamento que foi

interminável (Roudinesco, 1998). Ela ajudou a fundar a Associação psicanalítica da França, e escreveu uma obra extensa, dedicada em maioria a explorar os mistérios da sexualidade feminina; obra que não ganhou muita expressividade. Marie era vista como uma mulher cuja análise não tinha por objetivo modificar a sua caricatura de mulher aristocrática (Laurent, 2012a).

Na mesma época, temos ainda Helene Deutsch (1884-1982), cujo nome foi conhecido como a primeira psicanalista mulher a liderar a sociedade psicanalítica de Viena de Sigmund Freud; expandindo consideravelmente as considerações freudianas sobre as mulheres. Helene também ficou conhecida por ser expoente do movimento feminista, outra causa à qual dedicou a vida, junto da psicanálise. Ela é de origem judia, nascida na Polônia, tendo com Freud mais esta identificação do judaísmo, embora registros mostrem que ambos não eram religiosos (Gul, 2010).

Sua infância foi em meio a três irmãos mais velhos, seu pai, e sua mãe, Regina Rosenbach, pessoa autoritária, conformista e pouco afetuosa. Apesar de destacar-se pela beleza e inteligência, Helene era deprimida, aparentemente devido à marca de hostilidade de sua mãe para com ela e devido a um abuso sexual que sofreu do irmão (Roudinesco, 1998). Torna-se amante de um homem casado, dirigente socialista, quem lhe ajuda a conhecer Rosa Luxemburgo (1891-1919), figura histórica. Posteriormente, casa-se com Felix Deutsch, médico atraído pelas ideias freudianas, e tem um filho, após uma série de abortos.

Helene era uma mulher de vanguarda, que conseguiu estudar direito na universidade de Viena para tornar-se advogada como seu pai, e ainda concluiu doutorado em medicina (Gul, 2010). Deutsch analisou-se com Freud e Karl Abraham (1877-1925), ficou conhecida por afirmar que a frigidez da mulher poderia ter por origem uma identificação ao pai: na medida em que a identificação era com o lado homem, o lado mulher lhes seria fechado. Ela acrescenta que não necessariamente esta condição seria um sintoma analítico, a não ser quando a mulher envolvida o faça assim tornar-se. Caso ela não o faça, não se deve mexer, para não correr o risco de tocar em uma identificação muito crucial. Outra contribuição da autora foi em relação à sua teorização sobre o masoquismo feminino. Ela afirmou a necessidade de se encontrar nas mulheres um equilíbrio entre o masoquismo, que as leva a uma adaptação à dor, e o narcisismo, o qual seria uma resposta defensiva contra o masoquismo excessivo. Tal equilíbrio seria necessário para as funções de reprodução. Sua principal publicação intitulou-se *Psicologia da mulher* (1924), foi uma dentre outras obras dedicada a causa da sexualidade feminina, tendo sido lida por mulheres como Simone de Beauvoir, já mencionada.

Trago também a figura de Lou-Andréas Salomé (1861-1937), alemã, filha de um general do exército dos Romanov. Mais uma psicanalista judia de vanguarda, tanto pela vida profissional avançada quando comparada às mulheres de sua época, quanto por sua vida pessoal; única, cheio de desejos singulares os quais ela não reprimia. Sua vida ficou conhecida por um fervilhar de amores e paixões. Quando morta, a Gestapo retirou de sua biblioteca todos os seus livros, sob o argumento de que era uma psicanalista, estudiosa desta ciência judaica (Dacorso, 2017). Lou foi uma mulher bonita e encantadora, não foi mãe, e ficou conhecida pelas suas faces exóticas como o hábito de viajar com outros homens mesmo enquanto casada com o professor Andreas. Lou, embora aparentemente tenha copiado dos homens de sua época o modo de vida, não foi uma mulher masculina; ainda mesmo sendo a única menina dentre seis filhos, criada entre cinco irmãos. Freud pensara que a facilidade de Lou a adentrar o círculo psicanalítico da época, composto por homens, era a convivência inata que tinha com eles e o fato de ter sido escolhida a filha preferida de seu pai.

De acordo com Roudinesco (1998), Freud apaixonou-se por ela e ao escrever seu artigo sobre o narcisismo (1914/2006) era nela que estava se baseando para descrever os traços tão particulares de mulheres que se assemelham a grandes animais solitários, apaixonados por si mesmos. Ainda assim, Freud não considerava que ela tivesse sentimentos de culpa neurótica, e a desaconselhava tanta dedicação à psicanálise. Ela sempre participava das reuniões do círculo freudiano e às de Alfred Adler (1870-1937).

Dos diversos homens com os quais Lou se envolveu, um deles foi Nietzsche; deixando em dúvida se a relação fora uma amizade profunda ou um caso amoroso. Há diversas produções que ligam Lou a Nietzsche: filmes, livros, biografias. Ela às vezes aparece descrita como a mulher por quem Nietzsche sofreu, e em outras versões aparece como uma garota inconsequente e oportunista.

Em sua obra como psicanalista, Lou trouxe contribuições fundamentais a teoria do amor. Ela defendia a ideia de que o “nós” pode causar o término da relação por arruinar as criações do “eu”. Amor para ela era associado à criação: amar alguém colore tudo à volta; pelo tempo que a liberdade permanecer. Algumas pessoas florescem quando se separam, pois a união estava rompendo com a individualidade. Ela dizia ainda que dois amantes devem procurar nunca se conhecer por inteiro, para a relação não estar fadada a acabar no tédio. Dentre suas obras publicadas, ela analisa a personagem da literatura Madame de Bovary, com o tema da loucura amorosa e quietude conjugal (Roudinesco, 1998). Lou estreita vínculos com Freud entre 1911 e 1937; época em que entra na meia idade com aparência e sensação de

uma jovem de vinte anos. Além da psicanálise, Lou fizera parte de todos os círculos intelectuais da Europa no pós-guerra, incluindo filosofia, ciência, cinema e arte.

Uma última figura feminina importante que será evocada no campo da história da psicanálise é Joan Rivière (1883-1962), pioneira da sociedade britânica, com contribuições nas traduções dos trabalhos de Freud, Klein, dentre outros, devido a seu conhecimento perfeito das línguas alemã e inglesa, e gosto pela literatura. Ela era diferente de Lou, de uma beleza melancólica ao estilo vitoriano. Seu estilo era elegante, refinado. Pertencia à aristocracia inglesa, do que se orgulhava, apesar de que sofria de insônia, dores de cabeça e angústia; motivos pelos quais se desvalorizava (Roudinesco, 1998).

Mesmo com sua personalidade tímida e simples, desenvolveu uma obra que influenciou o pensamento de outros autores como Winnicott, Susan Isaacs e Hanna Segal. Desde a adolescência, Joan se destaca pelo gosto por estudos refinados e o ideal de vida voltado ao trabalho e produção intelectual, que se aproxima mais do que era tido como masculino, em sua época. Também contemporânea de Freud e Klein, Joan participou dos movimentos feministas que lutavam por direitos econômicos iguais e pelo sufrágio feminino na Inglaterra. Ela se casou ainda jovem, e teve uma filha que foi entregue aos cuidados da avó materna e da tia, pois Joan sofria de “neurastenia”. Em sua análise com Ernest Jones, ele dizia que sofria de angústia generalizada, enxaqueca e insônia (Haudenschild, 2017). Após esta análise, Joan também se analisou com Freud, e tentou convencê-lo da importância dos trabalhos de Klein; mas ele sempre defendia a filha Anna. Sua vida fora inteira perpassada por experiências intensas de desamparo e dor, internações em hospitais psiquiátricos, e grande distanciamento afetivo de sua mãe.

Para a psicanálise de orientação lacaniana, a grande contribuição de Rivière está relacionada à teorização sobre o feminino; sua criação é o conceito de mascarada, lançado por ela no artigo: “Feminilidade como uma mascarada” (1929). Ela desenvolve a ideia de que por trás de uma máscara de feminilidade pode estar escondido o desejo por uma masculinidade, em mulheres que na escolha de objeto, embora não sejam homossexuais, não são de tudo heterossexuais. A mascarada é então um disfarce, para esconder ódio e rivalidade para com os homens, pois o desejo subjacente ao ódio é o de castrá-los e roubar-lhes sua potência.

Anna, Melanie, Marie, Helene, Lou e Joan são mulheres fortes com diferenças muito marcadas, cujas singularidades as fazem responsáveis pelo próprio discurso, inovador. Tiveram êxitos e ocuparam papéis de liderança em pleno início do século XX, inovando o pensamento vigente e trazendo traços de ruptura com o mesmo (Laurent, 2012a). Elas estavam na psicanálise de corpo e alma, na medida em que em meio a suas análises pessoais

conseguiram avançar enquanto analistas com contribuições inéditas à clínica de mulheres. O que elas queriam com a psicanálise e sua instituição a IPA, ia muito além de uma mera relação de poder.



## **5- A PSICANÁLISE NO ÂMBITO PÚBLICO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**

### **5.1 - A psicanálise em políticas públicas para violência contra as mulheres**

Em meio a coleta de dados de campo para esta pesquisa, foram solicitados números absolutos de boletins de ocorrência, medidas protetivas e feminicídios na Delegacia de Defesa da Mulher onde a pesquisa foi realizada. Em meio a esta busca por números absolutos, foi possível concluir que não há uma clareza acerca da necessidade dos registros dos feminicídios. Estes são definidos, de acordo com a lei de 9 de março de 2015, promulgada pela presidente Dilma Rousseff, como assassinatos em decorrência da violência de gênero contra as mulheres, e são qualificados como crimes hediondos. Isto significa que os feminicídios deveriam ser destacados dos demais homicídios dentro das Delegacias de Polícia, mas na prática isto sofre uma dificuldade para acontecer. Pode-se concluir que, as políticas públicas que ressaltam o fenômeno da violência contra as mulheres como forma de preveni-lo, ainda não ganharam o devido reconhecimento pelos próprios policiais, que deveriam ser os principais envolvidos nestas políticas.

#### **5.1.1 – A psicanálise, o público e o político**

Enquanto ferramenta de escuta e investigação da psique humana, podemos inserir a psicanálise em domínios para além do contexto clínico, onde ela foi criada. Em instituições de domínios públicos, como a Delegacia de Defesa da Mulher utilizada nesta pesquisa, podemos inserir a psicanálise como uma ferramenta de escuta refinada com a finalidade tanto de colher dados sobre a psique das mulheres, para criar subsídios clínicos; como também para ampará-las em situações de vulnerabilidade. São formas de aplicação da psicanálise com menos aspirações de elaborações de sintomas, e mais aspirações de olhar para singularidade em ambientes nos quais tal olhar é costumeiramente rechaçado.

Entendendo por política as formas de se colocar enquanto cidadão de direito, e as formas de governo que incidem sobre os espaços públicos, de livre acesso, podemos pensar que a psicanálise incide sobre a política. Esta afirmação recai sobre a premissa de que a psicanálise prescinde do sujeito de direitos; parte da liberdade humana em traçar seu caminho e não prezar pela submissão a um autoritarismo. Parte também da liberdade de fala, enquanto uso individual da língua, como o principal instrumento de trabalho. Enquanto incide sobre

liberdade de posicionamentos e contra formas de controle dos corpos, a psicanálise está diretamente ligada à política.

Ignorar o contexto social seria fracassar com o trabalho psicanalítico, uma vez que o sujeito está em permanente construção em meio a seu ambiente no qual vive: suas interações, seus laços amorosos, seus trabalhos criam ideais e premissas que vão redefinindo o sujeito, a todo tempo. Estar à altura da sociedade, e caminhar conforme as suas transformações, é fundamental à psicanálise.

Sendo assim, a psicanálise pode ser usada como ferramenta de análise para acontecimentos que ultrapassam as clínicas e tornam-se públicos, como o tema desta tese, violência contra as mulheres, e suas decorrências sociais. O assassinato de mulheres sob a perspectiva de gênero foi inserido no Código Penal do Brasil com a denominação de feminicídio como crime hediondo em 2015, pela então presidenta, uma mulher. Pode-se considerar o segundo grande marco legislativo acerca do combate à violência contra as mulheres, sendo o primeiro a efetivação da Lei da Maria Penha. Esta lei é imensamente eficaz não só por representar legislativamente a proibição da violência contra as mulheres, como também por fazê-lo em cinco âmbitos: moral, psicológico, patrimonial, físico e sexual; desmistificando mitos de que violência se restringe a agressão física, por exemplo.

Contudo, a eficácia legislativa acerca deste tipo específico de assassinato denominado de feminicídio ainda precisa muito se fortalecer. Dificuldades de interpretação do termo feminicídio o levam a ser tido como mais um homicídio, talvez devido a uma dificuldade nacional de analisar a história da mulher no país e visualizar o fato de que são mais vulneráveis a crimes violentos, justo por se enquadrarem no gênero feminino; estando aí inclusas as travestis e transexuais.

Esforços do poder público já foram realizados em vista de aprimorar a legislação acerca do tema da violência doméstica e casos de feminicídios decorrentes. A Secretaria de Segurança Pública do Piauí criou em março de 2015 um núcleo para investigação do feminicídio no Estado, o qual tem por finalidade uma metodologia policial investigatória, cujo privilégio é a perspectiva de gênero; diferenciando-se das categorias dos demais homicídios (Vila e Machado, 2018). Esta perspectiva leva em consideração que há na cultura nacional a ideia de menosprezo e discriminação da condição de ser mulher. Neste Estado, foram criadas diretrizes nacionais para investigação do feminicídio em parceria com a ONU Mulheres e com a Secretaria de Política para Mulheres da Presidência da República.

Tal núcleo permitiu a elaboração do Mapa do Feminicídio, no qual foram definidas categorias para análise das vítimas: cor das vítimas; idade; meios utilizados e locais onde

ocorreu o crime. A maioria das vítimas são negras, da faixa etária entre 30 e 59 anos, solteiras. A maioria dos crimes acontece por meio de arma branca como faca, na residência da própria vítima. Os dados também revelam que, na maioria dos casos, o assassino era conhecido da vítima, tendo tido com ela relações afetivas, em alguns casos conjugais (Vila e Machado, 2018).

O fato de feminicídios acontecerem em grande parte no âmbito doméstico – são maridos que matam esposas dentro de casa, no âmbito familiar – reforça o pensamento patriarcal embasado no código civil do Brasil colonial, no qual os maridos tinham direito de assassinar as esposas adúlteras, bem como suas filhas. Este fato contrasta com a realidade dos homens, cujos episódios nos quais são vítimas de agressão costumam acontecer em espaços públicos. Foi preciso o desenvolvimento do slogan “o pessoal é político”, por meio de movimentos feministas da década de setenta, para desmistificar ideias de que não se pode intervir em casos de violência doméstica, pois são “assuntos de família”.

Antes da criação e aplicação do termo feminicídio, dentre as políticas públicas no combate à violência contra as mulheres, esforços já vinham sendo feitos pelo governo federal. Em 2013, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, comemorando uma década de existência e em sintonia com o ambiente gerado por uma primeira presidenta mulher da república do Brasil, publica a terceira edição do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, cuja premissa básica é de que perspectivas de gênero precisam estar inseridas em todas as políticas públicas como forma de combate à discriminação e à violência contra as mulheres, vista como decorrência da primeira. O plano foi elaborado em dez pontos: igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica; educação para igualdade e cidadania; saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social; direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta; cultura, esporte, comunicação e mídia; enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiências (Senado, 2015).

No ano seguinte, o mesmo governo inicia um projeto de atendimento especializado e integral às mulheres vítimas de violência, com intuito de todas as capitais do Brasil disporem de locais onde a vítima inicie seu processo de denúncia contra o agressor, e seja também ali atendida por demais profissionais de áreas sociais e da saúde pertinentes, bem como também, quando se fizer necessário, ser no mesmo local abrigada. O local foi denominado de “Casa da Mulher Brasileira” (Senado, 2015). Este complexo conta, em tese, com delegacia, juizado,

defensoria, promotoria, equipes psicossociais e de orientação para emprego e renda, brinquedoteca e área de convivência. Esta Casa permitiria assim um atendimento em rede, humanizado, ágil e eficaz, no qual a escuta psicanalítica poderia cumprir seu papel não só de amparo às mulheres como também de elaboração de seus sofrimentos pela fala, elucidação de modos de comportamentos sintomáticos, que não seriam detectados sem uma escuta atenta. Contudo, até o ano atual de 2019, apenas uma, no Mato Grosso do Sul, está em pleno funcionamento.

De acordo com Nolasco, Lopes e Meireles (2017), a Casa da Mulher Brasileira reflete vinte anos de trabalho e de luta acerca dos direitos humanos das mulheres. Ela entra com uma proposta não só de simplificar e resguardar pela vida das mulheres, oferecendo todos os serviços necessários à segurança da mulher vítima de violência num mesmo local; como também proposta de um caminho para erradicar o fenômeno da violência contra as mulheres. Sendo um espaço que recebe as mulheres vítimas de violência, acolhe-as com intuito de libertá-las; é um espaço que pode ser visto como receptivo ao discurso e à atuação da psicanálise, enquanto ferramenta de escuta atenta e apurada.

Tais autoras mencionadas acima fizeram uma pesquisa de campo na Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande, MS, e sinalizam muitos elogios e agradecimentos, mas também deficiências no serviço prestado pela Casa. Em relação ao acolhimento prestado às mulheres, há um déficit em não culminar num atendimento contínuo: as profissionais envolvidas, que são áreas de serviço social e psicologia, por exemplo, queixam-se de não ter notícias das mulheres após suas saídas da Casa; o que torna o serviço insuficiente no que tange ao controle de que episódios de violência contra as mulheres possam voltar a acontecer. Ainda que não haja um limite de tempo fixo pré-estabelecido para as mulheres permanecerem na casa, o serviço prestado nesta tem caráter emergencial, e não contínuo.

Contudo, a Casa da Mulher Brasileira é um serviço recente, que foi efetivado em 2015 e passou por crises de instalação, além de sofrer abalos advindos das mudanças de governo. Ela ainda pode se aperfeiçoar e vir a ser mais abrangente. Atualmente estão funcionando pelo Brasil seis Casas da Mulher Brasileira: a de Campo Grande, MS – primeira casa a vir a funcionar -; São Luiz (MA); Curitiba (PR); São Paulo (SP); Fortaleza (CE); e Boa Vista (RR) (Governo do estado MS, 2019). A presença de psicanalistas nelas abre possibilidades não só para a escuta refinada e singular, como também para uma política de atendimento pautada na continuidade e acompanhamento próximo.

### **5.1.2 – Um recorte da história da violência contra as mulheres no Brasil em âmbito público**

O Brasil, segundo o Mapa da Violência de 2015, ocupa o quinto lugar no ranking feito entre oitenta e três países com mais assassinatos de mulheres. Em 8 de março de 2019, o site do G1 publica reportagem dizendo que o número de feminicídios cresceu no Brasil de 2017 para 2018. O Acre é o Estado que registra um maior número de casos. Roraima foi o Estado segundo colocado. A justificativa dos estados foi um aumento no número de mulheres envolvidas com facções criminosas. Parece muito fácil atribuir a um comportamento da mulher a causa de crimes contra elas; é uma forma de não se envolver mais a fundo nos âmbitos que permeiam o problema.

A maioria dos feminicídios ocorre em situações de crise de relacionamentos conjugais ou extraconjugais, como exemplos: após a vítima ter pedido separação ou terminado o namoro, após a vítima ter engravidado, ou em alguns casos a vítima já havia prestado queixa de violência doméstica e estava sob medida protetiva. Também são comuns crises nos relacionamentos após a mulher iniciar um trabalho fora do âmbito doméstico: a vida social das mulheres, bem como autonomia financeira são aspectos que incomodam alguns homens, cujas repercussões são crises conjugais embasadas na premissa de posse do homem sobre a mulher, as quais, aliadas a outros fatores, têm por desfecho episódios de violência doméstica com alto risco de feminicídio.

Saindo agora das questões específicas do Brasil e retomando o que já foi escrito anteriormente, a fim de pensar no por que a violência contra as mulheres é tão forte e disseminada mundialmente, temos que a divisão entre o gênero feminino e o masculino sempre esteve de alguma forma fazendo discurso e surtindo efeitos político-sociais. Na Idade Média, por exemplo, havia uma divisão clara de tarefas entre homens e mulheres, sendo que estas eram colocadas como submissas pela Igreja católica apostólica romana, delegando aos maridos o direito de bater na esposa, como uma forma de educa-la. As formas de insubordinação sociais e políticas eram tidas como heresias (Federici, 2017, p. 64).

Já nesta época, havia entre os discursos sobre os sexos práticas de controle de corpos comprovadas nas proibições da sodomia e do aborto, os quais eram tidos como heresias. Neste cenário, a sedução, característica atribuída em maioria às mulheres por ser um comportamento tido na sociedade ocidental como feminino, é vista como perigosa, como uma armadilha a ser evitada, assim como o ato sexual quando desvinculado da reprodução.

É importante ressaltar que qualquer período de crise social atinge principalmente as mulheres, como mostram registros históricos. A Idade Média termina em crise econômica e pobreza, cenário propício a discursos sociais segregacionistas, aos quais as mulheres são mais vulneráveis, pois são muitas vezes vistas como o sexo inferior e, portanto, devendo ser submissa. Este contexto favorece o discurso de hostilidade contra as mulheres proletárias, em especial as solteiras, o que perigosamente aumenta a vulnerabilidade, por exemplo, das prostitutas.

No Brasil, com a colonização de exploração portuguesa se dissemina esta idealização de feminilidade, talvez mascarada no patriarcado. De acordo com Freyre (2006), o patriarcado no Brasil, e também em outros países da América, caracterizados pelo regime de colonização de exploração, como nas Antilhas e na Jamaica, é fruto da forma de organização escravocrata: a divisão entre a casa grande e a senzala, onde aquela era o local do senhor, dotado do poder sobre bens materiais: a cadeira de balanço, o cavalo, o sofá; e a mulher. A moral sexual católica foi a forma de organização familiar tomada pela casa grande, cujo chefe é o senhor: dono das terras e das mulheres.

Ainda de acordo com Freyre (2006), o contato dos portugueses com os sarracenos ajudou a criar a imagem da figura da moura encantada: a mulher morena de olhos pretos, semelhante às índias nuas no Brasil, envoltas de um misticismo sexual inerente ao discurso da mulher sedutora. O caráter, de certa forma ameaçador, visto em algumas versões da mulher sedutora, marcou o Brasil na figura das índias, em detrimento da mulher loira, cuja imagem fora associada a aspectos angelicais, divinos – ao contrário dos “anjos maus”, de cabelo escuro. A inscrição da mulher brasileira como perigosa facilitou a concepção de que ela precisava de um dono, como forma de proteção social.

A mulher, criada na sombra do pai e do marido, estava inscrita dentro deste sistema de relações caracterizado por posições estratificadas, antagonistas e sádicas: reprimida social e sexualmente; deve ser casta para não ser apelidada de vagabunda:

A nossa tradição revolucionária, liberal, demagógica, é antes aparente e limitada a focos de fácil profilaxia política: no íntimo, o que o grosso do que se pode chamar “povo brasileiro” ainda goza é a pressão sobre ele de um governo másculo e corajosamente autocrático. (Freyre, 2006, P. 114)

A cultura constituiu-se no excesso de mimos e reclusão para as meninas brancas e o oposto aos meninos; excesso de liberdade, cheios de vícios sádicos na educação, tais como deflorarem negrinhas, maltratar animais. A tirania dos pais brancos sobre as meninas depois era substituída pela tirania dos maridos. O código civil patriarcal da época permitia que os maridos assassinassem as esposas adúlteras, além das filhas (Vila e Machado, 2018).

Dias (2019), discorrendo sobre a mulher no Código Civil brasileiro, escreve que o Código Civil de 1916:

Retratava a sociedade da época, marcadamente conservadora e patriarcal. Assim, só podia consagrar a superioridade masculina. Transformou a força física do homem em poder pessoal, em autoridade, outorgando-lhe o comando exclusivo da família. Por isso, a mulher ao casar perdia sua plena capacidade, tornando-se relativamente capaz, como os índios, os pródigos e os menores. Para trabalhar precisava da autorização do marido (Dias, 2019, online).

Referindo-se ao Código em vigência (sancionado em 2002), destaca os prejuízos das mulheres quando da separação. Escreve que a manutenção

... do instituto para fins de concessão da separação traz maiores prejuízos à mulher. É bem mais restrita a moral sexual feminina. A liberdade da mulher ainda não foi assimilada, tanto que é rotulada com uma série de qualificativos. Virtude, honestidade, seriedade, castidade e pureza, são atributos que só dizem com o exercício da sexualidade, ou melhor, com a abstinência sexual feminina (Dias, 2019, online).

Atualmente, muitas mulheres têm participado do mercado de trabalho e conseguido uma independência financeira. Entretanto, essa condição não garante que não sofram violência doméstica. Platonow (2019) cita um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado em 19 de agosto de 2019.

De acordo com os dados levantados, o índice de violência contra mulheres que integram a população economicamente ativa (52,2%) é praticamente o dobro do registrado pelas que não compõem o mercado de trabalho (24,9%) (Platonow, 2019)

#### Segundo o Ipea

Uma possível explicação é que, pelo menos para um conjunto de casais, o aumento da participação feminina na renda familiar eleva o poder de barganha das mulheres, reduzindo a probabilidade de sofrerem violência conjugal. Em muitos casos, porém, a presença feminina no mercado de trabalho – por contrariar o papel devido à mesma dentro de valores patriarcais – faz aumentar as tensões entre o casal, o que resulta em casos de agressões e no fim da união. Uma das conclusões é que o empoderamento econômico da mulher, a partir do trabalho fora de casa e da diminuição das discrepâncias salariais, não se mostra suficiente para superar a desigualdade de gênero geradora de violência no Brasil (Platonow, 2019, online).

De acordo com o estudo,

... outras políticas públicas se fazem necessárias "como o investimento em produção e consolidação de bases de dados qualificados sobre a questão, o aperfeiçoamento da Lei Maria da Penha e intervenções no campo educacional para maior conscientização e respeito às diferenças de gênero" (Platonow, 2019, online).

### 5.1.3 – A sexualidade na psicanálise e suas facetas de poder

Voltando-nos agora para a psicanálise, no que tange à capacidade de escuta apurada do analista, e à psicosexualidade, Freud (1925b/2006) nos ajuda a entender que o humano pode rejeitar aquilo que não compreende, que está longe de seu alcance, ou até aquilo que não quer enxergar, pois foi recalcado em seu inconsciente. A escuta psicanalítica possibilita um olhar ao conteúdo recalcado, através da materialização da fala e da crença de que conteúdos inconscientes podem vir à tona, em meio a uma relação de transferência, os quais estão na origem de sintomas. Comportamentos que se repetem, mesmo causando sofrimento são comuns. Muitas vezes, são meros padrões de repetições de comportamentos já vividos com outras pessoas importantes da família. Contudo, o sujeito não se percebe repetindo, ou naturaliza suas ações como se elas não pudessem ser de outra forma. Podem ser também posicionamentos subjetivos fixados em determinadas fantasias inconscientes, por exemplo, de que a mulher é inferior ao homem.

A teoria da sexualidade humana construída pela psicanálise de Freud e Lacan ajuda a compreender que se comportar como homem ou mulher são formas de defesa frente à castração. Nascer homem ou mulher não é um mero fato sem consequências; o sujeito humano possui o seu corpo de nascença e precisa lidar com ele ao longo da vida; aceitando-o ou rejeitando-o há uma responsabilidade implicada no fato de se ter um corpo de uma certa forma, ao mesmo tempo uma forma única e uma forma inscrita dentro do registro do sexo masculino ou feminino. Responsabilidade esta que é aliada de uma criação singular sobre seu corpo, de mulher ou de homem: “No psiquismo não há nada com que o sujeito pudesse se situar como ser macho ou ser fêmea. O que se deve fazer como homem ou como mulher, o ser humano tem que aprender, peça por peça, do outro” (Lacan, 1964/2008, p. 220).

A sexualidade humana é um furo no registro do saber: não se sabe de antemão sobre ela: constrói-se uma simbologia, imersa em uma cultura, a qual, mesmo quando é valorizada, ainda não é capaz de responder tudo sobre o sexo: a sexualidade insiste em fazer furo, em não se apresentar no campo do conhecimento. Há uma perda necessária na assunção do próprio sexo, e não menos na rejeição também, que leva aos conhecidos casos de transexuais.

Partindo da premissa de que os sintomas neuróticos se constituem sobre a sexualidade, entendendo esta em seu sentido maior do que o simples ato sexual, ou seja, abarcando tudo o que envolve semblantes de respostas sobre o ser homem ou ser mulher, Freud constrói a psicanálise e passa a compreender que a insistência de alguns sintomas diz algo sobre uma posição subjetiva inconsciente, que precisa ser desvendada.

Podemos entender por gênero a ideia de que nem sempre o sexo biológico define um sujeito em termos de identificação subjetiva. Em termos culturais, há sempre rituais que



versam sobre ser menina ou ser menino, homem ou mulher. Ainda que os movimentos de quebras de estereótipos tenham caminhado com peso, certos rituais insistem em acontecer. Por exemplo, o casamento cristão, no qual a mulher é repassada em sua entrada do pai para o marido ilustra a mulher submetida a uma inerência de posse, do homem. Mesmo em casamentos homo e transsexuais é possível ver o mesmo ritual se repetir, quem se identifica com a mulher é entregue ao outro, o homem que recebe; o “proprietário”.

Lacan (1982) pensa o feminino e o masculino de forma que vai além das teorias de gênero, pois ele não está pautado em rituais ou semblantes sociais, mas sim nas formas de defesa frente à castração (somos seres incompletos). Uma vez que a mulher sente inveja do pênis (pênis significando o órgão representante do poder) e o homem tem medo da possibilidade de perdê-lo, estas sensações trazem consequências diferentes na hora de se portar na partilha sexual; o que não diz respeito de forma direta a comportamentos sociais. Frente a um homem, uma mulher costumeiramente tende a solicitar amor de forma tão plena e infinita e a todo custo. Frente a uma mulher, um homem pode tender a dominá-la, para não a perder, como se ela fosse o seu falo (representação simbólica do pênis).

Muitas mulheres vítimas de violência doméstica buscam uma escuta para suas angústias, uma espécie de amparo e contenção de seu sofrimento, uma vez que não podem encontrar essa escuta no parceiro conjugal, já que ele inclusive é a causa de grande parte de seu sofrimento, e muitas não encontram amparo da família. Assim, a escuta que o psicanalista pode oferecer para estas mulheres torna-se importante, na medida em que suas falas, diante de quem de fato quer escuta-las, adquirem grande valor.

Ao mesmo tempo em que elas são escutadas, elas podem falar e se escutar e esta escuta pode, de alguma forma, contribuir para que elas se reposicionem diante dos fatos e da violência que sofrem.

A diferença entre escutar e ouvir é fundamental para entendermos o que é a escuta para a psicanálise. Bastos afirma: “Ouvir nos remete mais diretamente aos sentidos da audição, ao próprio ouvido, enquanto escutar significa prestar atenção para ouvir, dar ouvido a algo. Portanto, a atenção é uma função específica da escuta”. (Bastos, 2019, online).

A autora acrescenta:

Quando falamos a um amigo, temos a expectativa de sermos compreendidos, de confirmarmos nossas certezas, nossos julgamentos. Buscamos uma identificação, uma cumplicidade. Quando ouvimos um amigo, procuramos lhe dar atenção, confortá-lo, se for preciso, aconselhá-lo, orientá-lo, enfim, procuramos demonstrar nossa amizade apoiando-o da melhor maneira possível (Bastos, 2019, online).

Para indicar a diferença entre falar com amigos e falar a um psicanalista, Bastos (2019) ressalta a diferença entre este e um semelhante; a relação em análise não é de reciprocidade, na qual a comunicação é por meio de diálogo; mas sim é construída uma relação baseada em uma parceria que trabalha. Por parte do psicanalista, há uma escuta e uma pontuação, de modo a facilitar a emergência do que há nas entrelinhas do discurso; uma escuta para além do que está dito.

Para concluir este item, chegamos aqui em uma consequência, então importante de elucidar sobre a relação entre escuta psicanalítica e as políticas públicas contra a violência contra as mulheres: possibilitar com que as mulheres vítimas de violência adquiram uma certa capacidade de escutar a si próprias. É essa escuta em relação a si mesmas que pode contribuir para que elas se repositionem diante dos fatos e das circunstâncias da violência que sofrem, e busquem soluções singulares para tentar enfrentar suas dificuldades, inclusive em relação às agressões que sofrem.

A todo instante mulheres são mortas por homens, em atos que caracterizam feminicídios, ou seja, são mortes devido à condição de pertencerem ao gênero feminino. Ao final da Idade Média estas mortes assumiram proporções numéricas catastróficas num fenômeno conhecido por “caça às bruxas”, como já evidenciado; e o que é mais alarmante, as mulheres eram mortas com a justificativa etérea de acusações de bruxaria, as quais não eram passíveis de comprovação e nem ao menos de definição.

Estas acusações envoltas de misticismo e falta de objetividade, reforçam a ideia de que as mulheres eram acusadas de um crime o qual poderia simplesmente ser definido como a capacidade de exercerem influência sobre a mente de um homem. Uma vez que alguns homens estão, mesmo que inconscientemente, embasados na premissa de dominação e posse sobre as mulheres, não é aceitável se deixar influenciar por elas. Quando um homem mata uma mulher em um ato de feminicídio, o que ele mata parece ser a sua condição de vulnerabilidade em relação a ela, insuportável e intolerável, para alguns deles. São mortos aqueles que oferecem algum tipo de perigo à população; perigo real ou fictício.

A psicanálise, enquanto ferramenta de escuta apurada, escuta que preconiza aspectos inconscientes, para além da consciência, é um instrumento fundamental ao se pensar em políticas públicas mais direcionadas e singulares; ou seja, que atendam onde elas mais precisam, da forma como precisam, e que tenham efeito de mudanças nelas, tanto nos seus pensamentos como nas suas ações. Ela pode estar presente, na figura de psicanalistas, em locais de atendimento multidisciplinares às mulheres vítimas de violência, como a Casa da Mulher Brasileira, bem como também pode ser um instrumento de análise das falas das

mulheres vítimas e dos homens agressores, uma vez que a fala é um corpo material passível de ser analisado. Análise esta que serve de parâmetro para se pensar em políticas públicas de disseminação de informação e conscientização social.

## **5.2 - Violência contra as mulheres nas mídias digitais**

Mídias digitais podem ser compreendidas como toda forma de comunicação por meio da internet, meio altamente eficaz para disseminar e compartilhar informações na sociedade atual. Veremos aqui algumas facetas desta forma de conexão que é intimamente ligada a imagens; como tais imagens podem afetar os grupos de espectadores, tendo como principais representantes das mídias digitais as redes sociais.

Uma vez que as mídias digitais acompanham o movimento social – fazem função de espelho aos fenômenos em andamento e são portas abertas para discussões e exposições inerentes – reflexões sobre o que as mídias podem provocar e auxiliar são fundamentais. A violência contra as mulheres tem sido um dos principais temas em debate nos últimos anos. Aqui serão expostas algumas formas de tratar este fenômeno nas mídias.

Em abril de 2018, o senado divulga notícia via internet sobre nova lei acerca da proteção da mulher, diretamente ligada a riscos de propagação de intolerâncias e preconceitos pelo mundo virtual: a lei diz sobre a criminalização da divulgação de mensagens misóginas – que propagam ódio ou aversão às mulheres – pela internet (Agência Senado, 2018). Uma medida de proteção contra ofensas e minorações à mulher virarem moda. Esta discussão estava em cheque desde setembro de 2017, quando fora publicada uma reportagem no site da Câmara sobre violência contra as mulheres na internet e sua impunidade. As deputadas proponentes de um debate para discussão desta temática vêm com o argumento de que redes sociais são um meio de fomentar violências contra as mulheres, uma vez que expõem suas intimidades.

As deputadas Ana Perugini, Laura Carneiro e Erika Kokay, alegam que a maioria dos crimes de difamação que acontecem na internet é contra mulheres e que a falha nas leis de proteção contra esta situação em específico a perpetua, gerando a necessidade de se colocar a situação em pauta. Os traumas psíquicos de uma humilhação pública por via da internet podem ser irreversíveis, tamanho o impacto emocional que esta violência, de ordem psicológica, que geram (Câmara, 2017).

Em novembro de 2017, o jornal O Estado de São Paulo publicou reportagem sobre uma vendedora do interior de São Paulo, quem postou fotos de seu rosto inchado em sua rede

social, com intuito de dar um basta nas agressões que acometem mulheres diariamente, efetuadas por cônjuges ou namorados. A delegada de uma cidade próxima apoiou a atitude da vendedora por se tratar de um ato corajoso, o qual encoraja outras mulheres, via identificação, a também dar um basta na violência que sofrem de seus pares amorosos, já que as redes sociais possuem ampla visibilidade (Tomazela, 2017). A mesma delegada diz também que infelizmente a maioria das mulheres ainda opta por não se expor, devido ao medo do que o agressor possa vir a fazer com ela e sua situação se agravar.

Vale ressaltar que de acordo com a reportagem publicada no jornal O Estado de São Paulo em maio de 2017, a violência contra as mulheres é maior no interior do Estado de São Paulo do que na capital. Isto se explica com facilidade ao pensar que o pensamento acerca do lugar da mulher no interior é mais provinciano, ou seja, de que a cultura na qual a mulher é vista como posse do homem e deve a ele obedecer, na medida em que ocupa um lugar rebaixado, é maior em cidades interioranas, ainda que não sejam tão bairristas. É a desvalorização da mulher que se mostra propulsora da violência, junto ao estereótipo sexual de que seu corpo pertence ao homem.

Em reportagem do jornal O Vale, de fevereiro de 2018, temos o dado de que o número de boletins de ocorrência registrados em uma cidade do interior de São Paulo, sede do Vale do Paraíba e Litoral Norte, é de uma média de dez por dia. Este dado pode ser atribuído à discriminação da mulher decorrente de pensamentos que naturalizam o gênero feminino dentro da opressão social, da ideologia patriarcal, na qual o homem é o chefe da família e todos devem obedecê-lo, mulher e filhos. Inclusive a maioria dos episódios de violência acontece nos locais do convívio familiar. A maioria das ocorrências é feita por mulheres jovens que trabalham, e que, por terem independência financeira, não toleram imposições por parte do companheiro (Alvim, 2018).

Os autores da referida reportagem mencionam caso de feminicídio contra uma mulher que engravidou numa situação extraconjugal e não quis abortar. É o machismo como norte de chacinas, crimes que começam com o tratamento recebido dentro de casa, quando, por exemplo, filhos que agridem mulheres são protegidos, ou os filhos homens não são chamados para as tarefas domésticas. Os feminicídios também são costumeiramente “justificados” em situações de mulheres que registram boletim de ocorrência contra maridos, prostitutas que rejeitam um cliente a fim de trabalhar para outro.

Voltando-nos para a psicanálise, Kehl (2008) ressalta que o ser humano é um ser de linguagem, portanto submetido às regras, costumes, interpretações e até imposições que estão arraigadas à fala. As práticas da fala: “se modificam sutil e lentamente em função dos

deslocamentos sofridos por agentes sociais ao longo da história – deslocamentos de classe, de gênero, de inserção junto ao poder” (pág. 24). Não se pode, portanto, pensar o sujeito fora de sua perspectiva social, na medida em que esta incide sobre o corpo.

Miller (2004) reflete sobre a sociedade atual enfatizando a escassez de significantes mestres orientadores: ausência de conceitos, líderes, e instituições fortes, que orientem as escolhas subjetivas. O autor denomina de desbussolado, ou seja, sem bússola este sujeito pós-moderno; o qual é vítima do individualismo e falta de amparo social. Neste novo cenário é o próprio sujeito que precisa criar o seu norte; este não mais está nas mãos do estado, da religião, da família como já estiveram em anos passados. A possibilidade de escolha é muito maior.

Podemos articular uma importante questão: redes sociais podem ganhar força como um importante grupo de amparo ao sujeito desbussolado; nelas, é possível encontrar ideais, modelos de conduta, compartilhamento de angústias. As redes sociais podem funcionar como um grupo, o qual consegue exercer uma enorme influência na subjetividade e transmissão de ideologias: são uma grande forma de discurso da sociedade atual, as quais ganham força também em âmbitos de gênero e sexualidade, ditando padrões de conduta.

Até poucas décadas, a forma de uma informação tornar-se pública eram os noticiários, impressos e em televisão. Quando algum assunto virava notícia, ele era editado e publicado em redes de comunicação jornalística, as quais possuem donos explícitos, bem como ideologias. Desta forma, não era qualquer assunto que podia ser publicado e, também, não se detinha controle da forma como a publicação iria acontecer. Toda a responsabilidade pela edição e formatação do assunto permanecia nas mãos do editor do jornal. Ele também poderia optar por publicar ou não uma reportagem, de acordo com seus critérios ideológicos e sua suposição de impacto público. Era comum a opção por publicar apenas assuntos que supostamente dariam mais lucro devido a maior audiência, bem como a forma de edição da reportagem também poderia ser pautada por critérios lucrativos. Desta forma, uma notícia corria sempre o risco da espetacularização das suas imagens.

Contudo, a partir dos anos dois mil uma nova forma de divulgação de notícias entra em cena, por meio de mídias digitais, com as redes sociais. Aqui, vida pública e vida privada se entrecruzam num fenômeno que pode ser visto como de desmascaramento do sujeito; as máscaras ficam mais frágeis em meio à cultura de exposição de fotos pessoais, bem como exposição de acontecimentos da vida. Ainda que existam configurações de privacidade, a força do movimento favorece a exposição, pois é ao se expor que o sujeito pode ser amparado ao ser visto pelos seus pares, em meio a tempos de sujeitos desbussolados.

Outra questão a ser articulada é que, uma vez que as informações de redes sociais não têm a obrigatoriedade de passarem por avaliação, elas podem ser utilizadas como ferramenta de descarga de sobrecargas pulsionais do id, com menos censura superegóica. Vale ressaltar que as redes sociais apenas interferem no tipo de informação que virá a ser publicado salvo grandes exceções, de conteúdo impróprio: a liberdade na exposição de conteúdos é muito fácil por serem gratuitas, de fácil acesso, e sem algum tipo de crivo ou seleção para publicação. Não há um Outro na função de mestre ditando quais significantes podem ser tratados em suas páginas, tampouco na função de corretor superegóico. Freud (1921/2006) auxilia na compreensão acerca da peculiaridade inerente ao poder de contágio de uma ideia quando propagada em grupo. Vale ressaltar que aqui as redes sociais são vistas como grupos – pois nelas de fato se formam grupos ideológicos – nos quais um líder atua disseminando uma informação, ou uma opinião, a qual ali tem o poder de rapidamente se propagar entre internautas. Numa questão de minutos uma ideia pode ganhar mais de mil adeptos.

O indivíduo nas relações que já mencionei ... cai sob a influência de apenas uma só pessoa ou de um número bastante reduzido de pessoas, cada uma das quais se torna enormemente importante para ele. Ora, quando se fala de psicologia social ou de grupo, costuma-se deixar essas relações de lado e isolar como tema de indagação o influenciamento de um indivíduo por um grande número de pessoas simultaneamente, pessoas com quem se acha ligado por algo, embora, sob outros aspectos e em muitos respeitos, possam ser-lhe estranhas (Freud, 1921/2006, p. 81-82).

Em um grupo os elos de ligação são obscuros, principalmente, quando compostos por pessoas que não se conhecem, e mais condicionados a influências que acontecerão a partir de seu funcionamento próprio. A um sujeito que num dado momento está na função de líder é a quem o grupo dirige sua atenção e afeto e, portanto, o assunto que o líder coloca em pauta tende a ganhar adesão dos demais membros, num fenômeno de contágio.

Freud (1921/2006) também assinala como fenômenos pulsionais inconscientes vêm à tona quando o sujeito está situado num grupo; como o grupo facilita esta emergência de conteúdos, até então submersos pelo recalque. Desta forma, as inibições perdem força e dão lugar a manifestações de desejos até então adormecidos, mas que no grupo ganham uma gratificação. O autor resalta algumas características inerentes ao funcionamento do grupo: a teoria do contágio, ou seja, o poder de uma ideia se propagar e ganhar adesão dos outros membros do grupo com rapidez; a predominância de fenômenos inconscientes sobre os conscientes; a necessidade de existir um elo em comum, como elemento de ligação entre os membros; e a necessidade de existir um líder para o grupo.

Redes sociais, na condição de mídias digitais, ficam então como via fácil para que experiências pessoais sejam expostas, possibilitando, em meio ao compartilhamento, uma

evasão da pulsão, aliada a uma possível elaboração de tal experiência por meio de comentários de membros do grupo que se forma nas postagens. Como é de se esperar dos fenômenos de grupo, uma mulher que expõe sua situação de vítima de violência doméstica pode virar líder e ganhar adesão de um grupo de mulheres que se identificam com seu sofrimento. Suas informações são largamente disseminadas, de forma que algumas participantes, por meio do contágio, passam a acreditar que elas também podem sair desta condição. As redes ainda contribuem para disseminar informações como a Lei Maria da Penha ou como o crime de Femicídio, ou seja, crime de morte contra a mulher envolvendo questões referentes ao gênero, e suas maiores chances de incidência – aspectos estes que problematizam o tema, causando um tensionamento necessário na contribuição a caminho da diminuição (Miranda, 2017).

Algumas mulheres, vítimas de violência doméstica, buscam nas redes sociais uma escuta para suas angústias, como já mencionado, uma espécie de amparo e contenção de seu sofrimento; uma vez que não podem encontrar esta escuta por parte do parceiro conjugal - já que ele inclusive é a causa de grande parte de seu sofrimento. São parceiros que denigrem a imagem de suas parceiras, rebaixam-nas à posição de um objeto dejetado. Aqui, as redes entram em cena como um importante caminho para estas mulheres vítimas, cuja fala se enaltece ao ter quem, ao menos aparentemente, dá-lhes atenção; enxerga-lhes.

### **5.2.1 – O corpo, sua imagem, e repercussões nas mídias digitais**

O fenômeno do olhar é imprescindível ao sujeito humano. É por meio dele que se constrói uma autoimagem, tendo por base o olhar do Outro sobre si. A imagem do próprio corpo pode ser pensada como a primeira marca da importância do olhar sobre o sujeito humano, ainda que este olhar remeta a todo o cuidado que se tem ao se enxergar alguém em sua singularidade. Ser visto, receber o olhar do Outro é a primeira demanda do recém-nascido que carrega este desafio de provocar o desejo do Outro pelo seu corpo.

Freud (1914b/2006), ao expor o conceito de narcisismo como uma etapa necessária à constituição do sujeito, nos permite compreender que o corpo para a psicanálise não corresponde ao corpo organismo, corpo biológico, mas sim a uma imagem inconsciente que o sujeito forma de si próprio nos primórdios de sua existência, cuja consistência é conquistada em meio à relação com quem lhe cuida. Esta imagem inconsciente do próprio corpo pode ser pensada como a primeira base de segurança, na qual o sujeito se apoia para colocar-se em relação e, a partir dos laços construídos em suas relações, aprimorar esta imagem num

movimento dinâmico. O autor ressalta ainda que um corpo adoecido tende a voltar a libido para si mesmo; fecha-se do mundo externo, perde a capacidade de amar, enquanto não se recompõe. Fica evidente como o narcisismo primário, que corresponde ao reconhecimento da imagem do corpo, é a primeira base para o reconhecimento de si e conseqüente diálogo com o social. Na medida em que esta imagem está em risco, sensações de angústia e desamparo advêm, e torna-se imprescindível uma recomposição narcísica.

Com o “O estágio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica”, Lacan (1949/1998) reforça o efeito transformador que culmina na assunção pelo sujeito de sua própria imagem, embora o dinamismo do sujeito humano seja inerente, pois ele está em constante transformação a partir de suas relações e laços sociais. Assumir uma imagem, reconhecer-se como ser para além de seu organismo é imprescindível para alívio psíquico. Destaco também a prematuridade do parto do sujeito humano em relação aos outros animais, uma vez que o bebê nasce em um estado de prematuração biológica, sem conseguir realizar algumas de suas funções vitais sem ajuda, ele é muito dependente do Outro para garantir sua vida. O desamparo vivido nos primórdios da existência é inevitável e traumático a todos.

O mesmo autor em “A agressividade em psicanálise” (1948/2003) destaca o quanto cenas de um corpo despedaçado, marcado pela agressão, judiado, facilmente causa horror e angústia. Não é por acaso que imagens de corpos agredidos chamam muito a atenção, pois na empatia com a dor do outro é a iminência da própria dor que está em jogo; só é possível sensibilizar-se com a dor do outro na medida em que se imagina que poderia ter sido consigo próprio. É a ameaça de dilaceração do próprio corpo que está evidente nestas imagens.

Em “O estranho” temos uma reflexão de Freud (1919a/2006) sobre o que leva à classificação de certas coisas e fenômenos como amedrontadores e, conseqüentemente, estranhos, embora nem tudo que é estranho seja aterrorizante. Primordialmente, o que é assustador ao ser humano é a possibilidade iminente de desamparo. O sujeito humano nasce prematuramente em relação aos outros animais, os cuidados com o recém-nascido são necessários no nível de sobrevivência: nem ao menos se alimenta sozinho. Levam-se anos e muito dispêndio psíquico para superar o desamparo fundamental, o qual, por ser inerente à prematuridade do sujeito humano, nunca é por completo superado. Assim, defesas são criadas e objetos e fenômenos que remetem a uma possível regressão ao estágio de desamparo serão certamente rejeitados, pois são vistos como amedrontadores.



Ainda em “O estranho”, o autor ressalta que o ferimento nos olhos é extremamente temido, o que remete à importância da visão para o sujeito humano. A valorização do visual, embora não isenta de críticas, é evidente em grande parte da civilização humana.

O mito de Édipo, ao falar sobre o temor da castração, também remete à falta de olhos como uma terrível punição, ao ilustrar que Édipo retira os seus próprios olhos como autopunição após não ter reconhecido Jocasta como sua mãe. O paralelo entre perder a visão e ser castrado é evidente em diversas passagens literárias. Ainda no mesmo texto Freud (1919a/2006) se refere ao conto alemão *O homem de areia* no qual um menino tem medo do homem de areia falado por seu pai, quem lhe dizia que em certos dias deveria ir para cama mais cedo a fim de se proteger deste homem que iria chegar. Sua babá lhe contou que este homem jogava areia nos olhos das crianças que não fossem para cama, até que seus olhos saltassem para fora do rosto. A equação entre o homem de areia que tira os olhos e o pai que castra o filho pode ser facilmente pensada, entendendo por castração a imposição do limite colocado pelo pai, para que o filho perca sua onipotência e ganhe cultura. O limite imposto pela castração leva a busca de outras possibilidades de satisfação em meio ao laço social.

Freud (1925a/2006) já dizia que o corpo da menina provoca a angústia de castração no menino, ao descobrirem a diferença anatômica entre os sexos. Atrelo esta reflexão às mulheres que vão expor seus hematomas feitos por agressores homens nas mídias serem do sexo feminino, e muitas vezes elas expõem seus olhos roxos, o que mais uma vez remete a castração advinda do temor da cegueira.

Fotos de mulheres com olhos roxos são protótipos das campanhas de violência contra a mulher. A imagem de um olho roxo remete a inevitável vulnerabilidade do humano, sempre à mercê de sofrer ataques e retornar a um estado de desamparo no qual os cuidados por um Outro é fundamental. Estas imagens podem ocasionar a liberação de afetos até então reprimidos ou deslocados, os quais, a princípio, podem parecer estranhos, tais como os afetos gerados após agressões sofridas pelos pais na infância. Ao se deparar com estas fortes imagens, as sensações reprimidas podem vir à tona com extraordinária força. Bem como a ameaça de morte iminente, que uma imagem de um corpo agredido provoca, e não pode ser deixada de lado; não há nada mais estranho do que a morte.

Retomando ao fenômeno do olhar, Quinet (2002) dedica parte de sua obra à compreensão da pulsão escópica. Este conceito atribui ao olhar algo mais do que a visão, devido à libido presente na pulsão implicada no olhar, como sublinha a psicanálise. Vale ressaltar que esta pulsão escópica na referida obra é tratada a partir do movimento pulsional cujo objeto libidinal privilegiado é o olhar. Tal como Freud (1905/2006) colocara, a pulsão é

incessante e sempre parcial; como forma de aliviar o mal-estar provocado por sua carga energética, o movimento pulsional se direciona a objetos inconscientemente eleitos, os quais, apesar de incapazes de saciar toda a tensão provocada pela pulsão, fazem função de amparo e contorno. Se oferecem não como a salvação, mas como uma possibilidade de auxílio ao mal-estar por serem circunscritos, contornados pela pulsão. “A satisfação pulsional, equivale, portanto, ao percurso do circuito da pulsão em torno do objeto” (Quinet, 2002, p. 81). Vale ressaltar que é o olhar da mãe perdido desde sempre, uma vez que a mãe dirige seu olhar para outros objetos além da criança, que provoca o início do circuito pulsional escópico em torno da dualidade entre o olhar e o ser visto.

O mito da medusa é trabalhado em Freud (1940/2006) como uma faceta entre a pulsão escópica e a castração, atrelado ao horror pela mulher e seu potencial sedutor. Medusa foi castigada pela relação sexual que teve com Poseidon e foi amaldiçoada com uma punição, cuja insígnia colocava que o que ela olhasse viraria pedra. Para “protege-la” de seduzir outro homem, Medusa nada podia ver.

Quinet (2002) atribui três momentos ao percurso da pulsão escópica, os quais auxiliam na compreensão deste trabalho sobre o impacto das imagens nas mídias digitais. O primeiro momento é o que equivale ao autoerotismo, ou seja, o prazer no próprio corpo; o segundo tempo introduz um objeto estranho no corpo do sujeito, que realiza a ação de olhar a ser visto por ele mesmo; e o terceiro e último tempo introduz uma pessoa estranha a olhar para este mesmo objeto estranho. Ou seja, o sujeito do primeiro tempo foi reduzido a um objeto a ser olhado pelo outro: “somente o objeto brilha em satisfação, o gozo escópico” (Quinet, 2002, p. 76).

É interessante observar como o olho roxo da mulher agredida pode ser visto como este objeto que emana do sujeito para ser visto e contemplado pelo outro, um outro sujeito qualquer. Objeto que ganha um estatuto de enorme importância, símbolo da vulnerabilidade, castração e desamparo fundamental. Remete a sensações profundas de falta de garantias e angústia.

Ser um ser faltante é o que nenhum sujeito humano quer se haver, é o que provoca a angústia. Não é espantoso que Lacan (1962-1963/2005) ao falar de angústia remeta este afeto aos primórdios da constituição do corpo imaginário. Não há nada mais desorganizador ao sujeito do que o seu corpo, suporte de sua representação no mundo, vir a ser ameaçado. O autor prossegue a análise dizendo que o mais angustiante é deixar de colocar a sua castração a serviço do Outro: “Dedicar sua castração à garantia do Outro, é diante disso que o neurótico se detém” (Lacan, 1962-63/2005, p. 56). Uma vez que ele abdique de dirigir sua falta ao

Outro, só restará a ele lidar com a própria castração sozinho: daí advém a angústia, da impossibilidade de sustentar a própria falta.

Aqui conseguimos compreender porque se torna saudável à mulher expor seus hematomas para que o outro a veja e a ampare; a angústia sofrida pela mulher agredida é atenuada ao colocar sua falta a serviço de um outro que irá olhá-la com amparo. Ainda que este outro, quem se solidariza com a mulher agredida que expõe seu hematoma numa rede social, seja uma pessoa a princípio totalmente desconhecida, segundo Freud (1921/2006) quando em grupo os sujeitos se conectam por um ideal, suas mensagens são organizadas por um líder, e por um fenômeno de contágio solidarizam-se entre si. O olhar do outro sobre si traz prazer, na medida em que tampona a castração, preenchendo a falta-a-ser inerente ao sujeito através da libido contida no olhar.

Entrando na última reflexão deste item, a identificação com a vítima também é um importante fenômeno provocado pelas imagens de corpos agredidos em mídias digitais. Freud (1914b/2006) introduz o termo identificação relacionando-o ao narcisismo, já mencionado anteriormente, o qual aqui é visto como uma etapa da constituição do sujeito na qual ele se apropria da imagem do seu corpo.

De acordo com Lima (2006), é no âmbito do fascínio que está situado o sujeito quando é capturado pelas imagens expostas nas mídias digitais. Contudo, considerando o poder de contágio já exposto que ocorre nos fenômenos de grupo, e considerando ainda a dinamicidade inerente ao sujeito humano, o fascínio inicial pode vir a dar lugar ao processo de identificação, descrito por Freud (1921/2006), processo mais elaborado, uma vez que abre caminho para a representação. Na identificação há uma interiorização do objeto e da dimensão do sentido que o comporta, indo além, portanto, do caráter mágico e instantâneo do fascínio, o qual é próximo da alucinação. A introjeção leva ao enriquecimento do eu, a um acontecimento de corpo transformador para a subjetividade.

Uma mulher que sofre agressão verbal do marido, como exemplo, e nunca percebeu que estas agressões são manifestações de violência, pode passar a ter este discernimento em meio ao contágio e identificação provocados pelo encontro com mulheres que expõem a público suas agressões nas mídias digitais. A identificação significa uma introjeção de aspectos vistos nas mulheres que expõe suas experiências como vítimas, contudo, sem uma alienação ou um fascínio, sem uma mistura de si com as outras, pertencentes aos mesmo grupo.

Há na identificação uma renúncia ao amor consigo mesmo em troca do amor pelos objetos, é a forma de constituir um laço afetivo com os outros. Na medida em que o sujeito

abandona o seu ideal de eu substituindo-o pelo ideal do grupo, o qual é colocado pelas mulheres agredidas como uma tentativa de erradicação destes episódios, o laço criado com o grupo de mulheres internautas se fortalece, contribuindo para a criação de uma cultura na qual a minoração da mulher é inadmissível. É uma identificação pela via do desejo, que pode levar a perda narcísica e ganho em cultura.

Freud (1914a/2006) coloca que a repetição de comportamentos é comum devido ao fato de haver conteúdo inconsciente determinando esta repetição, o qual não foi elaborado. O autor afirma que “... o paciente não *recorda* coisa alguma do que esqueceu ou reprimiu, mas o expressa pela atuação... ele o reproduz não como lembrança, mas como ação; *repete-o*, sem, naturalmente, saber o que está repetindo” (p. 165). Para que a recordação do que foi reprimido venha à tona, é preciso que as resistências sejam deixadas de lado, o que significa uma perda narcísica e consentimento para com o outro. É isto que o grupo de mulheres internautas promovem, através do contágio, empatia e identificação umas com as outras.

Freud (1919b/2006) escreve sobre a fantasia de espancamento presente em meninas no período escolar, a qual possui dimensões inconscientes e remete ao masoquismo em ser espancada pelo pai, ou qualquer figura semelhante substituta. A fantasia se desmembra em momentos, e pode ser reduzida ao axioma “bate-se em uma criança”. Em um dos momentos, a pessoa que agride é o pai, e a criança espancada é alguma coleguinha ou irmã; adiante a criança passa a ser a própria menina: de sádica a fantasia passa a ser masoquista. Esta fantasia foi pesquisada pelo autor, com a conclusão de que ela permanece atuante no psiquismo do sujeito do sexo feminino; em meninos a fantasia foi menos evidente. Certamente, podemos fazer uma relação entre a fantasia masoquista e os episódios de agressão; já que o inconsciente é atemporal. Tal fantasia inconsciente pode ocasionar uma repetição para com o comportamento masoquista de ser agredida, sem que as mulheres tenham consciência. Para uma elaboração desta fantasia e suas dimensões masoquistas subjacentes, é necessário que as resistências sejam postas de lado, para que, tanto o caráter sádico quanto o masoquista, cedam lugar a um cuidado consigo mesma e empatia para com o outro. Por meio da identificação, é possível a conquista de uma forma de subjetividade que tenha empatia com o outro e não reduza episódios de violência doméstica a meras brigas de casais, mas sim a um grande problema social a ser combatido.

Para finalizar a reflexão sobre as mídias, podemos observar que, embora as mídias digitais possam ser propulsoras de divulgação de frases misóginas, e possam ser vistas como facilitadoras de ideologias discriminatórias das mulheres, atualmente existem leis de proteção a este tipo de comportamento hoje tido como crime. É importante destacar que as mídias

digitais são capazes de contribuir para uma problematização e até diminuição da violência contra as mulheres, uma vez que podem encorajar mulheres a expor suas situações, sensibilizando a população para a profundidade da temática e inclusive sensibilizando mulheres a dar um basta em situações de violência que sofrem.

O mundo das imagens, representado grandemente pelas redes sociais, pode ser interpretado como raso e escasso de sentido; contudo numa análise mais detalhada podemos, com ajuda da psicanálise de Freud com Lacan, elucidar questões inerentes às fotos postadas que mobilizam nos espectadores afetos dos mais profundos, causando empatia e coragem nas mulheres que sofrem violência. Claro que a violência também acomete o sujeito do sexo masculino, mas temos dados estatísticos que mostram o Brasil como um dos campeões mundiais de violência contra as mulheres e dados históricos que mostram um pensamento pejorativo e discriminatório em relação às mulheres que data de milênios, desde os primórdios da civilização ocidental.

## 6 - O FEMININO NA PSICANÁLISE DE FREUD E LACAN

### 6.1. - Freud, Lacan e as mulheres

A psicanálise nasceu em meio a pacientes mulheres. Não é por acaso que até hoje a temática do feminino – mais próximo às mulheres do que aos homens, na maioria das vezes – se faz tão presente nos círculos psicanalíticos; já que foram elas, as mulheres, que sensibilizaram Freud a sofrimentos até então nunca olhados. Freud e Breuer descreveram a vida de Ana O. – conhecida como o caso pioneiro da psicanálise – como restrita e monótona, contradizendo o vivo e diverso intelecto que ela carregava. Apesar de não ter demonstrado interesse pelo movimento feminista que já existia em sua época, representado principalmente pelas sufragistas, Freud foi extremamente sensível ao sofrimento das mulheres com o perfil de Ana O., as quais inauguraram uma nova forma de se pensar a saúde psíquica (Kehl, 2018).

Além do fato da cultura vitoriana delegar às mulheres um lugar social extremamente inexpressivo e tedioso, há questões biológicas e de cuidados neonatais que complicam a sexualidade feminina e a feminilidade – entendendo a primeira como ligada às questões eróticas e a segunda como ligadas às formas de se habitar um corpo de mulher. Uma questão é o fato das mulheres terem dois órgãos sexuais: o clitóris e a vagina, ao passo que os homens têm apenas o pênis. Outra questão são os cuidados neonatais recebidos, costumeiramente pela mãe, genitora do mesmo sexo; os quais dirigem o movimento libidinal numa direção homossexual o qual, posteriormente, pode, ou não, ser deslocado ao pai, genitor do sexo oposto (Kehl, 2018).

A sexualidade em âmbito psíquico é presente e central na psicanálise, pois é ali que se encontra o mais íntimo e profundo no que há de humano. Freud escandalizou a sociedade vitoriana de sua época ao estudar a psicosexualidade nas crianças. Ao longo da obra ele se debruça sobre a psicosexualidade nas mulheres – o que também era tabu para a época, pois havia uma divisão clara entre o sexo nas mulheres casadas, associado à reprodução enquanto o sexo por prazer era encontrado com as prostitutas, ou cortesãs. Lacan persiste no interesse sobre o feminino e as mulheres, inaugurando a temática da sexuação pautada na teorização sobre os gozos.

A vida de Freud foi permeada pelas mulheres desde sua mais tenra infância, uma vez que cresceu junto a cinco irmãs, e apenas um irmão. Ele nasceu no final do século dezenove, foi o primogênito de sua mãe, embora não de seu pai, quem já viúvo por duas vezes. Mannoni (1994) tem uma biografia dedicada ao pai da psicanálise, na qual o descreve na vida pessoal

em paralelo a suas obras e percurso de analista. Esta biografia foi escolhida como referência, pelo fato de apenas ser destacada a parte da vida de Freud que levanta reflexão sobre a construção de suas obras, principalmente no que tange à sexualidade feminina, à feminilidade e ao feminino.

O autor conta que Freud teve sua primeira paixão aos dezessete anos, quando, devido a sua ambição de entrar na universidade, precisou se hospedar em uma casa de família na qual havia uma moça de quinze anos. Ela foi seu primeiro amor, que foi mantido em segredo, embora não fosse efêmero. A jovem, quem se chamava Gisela Fluss, também estava ali em férias e logo foi embora para voltar para a escola, causando uma distância que alimentou ainda mais este amor platônico.

Ainda jovem Freud decide ser médico, o que inevitavelmente o fez passar pelos percalços de ter vindo de família pobre, sem dinheiro para ganhar os estudos. Ele escolhe se casar com Martha, também de família pobre. Os noivos tinham como planos um casamento aos moldes burguês, o que se tornou um desafio que alimentou o romantismo.

Foi curioso como Freud não inovou no quesito do casamento ao decidir fazer o seu seguindo o modelo burguês; justo ele que tanto inovou em conhecimento da psiquê humana. Martha foi sua escolhida para compartilhar da família tradicional, e o apelido que Freud a chamava era “mamãe” (Mannoni, 1994), nada muito erótico. O pai da psicanálise não apresentou interesse pelo movimento feminista que se lançava na Europa na época da primeira guerra. Aparentemente, ele queria manter sua mulher apenas no papel de mãe, e não a envolver nos assuntos que dizem respeito, de fato, à feminilidade.

É curioso que a mesma pessoa que em “Moral sexual civilizada e a doença nervosa moderna”, (Freud 1908/2006), venha criticar os desastres subjetivos que a repressão libidinal pode causar às mulheres, quando elas são reduzidas à função de maternagem, fez aparentemente a mesma coisa com sua mulher Martha. A figura da mulher fora da maternidade era comumente associada à da prostituta quando da época da moral vitoriana, o que pode ser um motivo para a incoerência de Freud.

Freud parece então mais um adepto da união não entre o homem e a mulher, mas sim entre a mulher e o lar, pois desta forma acreditava-se que a virilidade do homem burguês seria sustentada. E isto é visto em sua teoria ao afirmar que a saída mais elaborada do complexo de Édipo da menina é a maternidade (Freud, 1931/2006).

Freud também não foi um artista. Ele via nas obras algo rico em conteúdo, contudo não era um grande apreciador do aspecto estético. O que vai de acordo com um

tradicionalismo prevalecendo sobre o aspecto revolucionário; contraditório para quem escreveu obras como os “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (Freud, 1905/2006).

Vale ressaltar que são informações retiradas da obra de Octave Mannoni sobre a biografia de Freud, obra muito conceituada no universo psicanalítico. O mais relevante foi conseguir, através desta biografia, articular sobre a aparente dificuldade do pai da psicanálise de desvincular feminilidade, sexualidade feminina, e maternidade. Já a concepção de feminino ele desvincula da maternidade, trazendo reflexões vastas sobre este conceito que vão do início de sua obra até o final; por cerca de trinta anos Freud debruçou-se sobre o feminino desvinculando-o do corpo da mulher e das questões com as quais a feminilidade se ocupa.

Jacques Lacan, nascido no início do século XX – filho de uma família de católicos tradicionalistas, comerciantes de vinagre – provocou na psicanálise uma grande revolução com sua inovação na técnica, revolução que lhe rendeu sua “excomunhão” da IPA e criação de uma escola própria de psicanálise. Será feito um diálogo entre vida e obra deste autor, com base em sua biografia publicada por Elizabeth Roudinesco, no que se faz necessário para provocar reflexões sobre sua teorização acerca da sexuação – entendendo esta como a eleição e sustentação de uma posição sexuada – cujo foco na pesquisa são principalmente às mulheres, enquanto sujeito falante, para além da anatomia.

O autor francês teve como mãe uma mulher bastante devota à igreja e um pai que pôde ser caracterizado como fraco, com pouca representação, esmagado pela força de seu próprio pai. Por sua família pairava um clima de conformismo ao catolicismo e à vida burguesa tradicional, o que veio a horrorizar Lacan. Inicialmente, ele ganhou o nome da Virgem Maria, mas renunciou a este nome; aparentemente para subverter o tradicionalismo do catolicismo burguês, com o qual ele em nada se identificava (Roudinesco, 1994).

É sabido que Lacan sempre se interessou pelas mulheres, chegou inclusive a ser chamado de colecionador de mulheres por seu irmão, Marc Lacan, quem disse que Jacques foi possessivo desde a infância e desta forma queria possuí-las; ainda que fosse um gênio não soube reconhecê-las no sentido de alteridade, segundo o irmão. Não sabemos como era a relação dos dois para que Marc chegasse a esta afirmação.

Quando ainda médico no hospital Sainte-Anne, sua relação com a psicanálise começou com o caso de uma mulher, Marguerite Pantaine, quem foi apelidada de Aimée, a protagonista de sua tese de doutorado sobre a psicose paranoica. Ela permitiu não só sua entrada na psicanálise como uma introdução à paranoia feminina em geral. Todavia, esta mulher não se colocou em afinidade com o autor, chegando a afirmar que ela não passou de “objeto de um saber psiquiátrico” (Roudinesco, 1994, p. 51). Embora comprometida psiquicamente,



Marguerite tinha uma visão lúcida das relações de poder e assim podia julgar a hipocrisia que ela via na família Lacan, a qual será aqui relatada. Ela guardou uma lembrança terrível de seu período de internação e guardou mágoa de Lacan por nada ter feito para tirá-la do hospital. Estes aspectos deixam dúvidas de qual era afinal a profundidade da relação entre os dois.

Nesta época Lacan namorava Marie-Thérèse Bergerot, uma viúva austera, quinze anos mais velha do que ele, quem contribuiu para sua intelectualidade lhe apresentando obras de filósofos e viagens de estudo. Contudo, em concomitância ele inicia um romance com Olésia Sienkiewicz, uma mulher de espírito rebelde e aparência andrógina, quem era ex-mulher de seu amigo Pierre de la Rochelle. Ela virou sua companheira de viagens de férias improvisadas em passeios a altas velocidades pela França. As duas mulheres participaram de sua defesa de doutorado em medicina, embora ignorassem a presença uma da outra. Lacan se mostrou desde então reativo a monogamia e incapaz de romper um relacionamento, ficando a critério da mulher esta decisão (Roudinesco, 1994).

Ele cai em tristeza em análise com Loewenstein ao se deparar com a dificuldade de se separar de Marie-Thérèse e com o fato de sua relação com Olésia dar mais certo quando mantida à distância. Assim, ele percebe que a felicidade lhe escapa e a impaciência lhe impede de aproveitar o momento presente. (Roudinesco, 1994).

Em meio a esta incapacidade de decisão, Lacan conhece um novo amor, Marie-Louise Blondin, apelidada de Malou, quem vem a ser sua esposa. Malou era irmã de Sylvain Blondin, irmão a quem ela mantinha um amor sem limites. Ele, também médico, era um homem culto, extremamente sedutor e grande colega de Lacan com quem mantinha uma relação de admiração mútua. Com facilidade, Malou projeta Sylvain em Lacan, sem se dar conta que o irmão não era adepto da psicanálise, e via em Jacques Lacan um belo psiquiatra, a altura de sua superioridade (Roudinesco, 1994).

Malou tinha um temperamento artístico e talento para pintura, era avançada em termos intelectuais, também em seus gostos e aspirações; contudo isto não a levou a algum traço de subversão com a sociedade da época: permaneceu ligada de forma rígida a uma ideia tradicional burguesa de conjugalidade (Roudinesco, 1994).

Lacan se apaixona por esta mulher e a necessidade do casamento se faz presente, pois não cabia ser amante de uma mulher jovem e inexperiente. Ele se casa no início da década de trinta, aparentemente sem se dar conta das consequências da contradição entre a vida conjugal a que ela aspirava e a vida amorosa que ele levava. Não é de se estranhar que a ruptura com Olésia jamais se consumou. Ele inclusive lhe mandou cartas de amor em plena lua de mel na Itália. O casal Malou e Lacan, mantido por uma idealização que não convinha com a

realidade, já se consumou a beira de um desastre. Contudo, Lacan sempre se mostrou incapaz de abandonar uma mulher e Malou só pôde compreender que o homem idealizado não correspondia a suas aspirações tarde demais: “Sempre imerso em seus pensamentos, Lacan era ao mesmo tempo tirânico e sedutor, inquisidor e angustiado, cabotino e obcecado pela verdade, coisas que o tornavam inapto àquela fidelidade conjugal que Malou teria desejado” (Roudinesco, 1994, p. 151).

Na volta da viagem de Núpcias, Lacan encontra pela primeira vez Sylvia Bataille, ainda casada com George Bataille e decidida a construir sua carreira de atriz. Ela a princípio não se interessou por Lacan, pois o viu formando um casal bastante burguês e convencional com Malou. Dois anos mais tarde, Lacan a corteja em sua casa com Bataille ao dizer que teria ido até lá para vê-la. No mesmo ano eles ficam juntos, ela já estava separada de Bataille em relação, embora não em papéis. E assim Sylvia se torna primeiro amante de Lacan, pois sua ruptura definitiva com Malou só se consumou muitos anos depois, por iniciativa dela. A ligação com Sylvia faz Lacan se despedir do mundo da alta burguesia médica de Paris, que venerava o dinheiro e o sentimento de ser a elite da nação: “o lado boêmio de Sylvia traduzia um temperamento lúdico que a tornava, pelo menos aparentemente, mais apta a suportar as extravagâncias de um homem cuja existência ela havia escolhido partilhar por amor” (Roudinesco, 1994, p. 152).

A ligação entre Lacan e Sylvia acontece entre o nascimento dos filhos dele com Malou. Eles já tinham a Caroline, mais velha, e a gravidez de Thibaut, o segundo, estava em andamento. O pior aconteceu quando as duas mulheres engravidaram em concomitância, Malou de Sibylle e Sylvia de Judith. Lacan foi anunciar à esposa legítima, grávida de oito meses, a gravidez de Sylvia, e Malou deu a luz em meio a uma profunda depressão advinda do peso da humilhação. Aparentemente, Lacan o fez por uma mescla de felicidade e sadismo.

Judith Sophie, filha de Lacan e Sylvia, nasceu na França em meio à segunda guerra mundial, e foi registrada com o sobrenome de Bataille, já que ambos seus pais permaneciam em registro casados com outras pessoas. Judith nasceu neste imbróglio no qual a realidade não podia condizer com a ordem legal. Em meio a este dilema pessoal, o conceito de Nome-do-pai como chave para o estabelecimento da metáfora paterna fica marcado como pivô da teoria lacaniana (Roudinesco, 1994).

Vale ressaltar que a rivalidade entre as filhas nascidas em concomitância ficou explícita por parte de Sibylle, já que Judith fora de forma clara a preferida do pai, e Caroline a da mãe. O pouco contato que Sibylle teve com o pai foi o suficiente para ela ver que estava

longe de partilhar com ele do mesmo amor que a irmã, de mesma idade, só que filha de Sylvia, partilhava (Roudinesco, 1994).

Sylvia cada vez mais se fortaleceu como mulher de Lacan na década de quarenta, com quem ele viveu até o final da vida. Eles se casam em cartório em 1953. Moraram juntos na rua Lille, onde possuíam dois apartamentos: em um deles vivia Sylvia, Judith, Laurence – sua primeira filha – e a mãe de Sylvia. Laurence Bataille tornou-se uma renomada psicanalista e muito engajada em movimentos sociais, assim como a mãe. No outro apartamento, Lacan atendia seus pacientes e também recebia suas amantes; ele permaneceu avesso à monogamia. Lacan também teve uma secretária muito devota, Glória (Roudinesco, 1994).

Os registros falam do quanto Lacan adorava Sylvia, do quanto a ouvia e admirava. O nome da filha que teve com ela, Judith, foi em sensibilização à vida dos judeus na época da perseguição nazista. Judith foi uma psicanalista seguidora dos preceitos do pai, casada com Jacques Miller, quem na época da união era apenas aluno de Lacan, hoje seu redator responsável por suas obras e sua escola (Miller, 2001).

O autor francês estudou com bastante cautela e profundidade a mulher e as facetas do feminino, bem como ressaltou a importância do pai na subjetivação e elucidou de forma minuciosa o feminino e o masculino tomando por base os modos de gozo que serão aqui vistos em breve.

Sua forma de pensar a sexuação vai de encontro ao seu espírito inovador e autêntico. Colocou a posição sexuada para além da rigidez da biologia, atrelada a uma escolha que parte de um sujeito falante, embora haja sempre um resto que vai além da palavra, representado pelo gozo feminino que será apresentado adiante. Embora a concepção de sujeito implique na importância da fala, algo lhe escapa, o qual será possível contornar, mas não representar em palavras. Não sabemos ao certo se sua dificuldade inicial com as mulheres, contada na biografia acima, foi talvez um gatilho para pensar a sexuação, mas podemos concluir que Lacan foi fortemente envolvido por elas. Era uma pessoa livre, que vivia apaixonadamente, sempre quebrando paradigmas conservadores e criando novos; além de ter tido um profundo envolvimento com sua última mulher, envolvimento representado também na sua forte ligação com a filha Judith e o genro Jacques-Alain Miller.

### **6.1 - O feminino na teorização freudiana**

É na obra “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, que Freud (1905/2006) inicia a reflexão sobre o feminino ao afirmar, referindo-se às transformações da adolescência, que

O desenvolvimento das inibições da sexualidade (vergonha, nojo, compaixão) ocorre nas garotinhas mais cedo e com menor resistência do que nos meninos. Nelas, em geral, a tendência ao recalçamento sexual parece maior, e quando se tornam visíveis as pulsões parciais da sexualidade, elas preferem a forma passiva (Freud, 1905/2006, p. 207)

A relação do feminino à passividade é o ponto de partida para pensar esta divisão subjetiva inerente às concepções de masculino e feminino enquanto significantes.

Em nota de rodapé na mesma página, ele aprofunda na temática ao dizer que masculino e feminino não são simplesmente formas estanques do ser humano se comportar enquanto homem ou enquanto mulher; mas sim categorizações psíquicas das mais complexas, as quais habitam o psiquismo tanto de homens quanto de mulheres:

É indispensável deixar claro que os conceitos de “masculino” e “feminino”, cujo conteúdo parece tão inambíguo à opinião corriqueira, figuram entre os mais confusos da ciência e se decompõe em pelo menos três sentidos. Ora se empregam masculino e feminino no sentido de atividade e passividade, ora no sentido biológico, ora ainda no sentido sociológico. O primeiro desses três sentidos é o essencial, assim como o mais utilizável em psicanálise. A isso se deve que a libido seja descrita no texto como masculina, pois a pulsão é sempre ativa, mesmo quando estabelece para si um alvo passivo. O segundo sentido de masculino e feminino, o biológico, é o que admite a definição mais clara. Aqui, masculino e feminino caracterizam-se pela presença de óvulos e espermatozoides, e pelas funções decorrentes deles. A atividade e suas manifestações concomitantes – desenvolvimento muscular mais vigoroso, agressividade, maior intensidade da libido – costumam ser vinculadas à masculinidade biológica, embora essa não seja uma associação necessária, já que existem espécies animais em que essas propriedades correspondem antes na fêmea. O terceiro sentido, o sociológico, extrai seu conteúdo da observação dos indivíduos masculinos e femininos existentes na realidade. Essa observação mostra que, no que concerne ao ser humano, a masculinidade ou a feminilidade puras não são encontradas nem no sentido psicológico nem no biológico. Cada pessoa exhibe, ao contrário, uma mescla de seus caracteres sexuais biológicos com os traços biológicos do sexo oposto, e ainda uma conjugação da atividade e da passividade, tanto no caso de esses traços psíquicos de caráter dependerem dos biológicos, quanto no caso de independê-los deles (Freud, 1905/2006, p. 207).

Esta passagem é fundamental para reflexão de como a psicanálise inicia o seu pensamento sobre o feminino; como um semblante criado por meio das relações de identificação. A relação do feminino à passividade é, portanto, o ponto de partida para pensar nesta divisão subjetiva inerente às concepções de masculino e feminino como significantes que querem dizer algo para além da diferença biológica. Seu postulado é que o significante de um dos sexos predomine no sujeito, pois o significante do outro foi reprimido ao inconsciente.

Contudo, a dualidade passividade e atividade permanecem inscritas no mundo anímico, ainda que de forma inconsciente, e exercem influência ao comportamento humano sem que o sujeito disto se aperceba.

Também é neste texto que é introduzido o termo masoquismo, uma concepção que designa o prazer na dor e, também, o prazer obtido em situação de sujeição ou humilhação. O masoquismo é trabalhado junto com o sadismo, como facetas universais da vida sexual, vistas não apenas na perversão como na vida sexual como um todo. É aqui que Freud (1905/2006) se depara com a fantasia masoquista inconsciente, característica da neurose, embora velada pelo recalque. Isto significa que o desenvolvimento e satisfação da sexualidade humana são marcados por tendências sádicas e masoquistas. Mas, também pode acontecer uma fixação nestes componentes da sexualidade, o que devido a suas características pré-genitais e polimorfas, caracteriza uma aberração sexual. Desta forma, o masoquismo é perverso quando a satisfação pulsional está condicionada à dor advinda do objeto sexual. É importante destacar ainda, que o autor não coloca o masoquismo como uma atitude exclusivamente passiva, pois o localiza como um sadismo voltado ao próprio sujeito pulsional.

Em “O instinto e suas vicissitudes” Freud (1915/2006) coloca que a transformação do amar em ser amado responde a dualidade da passividade e atividade inscritas no inconsciente, o que é fundamental ao posicionamento sexual. É neste momento que o autor retifica a atividade como forte aliada ao masculino e a passividade ao feminino ao dizer que: “A junção da atividade com a masculinidade e da passividade com a feminilidade nos confronta, na realidade, com um fato biológico, mas não é de forma alguma tão invariavelmente completa e exclusiva como tendemos a presumir” (Freud, 1915/2006, p. 139). Aqui a passividade aparece como um mecanismo de retorno da pulsão ao eu, característico do processo de narcisismo. Um dos possíveis destinos da pulsão seria esta espécie de inversão: ao invés dela ser direcionada ao mundo externo ela retorna ao eu, recolhe-se no próprio eu, como um artefato que protege e ao mesmo tempo causa inibição. Na referida edição das obras de Freud, o termo alemão *trieb* é traduzido por instinto; ressalto que neste trabalho o mesmo termo é utilizado como pulsão.

Este texto, portanto, abre a reflexão sobre o feminino e o masculino não se resumirem nem equivalerem à passividade e à atividade. Além disso, também aprofunda na dimensão do masoquismo, como um movimento pulsional pertencente às três grandes polaridades que dominam a vida pulsional, que são: a atividade-passividade, descrita como de ordem biológica; ego-mundo externo, de ordem real; e prazer-desprazer, na qual é abordada a dinâmica do masoquismo, de ordem econômica. Em relação ao movimento pulsional, o masoquismo é descrito como uma reversão do sadismo, que se dirige em direção ao próprio eu. Embora ocorra mudança do objeto para o eu, a finalidade da pulsão permanece inalterada, é a mesma tortura. O processo é descrito da seguinte forma: a origem da pulsão é sádica,

sendo que o sadismo consiste no exercício de violência ou poder sobre outra pessoa; num segundo momento, esta outra pessoa é abandonada e substituída pelo próprio eu, juntamente à mudança da finalidade pulsional de ativa para passiva. Neste segundo momento, a transformação do sadismo em masoquismo acarreta um retorno ao objeto narcisista. No último momento, que é quando se opera o masoquismo, uma pessoa estranha é mais uma vez procurada como objeto, a qual assumirá o papel do sujeito que exerce a violência, ou poder. Neste terceiro momento, o sujeito narcisista é substituído por outro ego, estranho, através da identificação. O autor ainda coloca que a fruição não é da dor em si, mas da excitação sexual concomitante, ou seja, o masoquismo novamente aparece vinculado à pulsão sexual (Freud, 1915/2006).

Freud (1919b/2006) discorre sobre a fantasia “Uma criança é espancada” encontrada em crianças do período escolar, em três tempos, nos quais ciúmes, masoquismo e rivalidade estão presentes. Foi feita uma pesquisa com quatro meninas e dois meninos, e o autor relata dificuldade na análise dos sujeitos meninos, o que indica que é uma fantasia predominantemente feminina. É importante ressaltar que, neste ano de 1919, ele ainda não havia teorizado sobre a dissimetria entre meninos e meninas, o que fará a partir de 1923. Esta fantasia já foi trazida no tópico anterior e é aqui retomada para maior ênfase dos trechos de Freud escolhidos para se pensar o feminino.

O primeiro tempo da fantasia inicia-se com a frase “Uma criança é espancada”, e encerra-se com uma formulação mais precisa: “O meu pai está batendo na criança que eu odeio”. Aqui os ciúmes prevalecem como o afeto desencadeador: uma menina se vangloria com o fato de que outra criança, a qual ela não gosta, é punida com agressão pelo pai que ela ama. Este pai, portanto, a ama também porque pune o outro e não a ela. Este tempo o autor coloca como uma fantasia de nível consciente, a qual se acessa com facilidade.

Já o segundo tempo é visto como o mais importante e de nível inconsciente. Nunca será lembrado, mas pode ser construído em análise. Ele é descrito pela frase: “estou sendo espancada pelo meu pai” – o que atribui à fantasia um caráter nitidamente masoquista. Esta fantasia é uma irrupção do sentimento de culpa da menina, quem obteve prazer incestuoso anteriormente ao ver o outro ser espancado pelo seu pai. O fato de ela ser advinda do sentimento de culpa faz com que permaneça inconsciente, devido ao recalque.

No terceiro tempo, há uma indefinição tanto no agente quanto no receptor da agressão; a fantasia torna-se, portanto, um axioma. Ele pode ser resumido na frase: “bate-se em uma criança”. O autor pensa este tempo como relacionado à excitação sexual advinda da visão de

uma criança sendo espancada, a qual proporciona a satisfação masturbadora. Castigos e outras demais humilhações podem aparecer aqui como substituindo a agressão física.

Em “O problema econômico do masoquismo”, Freud (1924a/2006) define três tipos de masoquismo à luz de sua observação: o masoquismo erógeno, definido como uma condição imposta à excitação sexual que obtém prazer do sofrimento; o masoquismo feminino, uma expressão da natureza feminina, ao qual ele dedica uma análise mais minuciosa; e o masoquismo moral, cuja natureza advém de um sentimento de culpa inconsciente, por não haver seguido determinadas normas de comportamento e condutas sociais.

Ele prossegue dizendo que o masoquismo feminino se baseia no masoquismo primário, erógeno, no prazer advindo do sofrimento. Desta forma, este texto modifica a proposição anterior de que o masoquismo seria posterior ao sadismo, já que coloca a existência de um masoquismo primário, o qual atua pela via pulsional além do princípio do prazer. Ao analisar fantasias masoquistas, ele conclui que situações caracteristicamente femininas lhes são inerentes; por exemplo, ser castrado, ser copulado, ou dar à luz a um bebê.

Alinhado à reflexão exposta no texto anterior de 1919, Freud (1924a/2006) afirma que o desejo de ser espancado pelo pai se encontra muito próximo ao desejo de ser por ele copulado; de ter uma relação sexual passiva, ou feminina, com ele. Também pode-se pensar em tais traços masoquistas junto ao masoquismo moral; o que reduziria os três tipos de masoquismo a uma única situação: o masoquismo aqui seria uma forma de regressão, aliado da pulsão de morte, à moralidade sexualizada – uma espécie de nova vivência regressiva do complexo de Édipo.

Avançando na obra freudiana, temos uma produção mais intensa sobre psicosexualidade e sobre o feminino entre os anos 1924 e 1933. A começar pelo texto A dissolução do complexo do Édipo, Freud (1924b/2006) aqui fomenta as consequências do conflito edípico para além das identificações com pai e mãe. Ele desenvolve primeiramente a concepção de angústia de castração que permeia o masculino, a qual tem origem na visão da menina como um sujeito que não têm pênis, e o conseqüente temor do menino acerca da possibilidade que esta visão dispara de perda do seu próprio pênis. É importante destacar que o pênis é um representante fálico e que o masculino, segundo este raciocínio, pode ser pensado como o sujeito que se vê como o portador do falo imaginário. É importante distinguir o falo imaginário do falo simbólico: o primeiro é o falo do mundo das imagens mentais, como pênis, carros, dinheiro... objetos emblemáticos efêmeros, que não se sustentam pelo discurso, associados ao narcisismo. Já o falo simbólico pode representado pelo poder da palavra: é a garantia sustentada pelo discurso, o qual opera em meio à cultura, em meio a um contexto no

qual as verdades e os poderes são construídos. A consequência do sentimento de ser portador do falo imaginário é a angústia de castração: a angústia diante da possibilidade de perdê-lo.

Ainda neste texto, o autor inicia a reflexão sobre a castração na menina. Embora nela possamos pensar em complexos de castração, este não opera da mesma forma que opera no menino. Ele traz o exemplo da exigência feminista de direitos iguais de sua época como equivocada no âmbito da inevitável diferença psíquica, advinda da diferença morfológica. Talvez ele tenha desconsiderado que o sujeito de direitos não é o mesmo que o sujeito psíquico. O importante é que a ênfase dada para a anatomia aqui é muito grande, a ponto de ele colocar que a menina se sente inferior ao equiparar seu clitóris ao pênis. Embora ele possa ter exagerado na ênfase, penso que fantasias acerca do crescimento do clitóris, até que ele fique tão grande quanto um pênis, são comuns em meninas.

A grande pérola deste texto é ele colocar que a menina, devido a sua anatomia, parte da castração como um fato consumado, e as consequências de sua “inferioridade” anatômica, primeiramente, são colocadas como um medo da perda de amor: as meninas sofrem de falta de amor. Contudo, ele empobrece seu raciocínio ao tentar concluí-lo com a equação: falo é igual a bebê, como se a maternidade fosse uma saída eficaz para lidar com a falta de pênis.

No ano seguinte, em “Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos”, Freud (1925a/2006) abre mais sua reflexão sobre o masculino e o feminino. Ele diz, por exemplo, que mesmo em meninos o complexo de Édipo apresenta uma dupla orientação, ativa e passiva, devido à constituição bissexual inata do ser humano.

Aqui ele enfatiza que a problemática do conflito edípico é dupla para as meninas, já que elas têm dois objetos de amor: a mãe, em primeiro lugar; e o pai, num segundo momento. A inveja do pênis aparece aqui descrita como consequência do complexo de castração, anatomicamente inerente às meninas; além do medo da perda de amor, mencionado no texto anterior. Após ter visto um pênis e saber que ele não é seu – a não ser por seu fraco representante, o clitóris, a menina quer tê-lo.

O texto torna-se ainda mais interessante quando ele coloca reflexões que vão além da questão anatômica. Freud (1925a/2006, p. 282) diz que: “... uma menina pode recusar o fato de ser castrada, enrijecer-se na convicção de que realmente possui um pênis e subsequentemente ser compelida a comportar-se como se fosse homem” – o que é possível interpretar como comportar-se enquanto masculina, homem, pois anatomia não é destino -. Ele descreve isto como uma rejeição; o que é possível de ler como um posicionamento inconsciente de se ver possuidora do falo imaginário, e sofrer, não de falta de amor e de inveja do pênis, mas sim de angústia de castração.



Sobre as consequências da inveja do pênis, ele descreve como um possível sentimento de inferioridade, uma espécie de cicatriz advinda de uma sensação de inferioridade anatômica. Caso esta sensação não seja elaborada, a menina pode situar-se como um homem, e aí advém o descrito no parágrafo anterior. Outra consequência advinda da inveja do pênis são os ciúmes, os quais, segundo o autor, representam um papel muito mais fundamental no psiquismo de mulheres do que no de homens. A fantasia “uma criança é espancada”, vista acima, cuja intensidade é maior em meninas do que em meninos, pode ser interpretada, no seu primeiro tempo, como uma crise de ciúmes sádica, a qual as leva a fantasiar numa colega sendo espancada.

Penso que a versão masculina dos ciúmes é o sentimento de posse, que alguns homens claramente sentem sobre suas mulheres, diretamente relacionado à angústia de castração – pois as mulheres podem ser vistas como capazes de lhes atribuir valor fálico, haja vista os “mulherengos”, que adoram exhibir suas mulheres como se fossem seus troféus –; sendo esta posse ainda mais precária e limitadora do que os ciúmes.

Uma terceira e importante consequência da inveja do pênis é colocada pelo autor como um afrouxamento da ligação afetiva entre a menina e sua mãe. Esta seria a culpada pela ausência de pênis, uma vez que também não o tem, e a menina logo começa a demonstrar ciúmes de uma outra criança considerada, em fantasia, mais amada, o que justifica o desligamento afetivo da mãe e as fantasias sádicas de espancamento para com a outra criança.

Este texto se encerra com Freud (1925a/2006) iniciando reflexões sobre uma possível correlação entre o abandono do clitóris, o desligamento afetivo da mãe; e o investimento na vagina e na feminilidade. Contudo, novamente o autor é levado a equacionar que a feminilidade tem relação com o desejo pela maternidade, com o filho sendo um substituto ao falo; um empuxo ao qual Freud parece não conseguir ceder, talvez pela moralidade vitoriana de sua época.

A principal pérola deste texto, é ele, ao final, inverter a ordem dos complexos na menina: ao invés do complexo de Édipo vir primeiro e o de castração em segundo lugar, como uma elaboração para o primeiro, ele afirma que na menina é ao contrário: o complexo de castração vem primeiro, como reflexo da anatomia; e o complexo de Édipo viria depois, com mais dificuldade de elaboração do que nos meninos, portanto. Ele conclui que o complexo de castração sempre opera no sentido de inibir a masculinidade e incentivar a feminilidade.

Dando um passo adiante na teorização, é em “Sexualidade feminina” que Freud (1931/2006) se debruça sobre a questão dos dois objetos de amor que permeiam a vida da menina: a mãe e o pai, e sobre a troca da primeira pelo segundo. Tal troca não é simples, e

algumas mulheres, inclusive, não a efetuam, o que ele coloca como um germe da paranoia nas mulheres: o temor inconsciente de ser morta, devorada pela mãe.

A reflexão sobre a troca de objeto de amor nas mulheres é pensada enquanto uma dupla troca, simultânea: em seu corpo – do clitóris para a vagina – e em seu objeto de amor – da mãe para o pai.

Neste momento, ele se debruça sobre as consequências do complexo de castração na menina, o qual teria mais dificuldade de elaboração do que nos meninos, por vir anteriormente ao complexo de Édipo. As consequências são três: a primeira é um rechaço da sexualidade; uma não elaboração do sentimento de inferioridade de origem anatômica seria responsável por este rechaço. A segunda consequência é a assunção de uma posição masculina, advinda da persistência da fantasia de possuir um pênis. Esta posição pode também resultar numa escolha de objeto homossexual, segundo o autor. A terceira consequência, que para o autor é considerada a feminilidade normal, é a elaboração do complexo do Édipo, cuja decorrência é a escolha pelo pai como objeto, o que abre portas para se ter um filho com um homem, representante do pai.

A fase de ligação da menina à mãe é uma fase pré-edípiana, que aqui apresenta uma ligação muito maior do que nos meninos. Este texto é o momento freudiano fundamental de ênfase na mãe, enquanto objeto libidinal pré-edípico da menina, ligação esta que ganha uma importância fundamental na sexualidade feminina.

É possível observar que esta ligação pré-edípica com a mãe comumente se repete, de forma inconsciente, mais tardiamente, com o marido: afetos pré-edípicos podem vir à tona num movimento de retorno do recalcado. O que retorna neste caso são conteúdos arcaicos, confusos e ambíguos por serem primários: não sofreram a organização advinda da elaboração do complexo de castração. Freud (1931/2006, p. 239) afirma que:

O amor infantil é ilimitado; exige a posse exclusiva, não se contenta com menos do que tudo. Possui, porém, uma segunda característica; não tem, na realidade, objetivo, sendo incapaz de obter satisfação completa e, principalmente por isso, está condenado a acabar em desapontamento e a ceder lugar a uma atitude hostil.

O autor ainda trás fantasias relacionadas a esta fixação de libido no objeto materno, como a fantasia da mãe ser a culpada pela menina ter vindo ao mundo mulher, e também ser culpada por não a ter amamentado o suficiente, deixando-a numa sensação de insatisfação. Contudo, não são motivos que justifiquem a hostilidade da menina. A melhor explicação é encontrada na consideração de que a relação entre a menina e a mãe é muito próxima do pior, por estar embasada num amor pré-edípico muito primitivo, ambivalente e imaturo. Da mesma forma, o casamento de mulheres, principalmente as que se casam imaturas, sem terem

refletido a fundo acerca da feminilidade, também tendem a desembocar em hostilidade. A saída seria uma melhor elaboração da intensidade da ligação da menina à mãe, pela via do complexo de Édipo; o que é comprovado quando mulheres conseguem uma relação mais maduras com seus parceiros, pois não estão permeadas por este amor ambíguo, intenso e ilimitado.

Aqui Freud (1931/2006, p. 247) apresenta uma “grande sacada”, fundamental para o desenvolvimento posterior do conceito de devastação, pela escola lacaniana. A grande pérola deste texto é a afirmação:

A transição para o objeto paterno é realizada com o auxílio das tendências passivas, na medida que escaparam à catástrofe. O caminho para o desenvolvimento da feminilidade está agora aberto à menina, até onde não se ache restrito pelos remanescentes da ligação pré-edipiana à mãe, ligação que superou (p. 257).

A palavra “catástrofe” está sendo usada dando sentido a algo na relação mãe e filha que, quando não elaborado, leva ao pior. A catástrofe seria a demanda de amor da menina à sua mãe, de forma desorientada e ambígua, que conduz a sensação de não estar sendo amada pela mãe o suficiente; pois a demanda dirigida a ela é insaciável. Conseqüentemente, a menina se sente incapaz de ser amável, sente-se um objeto dejetado.

Em relação às tendências passivas, conquistadas com a elaboração do conflito edipiano, e as quais auxiliam no desligamento da menina à sua mãe, serão mais elaborados na conferência “Feminilidade” (1933/2006). Aqui entendemos que a passividade é uma conquista advinda da menina não mais precisar demandar amor à mãe, pois o ato de demandar é ativo. E o novo posicionamento seria ser o objeto de amor escolhido pelo pai, posicionamento onde predomina a passividade.

O último escrito do pai da psicanálise sobre o feminino aparece então, finalmente, de forma mais madura em 1933: sua conferência intitulada “Feminilidade”. Aqui ele destaca que, embora quando se conheça uma pessoa uma das primeiras perguntas que se mentalize a respeito do desconhecido é se estas falando com um homem ou com uma mulher, caracteres femininos e masculinos acompanham todos os seres humanos; mesmo quando tais caracteres são vistos do âmbito da concretude biológica:

... partes do aparelho sexual masculino também aparecem no corpo da mulher, ainda que em estado atrofiado, e vice-versa. Considera tais ocorrências como indicações de *bissexualidade*, como se um indivíduo não fosse homem ou mulher, mas sempre fosse ambos – simplesmente um pouco mais de um, do que de outro. E então se lhes pede familiarizarem-se com a ideia de que a proporção em que masculino e feminino se misturam num indivíduo, está sujeita a flutuações muito amplas... a masculinidade ou a feminilidade é uma característica desconhecida que foge do alcance da anatomia (Freud, 1933/2006, p. 115).

Aqui ele retoma a ideia de passivo ligado ao feminino e ativo ligado ao masculino e relaciona tal ideia ao comportamento do produto sexual do homem: o sêmen, que corre na direção do produto sexual da mulher; enquanto o óvulo o recebe em repouso. Este modelo de conduta do sêmen e do óvulo seriam protótipos da conduta sexual dos indivíduos. Contudo, Freud (1933/2006) avança na reflexão e diz que esta agressividade masculina relacionada a apanhar a fêmea e nela penetrar, em algumas espécies animais, é uma atividade usada unicamente no ato sexual; em todos os outros comportamentos a fêmea se mostra mais agressiva e ativa, é o caso, por exemplo, das aranhas. Mesmo as funções de maternagem, tipicamente femininas para o autor, não estão invariavelmente ligadas ao sexo feminino nos animais: algumas vezes os dois genitores dividem esta tarefa, e em outras vezes é tarefa exclusiva do macho.

Desta forma, é inadequado reduzir atividade ao masculino e passividade ao feminino; uma mãe é ativa quando cuida de seu filho. Uma conclusão muito interessante desta conferência é que na feminilidade, embora não necessariamente predomine atitudes passivas, há predominância de escolha por fins passivos; o que não são sinônimos, pois para se chegar a um fim passivo há um grande dispêndio de atividade. Isto para Freud seria um caminho pulsional, independente de costumes sociais que impelem as mulheres a uma situação passiva. Vale ressaltar que toda oposição quando tomada de forma binária e generalizada pode ser considerada totalizante, como uma forma de impor uma consistência à inconsistência inerente às relações entre parceiros.

No masoquismo, visto acima através do texto “Bate-se em uma criança” de 1919 como tipicamente feminino, aqui na conferência de 1933 é visto como uma supressão da agressividade nas mulheres, com origem tanto constitucional quanto de imposições sociais. Homens com características masoquistas permanecem como enigma, pois não se pode concluir facilmente que estariam fazendo uso de traços femininos ao se mostrarem masoquistas.

Neste momento, Freud (1933/2006) mostrou-se interessado em aprofundar o estudo na operação de troca de objeto libidinal na sexualidade feminina da mãe para o pai, cujo marco é o desligamento – ou ao menos abrandamento – do poderoso vínculo entre a menina e sua mãe. Para isto, ele retoma fantasias infantis da menina, tais como a crença de que a mãe não a nutriu o suficiente com seu leite, a qual seria justificada no fato de que as mães não têm leite suficiente para seus filhos e, ademais, muitas mães se contentam em amamentar apenas nos primeiros meses de vida dos seus bebês. A segunda fantasia de ataque à mãe é oriunda do nascimento de um novo bebê: o amor infantil é ilimitado, não tolera partilha. Um irmão é

visto, mesmo que inconscientemente, como um rival principalmente em relação à atenção da mãe, que precisa agora ser dividida.

A terceira fantasia que perpassa o inconsciente das meninas e ajuda no seu desligamento psíquico de suas mães, ressaltada por Freud (1933/2006) é que a genitora seja a culpada por sua ausência de pênis; fantasia que opera durante a fase fálica, período do *Penisneid*, ou inveja do pênis, e não perdoam a mãe por terem sido colocadas em desvantagem. Se, no caso dos genitores, a despossuída de pênis é a mãe, ela obviamente seria a culpada. É nesta fase que o clitóris, que podia ser adorado como um possível pênis incipiente, passa a ser também alvo de hostilidade por sua inferioridade em relação ao mesmo. A mãe, vista como também castrada, é assim possível de ser abandonada, com ajuda do acúmulo da hostilidade alimentada por essas fantasias. Todos os seres cujo corpo está inscrito no sexo feminino são assim vistos como menores, pois não escapam à castração.

O autor traz uma observação interessante ao dizer que são concomitantes: o desligamento da mãe, do clitóris, e o abandono da postura de atividade; a qual dá lugar a possibilidade de a pulsão caminhar a finalidades passivas, sem que isto seja motivo de angústia, mas sim como um caminho inerente ao sujeito inscrito no feminino – aquele que reconhece a castração inscrita em seu corpo. O voltar-se para o pai realiza-se com ajuda da pulsão caminhando em direção a fins passivos.

Entretanto, algo claudica neste ponto e Freud (1933/2006), aparentemente, recua em sua pesquisa sobre o feminino ao dizer que a feminilidade só se completa com o desejo por um bebê, como forma de compensar a ausência de pênis no corpo das mulheres, como uma equivalência simbólica (falo = bebê). Maternidade aqui é vista como sinônimo de feminilidade; pensamento, no mínimo, ultrapassado e equivocado. O autor pensara que o desejo de ser mãe faria a menina finalmente se identificar com sua mãe e seu enigma de ser mulher assim se resolveria e encontraria um final feliz, já que brincar de boneca não basta para que este desejo advenha. Compensar a falta de pênis com vaidade e cuidados no corpo também é mencionado pelo autor como um artifício válido; contudo o desejo por um filho foi apontado como a solução mais satisfatória.

De acordo com Fuentes (2009), Freud foi acusado de misógino pelas feministas ao elucidar a inveja do pênis como uma questão crucial na sexualidade feminina. É interessante observar que toda vez que o autor cita o movimento feminista ele apresenta um recuo, não aprofunda. Por exemplo, Freud (1925a/2006) demonstra temor pelos feministas por pensar que estes são ávidos a colocar os dois sexos como completamente iguais em posição e valor. Apesar do movimento feminista nada ter a ver com a profundidade do psiquismo trabalhada

pela psicanálise, é curioso ver um grande intelectual, que iniciou seus trabalhos de cunho progressistas com mulheres, não se interessar pelo movimento feminista.

Para encerrar a retomada freudiana no que tange ao feminino e às mulheres, trago o conceito de despersonalização, retirado do texto “Um distúrbio de memória na Acrópole”. Neste texto, que é uma gentil carta dirigida a um colega, Freud (1936/2006) se mostra mais do que impressionado com sua visita à Acrópole, e traz em sequência três concepções, que são decorrências da visão da Acrópole, as quais vai desenvolvendo e interligando conforme desenvolve seu raciocínio: incredulidade; desrealização; despersonalização. A primeira ele diz que é uma tentativa de repelir uma parte da realidade; ele, em certa medida, duvidou da existência da Acrópole, justo ao estar ali presente. A segunda, desrealização, ele descreve como uma distorção ainda mais profunda do que a primeira, que pode ser definida pela frase: “O que estou vendo aqui não é real” (Freud, 1936/2006, p. 242). O que passa a ideia de tentativa de rechaçar uma parte da realidade em relação ao ego. Interligando a incredulidade e a desrealização, o autor chega na despersonalização, a qual ele define como a sensação pelo sujeito não de que uma parte da realidade lhe é estranha, mas sim do do seu próprio eu. Tal sensação de estranhamento do próprio eu leva à situação de personalidade dividida, a qual mais tarde Miller (2012) irá descrever e desenvolver melhor como uma faceta do feminino, o que será apresentado no item abaixo.

### **6.3 – Preceitos para a teorização sobre o feminino em Lacan**

#### **6.3.1 – A tábua da sexuação e modos de gozo masculino e feminino**

A forma de se comportar como homem ou mulher e fazer casal não são, de forma alguma, inatos ao ser humano. Lacan (1964/2008) ao desenvolver os conceitos de alienação e separação, em meio a reflexões sobre a constituição do sujeito, sobre a libertação em relação ao Outro e o conseqüente advento do desejo, também coloca uma reflexão sobre a psicosexualidade. Ele afirma que não há inscrição inconsciente que localize ao sujeito sobre os enigmas inerentes ao tornar-se homem ou tornar-se mulher. Alguma chave para tais enigmas será extraída do Outro, da cultura e da sociedade; contudo são construções singulares que dependem de uma interpretação.

Kehl (2008), psicanalista, partindo deste raciocínio afirma que ser homem ou mulher não é algo inato, mas sim construído a partir da travessia edípica, por meio de um processo definido pela psicanálise como identificação. Com isto, pode-se concluir, de acordo com a

psicanálise de Freud com Lacan – pois não existe Lacan sem Freud -, que há duas questões em jogo: uma seria o processo de identificação, o qual Freud (1925a/2006) coloca como resultado da travessia edípica. Meninos e meninas, para o autor, identificam-se com os pais e com demais pessoas de convívio social, para conseguirem fazer-se homens e mulheres em meio a uma cultura. O gênero, a partir do movimento feminista, sempre foi algo colocado em debate. Identificação, portanto, está relacionada diretamente à gênero.

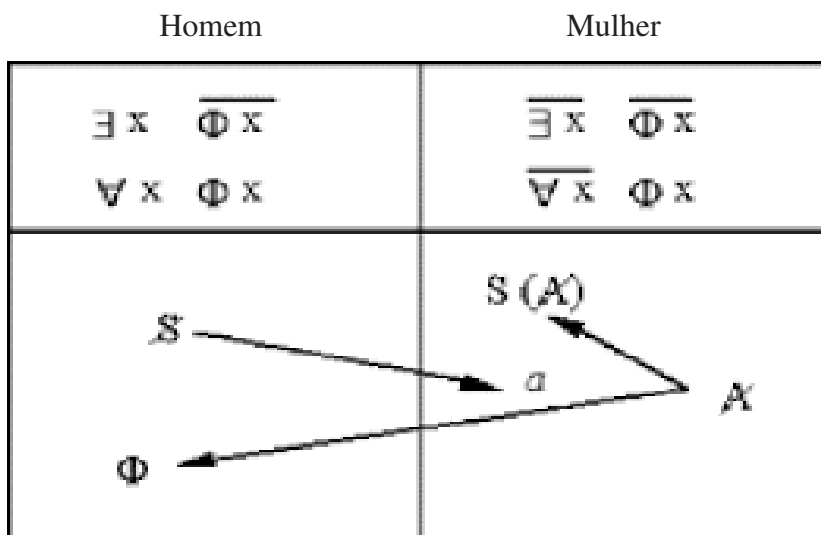
Uma outra questão psicosexual diz respeito a forma como o corpo sexuado lida com o complexo de castração. Retomando Freud (1925a/2006), cada sexo reage de forma diferente ao deparar-se com a castração: meninos observam que meninas não têm pênis e temem perder os seus órgãos sexuais: sofrem da angústia de castração. Já as meninas, ao observarem que meninos têm pênis, sentem-se castradas no próprio corpo, antes mesmo de assimilarem a castração de forma simbólica, metafórica: sofrem inveja do pênis. Contudo, nem sempre meninos e meninas correspondem ao sexo biológico, e daí a importância do conceito de sujeito, o qual designa àquele que se constitui a partir da fala, e não necessariamente do sexo biológico. Um sujeito pode, no corpo com vagina, sofrer de angústia de castração; e não de inveja do pênis. Da mesma forma, um sujeito com pênis pode sofrer de inveja do pênis no sentido simbólico, pois, para si mesmo, o seu próprio pênis não está associado inconscientemente ao falo imaginário. A orientação lacaniana, com os conceitos de sujeito, imaginário e simbólico, ajuda a entender melhor esta passagem.

Podemos concluir com base em Lacan (1982), que existe a escolha por uma posição sexuada na tábua da sexuação explicada abaixo: homem ou mulher, posição esta que tem menos relação com a anatomia e mais relação com a fala possível de ser construída, a partir da relação de um sujeito, – entendendo sujeito como aquele que fala –, com o seu corpo. É resultado da forma como cada um sofreu o processo de castração: quem se posiciona do lado mulher é o sujeito cuja imagem do próprio corpo é castrada no sentido imaginário, ou seja, no sentido narcísico, relativo ao corpo, pois sente, inconscientemente, seu órgão sexual como castrado. A inveja do pênis e o medo da falta de amor são os sofrimentos subsequentes a uma possível sensação de inferioridade advinda da castração imaginária. Já o sujeito que se posiciona do lado homem da tábua da sexuação é o sujeito cuja imagem de seu corpo, para si mesmo, é portadora do falo imaginário; embora a castração simbólica possa incidir neste sujeito, resultado do conflito edípico. O sofrimento advindo aqui é a angústia de castração: medo de perder o pênis, ou o falo imaginário.

Os modos de gozo, masculino e feminino entram na teoria lacaniana como um posicionamento inconsciente frente ao real da castração. Aqui não há uma ontologia sobre

homens e mulheres, o gozo, neste paradigma, responde a forma como o sujeito responde ao complexo de castração.

É no *Seminário XX* que Lacan (1982) apresenta a tábua da sexuação:



Desta forma, Lacan (1982) irá teorizar sobre as posições subjetivas de mulher e homem enquanto modos de gozo. É uma teorização de difícil apreensão, já que o próprio conceito de gozo surge para dar conta de uma insuficiência na própria linguagem. Gozo é um conceito feminino: la jouissance. Está relacionado a um tipo particular de satisfação, cuja principal referência é um ganho primário dos sintomas, ou seja, é indissociável. O gozo é uma espécie de tentativa de eliminar o espaço entre o objeto e o traço mnêmico que ele deixa, ao qual retornamos alucinatoriamente; como se fosse possível uma sutura na posição subjetiva. Aonde se goza é onde está o excesso, o inominável, o traumático.

Miller (2012) localiza o conceito de gozo situado em seis diferentes paradigmas ao longo da teorização lacaniana. O momento de construção da tábua da sexuação está localizado no sexto e último paradigma, o qual Miller (2012) intitula o paradigma da não relação. Aqui o gozo é da ordem da registro imaginário, ou seja, está fora do simbólico. O gozo aqui aparece disjunto do Outro; ou ainda na disjunção entre significante e significado. Podemos concluir que o gozo aqui se trata do retorno à Coisa, ao objeto inominável.

Homem e mulher na tábua da sexuação são posições em relação ao gozo masculino e ao gozo feminino; também chamados de gozo fálico e Outro gozo. O gozo masculino é o gozo fálico, ou seja, é o gozo atrelado ao significante e à fantasia; ou ainda, o gozo circunscrito e delimitado dentro da linguagem e da cultura. Já o gozo feminino pode também ser chamado de gozo como tal, pois ele é o melhor representante do que foi descrito acima: excessivo e inominável; é o Outro gozo, inalcançável pela linguagem, por isso Outro por excelência:



nunca se tornará conhecido. Em outras palavras, estes dois modos de gozo são formas de obtenção de satisfação, como uma defesa para com o trauma da castração.

Iremos compreender por sujeito como aquele que se posiciona ou junto ao gozo feminino – posição mulher -; ou junto ao gozo masculino – posição homem. Pelo fato do gozo feminino não ser inserido na linguagem, o posicionamento junto ao gozo feminino foge à concepção de sujeito, já que este é quem precisamente se constitui pela linguagem. Contudo, podemos afirmar que há um sujeito posicionado junto ao gozo feminino partindo de uma aproximação do conceito; já que jamais haverá um gozo feminino puro, o gozo masculino, mesmo que em pequena medida, irá incidir também junto a ele. Em se tratando de psicanálise não existe o absoluto, da mesma forma que Freud (1933/2006) concluiu sobre a anatomia: hormônios masculinos irão incidir sempre sobre o corpo com vagina, e vice-versa. Ao se falar em sujeito posicionado junto ao gozo feminino, portanto, não se trata de um binarismo que exclui o masculino de cena, e também não se trata de um uso enganoso no emprego da palavra sujeito em uma situação na qual não opera a linguagem; trata-se de uma aproximação, ou seja, é o sujeito próximo ao gozo feminino – embora nunca opere com ele em absoluto.

Mulher, aqui, sujeito posicionado próximo ao gozo feminino, é aquela cujo corpo é tido inconscientemente, por si própria, como castrado; castração esta que incide sobre imaginário, ou seja, sobre o corpo narcísico. Ao sofrer o complexo de Édipo, tal complexo de castração é colocado a nível simbólico, nível da linguagem, e daqui resulta a inveja do pênis. O gozo feminino é resultante a este real da castração, a qual, em quem aqui chamamos de mulher, é inscrita no corpo: as mulheres são as não portadoras do falo imaginário.

Já a designação homem, aqui, sujeito posicionado próximo ao gozo masculino, é aquele que se vê portador do falo imaginário. É possível concluir, a nível imaginário – nível do corpo -, que a castração não opera sobre o sujeito homem; ela irá operar a nível simbólico. Ao passar pela castração simbólica, a qual opera pela linguagem, o homem é o que não sofre de inveja do pênis, mas sim de angústia de castração, que é o medo de perder o seu órgão. Ao visualizar, ainda menino, que as meninas não possuem pênis, ele poderia, em fantasia, ficar como elas. Ao sentimento de angústia de castração corresponde o modo de gozo masculino, o qual opera de forma diferente ao gozo feminino, e não o complementa.

A tábua da sexuação de Lacan (1982) está baseada não só na teorização freudiana, mas também em premissas de Darwin e Aristóteles. O lado homem da tábua da sexuação, descrito na parte de cima e à esquerda, é constituído pelo pressuposto de que há um ancestral macho ao ser humano, o qual não estava submetido à castração: podia gozar livremente. Este macho é a figura do macaco que deu origem às espécies, com base na teoria de Darwin, e também

pode ser visto como o Pai da horda primeva descrito por Freud em *Totem e Tabu* (1913/2006): um homem considerado acima de todos, que poderia gozar de todos os corpos a seu bel prazer. Este homem é uma exceção, cuja existência permite a formação do conjunto dos iguais, com base na teoria dos conjuntos de Aristóteles; todos submetidos à função fálica, todos castrados, com exceção do *mais um*: aquele que é o pai da horda primeva, quem pode gozar de tudo e de todos, uma vez que não é submetido à castração.

Já o lado mulher da tábua da sexuação, descrito na parte de cima e à direita da tábua, mostra que aqui não há esta exceção: ou seja, todos os sujeitos inscritos do lado mulher estão submetidos à castração, a nível imaginário. Contudo, a falta de uma figura de exceção, que não esteja submetida, impossibilita a construção do conjunto feminino de acordo com a teoria dos conjuntos aristotélica, de modo que aqui a castração incide de forma singular, a cada corpo de uma forma. Ainda que possam existir teorias que afirmem a existência de uma mulher acima de todos, não submetida à castração, Lacan (1982) estava baseado em Freud, Darwin e Aristóteles quando constrói esta teoria sobre a sexuação.

As mulheres, enquanto inscrição próxima ao gozo feminino, existem, portanto, apenas em sua singularidade, no uma a uma; já que o gozo feminino não é inscrito pela linguagem, sendo, portanto, impossível de ser partilhado. Daí advém a conclusão de que não há inscrição inconsciente para o significante do sexo feminino, já que este se localiza para além do significante e da linguagem, não corresponde à construção fantasmática acerca dos enigmas do desejo do Outro. Esta conclusão resulta na afirmação de Lacan, que está no texto *Televisão* (1964/2003) – e é vista como um jargão – *A mulher não existe*, o que existe é Uma mulher: a mulher só existe enquanto única, singular, no uma a uma.

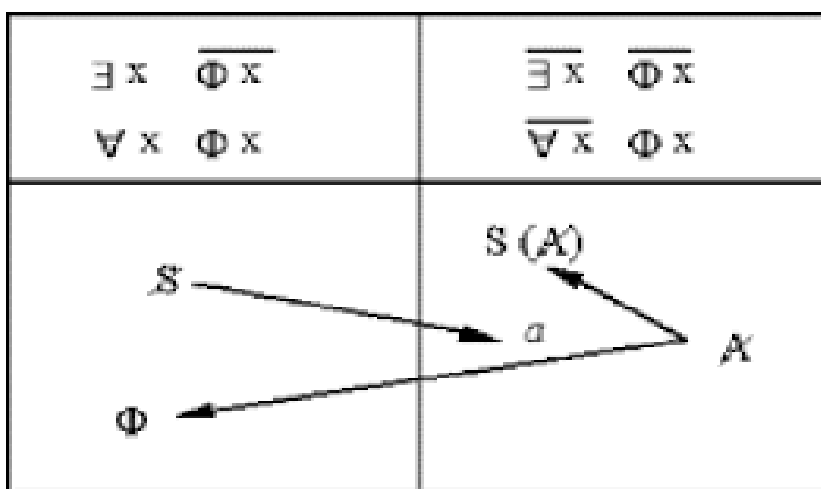
O gozo masculino, portanto, é equivalente ao gozo fálico: é submetido à castração em padrão, universalmente, pela via da linguagem. Tem um limite circunscrito, delineado de forma fálica através da construção fantasmática. Já o gozo feminino é não todo submetido à lógica fálica, sendo que este não todo representa uma inconsistência, e não uma incompletude: embora não esteja totalmente fora da lógica fálica, ele a escapa, está para além dela, para além da linguagem simbólica. Refere-se ao real escapando ao significante. É um gozo inscrito no corpo que não encontra seu ponto de basta, seu limite, seu contorno. Mesmo nos alicerces culturais, não encontra apoio. Esta concepção amplia a orientação freudiana, uma vez que até então o falo era colocado no campo central da psicosexualidade. Soler (2005) escreve sobre o gozo feminino:

É a tentação de um amor tão total, tão absoluto quanto irrespirável, que varre para longe não só as mediocridades do compromisso, mas esvazia de substância os objetos mais

diletos, mata qualquer diferença e se afirma sob a forma de um aniquilamento... de todos os objetos correlacionados com a função fálica, ou seja, com a falta (Soler, 2005, p. 21).

O gozo feminino, colocado agora em questão de acordo com a teoria lacaniana, uma vez que não é pautado na linguagem e opera sobre o corpo, está relacionado ao comportamento de busca de um amor que não suporta o limite; já que não suporta ser pautado pelas vias do significante e da função fálica, uma vez que esta é limitada.

Lacan (1982) prossegue na tábua da sexuação descrevendo que os dois modos de gozo provocam diferentes movimentos do lado homem e do lado mulher: isto está descrito na parte debaixo da figura:



Do lado homem, à esquerda e abaixo, há a inscrição de sujeito barrado ( $\$$ ) – barrado pela linguagem e pela castração – e do falo imaginário, Phi maiúsculo; e ainda há a seta que indica movimento direcionado ao lado mulher, no qual se encontra o objeto  $a$ . Ou seja, o sujeito homem barrado é o portador do falo imaginário, e procura no sujeito inscrito próximo ao gozo feminino, sujeito mulher, seu objeto que lhe cause desejo. Já do outro lado da tábua, lado mulher, abaixo e à direita, não há a inscrição de sujeito, o que nos ajuda a entender que falar sobre sujeito mulher é apenas uma aproximação do termo. Há a inscrição de grande Outro barrado ( $A$  barrado), de objeto  $a$ , e de  $S$  de  $A$  barrado, a qual designa que não existe Outro do Outro. Ao lado mulher, opera um modo de gozo que também é chamado de Outro; o que é devido a sua não inscrição fálica, que o torna mais próximo ao corpo e sem limites. Por ser ilimitado será sempre alter, portanto, Outro, diferente, estranho. Uma mulher, aqui entendida como uma posição mais próxima ao gozo feminino do que um homem, será sempre Outra para ela mesma, pois haverá sempre uma parte de si, desconhecida de si mesma, a qual não ser abarcada pela linguagem. Daí a inscrição de  $A$  barrado neste lado da tábua.

Já a inscrição S de A barrado, indica que não há Outro do Outro. A seta menor, inscrita no lado direito e abaixo da tábua, indica que, partindo da inscrição de grande Outro (barrado), o sujeito posicionado no lado mulher não encontra um grande Outro que possua os desígnios, ou seja, a decifração, para o Outro que a habita – relembrando que o Outro aqui representa o alter, o estranho. O objeto *a* também se encontra inscrito ao lado direito, indicando que o sujeito mulher é quem faz semblante de objeto *a*, encarna o lugar de falta, no sentido de inconsistência, de onde parte a capacidade de desejar.

O fato de não existir um Outro do Outro que responda ao sujeito inserido ao lado mulher sobre o estranho que há em seu gozo, pode levar algumas mulheres na busca deste Outro em uma outra mulher, a qual representa a possibilidade de decifrar o enigma da feminilidade. Ou seja, por uma mulher não encontrar respostas sobre o que é habitar um corpo de mulher nela mesma, ela vai em busca de respostas numa outra mulher, quem teria, supostamente, um melhor domínio sobre o assunto. O caso Lol Stein, que será descrito abaixo, ajuda nesta compreensão da necessidade, aparentemente masoquista, embora frequentemente vista entre as mulheres, de enaltecerem uma outra mulher, a qual também faz parte da vida de seus parceiros.

A tendência a dirigir a libido para uma Outra mulher é associada às dificuldades inerentes à decifração sobre os enigmas da feminilidade. Para tais enigmas não há respostas, apenas possíveis construções. Quando uma mulher se depara com a pergunta (sem resposta) acerca do que é ser mulher, facilmente ela pode se desviar da angústia de encarar uma construção singular a este respeito, buscando refúgio não exatamente no parceiro, mas no enaltecimento de uma Outra mulher, pois talvez seja na Outra que repousem as respostas (impossíveis) à pergunta sobre o que é uma mulher.

A tábua da sexuação, em sua região abaixo e à direita, apresenta duas setas indicativas de dois movimentos do gozo. A seta menor, que parte de A barrado e chega em S de A barrado indica, como já mencionado, o movimento de encontro à não existência do Outro do Outro. O segundo movimento realizado pelo gozo feminino indicado pela tábua está representado na seta maior, que parte de A barrado e vai de encontro ao falo do lado homem. Enquanto o gozo de um homem, gozo masculino, busca em uma mulher a causa de seu desejo, o gozo feminino busca em um homem o seu alicerce fálico.

A saída das mulheres, apontada por Lacan (1982), é adotarem uma posição de objeto causa de desejo, para assim atraírem a atenção de que talvez, por trás de seu véu – semblante de objeto *a* -, exista algo de valioso. Entretanto, por trás não há nada, tudo não passa de semblante. O objeto *a*, posição ocupada pelo sujeito inscrito ao lado mulher da tábua, precisa

ser entendido como o ponto de onde se origina a capacidade de desejar, o ponto que causa o desejo por todos os objetos comuns.

De acordo com Laurent (2012a), os objetos *a* para uma mulher são os seus filhos; e o homem que os acolhe ganha o respeito da mulher. A construção aqui não seria a freudiana, que tem os filhos enquanto falo, substituto do pênis para a mulher. O enigma se desenvolve: o homem é atraído por uma mulher enquanto ela cause o desejo, faça para ele papel de objeto *a*; a mulher o recebe enquanto ele se ocupe de seus filhos, que são para ela os seus objetos *a*.

O mesmo autor ainda afirma que a escolha de ocupar a posição de causa de desejo é o caminho pelo qual uma mulher se torna mulher; do que podemos concluir que traz alívio psíquico sustentar uma posição enquanto figura sexuada. Contudo, tal posição abarca uma solidão particular, uma vez que, apoiada ou não por um parceiro, é inerente ao feminino não se apoiar sobre um modelo universal; portanto, todo sujeito inserido próximo ao gozo feminino permanece sozinho em sua relação com o seu gozo. O autor afirma ainda que o ser mulher é da ordem de um suplemento: não há palavra que o abarque: daí a sensação de solidão e podemos extrair que daqui se conclui que a mulher será sempre Outra para ela mesma; tal conclusão elimina a busca por uma resposta sobre o enigma da feminilidade e, a busca por uma Outra mulher.

De acordo com Machado (2012), as fórmulas da sexuação definem o gozo masculino e o feminino como modos de habitar a linguagem, relativizando a determinação anatômica. Esta teorização não equivale ao conceito de gênero, pois este é sobre identidade ao corpo pautada no social; enquanto a teorização da sexuação são formas de defesa frente ao trauma da castração. A teoria dos gozos mostra que feminino e masculino não são complementares, isto posto fica evidente o sofrimento advindo do fracasso de se tentar fazer o Um, ou simplesmente de ter o Um como referência. O gozo feminino é o que está além do registro do Um e do universal, é o ponto obscuro do gozo de todos os sujeitos, uma vez que ele não está presente apenas nas mulheres. Mesmo no sujeito situado ao lado homem da tábua, o gozo feminino irá existir, ainda que possa não prevalecer; tal como Freud (1933/2006) falou sobre a presença de hormônios masculinos no corpo da mulher.

### **6.3.2 - O feminino e a sociedade: o ódio ao feminino**

Na sociedade atual, século XXI, há uma perda do ponto de ideal que orientava gerações e regulava relações. Isto não significa que os ideais deixaram de existir, mas sim que estes estão multifacetados, pluralizados. Na sociedade patriarcal, ou seja, aquela na qual o

poder incide sobre os homens, e não sobre as mulheres, há um modelo de masculinidade e feminilidade claros e generalizáveis. Os homens predominam em funções de liderança políticas, autoridade moral, controle das propriedades e privilégios sociais. No domínio da família, o pai, ou a figura paterna, mantém a autoridade sobre as mulheres e as crianças. Os homens poderiam repudiar suas esposas por esterilidade, infidelidade, dentre outros modos de conduta. Às mulheres era delegado o papel de cuidados com a casa, no que inclui marido e filhos. Hoje, as críticas a este modo de estruturação social universalista sobre os gêneros trouxeram a possibilidade de liberdade e uma necessidade maior de responsabilidade pelas escolhas singulares: é tarefa do sujeito definir-se como homem; como mulher; como transsexual - e, ainda, fazer a sua definição ter lugar no social.

Miller (2004) fala sobre a civilização ocidental do século XXI como desbussolada, sem norte, individualizada, mais preocupada com o desempenho do que com os laços sociais. Ele fala sobre o objeto *a* neste contexto com uma vertente diferente de causa do desejo. Este objeto aqui seria uma espécie de operador do além do princípio do prazer, da pulsão de morte em busca de um gozo desenfreado que almeja prazer, resultado, desempenho, eficiência; à custa dos laços sociais, dos afetos e até mesmo, da castração. É neste contexto que o sujeito tenta se equilibrar e se encontrar enquanto sexuado.

Diferente de Freud que considera a maternidade uma forma elaborada de desfecho do complexo de castração nas mulheres, para Lacan (1982) ser mãe não basta para que o ser falante posicionado ao lado mulher na tábua da sexuação encontre a sua posição sexuada: é preciso ir mais além, situar-se e sustentar-se como objeto causa do desejo de um homem. O caminho do ter, ter um filho, não é suficiente. É no caminho do ser que a mulher encontra um contorno para lidar com a falta, que lhe é inscrita no corpo. Podemos definir por sexuação o processo de reconhecimento do próprio corpo como sexuado e a busca por significantes que ajudem a responder ao enigma do que significa a diferença sexual, do que significa ser homem ou mulher na singularidade.

A sexualidade marca inscrição na experiência infantil traumática, na qual a mulher é vista como castrada e o homem precisa preservar o que tem, já que corre o risco de perdê-lo. Esta questão traz consequências ao gozo feminino, que pode ser considerado o grande conceito na teorização de Lacan acerca das mulheres, na medida em que proporciona avanço imensurável na teoria e prática clínica (Soler, 2005). Uma grande queixa clínica das mulheres é sobre o paradoxo envolvido em, por um lado demandar todo o amor, e, por outro lado, acabar por não receber nenhum amor.

Ainda em Soler (2005), a autora trás a personagem Ysé, da peça *Partage du midi*, tentando dizer ao seu parceiro algo da ordem do indizível sobre o perigo inominável que carrega no corpo. Quando seu parceiro está indo em viagem para a China, ela lhe pede para que não se vá. E não consegue descrever o porquê de seu pedido. Seu problema não era exatamente a ida dele, saudades, ou ciúmes; era deixá-la só. Ela lhe diz para não confiar muito nela, porque sente uma tentação, a qual não quer se apegar.

Vieira et al. (2012) retomam o conceito de *Unheimlich*, freudiano, o qual se refere ao mais íntimo do corpo do ser falante; contudo, tão íntimo que provoca estranheza, uma vez que não é compartilhável, tampouco possível de ser exposto em palavras. Tão íntimo que estranho. Quando este conteúdo emerge e vem à cena, ele inevitavelmente provoca horror, e o sentimento que surge é a angústia; consequência de uma sensação que irrompe e não é possível de ser simbolizada, ou imaginarizada. É um conceito próximo à concepção de despersonalização, que Freud (1936/2006) traz, na qual o sujeito sente que uma parte de seu próprio eu lhe é estranho.

Na mesma obra, Vieira et al. (2012) desenvolvem uma reflexão sobre o afeto de ódio, e colocam-no como um sentimento primitivo, anterior ao amor. Trata-se do ódio estrutural, ou seja, diferente do ódio sentido em uma experiência em isolado. Embora o senso comum convide a pensar o ódio enquanto um avesso do amor, ou seja, ambos seriam duas faces da mesma moeda; há facetas no sentimento do ódio que são dele, e não mantêm relação com o amor.

Este ódio estrutural precisa ser entendido com base na constituição primordial do sujeito, pensada sobre os preceitos lacanianos do estágio do espelho, segundo os quais não há um momento inicial de amor próprio, correspondente ao narcisismo primário; uma vez que não há possibilidade para o amor antes da distinção entre o eu e os outros objetos externos, ou seja, antes da separação entre o interno e o externo. Há uma instabilidade essencial na formação do eu, cujo papel é essencial para a permeabilidade entre o dentro e o fora. No contato com sensações prazerosas e outras desagradáveis, o sujeito repele o desagradável para o mundo externo, e passa a senti-lo como hostil. Esta parte hostil expelida será posteriormente sentida com ódio: uma sensação de aversão bem delimitada, com objeto bem definido: o sujeito nunca ocupa o mesmo espaço do objeto do seu ódio. Este sentimento comprova que a separação entre o sujeito e seu mundo externo nunca será plena, ou absoluta; ao entrar em contato com o objeto de seu ódio a mesma sensação desagradável, advinda da sensação do sujeito em contato com o seu estranho/íntimo, entra em cena.

Teria relação entre o objeto do ódio que parte do estranho/íntimo de si e o gozo feminino? Uma questão que emerge é em relação ao ódio dirigido ao feminino. Os movimentos misóginos, enrustidos em frases do dia a dia como “mulher ao volante perigo constante”, “vai pilotar fogão”, “mulher tem que se dar ao respeito”, “mulher de malandro”, “comporte-se como uma mocinha”, “mal-comida”, “por trás de um grande homem tem sempre uma grande mulher”... aparentam serem formas de ódio ao feminino. O termo *Efeminofobia*, geralmente usado no público gay e transexual, indica que trejeitos, traços e comportamentos femininos frequentemente causam aversão. Tal aversão estaria relacionada ao gozo feminino ser essencialmente o Outro gozo? Uma vez que o gozo masculino é o padrão, podemos pensar que o sujeito situado ao lado homem da tábua da sexuação é aquele que não priorizou o gozo feminino como parte de seu funcionamento psíquico; mas a não priorização não necessariamente implica em ódio. Talvez o ódio advenha do conteúdo que foi repellido enquanto estranho, nos primórdios da constituição psíquica que acontece no estádio do espelho; e não enquanto um modo de gozo que simplesmente não lhe cabe, por lidar de forma diferente com o complexo de castração. Não é simplesmente pelo gozo feminino ser Outro que ele gera ódio. Depende de como o sujeito que opera principalmente pelo gozo masculino lida com ele.

Com o aprofundamento na teorização sobre o gozo feminino, junto à pesquisa de campo que virá no próximo capítulo, conseguiremos alguma elucidação destas questões sobre ódio ao feminino; embora a compreensão do gozo feminino por completo, inscrito como não-todo fálico, é da ordem do impossível: ele não se submete a qualquer circunscrição.

### **6.3.3 - A devastação**

O termo devastação pode ser compreendido dentro da teorização lacaniana como uma continuidade à temática do masoquismo freudiana, enfatizando à dimensão do estrago que um homem pode causar a algumas mulheres. Assim como Freud, Lacan coloca uma dose de atividade no masoquismo, não o reduzindo a um objeto passivo: “De fato, salta aos olhos que, mesmo em sua pretensa fase passiva, o exercício de uma pulsão, masoquista por exemplo, exige que o masoquista, se ousar me exprimir assim, trabalhe feito um burro” (Lacan, 1964/2008).

O enigma fica na aproximação, dentro da psicanálise de Freud à Lacan, entre o masoquismo e o feminino. Talvez a similaridade venha do fato de ambos inscreverem-se sob uma insígnia do negativo, uma marca de subtração. Tal aproximação não diz que o feminino é



masoquista, e sim que o masoquismo é feminino. No masoquismo encontramos fantasias em torno de um dano que resulte em um equivalente à castração; ou seja, o enredo da fantasia masoquista conduz, aquele que a produz, a uma lesão equivalente à castração (Ribeiro, 2017).

Lacan (1962-1963/2005) desenvolve, a partir da construção de uma paciente, a concepção de que o masoquismo feminino parte da forma como uma mulher pode se posicionar para atingir o desejo do seu homem. Este pensamento coloca que para algumas mulheres, conseguir o desejo do seu homem sobre ela é algo vital, mais importante do que o amor. Desta forma, ela se anula para tentar corresponder ao que supõe ser o desejo do Outro, e daí advém o masoquismo. Ademais, este posicionamento, que pode anular uma mulher enquanto sujeito, coloca também o homem numa posição difícil, e o faz sofrer. Mas, embora o masoquismo feminino também possa atingir homens, o autor focou a análise para o sofrimento das mulheres, chegando, a partir daí, no conceito de devastação.

Marguerite Duras, uma das principais vozes femininas da literatura do século XX na França, escreveu um romance sobre uma personagem chamada Lol Stein, cuja obra foi analisada por Lacan, com ênfase na excentricidade do desfecho. Lol, segundo Duras (1986), já no colégio chamava a atenção muita mais pela ausência, do que pela presença:

... já faltava algo a Lol para estar – ela diz: presente. Dava a impressão de tolerar num tédio tranquilo uma pessoa com quem ela julgava ter a obrigação de parecer e de quem perdia a lembrança na menor oportunidade. Glória de doçura mas também de indiferença, descobriam rapidamente, nunca parecera sofrer ou estar magoada, nunca se lhe vira uma lágrima de moça. (Duras, 1986, p. 8).

Quando Lol decide de casar, sua melhor amiga tem dúvidas se havia paixão envolvida, ou se não seria o casamento uma busca de uma situação estável para seu coração inacabado. Contudo, o casamento não apenas não se consolida, desta vez, como também Lol é trocada por uma outra mulher em um baile, Anne-Marie Stretter nas vésperas de seu casamento. Esta outra mulher rouba o olhar de seu noivo ao entrar em cena no baile, de modo que sua fisionomia muda e ele se rende aos novos encantos: pede a Anne-Marie uma dança, e dali não mais se retira até o final do baile. Lol não se retira do salão, e pelo contrário, assiste a tudo.

Quando a saída do salão é inevitável, o noivo e Anne-Marie passam por diante de Lol para se retirarem. Quando ela não mais os vê, Lol, fora de si, cai no chão, desmaiada. Um ato em que a queda do corpo predomina sobre o sofrimento, seria uma forma de omitir sua dor?

Lol não vai longe no desconhecido sobre o qual se abre aquele instante. Não dispõe nem mesmo de uma lembrança imaginária, não tem ideia alguma desse desconhecido. Mas o que ela acredita é que devia penetrar nele, que era o que precisava fazer, que teria sido para sempre, para sua cabeça e para seu corpo, sua maior dor e sua maior alegria confundidas até em sua definição, que se tornou única mas inominável na falta de uma palavra. Gosto de acreditar, como gosto dela, que se Lol está silenciosa na vida é porque

acreditou, no espaço de um relâmpago, que essa palavra podia existir. Na falta de sua existência, ela se cala. Teria sido uma palavra-ausência, uma palavra-buraco, escavada em seu centro para um buraco, para esse buraco onde todas as outras palavras teriam sido enterradas (Duras, 1986, p. 35).

Lol não busca notícias da dupla após o acontecido. O amor ao noivo aparentemente morreu, e ela se casa não muito tempo depois com Jean Bedford, quem aparentemente tinha predileção por moças abandonadas e loucas. Ela então vive um casamento dentro do senso comum, enquanto mulher pacata, de opiniões raras, dedicada à casa, aos filhos, e à celebração de uma ordem rigorosa.

O que chama atenção nesta história é principalmente o fato do Lol cair desmaiada assim que o casal adúltero, seu noivo e a outra mulher, saem da cena no baile. Lol, ainda que quieta, permaneceu presente e firme todo o tempo em que seu noivo dançava com a outra mulher; assistiu de camarote a toda a cena sem pestanejar, fez parte dela. Quando a cena termina e o casal se retira, Lol cai com seu corpo; de alguma forma, ela sai de cena junto com os dois. Ela não pôde manter-se em pé sem os dois; ainda que estivesse ocupando uma posição de coadjuvante da cena, ou até de dejetivo, já que foi preterida pelo noivo e deixada de lado, ela precisava da cena para manter-se de pé. Uma vez só, ela não sustenta o seu corpo.

Para alguma elucidação sobre esta queda de Lol, muito representativa e enigmática, faremos uma digressão. Machado (2012), retomando Lacan, afirma que “no inconsciente, só há inscrição de um sexo, o masculino” (Machado, 2012, p. 9). Tal afirmação se explica pela falta de um ponto de identificação, do ponto de vista do simbólico, que conjugue os elementos pertencentes ao gozo feminino, pois ele não se organiza somente pelo falo. Se o gozo feminino é próximo do real, ele encontra dificuldade de inscrição simbólica e, portanto, não se inscreve no inconsciente.

Em “Homenagem a Marguerite Duras pelo arrebatamento de Lol V. Stein”, Lacan (2003) analisa o ocorrido com a personagem Lol Stein como um acontecimento da ordem de um arrebatamento; advindo de uma vida vazia, cujo objeto regente é da ordem do indescritível. Este texto acabou sendo ponto de partida para o desenvolvimento do conceito de Devastação, o qual parte tanto da obra de Duras quanto do termo “estrago”, utilizado por Freud (1931/2006) referindo-se à menina que não consegue elaborar os sentimentos ambíguos e precários do amor pré-edípico dirigido à mãe.

De acordo com Brousse (2019), na devastação o lugar do significante mestre – entendendo por este como a primeira inscrição significante que possibilita o início de uma cadeia discursiva – não é um nome, mas sim um objeto. Aqui o objeto, o qual pode ser pensado tomando por referência o objeto do *Fort-Da* freudiano (1920/2006), não foi reduzido

a signo, e, conseqüentemente, é tomado por objeto total, completo, numa armadilha do imaginário que, pela falta da metáfora paterna, não é permeado pelo simbólico. O sujeito, reduzido a estatuto de objeto inominável, sai da cena como um dejecto: é o que acontece com Lol.

A autora ainda amplia a reflexão ao ressaltar que o corpo feminino frequentemente causa efeito de fascínio; precisamente a nudez feminina adquire valor de falo imaginário justo por ser impossível de ali encontrar-se tanto o órgão peniano, quanto a angústia de castração decorrente da ameaça de perda. Em diversas culturas, desde a arte grega ocidental e as culturas indígenas ocidentais, é possível encontrar o corpo feminino como um representante de um falo erigido. Esta é a mesma ideia embutida na supervalorização da Outra mulher, encontrada frequentemente na histeria, tal como o enaltecimento da senhora K por Dora (Freud, caso Dora – 1900-1901). A senhora K seria a representante do falo imaginário; cuja resposta ao enigma a respeito de como ser uma mulher ideal deve ali habitar.

Outro ponto a ser desenvolvido, sobre possíveis fatores envolvidos na devastação, é colocado por Soler (2005) quando ela aponta para a importante separação, ou divisão, do sujeito do sexo feminino em mulher e em mãe, ressaltando o quanto não são sinônimos. Ao tornar-se mãe, a mulher pode ou ficar na posição de ser toda mãe, ou considerar que esta posição não lhe realiza plenamente, pois ela também precisa, além de mãe, ser mulher. Isso porque existe um desejo na mulher que não se satisfaz com o filho. Basta este desejo aparecer mulher: permanece toda mãe. Desta forma, os filhos acabam por ocupar um lugar central em excesso para estas mães, são mães que querem tanto seus filhos tal como a mãe do pequeno Hans descrita por Freud (1909/2006) que lhe provoca uma fobia. Esta fobia é vista como um medo inconsciente de ser devorado pela mãe, já que ela não o olha em singularidade, por não se dividir. É uma mãe descrita como uma “boca de jacaré”: devoradora. Os filhos da mãe “boca de jacaré” ou ficam no lugar de seu fetiche ou ficam no lugar de seu dejecto: não há lugar subjetivo pela ausência da divisão do sujeito mãe em mulher. Este lugar provoca uma tensão neste relacionamento afetivo e a conseqüente não elaboração do mesmo, e pode ser vista como possível fator envolvido na devastação.

Como efeitos da devastação advêm angústia, melancolia, sensação de despersonalização, perda de si mesmo, fragmentação. É o estrago descrito por Freud (1931/2006): uma mulher que permanece fixada a este modo de gozo ilimitado que não fixa o sujeito ao seu corpo e leva a perda de controle. É o contato com o nada, a perda de valor de si mesma, a identificação com o objeto dejecto. Uma Outra mulher facilmente pode entrar neste

cenário e roubar a cena, tal como aconteceu com a personagem Lol Stein; pois uma mulher devastada só existe sob a perspectiva da Outra, atrelando-se a ela pejorativamente.

É possível associar devastação ao masoquismo feminino trazido por Helene Deutsch e por Freud (1924a/2006)? Em “Diretrizes para um congresso sobre a sexualidade feminina”, Lacan (1958/1998) questiona se o masoquismo feminino seria uma resposta à uma fantasia masculina, e deixa a pergunta em aberto, já que há outras hipóteses, como ele mesmo levanta, sobre o masoquismo feminino ser uma espécie de véu, conveniente aos interesses das mulheres, o qual não deve ser levantado depressa demais. Sob esta perspectiva, o masoquismo seria um tipo de mecanismo de defesa, diferente da devastação.

Joan Rivière ficou conhecida na psicanálise inglesa ao trazer o conceito de mascarada, associado à inveja do pênis. Ela definiu a feminilidade enquanto a máscara fabricada pelas mulheres para compensar-lhes a ausência de pênis. A mascarada é um disfarce, é o semblante criado pela mulher em seu corpo para lidar com a inveja do pênis, tal como os enfeites e excessos de adereços. A mascarada faz a função do véu da noiva: é aquele que lhe faz parecer algo valioso. Penso que a mascarada seria uma saída para não sucumbir à devastação; contudo, saída não muito eficaz, pois pautada no falo imaginário.

Laurent (2012) afirma que a mascarada é uma forma de se apresentar de um lugar fálico e, por este caminho, encontrar um lugar no desejo do homem. O que termina em falácia, pois o desafio do sujeito tido como feminino é justamente fabricar algo com o “nada”, e não com o falo. A posição feminina, para o autor, parte de saber amar a falta; e não o falo.

### **6.3.4 - O parceiro sintoma e o amor**

Harari (2008) comenta a afirmação de Lacan sobre a não existência da relação sexual, concluindo que a parceria amorosa só pode ser feita no nível do gozo. A parceria feita sempre envolve o sintoma. Miller (2016) inicia sua reflexão a respeito da diferença entre a forma de amar do homem e da mulher – entendendo ambos como forma de posicionamento na tábua da sexuação – fazendo uma brincadeira com um diálogo fictício no qual uma mulher declara ao homem estar pronta para tudo; e ele, por sua vez, responde-lhe que está pronto, para não-tudo. Convém delimita-la: até aqui, mas não mais além.

Ambos os autores levam a pensar que o lugar tirânico que faz da mulher o ser privado – privada do falo imaginário -, fadada a uma irremediável incompletude e, conseqüentemente, o ser ávido, insaciável e, por isto, pouco confiável, aparece com ênfase nas vias do amor. A busca que algumas mulheres fazem de marcar seu corpo com um excesso: seja de joias, de

cores, de saltos, acaba mais por marca-las enquanto corpo que transborda; pouca eficácia estas medidas apresentam para lidar com a incompletude.

Já do lado do homem, o traço de tirania aparece em outros aspectos. Ele faz da mulher que escolhe o seu objeto *a*, e tal escolha tem profunda relação com ela ser o seu objeto fetiche. Isto pode ganhar traços perversos, quando ele escolhe o que ela deve vestir, por exemplo; passa a impor-lhe certo número de condições, as quais são mais da ordem do ter do que do ser. O fetiche encontrado ao lado do gozo masculino pode ser visto como uma forma de ter a situação da parceria amorosa sob o seu controle, como um proprietário. Daí a sensação de posse sobre a sua mulher; contudo nesta, muito menos do que o controle, há a ousadia, o risco de forma mais cega. De um lado temos a prudência; e de outro o idealismo. O que a mulher exige com o parceiro é uma espécie de “homem-bússula”.

Tomemos o caso de Medéia, citado por Miller (2016). Ela diz a Jasão que está pronta para tudo, enquanto ele lhe diz: não tudo. Ela não recua, nem diante do assassinato de seus filhos, enquanto a representação do homem cuja existência ela quer eliminar, após ele lhe dizer não. Claro que matar os filhos não é solução plausível para lidar com a perda do amor; Medéia nos ensina uma posição mais extrema, ela não é aquela que perdeu, mas sim a que não tem mais nada a perder.

O sintoma e a devastação são os modos de gozar do masculino e do feminino, respectivamente, assim desenvolvidos pelo autor acima. A mulher é para o homem seu parceiro-sintoma, enquanto o homem é para ela algo muito próximo de seu parceiro devastação. Do lado do homem, temos o gozo finito, o fetiche. Este é da ordem de um objeto que não fala, inerte, objetificado. Do lado mulher temos a erotomania associada à devastação, a exigência de que se fale com ela.

Miller (2012) afirma que fazer-se mulher enquanto mãe seria uma solução pela via do ter, ter um filho; solução oposta à que ele encontra, acima mencionada, pela via do ser, na qual se fabrica algo com o buraco: metaboliza-se o buraco, o qual simboliza a falta, pela via do ser. A via do ter é próxima do gozo masculino, que responde à castração com medo de perder o seu pênis. O autor conclui que uma mulher que se constitui ao lado do ser o falo assume sua falta a ter. Desta forma, pela via do ser, ela consegue ser o que falta aos homens. Esconder a falta aqui é visto como uma forma de ostentar ser a proprietária, a quem não falta nada nem ninguém; o que para o autor, é uma mulher que apenas aparenta ser igual a uma mulher, ou ainda: uma mulher com postiço. Segundo o autor, “Uma mulher verdadeira” está ao lado do ser e é ela que faz papel de apontar ao homem que o ter é ridículo. A mulher com postiço, pelo contrário, denuncia o homem como castrado e se completa colocando-o na

sombra. Por outro lado, ela não ameaça o homem por não exigir que ele seja desejante, e ambos assim descansam dos preâmbulos da castração.

De acordo com Suarez (2012) o amor faz acreditar no Um, mesmo sabendo na sua impossibilidade e, desta forma, faz suplência à relação sexual inexistente entre os dois sexos. Enquanto o desejo do homem fora do amor atormenta as mulheres, a crença de que o mesmo desejo no amor salva, é uma suplência.

Dentro desta mesma perspectiva, Ferretti (2012) afirma que:

É somente na medida em que o homem pode dizer não à função fálica, isto é, quando há castração, que ele pode amar a mulher e gozar de seu corpo, mulher que, por sua vez, se insere como objeto *a* e como *não toda* na relação amorosa. (Ferretti, 2012, p. 135).

De acordo com Laurent (2012a), o amor para as mulheres pode se apresentar como uma placa giratória, na qual elas circulam infinitamente em tentativas infrutíferas de agradar o seu homem, e dar tudo a ele; ser tudo para ele: uma espécie de dar tudo para conseguir ser tudo. Por essa via, em algum momento o sujeito mulher vai perceber que na verdade não é nada para o seu homem; não passa de ser o seu dejetivo maltratado. Esta é a falsa solução encontrada pelo masoquismo feminino. Para o autor, não se trata de ser tudo para o homem, tampouco de ser nada; trata-se de ser Outro – para o seu homem e para si mesma; livre da fantasia imaginária do Um. O homem servirá de conector para a mulher ser Outro para si mesma. Este autor parte da afirmação de Lacan que está no texto mencionado acima, “Diretrizes para um congresso sobre a sexualidade feminina”:

... a castração não pode ser deduzida apenas do desenvolvimento, uma vez que pressupõe a subjetividade do Outro como lugar de sua lei. A alteridade do sexo descaracteriza-se por essa alienação. O homem serve aqui de conector para que a mulher se torne esse Outro para ela mesma, como o é para ele. (Lacan, 1958/1998, p. 741).

O amor foi dito por Lacan em diversas passagens como “dar o que não se tem”. Esta reflexão pode ser pensada em paralelo com o Banquete de Platão (Platão, 2015), uma vez que esta obra coloca que o objeto amado não está exatamente no parceiro, está mais além. Com isso, entendo que o amor está fora do universo do falo imaginário.

### 6.3.5 - A despersonalização

Miller (2012) afirma que nas mulheres abre-se uma clínica da falta de identidade, nada comparável em intensidade do que acontece com os homens. Tal falta de identidade também pode ser lida como falta de consistência; a qual, em alguns casos, leva a queixas de sensações de fragmentação corporal e dúvidas, por parte do analista, sobre o diagnóstico de neurose ou

psicose. São queixas de dor psíquica ligadas a um afeto de não existência, ou de ser nada, com momentos de ausência de si mesmas, semelhante ao que Freud (1936/2006) coloca em sua visita à Acrópole e chama de sensação de despersonalização: estranheza em relação ao si mesmo. Há também relatos de uma relação íntima com o infinito, traduzida como uma sensação de incompletude radical; nada satisfaz. Encontra-se nas mulheres a frequente dúvida se é possível encontrarem seus lugares na civilização com uma posição social, pelas vias da sublimação. Insiste nelas uma ideia, até comovente, de que o verdadeiro lugar seria encontrado nas vias do amor, ao serem amadas por um homem.

Prosseguindo em Miller (2012), o autor menciona uma saída interessante para as mulheres lidarem com o gozo feminino, que seria abdicar da tentativa de “tapar o buraco” – buraco aqui entendemos tanto pelo buraco da castração que incide no corpo das mulheres, ou seja, no lugar do pênis elas possuem um buraco; como também o buraco que reside entre o gozo feminino e os masculino, já que não são complementares – abdicar do buraco resulta em encarnar o buraco, ou seja, ser o buraco; e, desta forma, dialetiza-lo, metaboliza-lo: “fabricar um ser com o nada” (Miller, 2012, p. 68).

Brousse (2019) coloca que o corpo da mulher pode ser visto como o limite da função castração, limite do poder da castração. O sangue feminino, o qual escorre pelo buraco exclusivo do corpo da mulher, remete ao furo no simbólico. Ela ainda problematiza sobre o movimento em direção ao falo no qual opera o feminino ao relembrar as frases usadas para agredir mulheres como “malcomidas”, as quais sugerem que a mulher encontraria a felicidade sendo “bem comida”. O falo imaginário, neste raciocínio, é tido como remédio universal, justo porque tapa o buraco. Contudo, nem sempre as mulheres o querem, enquanto solução. No discurso organizado em torno da metáfora paterna, enquanto desfecho do complexo de castração, o falo é sim o remédio universal. Mas, nem sempre elas o querem. O que isto indica? A despersonalização seria da ordem do gozo feminino escapando ao falo imaginário, e não encontrando um ponto de basta?

E quando as mulheres não estão dirigidas ao falo, a autora aponta para outro movimento típico do feminino: o objeto escondido: “Gineceu, harém, casa, cozinha, muros altos, terraços, balcões, janelas, persianas: tantos territórios de onde ver sem ser vista” (Brousse, 2019, p. 27). Esta também é a lógica do uso do véu: esconder-se. Desenvolvendo o pensamento, a autora traz a ideia de que, para as mulheres enquanto posicionadas ao lado do gozo feminino da tábua da sexuação, o falo não ganha o estatuto de um objeto a ser preservado, mas sim de um objeto que seria possível de adquirir. A mulher, enquanto objeto escondido, portanto, representa o falo imaginário – da mesma forma que foi dito acima sobre

o corpo nu da mulher -: o esconderijo é uma espécie de máscara para fabricar-se enquanto falo imaginário, uma vez que, segundo a autora: “O falo como objeto perdido é o suporte do sujeito falante quando este é ‘uma mulher’” (Brousse, 2019, p. 40). Concluindo este item, na impossibilidade de encontrar o seu lugar junto ao falo imaginário, encarnar o próprio falo e fazer-se de semblante pode ser uma saída para as mulheres, situadas na tábua da sexuação junto ao gozo feminino, para escapar à devastação e à despersonalização.



## 7 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Como já foi anteriormente dito, a psicanálise pode ser inserida em qualquer contexto que envolva a necessidade de uma escuta atenta e apurada, a fim de colher dados para pesquisa, trazendo ganhos tanto na construção de subsídios clínicos quanto no acolhimento de entrevistados envolvidos.

As entrevistas foram realizadas na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de uma cidade do interior de São Paulo, sede da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, semanalmente. Foram selecionadas entrevistas com mulheres que sofreram violência doméstica; de acordo com a ordem estabelecida na referida delegacia são violências no relacionamento estável. Não foram considerados para análise os casos denominados pela delegacia como violência urbana, os quais se referem a violências que ocorrem em locais públicos, praticados por pessoas que não conhecem a vítima, ou que a conhecem pouco. Tentou-se também efetuar as entrevistas com os homens agressores, sem muito sucesso. Os casos selecionados para análise têm o requisito de serem entrevistas ricas de conteúdo, cujas mulheres entrevistadas ganharam voz ao relatarem suas experiências. Tais conteúdos relatados abrem possibilidade a reflexões sobre as experiências de violência, a fim de atingir o objetivo da pesquisa: investigar significados inconscientes que promovem a repetição em sofrer agressões, por mulheres que sofrem violência doméstica.

As entrevistas foram abertas, psicanaliticamente orientadas. Às mulheres, que estavam enquanto vítimas na referida delegacia, eram oferecidas a possibilidade de participarem de uma pesquisa com uma psicóloga; quem aceitava participar dirigia-se a uma sala a sós com a pesquisadora, a qual lhes apresentava o termo de consentimento livre e esclarecido. Após o preenchimento do termo, as mulheres passavam a falar livremente, contando suas histórias de vida e violências envolvidas. As entrevistas que estavam dentro do perfil de serem casos de violência doméstica, e cujas mulheres entrevistadas conseguiam ganhar voz em seus relatos, produzindo um discurso coerente, foram transcritas. Quarenta entrevistas foram utilizadas para a análise dos casos. Todas as mulheres foram entrevistadas apenas uma vez. Todos os nomes utilizados são fictícios.

A análise dos casos foi feita em duas etapas. Primeiramente foram construídas duas tabelas, cujo fator de diferença entre elas é a idade das mulheres, para finalidade de análise geral dos dados colhidos. As perguntas envolvidas para esta análise geral foram: Casou-se muito jovem?; Trabalha fora de casa?; Violência na família original?; Ainda sofre violência?; Violência em relacionamentos anteriores? Alcoolismo ou drogas no agressor? Problema de

relacionamento com a mãe? Foram questões que permearam a maioria das entrevistas, mostrando-se pontos de partida importantes para uma análise global dos casos.

Em segundo lugar, foram recolhidos significantes das entrevistas. Os critérios de escolha dos significantes foram: palavras que as mulheres usam para refletirem sobre elas mesmas e suas histórias; repetição destas palavras, ao longo das entrevistas.

Foram escolhidas cinco entrevistas para serem expostas quase na íntegra, na seção de anexos. São entrevistas valiosas, por serem ou de mulheres que sofreram violência durante muitos anos de vida, ou por serem casos de violências muito acentuadas, as quais foram expostas em detalhes, cujas falas profundas despertaram sensibilizações e inovações pertinentes à temática.

### **7.1 - Aspectos gerais das entrevistas**

Após uma primeira leitura dos relatos, foi possível observar alguns aspectos recorrentes na maioria dos casos, aos quais repetidamente as mulheres se referiam, como, por exemplo: o início dos episódios de agressão é costumeiramente depois que a mulher começa a trabalhar, ou depois que ela começa a opinar sobre o comportamento do marido, bem como sobre aspectos sociais em geral; outras vezes é depois que o filho do casal nasce, mostrando ciúmes por parte do agressor ao dividir a atenção da mulher que lhe era até então exclusiva, com o filho deles. Algumas mulheres, de mais idade, diziam que no início da relação achavam que apanhar do marido era correto, pois eles estavam no papel de educa-las. Já as mulheres de quarenta anos ou menos, que são a maioria na referida DDM, são mulheres que costumeiramente partem da concepção de independência, e têm mais dificuldade de encontrar o motivo pelo qual se submeteram às violências sofridas.

A maioria das mulheres permanece com o agressor, por bastante tempo, mesmo após agressões sérias e ameaças de morte, com todo o risco de vida e sequelas psíquicas que a situação inevitavelmente acarreta. Já outras mulheres, principalmente as jovens, têm mais dificuldade de encontrar o motivo da permanência com o agressor. Algumas querem “fugir da casa dos pais”, outras acham que elas vão “curá-lo”. Outras ainda dizem que gostavam muito dele.

Tabela 1: Aspectos gerais das entrevistas de mulheres até 40 anos:

Nome	Casou-se muito jovem	Trabalha fora de casa	Violência na família original	Ainda sofre violência	Violência em relacionamentos anteriores	Alcoolismo ou drogas no agressor	Problema de relacionamento com a mãe
<b>Adriana</b>	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
<b>Arlene</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
<b>Bianca</b>	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Carmen</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
<b>Cecília</b>	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim
<b>Celina</b>	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
<b>Deise</b>	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
<b>Denise</b>	Não	Não (estuda)	Sim	Não	Não	Sim	Não
<b>Emely</b>	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
<b>Eva</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Fabiana</b>	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
<b>Flaviane</b>	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
<b>Gabriela</b>	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim
<b>Gilse</b>	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
<b>Gisele</b>	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim
<b>Iara</b>	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
<b>Larissa</b>	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
<b>Lissandra</b>	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
<b>Luciana</b>	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
<b>Márcia</b>	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
<b>Milena</b>	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim
<b>Nádia</b>	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim
<b>Natália</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	Não (casou-se aos 15 anos)	Não	Sim
<b>Noeli</b>	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
<b>Paula</b>	Não	Não (estuda)	Sim	Sim	Não	Não	Não
<b>Raíssa</b>	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Roberta</b>	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
<b>Selma</b>	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Úrsula</b>	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim
<b>Vanessa</b>	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não

Esta tabela, com intuito de uma análise global, levou em consideração os fatores que mais foram falados durante as entrevistas, que foram: casamentos realizados quando as

mulheres ainda eram muito jovens, e, portanto, meninas; impossibilidade de trabalhar fora, devido a proibições do agressor; episódios de violência na família original, tanto por parte de pai, mãe, como também de parentes próximos; se ainda sofre episódios de violência por parte do agressor (envolvendo os cinco tipos de violência determinados pela lei Maria da Penha, já mencionados: física, psicológica, moral, patrimonial e sexual); se houve violência também em relacionamentos anteriores; se os episódios de violência envolvem ingestão de álcool ou uso de drogas por parte do agressor; e, por último, se as mulheres relatam problemas de relacionamento com suas mães.

Num total de 30 mulheres, de idade até quarenta anos:

Oito casaram-se muito jovens, com vinte anos ou menos; mostrando-se minoria nesta faixa etária. Este dado indica que são mulheres nascidas em uma geração que possibilita o namoro como escolha de um parceiro, e, também, liberdade para namorar quantas pessoas quiserem; e não o namoro como preparo para um casamento, com um parceiro único ao longo da vida.

Vinte e quatro trabalham fora de casa, grande maioria, o que indica que proibições do agressor para que não trabalhem não incide de forma grande nesta faixa etária de mulheres; sendo que duas, destas restantes seis mulheres que não trabalham fora, ainda se consideram estudantes.

Em relação a ter presenciado ou ter sido vítima de violência na família de origem, quinze mulheres dizem que sim e outras quinze dizem que não. Embora o número tenha ficado empatado, é uma alta taxa de mulheres que convivem com a violência durante toda a vida; transportando este significante para suas relações.

Vinte e uma mulheres relatam ainda sofrer violência do agressor, enquanto nove mulheres consideram já ter dado um basta na violência que sofreram, e estavam fazendo boletim de ocorrência por indicação de advogado para relatarem episódios anteriores, ou o BO não era dirigido, neste momento, ao parceiro agressor, mas sim a outras pessoas da família dele; tais como ex-sogra que ameaçam, novas parceiras do agressor que também ameaçam ou agridem. Este dado indica que, nesta faixa etária, as mulheres conseguem, em maioria, colocar um basta, um limite para preservar os seus corpos em relação ao parceiro agressor.

Duas destas mulheres relataram já ter tido episódios de violência em relacionamentos anteriores. O número é baixo, mas vale ressaltar que algumas são muito novas, de idade entre dezoito e vinte e anos, o que indica que não tiveram relacionamentos anteriores de longo período de tempo. Entretanto, não temos dados de relevância neste fator.

Quinze mulheres associam os episódios de violência que sofrem a uso de drogas e/ou álcool no agressor. Ainda que outras quinze não tenham feito este relato, consideramos o número alto. Os agressores se transformaram ao usarem estas substâncias, e perdem qualquer tipo de censura em relação ao que pode ser feito ou dito com as parceiras; o que caracteriza situações extremamente perigosas, potenciais desencadeadoras de feminicídios. O uso de álcool e drogas no agressor pode ser pensado como um semblante viril, do homem que bebe como o poderoso, a quem é socialmente autorizado o uso de substâncias das quais as mulheres ou são privadas, ou são mal vistas quando o fazem, mal faladas. E em última instância, o uso destas substâncias acaba sendo uma espécie de autorização para que a pulsão de morte seja livremente exercida contra aqueles a quem têm mais dificuldade de dominar, por serem habitados por um modo de gozo diferente do deles: as mulheres.

Quinze mulheres relataram problemas de relacionamento com suas mães, número considerado alto, e que pode ser visto como bastante sério em alguns casos de mulheres que não se sentiram amadas pelas mães, ou sentiram-se abandonadas, causando um quadro de grande transtorno afetivo cujos efeitos são sentidos diretamente nas relações amorosas.

Tabela 2 – Aspectos gerais das entrevistas de mulheres de mais de 40 anos

<b>Nome</b>	Casou-se muito jovem	Trabalha fora	Violência na família original	Ainda sofre violência	Violência em relacionamentos anteriores	Alcoolismo no agressor	Problema de relacionamento com a mãe
<b>Débora</b>	Sim	Sim	Sim	Não	Não (primeiro parceiro)	Não	Não
<b>Eduarda</b>	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
<b>Luana</b>	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
<b>Mariana</b>	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
<b>Noêmia</b>	Sim	Não	s/i <sup>1</sup>	Sim	Não	Sim	Não
<b>Rebeca</b>	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
<b>Rosa</b>	Sim	Não	Sim	Sim	Não (primeiro parceiro)	Não	Não
<b>Sonia</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
<b>Tássia</b>	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Vilma</b>	Sim	Não	Não	Sim	Não (primeiro parceiro)	Não	Não

A tabela dois trabalhou os mesmos fatores, com as mulheres de mais de quarenta anos; as quais são minoria na referida DDM. Foram dez entrevistas válidas realizadas com mulheres desta faixa etária, contra trinta na faixa etária anterior, o que, muito provavelmente, não indica que mulheres de mais idade não sofram violência, mas sim que sofrem de grande dificuldade de relatar estes episódios. Podemos pensar em hipóteses que justificam este fato como: naturalização da violência, por tê-la sofrido durante muitos anos; dificuldade de locomoção, por terem restrição de liberdade imposta pelos maridos; medo e descrença na lei, por colocarem as proibições do marido acima de qualquer proibição legislativa.

Num público de dez mulheres de mais de quarenta anos:

Oito relataram terem se casado muito jovens, com vinte anos ou menos. É um dado significativo que indica a possibilidade de que a maioria destas mulheres ainda sofre influência da moralidade do século XIX, cujos preceitos eram de que as mulheres foram feitas para se dedicarem ao marido, ao lar e aos filhos, com pouca possibilidade de escolha. O namoro aqui é visto como um preparo para o casamento, a respeito do qual as mulheres pouco

---

1 – Sem informação

ou nada opinam, nem mesmo na escolha do parceiro. Esta proporção foi muito diferente da tabela anterior.

Sete trabalham fora de casa, e três disseram que não trabalham. Destas três que disseram que não, duas justificaram por proibição do marido; a outra, que tinha mais de setenta anos, relatou o fato de não ter trabalhado fora como uma divisão natural da relação com o marido, pois ela lhe dava suporte para que ele pudesse sair para trabalhar. Ainda dentre as três que disseram não, vale ressaltar que duas têm mais de sessenta anos, e foram as únicas mulheres entrevistadas da terceira idade.

Cinco mulheres num público de nove relataram episódios de violência na família de origem, a proporção ficou semelhante à faixa etária anterior. Dentre as dez, uma mulher não forneceu nenhuma informação de sua família de origem, justamente a de mais idade, setenta e um anos. Podemos pensar que ela tenha se distanciado de sua família de origem há muitos anos, e por isso não a menciona.

Oito mulheres relataram ainda sofrer violência do agressor, proporção tão alta quanto na faixa etária anterior. Dentre as duas mulheres que relataram não mais sofrer violência, uma parecia ter clareza e sensatez em relação ao perfil possessivo do marido, e estava na delegacia cumprindo com as prerrogativas jurídicas do divórcio; a outra relatou um episódio de violência ocorrido quando ela pediu pensão ao ex-marido, não relatou violência recorrente, embora tenha se queixado bastante da relação com este ex-marido.

Duas mulheres disseram que já sofreram violência em relacionamentos anteriores. Ambas são mulheres que relatam relacionamentos muito conturbados, com violências recorrentes, bem como violência presente na família de origem. O número foi igual ao da faixa etária anterior, e aqui mais significativo, pela proporção ser maior.

Seis mulheres associaram uso de álcool e drogas por parte do agressor aos seus episódios de violência, porcentagem parecida com a faixa etária anterior e preocupante, pelos mesmos motivos.

Apenas uma mulher desta faixa etária relatou problemas de relacionamento com sua mãe, porcentagem muito menor do que na faixa etária anterior. Não sabemos ao certo o porquê das mulheres de mais idade não se queixarem de falta afeto ou abandono de suas mães. Talvez por já terem elaborado suas questões com a família de origem, ou por terem vindo de uma rígida educação na qual não se pode falar mal de mãe ou pai. O que é importante ressaltar é que este dado não significa que estas mulheres não se apresentem devastadas, rebaixadas; embora, tal como foi visto anteriormente, a devastação tenha relação direta com uma relação difícil com a mãe.

## **7.2 – Categorização com base nos significantes e significados**

Foi realizada a criação de categorias para um melhor embasamento da análise dos dados colhidos. O objetivo da categorização foi a realização de uma análise mais aprofundada das entrevistas, com base na escuta analítica; escuta que envolve atenção flutuante e abertura para o inconsciente. Sabemos que a via régia para o inconsciente são os sonhos, os tropeços da fala – lapsos de linguagem e atos falhos. Contudo, a psicanálise de orientação lacaniana inova ao aplicar conceitos da linguística na técnica analítica de acesso ao inconsciente, os quais englobam, dentre outros, a teorização sobre o significante e o significado. Foram observados, nas falas das mulheres, significantes cujos significados atrelados trouxeram originalidade ao problema da pesquisa.

Vale ressaltar que o termo significante, utilizado na psicanálise de orientação lacaniana, é de origem da linguística de Saussure (Ferdinand de Saussure – 1857-1913), o qual se refere à imagem acústica da palavra, em contraponto ao significado, o qual refere-se ao conceito associado à palavra. O significado é sempre múltiplo, pois varia principalmente de acordo com a cultura. A fala é um conjunto de palavras, também denominadas de signos, sendo que um signo é composto de significante e significado. Para a psicanálise de orientação lacaniana, o significante sempre predomina sobre o significado; o que justifica os mal-entendidos na linguagem. Além disso, um significante pode remeter a diversos significados.

Aqui, inserimos a psicanálise como uma ferramenta de escuta refinada com a finalidade de colher dados sobre a psique das mulheres, a fim de criar subsídios clínicos para o atendimento destes casos. A escuta psicanalítica cumpre o papel de elucidação de sintomas e modos de gozo, os quais não seriam detectados sem uma escuta atenta. É essa escuta em relação a si mesmo que pode contribuir para que elas se repositionem diante dos fatos e da violência que sofrem, e busquem soluções singulares para tentar enfrentar suas dificuldades, inclusive da violência que sofrem.

Os principais significantes elencados, os quais correspondem às categorias criadas, foram: droga, mulher, mãe, família, amor, casamento. Foram escolhidos por apresentarem-se repetidamente ao longo das entrevistas, possibilitando uma abertura para reflexões sobre diferentes significados associados aos mesmos.

### **Categoria 1 - significante Droga:**



Lissandra, 29 anos:

*Tenho dificuldade com maconha, cigarro, já fui usuária de craque, consegui parar só com SOS mulher.... Se não fosse o SOS mulher me falar palavras positivas, já tinha tocado fogo na minha casa.*

A droga para esta mulher parece ter sido saída para lidar com uma vida difícil, na qual ela só encontra palavras positivas no tratamento que recebeu do SOS mulher. A vida para Lissandra é uma droga, e talvez ela também se veja como tal.

Milena, 31 anos:

*Comecei a usar drogas quando via ele me trair com outras mulheres como se não houvesse problema. Ele me esperava dormir e saía com prostituta. Usei tanta droga até ser presa com liberdade assistida. Eu não consegui comprovar meu endereço, e fui presa. Consegui melhorar porque escolhi minha filha, e nunca mais dei trabalho com drogas e crack.*

*Meus pais faleceram os dois quando eu era muito nova, não queria que minha filha pensasse que eu não penso no pai dela. Só que não dá para conviver em família, para ele tudo tanto fez tanto faz. Minha mãe tinha problema no coração, trabalhava muito. Criou os filhos honestamente e sofria muito de dores de varise. Meu pai era pilantrão, usuário de drogas. Minha mãe era solteira e meu pai era do mundo mesmo, não se falavam. Fui adotada por uma vizinha.*

Aqui aparecem dois significados à droga: o primeiro é o usuário de drogas aparecer associado ao pilantrão, na descrição de seu pai; o segundo é a o uso de drogas como fuga de uma situação insuportável, que era assistir às traições do marido. Milena pode acabar por se entender como uma droga, ao ser traída sem limites.

Mariana, 40 anos

*... Era por causa de bebida mesmo. Eu acho que eu tenho que parar de beber cerveja também, porque ele diz que eu fico agressiva e fico xingando, falando as coisas mas o dele mistura tudo, porque é bebida, é cocaína, e as crianças vendo isso é o pior. Como o pessoal estava tudo com visita em casa ainda, um pessoal de Campinas estava aí, eles queiram que eu saísse o mais rápido possível da casa para não passarem vergonha. Então tá bom, comecei a xingar todo mundo.*

- Por que ele fala que você tira ele do sério?

*Pelo jeito de falar, ele fala que eu toco nas feridas. Eu falo para ele ir se tratar, que ele é usuário de drogas. Ele fica vendo pornografia no celular, eu falo que vou levar o celular para a polícia. Falei que tava parecendo que ou ele é homossexual, ou que ele vai para os dois lados, pelas coisas que ele estava vendo no celular. Quando eu falei isso ele veio e me deu um soco.... Ele tinha bebido também. Tudo envolve bebida. O sogro não bebe, o cunhado sim, e os dois são dependentes químicos. A briga dessa vez foi porque meu cunhado saiu com o meu carro, tirou a chave que eu tinha acabado de mandar fazer, a hora que eu fui pegar o carro para poder pegar os filhos dele lá em cima a chave ficou no contato, ficou só a lâmina na dentro. Eu fiquei na rua, sem celular, sem nada, e ele ligando para eles poderem me socorrer. Nesse meio tempo eles foram procurar porcaria para poder usar. Eu tinha bebido também, mas eles tinham bebido e usado substância química.*

Aqui o significado da droga é dúbio, ambíguo. Mariana se inclui no uso quando diz que ela também bebe, quase todos bebem, as crianças vêem assim como o uso de drogas também aparece generalizado. Ela se inclui e se exclui, diz que bebe e não usa substância química. Parece um uso naturalizado, até um ritual. Ao mesmo tempo, ela fala que ele precisa de tratamento, deixando a entender que ele excede mais do que ela, e por isso ele precisa se tratar.

Com ajuda da psicanálise, podemos pensar a droga como uma companheira, uma parceira, embora assexuada, que promove a sensação de completude; em contraposição ao parceiro sexual do amor, quem se mostra incompleto e insuficiente.

As três mulheres aqui vistas ou como usuária de drogas, ou alcoolistas, mostram, principalmente as duas primeiras, um desinvestimento narcísico no próprio corpo. São mulheres devastadas, que se mostram sem valor fálico. Podemos pensar ou que a droga produz uma ruptura com o gozo fálico, ou que a identificação com o significante droga já a produziu de antemão.

## **Categoria 2 – significante Mulher**

Larissa, 39 anos

*Tenho vergonha de estar aqui porque sempre vendo imagem de ser uma mulher autoconfiante e ele me destruiu. Falava mal das minhas músicas, eu sou cantora e autora e ele não deixava, falava que era coisa de prostituta. Só que a gente se conheceu num bar que ele contratou a banda que eu cantava.*

*O pior é o estrago emocional, quando eu me olho no espelho. Lembro da barriga nojenta que ele fala.*

*Ele diz que eu não valho nada, que sou mulher de uma noite só, que se arrepende de se ter se envolvido comigo, que eu vou ver só se for em ato sexual na frente da filha dele, que tem dó de mim....*

*Não consigo entender onde a minha cabeça estava, porque é aquelas histórias que eu leio e não acredito que a mulher passou por aquilo. Sempre fui aquelas amigas que dava conselho ao contrário.*

- Você saberia explicar por que?

*Acho que a minha autoestima foi abaixando muito. Lembro dele falando da minha barriga caída após a gravidez.*

Larissa mostra o significativo mulher altamente relacionado à imagem do corpo, e bastante dependente emocionalmente do discurso do parceiro sobre o seu corpo. À medida que o discurso dele sobre seu corpo passa a ser depreciativo, sua autoestima diminui e ela não se reconhece.

Bianca, 27 anos

*... Ele tinha dívidas e morava no batalhão da polícia, para ajudar coloquei ele para morar na minha casa. Quis ajudar e esqueci de mim. Ele me colocou uma aliança no dedo e prometeu que quando a situação financeira melhorasse a gente casaria. Eu acreditei porque era o que queria, uma família.*

*... Até hoje só me envolvi com lixo, não sei se sou só eu que não estou me valorizando ou se todas as mulheres não se valorizam, porque acho que não existe homem fiel, homem família. Eu me tornei uma pessoa fria, mais rancorosa. Só me vejo mulher dentro de casa com meus filhos.*

*Estou cansada de ser o homem e a mulher. Estou para resolver tudo, a casa, as dívidas, ainda sou dona de casa e sou mãe. Ser mãe e dona de casa é uma benção, mas tem dia que saio do serviço às 22h e ainda tenho que fazer janta para os filhos. Sou manicure e não consigo me cuidar. Enquanto isso ele estava sempre tranquilo.*

Bianca relata uma situação de decepção com o parceiro após um grande investimento libidinal feito nele. Após ter percebido que ela se casou com uma pessoa muito aquém de suas expectativas, ela se pergunta se ela não se valoriza, ou se é algo comum a todas as mulheres a falta de valorização pessoal; numa associação entre o significativo mulher e a falta de investimento libidinal, narcísico em si mesmas. Em seguida, curiosamente, ela diz que só se

vê mulher em casa com os filhos, numa associação, aparentemente inconsciente, entre o ser mulher e à maternidade. Desta forma, ela pode ter dificuldade em se ver mulher de um homem por uma possível colagem entre o significante mulher e à maternidade. Encerra o trecho queixando-se de cansaço, pois trabalha em demasia, trabalha por uma mulher e por um homem; de forma que não sobre tempo para cuidados tipicamente femininos, como fazer as unhas, mesmo que ela os valorize com sua profissão. Bianca demonstra dificuldade com a feminilidade, com o habitar o corpo de uma mulher. A hipótese que temos é a associação com a maternidade.

Tássia, 48 anos

*Meu primeiro marido me abandonou após a morte de um filho de um ano que tivemos, e me trocou por uma índia em Manaus. As pessoas faziam brincadeira disso, mas acho que tinha sarcasmo.*

*Tenho dois filhos vivos do primeiro casamento adultos, e dois filhos com este ex marido agressor, um de 13 e outra de 14. O de 13 é insuportável, maltrata as pessoas e não me aceita como mulher, ficou com raiva quando eu disse que estava saindo com outro homem.*

Tássia queixa-se de ter sido abandonada pelo marido, rebaixada a um objeto descartável ao ser trocada pela índia. Queixa-se em seguida do filho que não a aceita como mulher, pois não tolera vê-la como parceira de um homem. Ela então associa o ser mulher a uma parceria amorosa com um homem, contudo não percebe a dificuldade do filho em fazer a mesma associação.

Luciana, 26 anos

*Ele me agredia muito, e eu sou explosiva, não sou mulher que apanha e fica quieta, se ele me bate eu bato também... Ele me xinga e eu me descontrolo... Fiz papel de mãe na vida dele. Quando a gente se conheceu, ele não tinha pai nem mãe. Vivia na rua, cada dia na casa de um com os amigos cuidando dele, mas são os mesmos amigos traficantes.*

*Ele foi morar comigo no dia que a gente se conheceu, porque morri de dó dele....*

Quando ela se refere a ele como homem:

*O Luis é uma pessoa... é lindo sabe, parece ser um cavalheiro, achei que eu ia ajudar ele e ele ia me ajudar. Falei que eu não tinha ninguém, ele também não e optamos por ficar juntos.*

*Eu consegui ver que nem todo mundo que parece amigo é, mas ele não consegue ver isso, tentei mostrar isso para ele e ele não quis ver, não entende... Não sei como ele consegue bater em mim com o filho dele no colo. Aí eu batia nele também, mas que mulher que fica quieta?*

Luciana se define como mulher que não apanha e fica quieta, mulher que não submete a maus tratos. Conta sua história de amor colocando-se como aquela que cuida do homem, faz papel de mãe. Penso se não há uma contradição em não ser aquela que se submete a maus tratos, mas ao mesmo tempo ser aquela que se submete a uma união com alguém incapaz de se colocar numa situação de igualdade, pois ela precisa cuidar dele muito mais do que ele precisa cuidar dela. Talvez ao ter dó dele ela se sente superior, e seu relato de ser aquela que não apanha e fica quieta seja também uma forma de se sentir superior, dar ao seu corpo um status fálico. Ela parece associar o significante mulher como aquela que precisa ser forte, e não ser submissa, com algo de maternidade envolvido no ser mulher. O trecho abaixo de sua fala indica nesta direção:

*... Encontrei um homem mais velho que me recebeu na casa dele.*

*- Por que você não ficou com ele?*

*Ele não estava interessado em ajudar, ele queria que eu ficasse com ele em troca de me dar silicone, carro. Mas eu não queria isso, queria fazer faculdade.*

Roberta, 36 anos

*Casei com 17 para 18 anos, tenho um menino de 15 e outro de 13 anos. Fiz magistério e abandonei tudo para trabalhar junto dentro do trailer e fazer o negócio crescer. Lá é a parte de entrega e a parte de frente do trailer, eu sempre fiquei na parte de trás.*

*Nem mulher que é da vida mesmo pode ser xingada, ainda mais quem está lá dentro trabalhando para sustentar dois filhos.*

Roberta valoriza a mulher que trabalhadora, que se sacrifica para sustentar os filhos, em contraponto à mulher da vida (prostituta), embora tente demonstrar respeito também para as mulheres que escolhem este caminho, quando diz que nem elas merecem ser maltratadas. O significante mulher para ela está associado a mais de uma forma possível de ser mulher, e a que ela valoriza é a mulher que trabalha e se esforça pelos filhos; tem algo de maternidade envolvido no ser mulher para ela também. O fato dela ficar socialmente escondida, na parte detrás do trailer, não parece ter sido escolha consciente dela, embora sabemos que inconscientemente nada é por acaso.

Denise, 20 anos

*Minha mãe é uma mulher guerreira. Criou os filhos sozinha esperando por um homem que poderia ou não mudar. Minha mãe eu coloco no altar, ele não (o pai, que passou grande parte da vida na cadeia).*

*Quero focar nos meus estudos, fazer enfermagem, ter minha casa e não depender de homem; assim como minha mãe.... Tenho um vazio que é a falta de um pai...*

Denise, ao citar exemplo de mulher, cita sua mãe, e a enaltece por ter sido mãe solteira esperando por um homem que havia cometido um crime, e poderia não mudar. Sua mãe é uma mulher que não depende de homem, e é esta forma de mulher que ela quer pegar para si. Ao mesmo tempo, percebe com dor a falta de um pai.

Emely, 37 anos

*Eu saí daqui toda maquiada, com o cabelo muito bem feito, desci na rodoviária do Rio e falei: que calor é esse. Qual é a idade dessa mulher mãe dele. Aquelas mulheres não vestem roupas, andam de top e chinelo.*

*Eu não podia ir no mercado sozinha, porque na comunidade não é de uma mulher casada ir no supermercado, é o homem que faz compra.*

*Meu marido falava para eu parar de usar essa máscara, que minha família me trata como bonequinha, que eu tenho que mostrar que sou mulher.*

Emely mostra um conflito na sua concepção de ser mulher após se mudar para uma comunidade no Rio de Janeiro, onde foi viver com um novo marido, quem veio a ser o agressor. Ela se coloca como a mulher bem arrumada, que se espanta como as mulheres cariocas que se vestem de forma despojada e com pouca roupa. O significante mulher, primeiramente, está com ela associado à boa imagem, à mulher pronta, às imagens sociais. Contudo, o marido lhe perturba ao dizer que ela precisa ser mulher, pois sua família de origem lhe trata como bonequinha – ainda no diminutivo, e se refere a sua forma de se portar como uma máscara. Esta fala a abala, contudo ela não mostra na entrevista ter elaborado uma nova concepção para o ser mulher, mostra apenas uma dúvida.

Vilma, 45 anos

*Ele tem duas casas, tem um carro, porque ele não sai de casa? Quando eu vivo desse jeito me acabando, limpando, minha casa é grande. Eu sou mulher, sou um ser humano, não preciso dele, não vai mudar nada, ele nunca me deu nada. Então to com muita raiva dele,*

*não quero isso. Se ele fosse uma pessoa que não me maltratasse. O pai dele batia na mãe dele, até os cunhados dele batem na mãe dele, isso é bem familiar.*

Vilma parece ter um “insight” durante a entrevista de que o significante mulher está atrelado à humanidade, é um ser humano e, portanto – podemos ir um pouco adiante – um ser digno. Ela parece concluir, nesta passagem, que, por ser mulher e, portanto, ser humano, não pode ser maltratada e pode viver sozinha, não precisa de um homem para viver; quanto menos um homem que maltrata.

Úrsula, 33 anos:

*Quando você tem um companheiro você quer que o companheiro e proteja né, nós mulheres queremos isso.*

Úrsula, nesta passagem, associa o significante mulher ao significado de ser alguém que quer proteção por parte do parceiro.

Gisele, 20 anos:

*Era tão ruim, eu me sentia tão para baixo. É engraçado que a mulher começa a se cuidar mais quando separa.*

Gisele associa o cuidado da mulher com a separação da parceria amorosa. O significante mulher é aqui associado àquela que se cuida, mas fica a incógnita de porque o cuidado é após uma separação. Na parceria amorosa as mulheres precisam sustentar a virilidade do homem, e, portanto, dirigir a libido a eles, esvaziando-se de si?

As considerações finais deste item são difíceis de serem expostas. Para a psicanálise de orientação lacaniana, existe a polêmica frase de que A mulher não existe. O que pode causar espanto, embora seu significado seja de que as mulheres só existem em singularidade, no uma a uma e, portanto, não são passíveis de um pronome que as generalize. É preciso fazer a mulher existir mediante traços que não são de uma feminilidade pura, mas sim inventada.

Contudo, sabemos que sob alguns aspectos sociais a mulher é aquela que não pode existir. Precisa trabalhar na parte de trás do trailer, para não aparecer, tal como Roberta, ou as antigas gregas, no Gineceu. Precisa sustentar a virilidade do homem, como podemos especular que é o caso de Vilma e de Gisele e, portanto, esvaziar-se narcisicamente.

Temos ainda os casos de Denise e Luciana, cujo com exemplo de mulher é a que cuida e estuda, já Úrsula coloca o oposto, a que é protegida. Emely e Larissa, associam as mulheres àquelas que mantêm uma boa imagem do corpo, precisam estar sempre bonitas, algo muito

evidente nos séculos XX e XXI: a ditadura da beleza incidindo sobre as mulheres; o que as faz submeterem-se muitas vezes a dietas ditatoriais, exercícios físicos degradantes e até à banalização das cirurgias plásticas, como se fossem procedimentos corriqueiros e nada invasivos. Já Bianca trás, aparentemente inconscientemente, a moral vitoriana em jogo: a mulher que só se vê como tal enquanto mãe. Vilma traz algo muito interessante: a mulher enquanto ser humano; próximo às afirmações de Beauvoir. Tássia traz a mulher enquanto aquela que faz parceria amorosa com o homem, próximo ao que é colocado pela psicanálise de orientação lacaniana, a qual se distancia da proximidade entre mulher e mãe, tal como fizera o pai da psicanálise.

Enfim, não nos cabe concluir, mas sim abrir possibilidades de significados ao significante mulher, para que possamos criar subsídios clínicos ao olharmos para as variações inconscientes.

### **Categoria 3 - Significante Mãe:**

Vanessa, 35 anos:

*No relacionamento nem se preocupava comigo, era eu a mãe dele, era comida no prato. Ele tem 26 anos é bem mais novo que eu, eu era a protetora.*

Vanessa, neste trecho, associa o significante mãe ao significado de proteção, o qual pode ser exercido por qualquer pessoa, tal como uma esposa para com um marido.

Bianca, 27 anos:

*Eu estou para resolver tudo, a casa, as dívidas, ainda sou dona de casa e sou mãe. Ser mãe e dona de casa é uma benção, mas tem dia que saio do serviço às 22h e ainda tenho que fazer jantar para os filhos.*

Bianca aqui associa mãe aquela que cuida dos filhos, independentemente de circunstâncias difíceis, de cansaço; o que remete a uma posição masoquista, de cuidado ao outro acima de tudo e ausência de cuidado consigo própria.

Celina, 37 anos:

*Minha irmã decidiu agora que gosta de meninas. Para ela eu disse que o problema é dela, aguentando o que tiver que aguentar. Minha mãe briga com ela, fala que ela vai morrer, e quer que eu apoie a briga contra minha irmã. Eu sempre foi a que estava no meio*



*para apaziguar, mas na hora que eu precisava era só pedra. Tenho 70% de meu corpo tatuado, e minha mãe diz que eu vou queimar no inferno.*

Celina ficou com uma marca de sua mãe como figura opressiva, quem julga e denigre o outro passando por cima do desejo dele. Para além disto, o significante mãe aqui aparece associado a uma figura muito poderosa, até abusiva. O trecho abaixo provoca esta reflexão:

*Não acredito no amor, acho que amor é de mãe para filho.*

O amor, algo tão importante que inacreditável, só pode ser exercido pela mãe.

Luciana, 26 anos:

*Fiz papel de mãe na vida dele. Quando a gente se conheceu, ele não tinha pai nem mãe... virei mãe desse idiota.*

Mãe aqui, para Luciana, é uma metáfora da pessoa que vem suprir uma orfandade.

Deise, 26 anos:

*Quando minha mãe estava grávida de mim, teve birra do meu pai. Então eu tive gravidez psicológica, como fala, gravidez rejeitada, uma coisa assim.*

*É triste ver a mãe dando carinho para minhas irmãs e para mim não.*

Para Deise a mãe não aparece associada à figura que cuida, mas sim à mãe biológica, quem fez parceria com o pai e engravidou dela. Ela coloca os afetos da mãe para a filha como relacionados aos da mãe pelo pai. Deise se sente rejeitada pela mãe e justifica a rejeição numa desavença afetiva da mãe para com seu pai. Como a mãe é o primeiro objeto de amor para o bebê, na medida em que oferece os primeiros cuidados, sentir-se rejeitada pela mãe pode gerar impacto psíquico para toda uma vida. Aqui o significante mãe aparece associado a algo que gera dor.

Eva, 33 anos:

*... Minha mãe é alcoólatra, meu tio usuário de craque. Saí de casa aos quatorze anos para morar com amigas, porque a minha mãe me batia bêbada. Com dezessete anos meu primeiro marido, que era meu namorado, me convidou para morar na casa dele para me ajudar.*

*Eu gosto muito de ser mãe e fico confundindo um pouco se sou mãe ou mulher. Eu falava isso para ele, que eu não sabia se eu era mãe dele.*

*Ele nunca me ajudou, sentia até que parecia que ele estava comigo para fazer um favor a uma mãe solteira.*

Em Eva o significante mãe aparece associado a uma figura perversa, capaz de bater e ficar fora de si com uso de álcool. A dificuldade em gerar significados positivos à mãe pode ter feito Eva se colar a este significante, numa tentativa de elaboração, e, conseqüentemente, ver mãe em diversas posições subjetivas, tais como na relação com o marido. Ela também traz o significante mãe solteira, como uma figura que precisa de ajuda. Há ao mínimo três significados atrelados aos significantes mãe aqui em Eva: uma figura perversa e omissa; uma figura que ajuda o marido; e uma figura desamparada na mãe solteira.

Denise, 20 anos:

*Minha mãe é pastora e tem esse hábito de querer ajudar. Era ela que pagava até a conta de luz dele. Minha mãe é uma mulher guerreira. Criou os filhos sozinha esperando por um homem que poderia ou não mudar. Minha mãe eu coloco no altar, ele não.*

*... minha mãe que manda nele. Ele trabalha de segurança, faz compra, paga contas, a casa foi minha mãe que comprou. Ele não faz as regras...*

O significante mãe aparece em Denise como figura forte, guerreira, esperançosa e cuidadora, e também poderosa, é ela quem manda. Mãe aqui é próximo do matriarcado.

Cecília, 32 anos:

- o que te fez ficar com ele, mesmo violento?

*... É porque eu teria mais um filho solteira... (chorou)... É porque estava casada com o pai da minha filha, e ela gosta dele.*

*... Prefiro ser mãe solteira do que ser casada e não ser feliz, prefiro mil vezes ficar assim e minha família não está me julgando.*

Cecília usa o significante mãe para referir-se à mãe solteira como uma figura passível de ser julgada pejorativamente. Entendemos daqui que o correto para ela seria não ser a mãe solteira, mas sim a mãe casada, talvez pelo status do casamento como o correto para uma mãe, dentro de algumas linguagens conservadoras. Ela elabora um pouco desta questão ao longo da entrevista e termina dizendo que estar casada não necessariamente traz felicidade.

Arlene, 33 anos:

*Meu filho de 12 anos, o pai dele me expulsou de casa com o pequeno de 4. Aí eu falei pra ele assim: filho você quer vir com a mãe? Ai ele falou que não, que queria ficar com o pai dele, porque o pai dele faz tudo por ele. Mãe é mais protetora, não gosta de deixar sair, e o pai dele permite tudo, acho que é por isso.*

*Minha mãe até me expulsou da casa dela quando eu era criança. Sempre foi agressiva. Meu pai já era mais próximo de mim, conversava, compreendia. Minha mãe era mais agressiva, não se importava. Com todos os filhos ela é assim.*

Arlene sofre por ser uma mãe cujo filho mais velho prefere viver com o pai. Coloca-se como uma mãe protetora, e justifica a saída do filho nesta proteção. O significante mãe, portanto, primeiro aparece atrelado à proteção. Em seguida aparece associado à agressividade e distanciamento, na figura de sua própria mãe.

Úrsula, 33 anos:

*A minha mãe já é daquela pessoa assim nervosa, desde quando eu era criança ela é mais nervosa. O meu pai já é mais centrado, procura resolver as coisas com mais calma.*

Úrsula coloca o significante mãe associado à pessoa nervosa. Ela mostra uma tentativa grande ao longo das entrevistas de resolver as coisas usando a razão e não a emoção, talvez pela atuação deste significado inconsciente:

*Meu pai me dá livre arbítrio para fazer o que deve ser feito, mas ele fala: aja sempre com a razão, nunca com a emoção.. Eu fui criada na roça e é por isso que tenho essa cabeça sentimental até demais. Agora eu tenho que agir pela razão mesmo, pelo que é para ser.*

Gisele, 20 anos:

*Falei que o pai e a mãe não dá certo juntos, mas ele vai continuar sendo seu pai e eu vou continuar sendo sua mãe. Eu não arrumei um marido, eu arrumei um namorado.*

E a sua mãe, não fica com ele?

*Eu nunca deixei porque ela batia muito na gente. Tenho medo que ela não tenha paciência de cuidar.*

*Minha mãe sempre assim, quebrava um copo era motivo de apanhar. Não apanhar de arrebentar, mas sempre batia, dava chinelada até a gente chorar. Nunca foi aquela mãe de abraçar, de dar beijo. Meu pai já era ao contrário. Era ela que batia no meu pai.*

*Todo final de semana minha mãe parecia que estava com alguma coisa...*

Gisele, ao início da entrevista, faz um esforço para dissociar o significante mãe do significante esposa, ao contar da forma como conseguiu relatar ao seu filho que ela não viverá com o pai dele, mas será sempre sua mãe. Em seguida, refere-se ao significante mãe remetendo a figura de violência, em contraposição ao pai e a mãe que aparece como ideal, aquela que abraça e dá beijo.

Rosa, 61 anos:

*... Mãe, a gente quer honrar pai e mãe, eu jamais vou levantar a mão para o meu pai, ele não houve a gente.*

Rosa conta de seu filho dizendo que é necessário honrar pai e mãe, ao que ela concorda e parece ter sido quem lhe ensinou este preceito. É uma mulher de mais de sessenta, nascida em meados do século passado, e parece ter recebido uma educação de caráter moral rígido, como a necessidade de se honrar pai e mãe independente do comportamento deles. É um congelamento do significante mãe enquanto figura inatingível, de poder supremo, que não sofre julgamento.

Selma, 35 anos:

*Eu só queria ter o direito de exercer minha maternidade em paz... Tenho medo de minha filha falar um dia que eu fiz um Boletim de ocorrência contra o pai dela, tenho pânico de perder minha filha.*

Selma coloca a maternidade como algo muito precioso, o qual ela jamais pode perder; podemos ir adiante e pensar que o significante mãe para ela é de extrema importância, onde ela se apega muito fortemente.

O significante mãe, dentre os seis significantes recolhidos das entrevistas, foi o que apareceu num número maior de vezes. O que foi curioso, uma vez que as mulheres entrevistadas estavam dirigidas à DDM para relatarem seus episódios de violência, enquanto mulheres.

Conforme visto anteriormente, a mãe é o primeiro objeto libidinal homossexual da menina, com a qual é construída uma relação carregada de sentimentos intensos e ambíguos: amor, ódio, raiva, culpa, gratidão; dentre outros. Pode-se dizer que mãe representa o objeto total, chamado pela orientação laciana de *Das Ding*, capaz de plena – e fantasiosa – satisfação. Tal objeto não existe, ele é uma ilusão. Mas as expectativas depositadas sobre uma mãe, sempre são muitas.

Sendo um sujeito do sexo feminino, facilmente a menina atribui à mãe à tarefa de transmitir-lhe o enigma da feminilidade, ou seja, os significados inerentes ao habitar um corpo de mulher. Contudo, tais significados nunca vêm, pois são construídos em singularidade, bem como são contingentes. Mas as expectativas em cima de uma mãe, não cessam.

Ao longo da história, temos que na época de Freud, na conhecida era vitoriana, século dezanove, a maternidade era fortemente valorizada como uma grande saída para as mulheres

encontrem um lugar enquanto sujeito. Vale ressaltar que tal valorização pode ter forte relação com a revolução industrial, a qual estimulou a reprodução, pois ela era traduzida em aumento de mão de obra. As mulheres não precisavam trabalhar, pois a renda do marido compunha a renda da família, para que elas pudessem, integralmente, dedicarem-se aos cuidados do lar, marido e filhos. A maternidade aqui entra como salvação para as mulheres ganharem visibilidade e reconhecimento. Enfim, a forma de conduta da mulher resumida em mãe imprime marcas no Brasil até hoje.

As falas de Eva e Bianca ilustram uma confusão entre o ser mãe e o ser mulher. Elas não demonstram clareza se há uma diferença entre estas duas funções ou se não há, mostrando possibilidade de resumir à feminilidade à maternidade. Principalmente Eva traz claramente este questionamento.

Por outro lado, algumas mulheres trouxeram claramente a assunção do papel de mãe nos relacionamentos; é o caso de Luciana, Vanessa e Denise, esta última se baseia no modelo de sua mãe, quem tomou o lugar de cuidar do seu pai, como um filho. Não houve questionamento nestes casos, houve a assunção do lugar, ainda que nem sempre tenha dado certo no relacionamento. Denise ainda vangloria o papel da mulher guerreira, que sacrifica à própria vida em função de cuidar dos membros da família, num tom composto de um tanto de masoquismo.

Rosa associa mãe à honra, remetendo a um poder inabalável e inatingível, o qual não é passível de questionamento. Talvez esta associação tenha origem em educação religiosa; honrar pai e mãe está dentro dos dez mandamentos da Bíblia. Não conseguimos saber se a relação de Rosa com sua mãe foi boa ou não, pois ela não se permite falar dela.

O significante mãe solteira aparece nas entrevistas de Eva e de Cecília, na primeira como uma prerrogativa de abandono, necessitando de cuidado; e na segunda com uma prerrogativa moral, de ser um condição de vida passível de julgada pejorativamente.

Arlene se coloca como uma mãe protetora, aquela que gostaria de guardar os filhos em uma caixinha, embora sua própria mãe seja descrita como uma pessoa cruel e distante. Selma se aproxima da mãe protetora, mas tem um grau de veneração da maternidade no seu caso aliado à insegurança de possivelmente este lugar de mãe lhe ser retirado.

O mais marcante dentre os relatos envolvendo o significante mãe é o número alto de mulheres que descrevem problemas de relacionamento com suas próprias mães, alguns deles muito graves, devastadores. Vale ressaltar que estas entrevistas foram feitas apenas uma única vez, o que impossibilita tirar conclusões profundas sobre o inconsciente destas mulheres, mas podemos apontar para sinais de devastação em algumas delas, tais como Eva, Celina e Deise.

Gisele, Úrsula e Arlene também apresentam relações difíceis com suas mães, mas descrevem seus pais como pessoas melhores, de forma que aparentemente seus pais cumpriram algo da função materna de cuidados primários, protegendo suas filhas da devastação; embora sinais dela também sejam encontrados nelas.

A devastação é estudada pela orientação lacaniana apontando para mulheres cujo corpo encontra-se sem sustentação fálica. Entendendo o falo enquanto o significante do poder são corpos que se encontram rebaixados, sem lugar no desejo do Outro. Sendo o Outro primordial do sujeito humano a mãe, quem dirige os primeiros olhares à criança, a devastação é estudada atrelada diretamente à relação das mulheres com suas mães. Eva descreve sua mãe como bêbada, agressiva e distante. Celina descreve como opressora e distante afetivamente; Deise descreve-se como preterida pela mãe, quem deu carinho a seus irmãos em detrimento dela. Vale ressaltar que a origem do termo devastação, ou “ravage”, em inglês, derivado de “ravis”, quer dizer: apreender violentamente. Já outro derivado, “ravisement”, quer dizer: transportado para o céu; termo que se aproxima da mística. No devastar, ou arrebatado, há o êxtase; há, portanto, um fator de erotomania inscrito no termo. Quando se arrebatado uma pessoa, ela é levada a um estado de felicidade suprema.

Devastação é algo extremamente sério e perigoso, pois as mulheres tendem a repetir na parceria amorosa o mesmo lugar de objeto dejetivo vivenciado com suas mães, e permite com quem seus parceiros façam dela o que quiserem, pois ele é quem fica com elas, quem não as descartou, tal como suas mães, no mundo interno delas. Devastação pode levar à morte de mulheres, embora nem todas as mulheres desta pesquisa se submetem à violência por estarem devastadas.

#### **Categoria 4 – significante Família**

Vanessa, 35 anos:

*Já rompemos uma vez quando eu vi troca de mensagens dele com meninas, que eu considerei traição, mesmo que não tenha tido o contato de corpo, porque era um relacionamento mesmo que ele tinha por whatsapp, com várias meninas, de dar bom dia, boa tarde, boa noite, dizer que está com saudade. Ele insistiu muito para que que a gente voltasse, conseguiu vencer pelo cansaço; não, ele me convenceu. Eu já tinha sentido que ele teve dificuldade demais com a separação, mas voltei porque ele prometeu casamento, família, e eu acreditei, ficou tudo bem, entre aspas.*

Aqui com Vanessa o significante família entra associado como uma forma de resgatar e oficializar um relacionamento tido como perdido.

Larissa, 39 anos:

- Como são os seus pais?

*Um casal muito equilibrado. Meu pai sempre pensa antes de falar. Minha irmã é mais parecida com eles... Eu não consigo trabalhar nem estudar. Me sento a ovelha negra da família, porque ele fica falando se eu não tenho vergonha de ter separado e ter tido filho com outro homem.*

Larissa traz um significante popular, ovelha negra da família, cantado por Rita Lee. Ela tem medo de ser vista neste lugar por ser separada e ter filhos de pais diferentes. Ovelha negra da família pode ser pensado, então, como um significante de cunho moral, como se dentro da família estivessem quem segue preceitos morais, e a ovelha negra estivesse fora da família por não os seguir. Família, nesta entrevista, aparece como significante de cunho moral.

Natália, 28 anos:

*Continuei com ele pensando que ele iria mudar, que eu ia conseguir fazer ele mudar, e na minha família é cada um por si, eu não teria para onde ir. Fiquei vivendo separada dele na mesma casa, até conseguir meu emprego e ter incentivo de pessoas pra separar. Daí peguei um dinheiro da pensão, aluguei uma casinha e fui. A avó dele está me ajudando, ele não me deixava colocar ninguém para olhar as crianças, só quem é da família que pode cuidar, senão ele me ameaça de morte.*

Natália usa o significante família neste trecho duas vezes, com significados diferentes. Na primeira vez família aparece associado às pessoas cuja união é de cunho biológico, apenas. Quando ela diz que na sua família é cada um por si podemos entender que não há união afetiva na família e nem relação funcional. Já em seguida ela diz que seu marido proíbe qualquer pessoa que não seja da família a cuidar de seus filhos; aqui família aparece associada a uma relação de confiança máxima, contudo tal significante foi mencionado pelo agressor, e não por ela.

Raíssa, 36 anos:

*Eu não tenho família para ter com quem contar. Tenho pouco contato com minha mãe que mora em São Paulo. Meu pai não me assumiu, eu não conheço ele. Tenho dois irmãos que não tenho muito contato.*

Com Raíssa o significante família aparece associado a pessoas de confiança, e companheiras. Ela não tem família, portanto, não tem com quem contar.

Nádia, 21 anos:

*A relação era complicada, eu era idiota e ia e voltava com ele o tempo inteiro conforme ele quisesse. Ele me xingou uma vez que minha mãe ouviu e entrou na briga. Depois disso ele ficou distante, mas eu, idiota, continuava com ele e achava que minha mãe e minha família que eram o problema.*

Nádia está, neste relato, associando família a um problema, a uma pedra no caminho dela conquistar o que queria, que era estar junto do agressor.

Bianca, 27 anos:

*... Ele tinha dívidas e morava no batalhão da polícia, para ajudar coloquei ele para morar na minha casa. Quis ajudar e esqueci de mim. Ele me colocou uma aliança no dedo e prometeu que quando a situação financeira melhorasse a gente casaria. Eu acreditei porque era o que queria, uma família.*

*... Até hoje só me envolvi com lixo, não sei se sou só eu que não estou me valorizando ou se todas as mulheres não se valorizam, porque acho que não existe homem fiel, homem família.*

Bianca primeiro se refere à família como um sonho para sua vida, sem seguida coloca família com o significado de fidelidade.

Eduarda, 45 anos:

*Ele sempre foi muito ciumento e possessivo. Não me deixava frequentar festas de família, nem ir no cinema sozinha.*

*... Levei o casamento até esse ponto para ficar com a nossa casa, que é financiada, e ficar com a família, mas ele está fazendo mal para os filhos.*

Eduarda coloca a família como uma localização social na qual ela quer estar sempre dentro, seja na sua família de origem, seja na que construiu com o parceiro, que veio a ser o agressor.



Milena, 31 anos:

*Meus pais faleceram os dois quando eu era muito nova, não queria que minha filha pensasse que eu não penso no pai dela. Só que não dá para conviver em família, para ele tudo tanto fez tanto faz.*

Milena trás uma valorização da concepção de família como um lugar de convívio necessário, ao se lamentar de ter perdido seus pais cedo e querer resguardar a família para sua filha. Lamenta-se do parceiro não se preocupar com este convívio.

Emely, 37 anos:

*... Meus parentes saem do trabalho e se juntam as 6 da tarde para tomar café, parece uma padaria. Eu tinha vida aqui.*

- Você tinha medo deles?

*Era vergonha, não medo. Sempre foram muito perto, unidos, família. Eram a família do comercial Dorianana. Depois que aconteceu isso comigo foram descobrindo outras coisas. Uma sobrinha engravidou com 13 anos. Meu irmão e a filha mais velha se identificaram gays. Todo mundo tinha medo dos meus pais, são da roça, muito conservadores.*

Emely traz o significante família associado à união e à conservadorismo, e também traz o significante popular: família Dorianana, frequentemente usado para se referir a família cuja imagem aparenta um funcionamento em extrema perfeição.

Flaviane, 34 anos:

*... Na minha cabeça tinham os meus filhos também, porque a gente criar tudo junto bonitinho, então quando eles fizessem 18 e fossem trabalhar era mais fácil, mas a gente acabou antecipando. A gente pensa naquele modelo de família de margarina né? Ai a gente foi adiando, adiando, passando uma humilhação aqui, outra ali.*

*... Eu ia para praia, ir ver o por do sol e ficava até a hora que eu queria. Daí pensei que é essa paz que eu quero para mim. Mas ainda tem o lado de você que quer fazer um passeio família, tanto que esse ano não programei nada, e não pretendo fazer sozinha.*

Flaviane traz o significante família parecido com Emely, mas ao invés do termo família Dorianana disse família de margarina, o que se refere à mesma valorização da imagem de uma família perfeita e tradicional, mas sem ênfase para a marca. Ela também associa família à união, quando diz que gostou do passeio sozinha, mas o próximo quer fazer em família, quer companhia de uma família.

Márcia, 32 anos:

*Eu conheci ele pela minha prima. Na família dele tem um monte de problemas graves, um irmão está preso por estupro, outro por droga. São famílias problemáticas.*

*... na minha família não tem nenhum presidiário, ninguém que bebe, fuma. Eu sou a única que tenho tatuagem.*

Márcia trás o significante popular família problemática, comumente associado à julgamento moral e acompanhado por outros significantes que sofrem julgamento deste cunho como droga e presidiário. A família dela seria oposta à problemática.

Carmen, 37 anos:

*Acho que eu nunca gostei muito dele, mas eu queria formar uma família. Eu insisti, eu tentei, eu trabalhei, construiu coisas, mas sempre aguentando ele, carregando o estresse dele.*

Carmen traz a valorização do significante família como um sonho para sua vida, associado a algo que vai lhe trazer paz psíquica.

O significante família sofre influência direta do contexto social. Vemos que os arranjos psíquicos que cada uma destas mulheres entrevistadas pôde fazer ao mencionar esta palavra tem relação com a sociedade que elas internamente construíram para viver.

Começamos pensando em Emily e Flaviane, a primeira fala em família Dorian, e a segunda fala em família de margarina. O comercial da margarina Dorian foi largamente conhecido nos anos noventa por ilustrar uma família feliz, tomando café da manhã em perfeito funcionamento, com uma bela mesa posta pela esposa, bem recebida pelo marido e pelos filhos. Ainda hoje tais cenas são facilmente lembradas e viraram jargão popular a fim de referir-se à família conservadora, herdada da família tradicional burguesa do século XIX, na qual a mulher “dona de casa” ganha força. Vale ressaltar a valorização da imagem neste modelo de família, muito bem ilustrado no referido comercial: é um perfeito funcionamento com total predomínio da felicidade. Faz lembrar o cinema hollywoodiano, já que o cinema europeu costuma tratar mais da realidade como tal; e não de um império da imagem sobre ela.

A família também é vista como uma espécie de localização social, um lugar almejado para que o sujeito não esteja à deriva, às margens da sociedade, uma espécie de proteção contra o desamparo construída. Tal significado pode ser encontrado nas entrevistas de Carmen, Milena, Eduarda, Bianca e Vanessa, e é de extrema importância para pensar nas mulheres que permanecem em uma união com um parceiro violento pelo simples fato de manterem-se em família. Ainda que sofram maus-tratos, é melhor do que estar no desamparo, à deriva.

No caso de Vanessa, a família entra como um significante importantíssimo para resgatar um relacionamento perdido; após traições do marido ela o aceita de volta pois ele promete uma família; o significado de família aparece atrelado a uma oficialização de união a qual não mais permitiria a ocorrência de traições, o que podemos entender como uma inscrição oficial de uma união regulamentada. Bianca também apresenta um significado semelhante à família, na medida em que investe e acredita no relacionamento com o agressor a partir do momento em que ele lhe promete uma família.

Larissa trás o significante popular ovelha negra da família, o qual é título de uma canção lançada por Rita Lee na década de setenta, a qual se refere à pessoa que não faz série em sua família, ou seja, destoa dos demais membros. Quem denomina Larissa desta forma é o seu ex, o agressor, mas ela se preocupa. Ele assim o faz considerando que ela é separada e tem filhos de pais diferentes; ou seja, não se encaixa no modelo de família tradicional mencionado anteriormente, composto por pai, mãe e filhos. Como Larissa demonstra excessiva preocupação com a imagem do seu corpo, o que também já foi visto anteriormente, ela se parece se preocupar de não se encaixar na imagem de família ideal.

Já Márcia traz um significante de cunho moral muito acentuado: família problemática. Este significante faz pensar que família pode ser localizada enquanto parâmetro de adequação social: quem tem uma família sem problemas está socialmente adequado e quem tem a família com problemas está socialmente inadequado. Esta arrumação faz com que muitos problemas familiares sejam mascarados, escondidos, para manter de forma hipócrita a imagem de família sem problemas, àquela se assemelha ao comercial Dorian, tradicional, com papéis enrijecidos.

Família enquanto biologia, ou transmissão genética hereditária é um significado que pode ser pensado a partir da entrevista de Natália, ela diz que na sua família é cada um por si, ou seja, a ligação entre elas é apenas biológica, não é nem afetiva e nem funcional. De forma diferente ela coloca o discurso de seu parceiro agressor, quem diz que seu filho não pode ser olhado por ninguém que não seja da família, colocando a família num significado de confiança extrema, que pode ser associado à sensação de posse: o que é da família é meu.

Nádia, mulher jovem, coloca família com um significado de prisão, sufocamento, posse, pois sua família é vista como quem poderia lhe impedir de realizar seu sonho de unir-se ao parceiro, que já havia dado mostras de violência quando a família impede. Ela, a princípio, não vê problema ao lado dele, mas sim ao lado da família, por barrar um sonho.

Família como união, companheirismo, confiança pode ser visto em entrevistas como a de Raíssa, Bianca, Milena e Flaviane. Raíssa associa família a ter com quem contar, ou seja,

cumplicidade, confiança. Bianca associa à fidelidade, dentre outras coisas. Flaviane, dentre outras coisas, mostra desejo de estar unida à família e Milena se entristece por ter se sentido só sem uma família, a qual associa à convívio.

### **Categoria 5 - significante Amor**

Vanessa, 35 anos:

*Sinto medo que algum crime aconteça... não é amor da parte dele, é medo de perder a companheira, é obsessão. Ele manda mensagem todos os dias no celular, eu não bloqueei, mas ignoro.*

Vanessa está separando o significante amor do comportamento obsessivo do marido, que faz contato exagerado.

Natália, 28 anos:

*Ele é perigoso, tem amigos com armas. Eu tenho amor à vida.*

Natália aqui atrela o significante amor ao significado de gosto, zelo, que pode ser dirigido não necessariamente a alguém, ou a alguma coisa material.

Débora, 44 anos:

*Eu tenho vontade de ter um novo amor, mas sinto medo agora.*

Débora refere-se ao amor como algo que pode ferir, doer, já que ela o teme.

Celina, 37 anos:

*... Eu nunca quis viver com alguém, e tinha receio de levar alguém para casa com o meu filho. Não acredito no amor, acho que amor é de mãe para filho.*

*... Não acredito no amor, gosta de ficar sozinha. Eu me lembro de quando desmaiei de dor, agredida, e meu ex chorava falando que matou seu amor, fazendo carinho em mim desmaiada.*

Celina primeiro traz o significante amor atrelado ao significado de maternidade, e apenas isto. Em seguida ela relata, ainda que não com clareza, como ela perdeu a crença em uma abordagem maior do amor, após seu ex lhe agredir; ou seja, quem ama não agride, este é um outro significado.

Denise, 20 anos:

*Acho que queria ajudar e assim foi surgindo a paixão, não era amor. Eu tenho um vazio que é a falta de um pai, e ele não foi criado com o pai também.*

Denise está diferenciando os significantes amor e paixão. Ela se identifica com o rapaz, gosta dele, mas não necessariamente viraria amor.

Vilma, 45 anos:

*Porque 30 anos Marcella, o amor acaba. O amor é como se fosse uma flor, se você rega ela vai ficar bonita, mas se você não rega ela vai ficar feia não vai? Quando eu tive minha filha eu queria uma filha, mas já tinha acabado.*

Vilma pensa no amor com significado de cultivação necessária, o amor para ela não tem significado de algo estático, mas sim dinâmico.

Arlene, 33 anos:

*Não vou dizer que nunca amei ele, amei sim. Mas o amor foi virando ódio no meu coração.*

Arlene traz o amor como algo possível de virar ódio, transformar-se em algo negativo, significado que também atrela o amor a algo dinâmico, tal como Vilma.

Raíssa, 36 anos:

*... Tenho que aprender a me amar.*

Raíssa fala do amor dirigido a si mesma, autovalorização.

Luana, 57 anos:

*O primeiro foi tranquila a separação, casei com 18 anos, tive as duas filhas. Depois tive um filho do terceiro marido. Com 50 anos conheci o último marido, não gostava muito dele mas achava que iria conseguir amar.*

Luana coloca o amor como difícil de conseguir. Ela conta sobre uma série de maridos, sendo que ao se referir ao último coloca um fracasso na tentativa de amá-lo. Em relação aos primeiros, ela nada diz, o que faz parecer que também não os amou.

Estes nove exemplos trazem formas muito diferentes de se pensar o amor, são diversos significados. Algumas mulheres pensam com base na exclusão, tais como Vanessa: amor não é obsessão, ou Denise: amor não é paixão. Outras colocam o amor como algo difícil, raro, tais

como Celina e Luana. A primeira sofreu uma decepção amorosa, e passa a atrelar o amor à maternidade, a segunda coloca uma dificuldade sua em amar.

A relação entre as mulheres e o amor pode ser pensada como uma das conquistas do direito à liberdade das mulheres; ou ainda, como uma conquista em andamento. Uma vez que nos séculos passados não era dada às mulheres o direito de opinar sobre a parceria amorosa, como elas iriam amar? Amar pode ser feito de forma imposta?

Fazendo um recorte histórico, já falamos anteriormente sobre um modelo de feminilidade fortemente imposto às mulheres no século XIX, que era uma dedicação ao lar, composto de marido e filhos; uma vida monótona de poucas escolhas. Tal modelo gerava uma vida de miséria às mulheres com gosto por dotes intelectuais, pois estes causavam repugnância nos homens. A saída que muitas escolhiam era uma espécie de refúgio no mundo da imaginação, alimentado por suas leituras, as quais elas deviam fazer muitas vezes as escondidas, para assim, ao menos em fantasia, conseguirem uma vida mais movimentada e interessante. O problema é que, desta forma, elas se afastavam da realidade, colocando sonhos a si próprias que jamais seriam realizados. Podemos concluir que o amor era, na maioria das vezes, mais realizado em fantasia do que em realidade, já que as uniões não eram de escolha por parte das mulheres. O caso de Luana faz lembrar esta falta de escolha, quando ela diz que não gostava muito do último marido, mas achava que iria conseguir amar. Já Celina coloca uma descrença que parece ter fundo melancólico, ainda que ela tenha passado pela contingência de uma relação traumática.

Raíssa fala na necessidade em aprender a se amar, e Natália fala em amor à vida, são formas de amor sem erotização; ou o amor a si mesma ou o amor à existência.

Arlene, Vilma e Débora referem-se ao amor dentro de uma parceria amorosa, como algo dinâmico e que não é simples. Débora quer um novo amor, mas tem medo; talvez de sofrer pelo trauma que foi a relação com o agressor. Arlene diz que amava o parceiro, mas o amor foi virando em ódio em seu coração a medida que ele foi ficando agressivo; ou seja, o amor acaba dependendo das atitudes do parceiro, não é eterno de antemão. Vilma compara o amor a uma flor, algo que floresce – cresce e ganha beleza, saúde – se for cultivado, e caso não se cultive, morre. Estas três mulheres partem de uma concepção de que o amor depende delas e do parceiro amoroso. Mesmo Vilma que mostra uma vida de inteira submissão ao marido – vide entrevista completa em anexo – mostra que se o marido não investe na relação, não há porque investir nele.

Na teorização lacaniana, o amor é trabalhado como o que faz ao gozo condescender ao desejo, o que pode ser entendido de diversas formas. Retomando o conceito de gozo enquanto

relacionado a um tipo particular de satisfação, sua principal referência é um ganho primário dos sintomas. Aonde se goza é onde está o excesso, o inominável. Em outras palavras, o amor, ao fazer o gozo condescender ao desejo, é aquele que transforma o que não se escreve ao que se escreve, ao que precisa passar pela palavra e perder, portanto, em agressividade. No amor é necessário a substituição, já que o parceiro não é o objeto absoluto, mas sim o seu semblante: há uma substituição da satisfação para a parceria. Já no gozo, não há substituição, não há alteridade.

Outra forma que a orientação lacaniana coloca o amor é como dar o que não se tem, ressalta a não relação entre o amor e o ter. Ou seja, o amor visa o mais além do ter, o qual assume formas diferentes entre homens e entre mulheres. Enquanto estas se encontram mais próximas da erotomania, devido à proximidade com a devastação, já mencionada, eles estão mais próximos do amor fetiche, já que o corpo da mulher pode ser visto como o representante do falo; as mulheres estão mais próximas do ser o falo, e não do ter, conforme visto anteriormente. Enquanto as mulheres parecem aceitar a violência por buscarem no homem o amor a todo custo, cujo protótipo é a erotomania, homens batem em mulheres por terem seus corpos como fetiches para uso.

Nas experiências de violência, os corpos das mulheres são reduzidos a objetos, sem nenhuma dignidade; é puro gozo do corpo delas. Elas apanham porque decidiram trabalhar, decidiram falar o que pensam, enquanto o agressor permanece no pensamento de que elas são obrigadas agir para satisfazê-lo, e não para olharem para seus desejos. Podemos pensar em na violência contra as mulheres como puro gozo; muito distante do amor, já que este, por ser uma relação construída a dois, envolve o corpo do outro – e não o destrói.

### **Categoria 6 – significante Casamento**

Vanessa, 35 anos:

*Ele insistiu muito para que a gente voltasse, conseguiu vencer pelo cansaço; não, ele me convenceu. Eu já tinha sentido que ele teve dificuldade demais com a separação, mas voltei porque ele prometeu casamento, família, e eu acreditei, ficou tudo bem, entre aspas.*

Casamento para Vanessa aqui aparece associado à família, algo que oficializa uma união.

Eduarda, 45 anos:

*.... Levei o casamento até esse ponto para ficar com a nossa casa, que é financiada, e ficar com a família, mas ele está fazendo mal para os filhos.*

Casamento aqui está associado ao que une Eduarda ao lar, no sentido material, e à família; o significado está próximo ao anterior, colocado por Vanessa.

Roberta, 36 anos:

*...Nunca foi bom o casamento, mas agressivo ele não era. O casamento foi empurrado com a barriga até as crianças pegar uma certa idade.*

Roberta aqui coloca o significante casamento com o significado de relacionamento com o marido, homem e mulher.

Úrsula, 33 anos:

*Quando ele bebe, ele sempre alterou. Meu pai falava: se você quiser levar seu casamento para ver se ele melhora, você vai ter que saber lidar com isso dele beber. Eu casei com ele com dezessete anos. Dos dezessete aos vinte e um anos eu não sabia lidar com aquela situação da bebida. Eu agredia ele verbalmente, ele me agredia. Escutei meu pai, fui amadurecendo, fui sabendo lidar devido ao filho.*

Aqui com Úrsula o casamento aparece referido ao relacionamento entre ela e o marido, embora ela tenha reproduzido uma fala do pai dela, a qual ela diz que acatou.

Paula, 20 anos:

*Eu não consigo mais olhar para um homem e pensar que quero casar. Acho que são todos iguais. Só queria me livrar.*

Com Paula o casamento também aparece enquanto relacionamento com um homem, embora aqui o significado adquira uma conotação ruim, como algo que ela não quer, devido aos homens em geral não serem bons.

Flaviane, 34 anos:

- Você tinha vontade de sair logo da casa dos pais quando engravidou?

*Não, sou até meio contra achar que a pessoa tem que casar porque engravidou e penso isso para os meus filhos.*

Flaviane se refere ao casamento como desvinculado da maternidade.



Luana, 57 anos:

*Começamos de forma errada porque eu era casada. O Márcio tem ciúmes das minhas filhas, minhas netas, não posso ir ao shopping.*

- Por que o casamento acabou?

*Porque começou errado.... Já foram quatro casamentos.*

*O primeiro foi tranquila a separação, casei com dezoito anos, tive duas filhas. Depois tive um filho do terceiro marido. Com cinquenta anos conheci o último marido, não gostava muito dele, mas achava que eu iria conseguir amar. Estava na fase de não saber se era isso que eu queria e acabei reencontrando o Márcio, que é este atual namorado. Já sabia que ele era possessivo e que o último casamento dele foi terrível, mas achava que comigo seria diferente.*

*Meu primeiro marido me tratava como princesa.*

Você quer ser tratada como princesa?

*Não, aos trinta quis separar, fui contra a família inteira. E fui muito inconsequente, qualquer um que se encantava comigo eu já casava, foi muito atropelado.*

Luana tem uma história de casamentos e separações, foram quatro até ela conhecer o agressor, com quem não se casou. Ela entra na história de casamentos com um marido que a tratava como princesa, e termina dizendo que se casava com quem se encantava com ela, até que no último marido ela se queixa de não o ter amado. O casamento para Luana pareceu uma forma de ser amada, talvez, indo um pouco mais longe, de aprender a amar; o que não deu certo.

O que temos nestas entrevistas sobre o significante casamento, é que a maioria das mulheres o utiliza com significado de união entre um homem e uma mulher, um relacionamento amoroso; é o que aparece com Roberta, Úrsula e Paula. Esta última mostra uma descrença no casamento, justificada por desacreditar nos homens. Algumas entrevistas ressaltam o caráter de formalidade do casamento, ao associá-lo ao significado de não ser uma união comum, mas uma união que traz uma marca de oficialização da relação, tais como Vanessa e Eduarda. Esta última também associa ao significante casamento as construções materiais advindas do casamento, como a casa própria. Esta concepção do casamento enquanto uma união de importância, para além de um relacionamento, pode ser uma condição nas quais as mulheres se colocam, ainda que com homens agressores, em busca de um reconhecimento fálico para seus corpos.

Já falamos sobre o movimento relacionado ao gozo feminino, de ir em busca de um estatuto fálico ao lado do masculino, ou seja, considerar-se castrada, desprovida do falo, em ir em busca de quem o tem. Além disso, precisamos considerar a reflexão trazida anteriormente sobre o marido enquanto capital marital, ou seja, uma possibilidade de autovalorização para as mulheres é encontrarem-se casadas, que incide próximo a um um poder estético sobre o corpo.

Também existe a questão do puro tradicionalismo, conservadorismo, que tende a valorizar a estética do casamento. Enfim, é necessário abrir a reflexão de que o casamento enquanto união formal existe, e regulamenta as relações, bem como a regulação dos bens. Contudo, existe a banalização da formalidade vista nos aspectos levantados, que podem ser considerados hipócritas, dentre os quais são: manter-se em união pela formalidade e estética, ou até por convenção religiosa, e não pela união em si, pela parceria amorosa.

Flaviane traz uma fala interessante de que casamento e maternidade devem ser vistas como separadas; embora ela não traga elementos que nos façam pensar sobre o significativo casamento ela o desvincula da maternidade ou até mesmo da família tradicional.

Já Luana traz uma situação bastante peculiar, que nos ajuda a fazer uma reflexão entre esta categoria e à anterior, sobre o amor. Ela diz casar-se com quem se encanta por ela, sem muita reflexão; parece que o único fator envolvido é receber amor, ser amada. Em seguida queixa-se de ter tido uma expectativa frustrada de não conseguir amar o último marido. O casamento aqui aparece associado a uma reflexão que já foi feita sobre histeria e o gozo feminino; um lugar ao casamento posto como a possibilidade, às mulheres, de encontrar um lugar fálico a si mesmas sendo amadas por um homem. Além disso, pode-se considerar a expectativa de muitas mulheres, principalmente as mais vinculadas às imagens, de encontrar respeito no respeito: uma espécie de moralismo: as não casadas são as mau faladas, as que querem “aprontar”, sair com várias pessoas, “avulsas”. Após quatro casamentos frustrados, Luana conhece justo o único homem que veio a ser um agressor, e insiste em permanecer com ele mesmo após o início da violência contra ela. É uma mulher independente financeiramente e intelectualmente, o que nos faz pensar que ele pode ser uma pessoa que ela de fato pensa amar, ou que ela não quer se ver solteira, de forma alguma, preferindo as agressões.

## 8 - O PSICANALISTA DIANTE DESSES CASOS

A chave de entrada começa quando se apaga a tela, quando resta somente a tela do sonho, essa tela curiosa da experiência do sonho que dá acesso a um mundo sem representação localizada (Laurent, 2012a, p. 254).

Falar da atuação do analista em meio a um grupo de casos é sempre um desafio delicado, posto que uma análise somente se efetua dentro de um setting, sob transferência, caso a caso; não é objeto de generalização. Contudo, este trabalho trata de pensar em subsídios clínicos, elementos de estudo, dados, informações as quais não têm por intuito replicações, mas sim levantar reflexões. Desta forma, espera-se contribuir para uma melhor escuta de casos de mulheres – e seus modos de gozo em meio às parcerias amorosas. Trata-se, predominantemente, de uma escuta sobre o gozo feminino; sobre como este modo de gozo incontornável, ilimitado e irrefreável opera nas repetições de comportamento observadas.

Laurent (2012a) traz aspectos peculiares sobre psicanálise e poder: ele diz, primeiramente, que o analista seria aquele que, talvez como ninguém, soube renunciar a uma relação de poder. Ele pode querer tudo, menos exercer poder sobre o seu paciente. Por outro lado, tal renúncia suscita aspectos de poder subjacentes ainda maiores, os quais são próprios à psicanálise: “os poderes da linguagem, os poderes da associação livre, os poderes da inércia da fantasia que vai encarnar-se no tratamento. Esses poderes são, também, aqueles da pulsão de morte” (p. 25). Destituído do desejo de poder, o analista fica mais próximo aos efeitos que uma análise pode exercer, e, assim, pode apostar na força da transferência e seus impactos subjetivos.

Fora do contexto clínico, a psicanálise pode não almejar conduzir um tratamento minucioso, em um percurso com etapas que conduzem a um final; entretanto, a psicanálise pode ser inserida fora da clínica, em instituições de saúde mental, ou casas de atendimento público com foco em minoração do sofrimento, tais como a Cada da Mulher Brasileira, já mencionada. Não há uma prerrogativa nem com Freud e nem com Lacan de que a psicanálise pertença exclusivamente ao contexto clínico, embora a clínica favoreça o desenvolvimento de uma análise numa maior profundidade.

De acordo com Prizskulnik (2009), o trabalho do psicanalista nas instituições abre espaço à singularidade do sujeito, em meio ao universal da instituição, e pode ser pensado justamente com este propósito: introduzir o particular do sujeito, num contexto que de

antemão não o introduz. Com esta finalidade, o analista vai transformar a queixa sintomática num enigma singular a ser desvendado, o qual visa não necessariamente ser curado, mas principalmente, ser escutado. Além disso, uma escuta atenta pode produzir efeitos terapêuticos de alívio de angústia e redução de sofrimento; ou uma palavra dirigida pelo analista, com intuito muito menos de cura e muito mais de direcionar o olhar do analisante para o seu próprio inconsciente, pode ter efeito terapêutico.

Brousse (2018) ressalta a dimensão política da psicanálise, ao afirmar que o analista deve estar ao alcance da subjetividade de sua época, parafraseando Lacan (1953/1998, p. 321), na afirmação: “Deve renunciar à prática da psicanálise todo analista que não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época”.

Uma vez que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, dinâmico e formado em meio às relações do sujeito dentro de sua cultura, um analista não conseguirá estar ao alcance do inconsciente de seu analisante se ele não estiver, sob transferência, em consonância com sua subjetividade; a qual é sempre atrelada a um contexto histórico internalizado, subjetivado. Não existe o psicanalista enquanto tal, modelo de atuação. Mas existe um lugar ocupado pelos psicanalistas, o qual resguarda por uma ética desvinculada dos ideais e do bem-estar. De tal lugar é possível resvalar, de modo que a formação do psicanalista – pautada no tripé: análise pessoal, estudo, e supervisão dos casos clínicos – nunca terá fim (Prizskulnik, 2009). É importante ressaltar que o estudo do analista também precisa envolver outros autores, para além da psicanálise, para que sua escuta atue pautada na cultura em que se opera, a qual lhe atravessa.

Brousse (2018) ainda nos traz que a subjetividade da época atual está marcada pela segregação como forma de organização social; são os grupos que se juntam por identificação, os quais acabam por operar formas de organizar a delimitação dos espaços. É a identificação que permite juntar indivíduos dentro de um mesmo grupo, e é a falta de identificação que exclui determinados indivíduos de um grupo, os quais irão, por sua vez, formar um outro grupo pautado numa outra identificação. Ao mesmo tempo em que a segregação exclui quem não tiver um determinado traço semelhante, ela permite uma grande aproximação entre quem o tem e, conseqüentemente, profundidade de relação entre os indivíduos que formaram um grupo.

Assim entendemos formações de grupo como as feministas, ou também os LGBTQ+. Tais movimentos de grupos, podemos pensar, acabam por mostrar que o universo das mulheres pode ser amplo e que elas têm a escolha de pertencer aonde se identificarem. Por outro lado, há quem se identifique com uma forma de subjetividade restritamente binária, na

qual homens e mulheres equivalem a azul e rosa, cuja explicação encontra-se na vontade de Deus. São diversas formas imaginárias de se lidar com a não existência da relação sexual, isto é, não existe um estado de harmonia e completude na relação com o outro.

De acordo com Laurent (2012a), o desejo do psicanalista supõe uma ruptura na cadeia de identificações. Isto quer dizer que uma das consequências da análise é a queda das identificações. O percurso de uma análise se inicia com o estabelecimento do inconsciente transferencial, o qual opera na associação entre dois significantes S1 – S2. Tal percurso finaliza-se quando os significantes mestres (S1) desprendem-se do saber (S2), e desta forma, situam-se numa dimensão mais próxima ao real. Mas há restos: sempre haverá significantes que não ficarão sozinhos; não esperamos a produção de todos os significantes mestres. A produção de significantes mestres corresponde a percorrer o labirinto dos modos de gozo do sujeito, e assim evocar as situações nas quais ocorrem repetições, culpabilidade; passagens ao ato como agitação ou agressividade. Aqui estão os modos de satisfação do gozo os quais, uma vez localizados, podem ser disjuntos do saber e dar origem aos significantes mestres. A localização de um modo de gozo, nada mais é do que o que conhecemos, desde Freud (1921/2006), por identificação.

A quebra entre o significante primário da cadeia e o significado a ele aliado (S1-S2), que aqui chamamos de quebra das identificações e seus modos de gozo, é uma prova de que não existe uma palavra final: há sempre uma errância no sujeito, encarnada na formulação do conceito de objeto a: uma letra, a primeira do alfabeto. Este conceito vem formalizar que a pulsão estará sempre em ligação com seus objetos, seja pela vida da causa do desejo, seja pela via do mais de gozar.

Uma análise, portanto, causa a queda das identificações, e não tranquiliza em relação às identificações de gênero. Com esta queda, o que advém são semblantes com o corpo, necessários para o sujeito se criar e recriar em meio ao laço social. A diferença entre a identificação e o semblante é que, enquanto a primeira procura por um lugar no Outro, a segunda busca formas criativas e incessantes de estar no laço social, o que não causa segregação. A identificação é da ordem do imaginário; ela é inclusiva e segregacionista ao mesmo tempo.

É importante ressaltar que, nos casos difíceis, a presença do Outro é, na maioria das vezes, necessária, e ainda pode ser criada. É preciso acolher certa identificação no intuito de construção de uma “pele” sobre o sujeito, a qual poderá cair junto ao processo de perda da identificação; queda esta que equivale a possibilidade de abertura para o objeto a. Contudo, alguns casos estão muito aliados à segregação, nos quais a identificação ao objeto dejetado é

muito forte, o que torna impossível a construção de alguma pele. Nestes casos, o analista opera num caminho contrário, tentando construir o seu lugar de Outro para o sujeito.

Garcia (2011) define o principal traço da época atual como a valorização da rapidez, uma aceleração da realidade, a qual gera desordem simbólica e, conseqüentemente, desfaz laços. Ele reflete sobre os casais atuais, que hoje acabam por viver em cinco anos o que os casais de antigamente viviam em trinta anos, é tudo mais rápido: a vivência, a intimidade, as desavenças, as traições: “aceleração dissolve os laços” (p. 16).

Ser a mulher de um homem, e anular-se em meio a necessidade de se modular para obter lugar no desejo do Outro, o que foi anteriormente visto como a origem do masoquismo feminino – pode ser uma espécie de grito desesperado, na busca por encontrar uma identificação enquanto esposa, em meio a uma cultura de mudanças e rearranjos frenéticos? É importante destacar que a maioria das mulheres da pesquisa são jovens, de até quarenta e poucos anos, o que indica que estão imersas fortemente na cultura atual. Se identificar enquanto mulher de um homem, seria uma forma de conforto, ou até uma resistência a lidar com seu corpo e seus modos de gozo?

Ressalto que o mais intrigante na pesquisa com mulheres que sofrem violência do parceiro é a reincidência; de todas as entrevistas que foram analisadas, em nenhuma apareceu a violência em um episódio isolado. Elas demoram para denunciar, para dar um basta neste comportamento, e ainda insistem em permanecer com o parceiro.

Neste contexto, entra um grande desafio ao analista: lidar muitas vezes com um sintoma que se mostra no tempo presente, urgente, sem tornar-se uma formação do inconsciente pela via metafórica e metonímica, em transferência. Em outras palavras, trata-se de um sintoma que não faz laço com o analista; não o inclui, recusa-se a entrada na cadeia discursiva. É da ordem da emergência e do silêncio, do sofrimento muitas vezes mudo, embora exposto a céu aberto, sem a máscara do recalque.

A psicanálise nasce partindo da ideia de que há uma irredutibilidade nos afetos, ou seja, a repressão dos mesmos nunca será satisfatória. Embora o significante possa ser recalçado, o afeto imbricado nunca o será, e irá passear num outro lugar (Grostein, 2011). No caso das mulheres desta pesquisa, são afetos que retornam numa demanda de urgência por serem olhados, pois elas estão próximas da morte. São afetos relacionados a suas histórias de vida, suas relações com seus pais e irmãos, seus relacionamentos amorosos; cuja articulação indica seus modos de gozo. À medida que tais afetos não encontraram via de escoamento por uma cadeia discursiva, retornam num sintoma que grita a céu aberto, clamam por ajuda com interferência policial. Podemos pensar que o apelo à polícia seria uma forma de inserir um

terceiro elemento, representante da metáfora paterna, em meio à dupla mortífera formada entre uma mulher e seu agressor, a fim de conquistar algum afastamento da dupla e, conseqüentemente, um lugar para o próprio desejo?

Para a psicanálise de orientação lacaniana, o sujeito não nasce com um corpo; conquista-o por meio da operação simbólica representada pela metáfora paterna. Há algo nas mulheres da pesquisa que dificulta com que se coloquem, imponham e delimitem limites ao que pode e ao que não pode em relação aos seus corpos. Aparentemente, ficam nas mãos do parceiro agressor, quem percebe tal vulnerabilidade e agride cada vez mais, num modo de gozo extremamente sádico. Ter um corpo aqui diz muito menos da biologia do mesmo do que de uma apreensão psíquica sobre seus modos de gozo; aonde o sujeito obtém seus pontos de prazer: suas relações, seus lugares, sua forma de ser e estar, de se inserir e se comunicar com a cultura. É perceptível nas mulheres da pesquisa uma falta de clareza sobre o que pode e o que não pode em relação aos seus corpos. Tal dificuldade pode ser pensada como associada ou até advinda do modo de gozo feminino: ilimitado, desorientado e desorganizado; facilmente conduz a uma postura masoquista, ao buscar seu limite no desejo do Outro.

Dentro do raciocínio de que a apropriação do corpo está imbricada à metáfora paterna, podemos pensar na intervenção policial, aliada às suas evidências, como o boletim de ocorrência e a medida protetiva, como possibilidades de fazer furo entre estas mulheres e seus parceiros; cuja função do furo é permitir um espaço de circulação e, ao mesmo tempo, de diferenciação e limite entre elas e eles.

Tomando a violência como um significante, o qual irá se inscrever numa cadeia discursiva metafórica e metonímica, numa sucessão que marca a cadeia de associações de um sujeito, tal significante irá deslizar. A medida que afetos inconscientes virem à tona, em associação a novos significados, os episódios de violência serão sintomatizados via transferência, de modo a tornarem-se decifráveis.

Esta ênfase na possibilidade de novos significados inscreverem-se sob um mesmo significante, foi trabalhada na análise dos casos, a qual selecionou os significantes que mais se repetiam nas falas das mulheres entrevistadas e ressaltou que eles se relacionavam a significados diversos, o que atesta sobre a possibilidade de abertura, de decifração dos sintomas. Desta forma, o fenômeno de violência contra as mulheres deixa de ser visto como uma mera repetição que se perpetua, e passa a ser visto como sintoma analítico, com possibilidade de leitura inconsciente e ressignificação subjetiva através da própria cadeia discursiva.

Os casos nos quais o sintoma opera mais pela via do ato do que do enigma discursivo são de mais difícil acesso. Aqui opera a devastação, ou arrebatamento, conceito desenvolvido anteriormente. De acordo com Caldas (2015) o arrebatamento opera pela via do gozo não permeado pelo falo, de onde se pode deslizar para um gozo tanto indomesticado quanto indefinido, muitas vezes deslumbrado, como uma forma de escamotear o devastado. São episódios descritos com sensação de desorientação e angústia profundas. O que beira uma erotomania, pode ser simplesmente um desespero de uma mulher de não perder o seu homem a todo custo; já que o desejo dele sobre ela se inscreve inconscientemente como o falo imaginário, quem poderia dar consistência a seu corpo.

Voltando ao pensamento sobre os desafios da clínica do século XXI, caracterizada pela incidência de sintomas cuja forma muitas vezes opera por passagens ao ato e acting out e recusa à inserção na cadeia simbólica discursiva, o que dizer sobre o sintoma das mulheres que se inscrevem como vítimas de violência? É possível a perda em ato e ganho em palavra? Há uma repetição clara, envolvida nos episódios de violência, que conduz a escuta dos modos de gozo imbricados nesta repetição.

Duas possibilidades de pensamento se abrem. Em alguns casos das mulheres entrevistadas, a violência se inscreve num sintoma da ordem do puro ato, do real que retorna no corpo, cuja entrada na cadeia discursiva é impossível. Aqui podemos pensar que a intervenção policial entra como necessidade de salvar a vida num âmbito do concreto, apenas, pois não há abertura para uma retificação subjetiva.

Já em outros casos, é possível ao sintoma se articular dentro de uma cadeia discursiva simbólica, de forma a ser elaborado pela via da palavra. Aqui a intervenção policial pode representar uma ajuda a estas mulheres a inserirem-se na cultura e sociedade, pela via do simbólico, e, portanto, delimitarem limites aos seus corpos, com perda do gozo masoquista. Esta segunda possibilidade de casos é mais acessível a um tratamento psicanalítico via transferência. Tomando a violência como um significante, o qual irá se inscrever numa cadeia discursiva metafórica e metonímica, numa sucessão que marca a cadeia de associações de um sujeito, tal significante irá deslizar. A medida que afetos inconscientes virem à tona, em associação a novos significantes, os episódios de violência serão sintomatizados via transferência, de modo a tornarem-se decifráveis.

Nos casos mencionados primeiramente, nos quais o sintoma opera mais pela via do ato do que do enigma discursivo, são casos de mais difícil acesso, mais próximos da psicose, ou ainda do que Lacan (2003) coloca como a devastação, ou arrebatamento. De acordo com Caldas (2015) o arrebatamento opera pela via do gozo não permeado pelo falo, de onde se



pode deslizar para um gozo tanto indomesticado quanto indefinido, muitas vezes deslumbrado, como uma forma de escamotear o devastado. A princípio, é fácil associar a ausência do falo simbólico colocando limites à psicose. Contudo, uma vez que a castração e, portanto, a metáfora paterna incide de forma inconsistente nas mulheres inscritas ao lado direito da tábua da sexualização, a atuação do gozo feminino pode causar episódios de devastação nestas mulheres, os quais são descritos como episódios de desorientação e angústia profundos. Mesmo em mulheres neuróticas, a devastação pode incidir de forma que a metáfora paterna não opere demarcando limites; permaneça inconsistente, principalmente quando em relação com um homem, já que ele pode se inscrever como a saída fálica imaginária. O que beira uma erotomania, pode ser simplesmente um desespero de uma mulher de não perder o seu homem a todo custo; já que ele se inscreve inconscientemente como o falo imaginário, quem poderia dar consistência a seu corpo.

Por meio do conceito de letra, Lacan destacou o fundamento de materialidade da linguagem. Uma das definições que desenvolveu sobre a letra é a de literal a ser fundado no litoral. (Legey, 2015). Retornando ao pensamento sobre a função da análise nestes casos, como uma possibilidade de operar na separação psíquica entre uma mulher e o seu agressor, demarcando o modo de gozo daquela, que é sempre único e singular, aqui o conceito de letra poderia entrar fazendo litoral entre os dois. A letra faz referência à palavra dita, de forma mais esvaziada do que o significante, produzindo uma nomeação singular.

De acordo com Zbrun (2015): “numa análise, apreende-se a letra, apreende-se o real, porque a letra é o traço deixado pelo gozo no corpo...” (p. 45). O que fazer com um traço, localizado, porém irreduzível à entrada na cadeia discursiva? Um traço que não faz enigma, que não é decifrável? Será uma aposta, que, via transferência, uma retificação subjetiva possa acontecer a partir do apontamento de uma letra de gozo.

Penso que o analista, com sua escuta atenta, e sua capacidade precisa de pontuação sobre o modo de gozo envolvido numa demanda de um sujeito, o qual, por sua vez, precisa estar implicado no próprio sofrimento, pode vir a promover uma retificação na cadeia discursiva de modo que seja possível uma retificação subjetiva. O analista não retira os significantes que marcaram um sujeito, os quais se repetem em suas falas, mas pode conseguir pontuá-los de forma que conduzam a novas significações e, portanto, novos posicionamentos diante das mesmas marcas.

## 9 – PALAVRAS FINAIS

A pesquisa partiu de uma reflexão sobre a necessidade de problematização da temática da violência contra as mulheres, reflexão que se iniciou em 2016, momento em que campanhas com esta bandeira voltaram a acontecer, tais como a liderada pela mídia: “mexeu com uma mexeu com todas”. Ao longo do percurso, foi visto o quanto a discriminação das mulheres, que embasa a violência contra elas, é ampla, antiga, e quantitativamente alta: foram pesquisados dados de diversos países do ocidente, foram aprofundados os dados do Brasil, e comprovado que a luta das mulheres está apenas começando.

A lei do feminicídio, promulgada em 2015, ainda hoje sofre sérias dificuldades de ser executada, e foi principalmente a observação desta dificuldade que mobilizou a continuidade deste trabalho com finalidade de levantar a temática. A lei prevê que os feminicídios devem ser destacados dos demais homicídios dentro das Delegacias de Polícia, mas na prática tal distinção claudica.

Além e antes da lei sobre o feminicídio, existe a famosa – ou que deveria ser famosa – Lei Maria da Penha, promulgada em 2006, a qual prevê, julga e penaliza a violência contra as mulheres em cinco categorias: patrimonial, sexual, moral, psicológica e física. Na prática, vemos praticamente todas as mulheres entrevistadas desconhecendo a amplitude da lei, e ainda quando são ensinadas sobre a lei por completo, elas dizem que não conseguem provar a violência que não seja física, por falta de provas. Muitas delas não têm celular, ou algum outro aparelho que fotografe ou grave por proibição do próprio agressor. Outras não têm testemunha, pois o agressor sabe os momentos em que pode agir, quando não há ninguém por perto. Muitos vizinhos não querem exercer o papel de testemunha, pois permanecem dentro do discurso de que em briga de marido e mulher não se mete. Algumas mulheres usam os seus filhos de testemunha, e vale ressaltar o quanto esta situação é complicada, pois seus filhos, muitas vezes, também são filhos do agressor. São crianças e adolescentes que vão a uma delegacia depor contra o próprio pai, o que gera uma grande quantidade de ambiguidades e conflitos psíquicos nestes filhos, pois o mesmo marido que bate frequentemente na mulher pode ser um bom pai, ao menos em alguns momentos.

Vale ressaltar que tais leis foram aparentemente criadas para proteger as mulheres, mas muitas conquistas, ressaltando dentre elas a autorização das mulheres para trabalhar fora de casa, foi algo que se deu muito mais por necessidade de ajudar no sustento da casa do que

pelo reconhecimento dos direitos das mulheres, já que elas ainda ganham muito menos do que os homens exercendo a mesma função.

Há ainda um fator que esta pesquisa não pôde trabalhar, que é a grande quantidade de mulheres que retiram o boletim de ocorrência contra o marido, quando é possível; ou não dão andamento no processo, quando não é possível retirar. Algumas mulheres entrevistadas disseram que assim faziam, pois o agressor pedia insistentemente, alegando que iria gerar problemas para eles no trabalho principalmente, e prometiam nunca mais agredi-las – o que não cumpriam. Maria da Penha inclusive ressalta que a violência doméstica obedece a este ciclo, e que é em meio a estas promessas de mudança do agressor que as mulheres costumam engravidar, dificultando ainda mais o processo de separação.

Os fenômenos de violência contra as mulheres reduzem seus corpos a meros objetos sem dignidade, numa agressividade sem limites. E o que é ainda mais surpreendente, mesmo as mulheres estudadas, com conhecimento dos movimentos públicos que ressaltam as legislações de proteções às mulheres, mantêm-se em relacionamentos nos quais correm risco de vida, sem mencionar as sequelas psíquicas que as diversas formas de agressões acarretam. Nos perguntamos qual é a saída para estas mulheres, se o movimento feminista, com sua elucidação de que o poder é criado e pode estar nas mãos das mulheres, seria uma possível solução. Mas vemos que a posição subjetiva escapa ao racional.

Não podemos usar a psicanálise para justificar no gozo feminino tal permanência, embora a psicanálise nos ajude muito num aprofundamento sobre o fenômeno e numa ajuda a estas mulheres. Mas, uma coisa é o gozo feminino não todo, outra coisa é o sofrimento das mulheres. A devastação, com sua conotação de objeto rebaixado, erotomania, deslumbramento, nos ajuda a escutar estas mulheres, mas não justifica o que elas passam.

Ressalto que não basta uma mulher ser independente financeiramente se ela não tem independência de valores que justifiquem uma vida digna de ser vivida. É preciso um algo mais, é preciso um sentido para a liberdade. Uma psicanálise pode ser muito bem-vinda para, através da elucidação dos sofrimentos e modos de gozo destas mulheres, conseguir alguma retificação subjetiva nos aspectos que as levam ao pior.

O que se mata no feminicídio é a condição de vulnerabilidade que um homem pode ficar frente a uma mulher, quando ele não consegue dominá-la e percebe que, mesmo despossuída do falo, ela consegue colocar seu corpo a um estatuto de poder; seja pela da sedução, do trabalho, ou até da maternidade.

Ser mulher, ser homem, ser cis, ser trans, ser queer, ..., são construções singulares que jamais podem ser estereotipadas ou reduzidas a estigmas – o que é um convite ao preconceito

e à discriminação. Este trabalho, além de problematizar a temática da violência contra as mulheres e levantar significantes que convocam a uma reflexão, pensa que certos subsídios clínicos podem ajudar o profissional no seu trabalho, por exemplo, uma ação terapêutica pode se concretizar em ações de acolhimento, pode se concretizar na escuta da pessoa que é convidada a falar e a expor suas necessidades, seja na demanda espontânea, nos encontros programados, individualmente ou em grupo, pode se concretizar no esclarecimento que também facilita a reflexão e pode permitir uma reestruturação do pensamento. Enfim, oferece elementos de estudo, dados, informações as quais não têm por intuito replicações, mas sim levantar reflexões e possibilidades de combinar atividades de modo a melhor responder as demandas desses casos. Desta forma, espera-se contribuir, principalmente, para que a escuta dessas mulheres considere seus modos de gozo em meio às parcerias amorosas.

Aquilo que é comumente chamado de destino, neste trabalho foi chamado de gozo, o qual, demarcado por um analista, designa um lugar onde se pode navegar e, portanto, retificar. Que as mulheres encontrem seus “avessos”, e saibam lidar com as contingências dos encontros e desencontros.

## REFERÊNCIAS<sup>2</sup>

- Agenda Berlim (2018). *As conquistas das mulheres na Alemanha*. Recuperado de <https://www.agendaberlim.com/mulheres-na-alemanha/>.
- Agência Patrícia Galvão (2021). *Violência contra as mulheres em dados*. Recuperado de <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/>.
- Agência Senado. (2018, 28 fevereiro). Publicadas duas leis para combate à violência contra a mulher. *Agência Senado*. Recuperado de <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/04/04/publicadas-duas-leis-para-combate-a-violencia-contra-a-mulher>.
- Alves, M. R.; Ferreira, F. M.; Oliveira, M. S.; Souza, A. A. M. (2018). *Da Resistência à Ressurgência: a História do Povo Indígena Puri na Resistência e Manutenção de sua Cultura*. Recuperado de: [http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2018/anais/arquivos/RE\\_1077\\_1210\\_02.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2018/anais/arquivos/RE_1077_1210_02.pdf).
- Alvim, D. (2018, 4 abril). A cada quatro minutos, uma mulher é vítima de violência em São Paulo. *O Vale*. Recuperado de ([http://www.ovale.com.br/conteudo/2018/02/nossa\\_regiao/32890-a-cada-quatro-minutos-uma-mulher-e-vitima-de-violencia-em-sao-paulo.html](http://www.ovale.com.br/conteudo/2018/02/nossa_regiao/32890-a-cada-quatro-minutos-uma-mulher-e-vitima-de-violencia-em-sao-paulo.html)).
- ANSA Brasil (2018). *Mulheres param cidades italianas em defesa da igualdade*. Recuperado de [http://ansabrasil.com.br/brasil/noticias/italia/noticias/2018/03/08/mulheres-param-cidades-italianas-em-defesa-da-igualdade\\_f894c9d3-d8f3-4668-b63e-d2aeddac18fd.html](http://ansabrasil.com.br/brasil/noticias/italia/noticias/2018/03/08/mulheres-param-cidades-italianas-em-defesa-da-igualdade_f894c9d3-d8f3-4668-b63e-d2aeddac18fd.html).
- Ansedo, M. (2018, 18 agosto). A mulher que destruiu centenas de bebês para salvar suas mães dos nazistas. *El País*. Recuperado de [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/16/internacional/1534433283\\_583698.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/16/internacional/1534433283_583698.html).
- ASA CE Mulheres. (2019). *Seminário Territorial Mulheres Indígenas “Violência Doméstica Familiar e o Sistema de Proteção”*. Recuperado de: <http://www.asabrasil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/10399-mulheres-indigenas-participarao-de-seminario-sobre-violencia-domestica-e-sistema-de-protecao>.
- Assadi, T. C., Bichara, M. A. M., Dunker, C. I. L, Gordon, J., Ramirez, H. H. A. (2001). Romance policial e a pesquisa em psicanálise. *Interações*. VII, (13). Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-29072002000100008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072002000100008).
- Bastos, A. B. B. I. (2009). *A escuta psicanalítica e a educação*. Recuperado de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-88092009000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092009000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt).
- Batista, C. G. (2018, 19 dezembro). A violência contra mulheres na Alemanha. *Folha de Pernambuco*. Recuperado de <https://www.folhape.com.br/noticias/a-violencia-contra-mulheres-na-alemanha/90963/>.

<sup>2</sup> De acordo com o estilo APA (*American Psychological Association*).

- BBC News (2019, 7 setembro). *Assassinatos de mulheres na França geral alerta sobre violência doméstica na Europa*. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49608186>.
- Beauvoir, S. (2016a). *O segundo sexo: fatos e mitos*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Beauvoir, S. (2016b). *O segundo sexo: a experiência vivida*. 3ªed. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Blay, E. A. (2001). 8 de março: conquistas e controvérsias. *Estudos feministas*. Vol. 2 (9). P. 601-607.
- Boehringer, S. & Caciagli, S. (2015). L'âge des amours: genre et réciprocité érotique en Grèce archaïque. *Clio GFH*. Recuperado de [https://www.academia.edu/19837017/L\\_%C3%A2ge\\_des\\_amours\\_Genre\\_et\\_r%C3%A9ciprocit%C3%A9rotique\\_en\\_Gr%C3%A8ce\\_archa%C3%AFque\\_Clio\\_GFH\\_2015](https://www.academia.edu/19837017/L_%C3%A2ge_des_amours_Genre_et_r%C3%A9ciprocit%C3%A9rotique_en_Gr%C3%A8ce_archa%C3%AFque_Clio_GFH_2015).
- Botrel, M. Rr; Brisset, F. O.; Castro, S. de; Matos, S. de. (2018). *A cidade com Lacan: cinema e literatura – o feminino, seus corpos e mundos*. Belo Horizonte, BH: EBP.
- Braga, A. P., Ruzzi, M. (2017, 15 maio). O papel da mídia na estereotipação da mulher vítima de violência e a perpetuação da cultura do silenciamento. *InstitutoDEA*. Recuperado de <http://institutodea.com/artigo/o-papel-da-midia-na-estereotipacao-da-mulher-vitima-de-violencia-e-perpetuacao-da-cultura-silenciamento/>.
- Brait, B. (org.) (2005). *Bahktin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Brousse, M. H. (2018). *O inconsciente é a política*. 2ªed. São Paulo, SP: Escola Brasileira de Psicanálise.
- Brousse, M. H. (2019). *Mulheres e discursos*. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa. 176 p.
- Butler, J. (2019). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 17ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Caldas, H. (2012). Uma versão do feminino na contemporaneidade. In: H. Caldas; Murta, A.; Murta; C. *O feminino que acontece no corpo: a prática da psicanálise nos confins do simbólico*. (pp. 267-273). Belo Horizonte, MG: Scriptum Livros.
- Calzavara, M. G. P. (2013). Anna Freud e Melanie Klein: o sintoma como adaptação ou solução? *Tempo psicanalítico*, 45(2). Recuperado de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-48382013000200006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382013000200006).
- Câmara (2017, Setembro, 28). Violência contra a mulher na internet é tema de audiência nesta manhã. *Câmara Notícias*. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/543418-VIOLENCIA-CONTRA-A-MULHER-NA-INTERNET-E-TEMA-DE-AUDIENCIA-NESTA-MANHA.html>.
- Câmara Municipal de Barbacena. (2018). *Vereadores e Representantes da FUNAI Defendem Políticas Públicas para a Comunidade de Índios Puris de Padre Brito*. Recuperado de <http://camarabarbacena.mg.gov.br/noticias-camara.php?id=258>.
- Caro, I. (2012). *Paris sobre trilhos*. São Paulo, SP: Leya.

- Cartledge, P. et al. (2009). *História Ilustrada Grécia Antiga*. São Paulo, SP: Ediouro.
- Chassot, A. (2004). A Ciência é masculina? É sim senhora! *Contexto Educação*, 19, (71/72). Recuperado de <file:///C:/Users/Marcella/Downloads/1130-Texto%20do%20artigo-4644-1-10-20130521.pdf>.
- Comissão Interamericana de Direitos Humanos. (2019). *Mulheres Indígenas*. Recuperado de: <https://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/2018/Brochure-MujeresIndigenas-pt.pdf>.
- Costa, A. Poli, M. C. (2016). Alguns fundamentos da entrevista na pesquisa em psicanálise. *Pulsional: revista de psicanálise*, XIX (188), p. 14-21. Recuperado de [http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/188\\_02.pdf](http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/188_02.pdf).
- Dacorso, S. T. M. (2017). Lou Andreas-Salomé: o que você tem a nos dizer? *Estudos de psicanálise*, (48). Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-34372017000200018](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372017000200018).
- Del Priori, M. (2005). *História de amor no Brasil*. São Paulo, SP: Contexto.
- Del Priori, M. (2013). *Histórias e conversas de mulher*. São Paulo, SP: Planeta do Brasil.
- Dias, M. B. *A mulher no Código Civil* (2019). Recuperado de [http://www.mariaberenice.com.br/uploads/18\\_-\\_a\\_mulher\\_no\\_c%F3digo\\_civil.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/uploads/18_-_a_mulher_no_c%F3digo_civil.pdf).
- Dunker, C. (2017, 13, jul). *Psicanálise é ciência?* (Áudio podcast). Recuperado de <http://psicoativo.com/2017/07/psicanalise-e-ciencia-christian-dunker-responde.html>.
- Duras, M. (1986). *O deslumbramento*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Esclapes, A. (2016). *Melanie Klein - Vida e obra*. Recuperado de: <https://www.apsicanalise.com/%E2%80%A6/%E2%80%A6/48-artigos/340-melanie-klein>.
- Estadão (2018). *Tudo sobre: violência contra a mulher*. Recuperado de <http://tudo-sobre.estadao.com.br/noticias-sobre-violencia-contra-a-mulher>.
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo, SP: Elefante.
- Fernandes, M. P. M. (2012). *Sobrevivi... posso contar*. 2ªed. Fortaleza, CE: Armazém da Cultura.
- Ferreira (2017, 3 ago). Escritora mais publicada da primeira república foi vetada da ABL. *Jornal da USP*. Recuperado de <http://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/escritora-mais-publicada-da-primeira-republica-foi-vetada-na-abl/>.
- Ferretti, M. C. G. (2012). Corpo afetado, acontecimento de corpo e semblante. In: Caldas, H., Murta, A., Murta, C. (org.). *O feminino que acontece no corpo: a prática da psicanálise nos confins do simbólico*. (pp. 131-137). Belo Horizonte, MG: Scriptum Livros.
- Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica* (apostila). Fortaleza, CE: UEC.

- Foucault, M. (1966). *As palavras e as coisas*. Lisboa, PT: Portugália Editora.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal.
- Foucault, M. (2014). *História da sexualidade 3: O cuidado de si*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Foucault, M. (2018). *História da sexualidade 2: O uso dos prazeres*. 5ªed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Foucault, M. (2019). *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. 8ªed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Freud, S. (2006). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. VII, pp 119-254). Rio de Janeiro, RJ: Imago. Original publicado em 1905a.
- Freud, S. (2006). Fragmento da análise de um caso de histeria. In: *Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. VII, pp 11-115). Rio de Janeiro, RJ: Imago. Original publicado em 1905b.
- Freud, S. (2006). Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna. In: *Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. IX, pp 167-186). Rio de Janeiro, RJ: Imago. Original publicado em 1908.
- Freud, S. (2006). Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In: *Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. X, pp 11-154). Rio de Janeiro, RJ: Imago. Original publicado em 1909.
- Freud, S. (2006). Totem e Tabu. In: *Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XII, pp 13-162). Rio de Janeiro, RJ: Imago. Original publicado em 1913.
- Freud, S. (2006). Recordar, repetir e elaborar. In: *Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XII, pp 161-171 ). Rio de Janeiro, RJ: Imago. Original publicado em 1914a.
- Freud, S. (2006). Sobre o narcisismo. In: *Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XIV, pp 77-108). Rio de Janeiro, RJ: Imago. Original publicado em 1914b.
- Freud, S. (2006). O instinto e suas vicissitudes. In: *Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XIV, pp 117-144). Rio de Janeiro, RJ: Imago. Original publicado em 1915.
- Freud, S. (2006). O estranho. In: *Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XVII, pp. 235-273). Rio de Janeiro: Imago. Original publicado em 1919a.
- Freud, S. (2006). Uma criança é espancada: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais. In: *Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XVII, P. 193-218). Rio de Janeiro: Imago. Original publicado em 1919b.



Freud, S. (2006). Além do princípio do prazer. In: *Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XVIII pp. 79-154). Rio de Janeiro: Imago. Original publicado em 1920.

Freud, S. (2006). Psicologia das massas e análise do ego. In: *Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XVIII, pp. 79-154). Rio de Janeiro: Imago. Original publicado em 1921.

Freud, S. (2006). O problema econômico do masoquismo. In: *Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XIX, pp. 175-188). Rio de Janeiro: Imago. Original publicado em 1924a.

Freud, S. (2006). A dissolução do complexo de Édipo. In: *Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XIX, pp. 191-199). Rio de Janeiro: Imago. Original publicado em 1924b.

Freud, S. (2006). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: *Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XX, pp. 273-286). Rio de Janeiro: Imago. Original publicado em 1925a.

Freud, S. (2006). A negativa. In: *Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XX, pp. 263-269). Rio de Janeiro: Imago. Original publicado em 1925b.

Freud, S. (2006). Sexualidade feminina. In: *Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 18, p. 231-251). Rio de Janeiro, RJ: Imago. Original publicado em 1931.

Freud, S. (2006). Conferência XXIII: Feminilidade. In: *Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 22, p. 113-134). Rio de Janeiro, RJ: Imago. Original publicado em 1933.

Freud, S. (2006). Um distúrbio de memória na Acrópole. In: *Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 22, p.235-245). Rio de Janeiro, RJ: Imago. Original publicado em 1936.

Freud, S. (2006). A cabeça de medusa. In: *Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XVIII p.235-240). Rio de Janeiro, RJ: Imago. Original publicado em 1940 [1922].

Freyre, G. (2006). *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ªed. São Paulo: Global.

Fuentes, M. J. S. (2009). *A mulher e seus nomes: Lacan e o feminino*. (Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo). Recuperado de [www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br).

FUNAI. (2018) *Funai Comemora Empoderamento das Mulheres Indígenas e Inovação com Coordenação Específica de Gênero*. Recuperado de:

<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4779-funai-comemora-empoderamento-das-mulheres-indigenas-e-inovacao-com-coordenacao-especifica-de-genero>.

Galimberti, U. (2006). *Psiche e techne: o homem na idade da técnica*. São Paulo, SP: Paulus, 2006.

Garcia, C. (2011). Aceleração temporal. In: Associação mundial de psicanálise, *Scilicet: A ordem simbólica no século XXI*. Belo Horizonte, MG: Scriptum livros. P. 15-17.

Geremias, P. (2019) *Joênia Wapichana: “Vão ter que se acostumar com uma deputada indígena”*. Recuperado de: <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2019/04/joenia-wapichana-vaio-ter-que-se-acostumar-com-uma-deputada-indigena.html>.

Gil, A. C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4ªed). São Paulo, SP: Atlas.

G1 Alagoas. (2017, 2 ago). Campanha ‘Agosto Lilás’ alerta para violência contra a mulher em Alagoas. *G1 Globo*. Recuperado de <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/campanha-agosto-lilas-alerta-para-violencia-contr-a-mulher-em-alagoas.ghtml>.

G1 Educação (2017). *Malala Yousafzai se torna a mensageira da paz mais jovem da história da ONU*. Recuperado de <http://g1.globo.com/educacao/noticia/malala-yousafzai-se-torna-a-mensageira-da-paz-mais-jovem-da-historia-da-onu.ghtml>.

G1. (2019). *Acre foi o estado com a maior taxa de feminicídio do país em 2018*. Recuperado de <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2019/03/08/acre-foi-o-estado-com-a-maior-taxa-de-feminicidio-do-pais-em-2018.ghtml>.

G1. (2020). *Mesmo com queda recorde de mortes de mulheres, Brasil tem alta no número de feminicídios em 2019*. Recuperado de <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/03/05/mesmo-com-queda-recorde-de-mortes-de-mulheres-brasil-tem-alta-no-numero-de-feminicidios-em-2019.ghtml>.

Goldenberg. M. (2010, 2 jun). O marido como capital. *Folha de São Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/equilibrio/eq0106201001.htm>.

Governo do Estado do Mato Grosso do Sul. (2019). *Casa da Mulher Brasileira*. Recuperado de <https://www.naosecale.ms.gov.br/casa-da-mulher-brasileira/>.

Grostein, S. A. (2011). Afetos. In: Associação mundial de psicanálise, *Scilicet: A ordem simbólica no século XXI*. Belo Horizonte, MG: Scriptum livros. P. 21-23.

Gul, P. (2010). Helene Deutsch. *Psychology’s Feminist Voices*. Recuperado de <http://www.feministvoices.com/helene-deutsch/>.

Harari, A. (2008) *Fundamentos da prática lacaniana: risco e corpo*. (Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo). Recuperado de [www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br).

Haudenschild, T. R. L. (2017). Joan Riviere. *Jornal de psicanálise*, 50(92). Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-58352017000100020](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352017000100020).

Instituto Morashá de Cultura. (2003). *Anna Freud, pioneira na psicanálise infantil*. Recuperado de <http://www.morasha.com.br/biografias/anna-freud-pioneira-na-psicanalise-infantil.html>.

Kaingáng, A. (2018). Indígenas: Depoimento de uma militante. In: Pinsky, C. B., e Pedro, J. M. org. *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.

Kehl, M. R. (2008). *Deslocamentos do feminino*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.

Kehl, M. R. (2018). Freud e as mulheres: um posfácio de Maria Rita Kehl. *Blog do grupo autêntica*. Recuperado de: <https://grupoautentica.com.br/blog/post/freud-e-as-mulheres-um-posfacio-de-maria-rita-kehl/1053>.

Lacan, J. (1982). *O Seminário, livro XX: mais, ainda*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. Original publicado em 1972-73.

Lacan, J. (1998). A Agressividade em psicanálise. In: J. Lacan, *Escritos* (pp. 104-126). Rio de Janeiro: RJ: Zahar. Original publicado em 1948.

Lacan, J. (1998). O estádio do espelho como formador da função do Eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. In: J. Lacan, *Escritos* (pp. 96-103). Rio de Janeiro: RJ: Zahar. Original publicado em 1949.

Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: J. Lacan, *Escritos* (pp. 238-324). Rio de Janeiro: RJ: Zahar. Original publicado em 1953.

Lacan, J. (1998). Diretrizes para um congresso sobre a sexualidade feminina. In: J. Lacan, *Escritos* (pp. 734-745). Rio de Janeiro: RJ: Zahar. Original publicado em 1958.

Lacan, J. (2003). Televisão. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. Original publicado em 1964.

Lacan, J. (2003). Homenagem a Marguerite Duras pelo arrebatamento de Lol Stein. In: J. Lacan, *Outros Escritos* (pp 198-205). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. Original publicado em 1965.

Lacan, J. (2005). *O seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. Original publicado em 1962-63.

Lacan, J. (2008). *O Seminário, Livro XI: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. Original publicado em 1964.

Laurent, E. (2012a). *A psicanálise e a escolha das mulheres*. Belo Horizonte, MG: Scriptum Livros, 260p.

Laurent, E. (2012b, julho). O passe e os restos de identificação. *Opção lacaniana online*. 3(8). Recuperado de [http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero\\_8/O\\_passe\\_restos\\_de\\_identificacao.pdf](http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_8/O_passe_restos_de_identificacao.pdf).

Legey, P. (2015). Sobre ruas e litorais: o corpo da biopolítica ao nó. *Latusa*, (20), p. 145-151.

- Leitão, I. (2016, 28 jul). Por que discutir a violência contra a mulher é importante? *Jornal da USP*. Recuperado de <https://jornal.usp.br/universidade/por-que-discutir-a-violencia-contr-a-mulher-e-importante/>.
- Lima, N. L. (2006). O fascínio e a alienação no ciberespaço: uma perspectiva psicanalítica. *Arquivos brasileiros de psicologia*, 58(2). Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672006000200005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672006000200005).
- Machado O. M. R. (2012). O *Nãotodo* em cada um e na cultura atual. In: Caldas, H., Murta, A., Murta, C. (org.). *O feminino que acontece no corpo: a prática da psicanálise nos confins do simbólico*. (pp. 9-12). Belo Horizonte, MG: Scriptum Livros.
- Mannoni, O. (1994). *Freud: uma biografia ilustrada*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Marques, M. C. & Xavier, K. R. L. (2018, ago). *A gênese do movimento feminista e sua trajetória no Brasil*. Recuperado de [http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos\\_completos/425-51237-16072018-192558.pdf](http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51237-16072018-192558.pdf).
- Miller, G. (2001). *Rendez Vous Chez Lacan* [Mídia de gravação: DVD]. França.
- Miller, J. A. (2004). Uma fantasia. *Conferência de J. A. Miller em Comandatuba*. Disponível em <http://www.congressoamp.com/pt/template.php?file=Textos/Conferencia-de-Jacques-Alain-Miller-en-Comandatuba.html>.
- Miller, J. A. (2012). Mulheres e semblantes. In: Caldas, H., Murta, A., Murta, C. (org.). *O feminino que acontece no corpo: a prática da psicanálise nos confins do simbólico*. (pp. 49-89). Belo Horizonte, MG: Scriptum Livros.
- Miller, J. A (2012). Os seis paradigmas do gozo. *Opção lacaniana online*, 3(7). Recuperado de:
- Miller, J. A. (2016). Uma partilha sexual. *Opção lacaniana online*, 7(20). Recuperado de: [http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero\\_20/Uma\\_partilha\\_sexual.pdf](http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_20/Uma_partilha_sexual.pdf).
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2011). *Guia de Cadastramento de Famílias Indígenas*. Recuperado de: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro\\_unico/Guia\\_de\\_Cadastramento\\_de\\_Familias\\_Indigenas.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/Guia_de_Cadastramento_de_Familias_Indigenas.pdf)
- Miranda, C. M. (2017). Violência contra a mulher nas mídias e os descaminhos da igualdade entre os gêneros. *Revista Observatório*, 3(6). doi: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p445>.
- Modifica (2017). *Por que o Brasil é um dos piores países do mundo para se nascer mulher*. Recuperado de [https://www.modifica.com.br/por-que-o-brasil-e-um-dos-piores-paises-do-mundo-para-se-nascer-mulher/#.W9u7\\_JNKjIU](https://www.modifica.com.br/por-que-o-brasil-e-um-dos-piores-paises-do-mundo-para-se-nascer-mulher/#.W9u7_JNKjIU).
- Nolasco, G. L. P, Lopes, Z. A. & Meireles, O. I. (2017). A casa da mulher brasileira e a política de enfrentamento à violência de gênero: um estudo de representações sociais. *Anais*

eletrônicos do *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13º Women's Words Congress* (anais eletrônicos). UFSC, Florianópolis.

Obvious (2018). *As grandes mulheres da história e o poder*. Recuperado de [http://lounge.obviousmag.org/por\\_tras\\_do\\_espelho/2013/05/as-grandes-mulheres-da-historia-e-o-poder.html](http://lounge.obviousmag.org/por_tras_do_espelho/2013/05/as-grandes-mulheres-da-historia-e-o-poder.html).

Oliveira, E. S. C. (2019). *O Paradigma da Extinção: Desaparecimento dos Índios Puris de Campo Alegre do Sul do Vale do Paraíba*. Recuperado de [http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338164121\\_ARQUIVO\\_OParadigmadaExtincao.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338164121_ARQUIVO_OParadigmadaExtincao.pdf), 2019.

ONU BR (2017). *Precisamos enfrentar as desigualdades de gênero nas políticas sobre drogas*. Recuperado de <https://nacoesunidas.org/artigo-precisamos-enfrentar-a-desigualdade-de-genero-nas-politicas-sobre-drogas/>.

ONU BR (2018). *O valente não é violento*. Recuperado de <https://nacoesunidas.org/campanha/o-valente-nao-e-violento/>.

ONU Mulheres. (2018) *Mulheres Indígenas*. Recuperado de: <http://www.onumulheres.org.br/mulheres-indigenas/>.

Pacheco (2017, 4 ago). Roma antiga tratava com rigor infidelidade, mas só da mulher. *Jornal da USP*. Recuperado de <http://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/roma-antiga-tratava-com-rigor-infidelidade-mas-so-da-mulher>.

Pinafi, T. (2007, abr). Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade. *Revista do governo do estado de São Paulo*. Disponível em <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao21/materia03/texto03.pdf>.

Platão (2015). *O banquete*. São Paulo, SP: Martin Claret. (Coleção a obra-prima de cada autor; 324).

Platonow, V. (2019). *Violência atinge mais mulheres que trabalham fora, diz estudo*. Recuperado de <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-08/violencia-atinge-mais-mulheres-que-trabalham-fora-mostra-estudo>.

Portal Brasil. (2017, 9 jun). Campanha #NãoéAmorQuando alerta para sinais de relacionamentos abusivos. *Governo do Brasil*. Recuperado de <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/06/campanha-naoemorquando-alerta-para-sinais-de-relacionamentos-abusivos>.

Prizkulnik, L. (2009). *Prevenção: saúde mental e psicanálise*. Recuperado de [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000032008000100002&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000032008000100002&script=sci_arttext).

Quinet, A. (2002). *Um olhar a mais*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

Reif, L (2018, 26 junho). Aborto legal e violência doméstica permitida: como são os direitos da mulher na Rússia. *Marie Claire*. Recuperado de <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2018/06/aborto-legal-e-violencia-domestica-permitida-como-sao-os-direitos-da-mulher-na-russia.html>.

Ribeiro, D. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo, SP: Companhia das letras.

Rosa, A. B. (2019) *Por que a Violência contra Mulheres Indígenas é tão difícil de ser combatida no Brasil*. Recuperado de [https://www.huffpostbrasil.com/2016/11/25/por-que-a-violencia-contra-mulheres-indigenas-e-tao-dificil-de-s\\_a\\_21700429/](https://www.huffpostbrasil.com/2016/11/25/por-que-a-violencia-contra-mulheres-indigenas-e-tao-dificil-de-s_a_21700429/).

Roudinesco, E. (1994). *Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Roudinesco, E. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

Saavedra, L. e Nogueira, C. (2006). Memórias sobre o feminismo na psicologia: para a construção de memórias futuras. *Memorandum*. 11. P. 113-127. Recuperado de <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a11/saavedranogueira01.pdf>.

Safra, G. (2001). Investigação em psicanálise na universidade. *Revista Psicologia USP*, São Paulo, 12 (2). Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65642001000200014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642001000200014).

Schumacher, S. & Ceva, A. (2015). *Mulheres no poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Edições de Janeiro.

Senado. (2015). *A institucionalização das políticas públicas de combate à violência contra as mulheres no Brasil*. Recuperado de <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/a-institucionalizacao-das-politicas-publicas-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil>.

Silva, T. M G. (2008). Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. *Politéia: história e sociologia*. 8, (1). Recuperado de <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/276/311>.

Silva, G. S. (2010). Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. *Psicologia ciência e profissão*. 30, (10). Recuperado de: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-9893201000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-9893201000300009).

Sófocles; 496 a.C. – 406 a.C. (2017). *Antígona*. (Coleção L&PM POCKET; v. 173). Porto Alegre, RS: L&PM.

Soler, C. (2005). *O que Lacan dizia das mulheres*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

Spotniks (2015). *Os 7 piores lugares do mundo para ser uma mulher*. Recuperado de <http://spotniks.com/os-7-piores-lugares-mundo-para-ser-uma-mulher/>.

Suarez, E. S. (2012). Lacan e as mulheres. In: Caldas, H., Murta, A., Murta, C. (org.). *O feminino que acontece no corpo: a prática da psicanálise nos confins do simbólico*. (pp. 91-99). Belo Horizonte, MG: Scriptum Livros.

Teigland, J. (2020, 9 janeiro). Como podemos avançar e combater a desigualdade econômica entre os gêneros? *EY*. Recuperado de: [https://www.ey.com/pt\\_br/wef/how-can-we-move-forward-while-the-economic-gender-gap-keeps-moving-backward](https://www.ey.com/pt_br/wef/how-can-we-move-forward-while-the-economic-gender-gap-keeps-moving-backward).

Tomazela, J. M. (2017, 19 mai). Mulheres levam às redes sociais denúncias de agressão no interior. *O Estado de São Paulo*. Recuperado de: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,mulheres-levam-as-redes-sociais-denuncias-de-agressao-no-interior,70002096652>.

Travassos, M. R. C. (2014) *Mitos de origem e processos identificatórios na Amazônia: uma visão psicanalítica*. (Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo). Recuperado de: <http://ppgp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/Turma%202012/MARIA%20DO%20ROS%C3%81RIO%20DE%20CASTRO%20TRAVASSOS.pdf>.

Turato, E. R. (2003). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Urbinatti, O. (2019, 12 jun). Héteras: as únicas mulheres livres da Grécia antiga. *Aventuras na história*. Recuperado de <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/de-abrigo-para-quarentena-hospital-psiquiatrico-os-misterios-de-poveglia-ilha-macabra-da-italia.phtml>.

Vieira, M. A., & Barros, R. R. (org.). (2012). *Ódio, segregação e gozo*. Rio de Janeiro, RJ: Subversos.

Vila, E. N. R. M. e Machado, B. A. (2018). *O Mapa do feminicídio na polícia civil do Piauí: Uma análise organizacional sistêmica* Recuperado de: [https://www.academia.edu/36239222/O\\_Mapado\\_femicidio\\_na\\_Pol%C3%ADcia\\_Civil\\_d\\_o\\_Piau%C3%AD\\_uma\\_an%C3%A1lise\\_organizacional-sist%C3%AAmica](https://www.academia.edu/36239222/O_Mapado_femicidio_na_Pol%C3%ADcia_Civil_d_o_Piau%C3%AD_uma_an%C3%A1lise_organizacional-sist%C3%AAmica).

Willette, J. (2017, 17 de outubro). Produzindo a cultura soviética: uma reconstrução histórica que localiza o papel central que cumpriram as artistas russas de vanguarda nos primeiros anos pós-revolução. *Revista movimento*. Recuperado de <https://movimentorevista.com.br/2017/10/vanguarda-russa-arte-artistas-mulheres/>.

Wolff, C. S. (2018). Em armas: Amazonas, soldadas, sertanejas, guerrilheiras. In: Pinsky, C. B., e Pedro, J. M. org. *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo, SP: Contexto.

Zirbel, I. (2021). Ondas do feminismo. *Blog de ciências da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na filosofia*. Recuperado de: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/#:~:text=Feministas%20latinas%2C%20negras%2C%20revolucion%C3%A1rias%2C,grupos%2C%20pautas%2C%20estrat%C3%A9gias>).

Zbrun, M. (2015). Um corpo goza: marcas genéticas cifradas pela linguagem. *Latusa*, (20), P. 41-46.

## ANEXO A – Termo de consentimento livre e esclarecido

(De Acordo com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde)

Eu, Marcella Pereira de Oliveira, estou realizando uma pesquisa de nível de doutoramento intitulada “*Violência contra as mulheres: contribuições da psicanálise de Freud e Lacan*”. O objetivo é investigar os sentidos e significados que as mulheres vítimas de violência atribuem a estas experiências de vida, para oferecer subsídios à formulação de novos dispositivos clínicos ao atendimento destes casos. Nesta pesquisa, um número de 10 participantes, sendo estes agressores e vítimas, serão convidados a participar através de entrevistas abertas de modo que possam falar sobre suas experiências de vida neste contexto.

A apreciação ética da pesquisa será realizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - CEPH-IPUSP, credenciado junto a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) localizado à Av. Prof. Mello Moraes, 1.721 - Bloco G, 2º andar, sala 27 - CEP 05508-030 - Cidade Universitária - São Paulo/SP. E-mail: [ceph.ip@usp.br](mailto:ceph.ip@usp.br) Telefone: (11) 3091-4182. O CEPH-IPUSP tem a finalidade de defender os direitos dos participantes da pesquisa (artigo 5º, incisos II e X da CF/88) e de contribuir com o desenvolvimento das pesquisas dentro de padrões éticos em consonância com a Resolução do CNS nº 466/2012.

Os dados obtidos das entrevistas serão somente utilizados com vistas a coletar temas que interessam ao objetivo da pesquisa. Informações como dados pessoais do entrevistado, bem como de seus familiares, cônjuge, não serão de forma alguma incluídas na análise dos resultados e na pesquisa como um todo. Caso haja o uso de vinhetas clínicas, estas serão cuidadosamente modificadas de seu contexto original e isentadas de dados ou enredos que indiquem qualquer proximidade com a realidade do sujeito bem como da instituição na qual são realizadas as entrevistas.

Como pesquisadora responsável, cumprirei as exigências contidas Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que visa garantir o sigilo relativo às propriedades intelectuais e o devido respeito à dignidade humana. Com base nesta resolução, fica explicitado neste termo de consentimento que o(a) participante poderá solicitar quaisquer informações sobre procedimentos, riscos e benefícios relacionados à pesquisa, inclusive para esclarecimento de eventuais dúvidas e poderá retirar seu consentimento a qualquer momento



sem penalidades. As entrevistas, previamente agendadas, serão realizadas em uma sala privada na delegacia da mulher de uma cidade do interior de São Paulo, sede da região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, serão gravadas, e terão duração de, aproximadamente, uma hora. Ao término da pesquisa o material gravado será inutilizado.

Haverá ressarcimento em dinheiro ao participante caso haja gastos com o transporte para o local da entrevista. O(a) participante poderá se recusar a falar sobre qualquer assunto que julgar necessário e poderá não autorizar a utilização total ou parcial dos dados. Os desconfortos e riscos esperados são mínimos e o(a) participante obterá o benefício, durante a realização da entrevista, de refletir sobre suas experiências de vida. A pesquisadora está ciente da necessidade de acolhimento aos participantes, tendo em vista a cautela para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas. Caso algum dano venha ocorrer a algum participante, a indenização está garantida. Haverá acompanhamento e assistência aos participantes, tanto durante quanto após o término da pesquisa, incluindo encaminhamento a serviço especializado quando este se fizer necessário. O sigilo e a privacidade dos participantes da pesquisa serão mantidos durante todas as fases da pesquisa.

O(a) participante receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e poderá entrar em contato com a pesquisadora através do telefone (12) 991649171 ou por e-mail: [marcellaoliveira@usp.br](mailto:marcellaoliveira@usp.br) a qualquer momento desta pesquisa ou posterior a ela. O(a) participante terá a disposição uma cópia deste documento. Orientadora da pesquisa: Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Léia Prizskulnik. Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da USP. Tel: (11) 3091-4173.

Eu, \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_, sexo \_\_\_\_\_,  
nascido \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, residente  
à \_\_\_\_\_ com \_\_\_\_\_ número \_\_\_\_\_ de  
telefone \_\_\_\_\_, após tomar ciência da proposta desta pesquisa, através da  
pesquisadora responsável e ratificado no texto acima, considero-me plenamente  
esclarecido(a), sabendo que poderei, a qualquer momento, rever esta posição e solucionar  
dúvidas. Estou de acordo com minha participação, como voluntário(a), nesta pesquisa e dou  
permissão para ser entrevistado(a) e para estas entrevistas serem utilizadas conforme citado  
neste documento. Declaro que, após convenientemente esclarecido(a) pelo pesquisador e ter  
entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente Projeto de Pesquisa.

Data:

Assinatura da entrevistadora (IP\_USP):

Assinatura do entrevistado:

## ANEXO B - Principais entrevistas

D) Lissandra, 29 anos:

*Estou há treze anos com a pessoa. Tenho quatro filhos, três com ele e o mais velho é de outra pessoa. Sou sozinha com eles, não tenho mãe por perto, meu pai é alcoólatra. Vivemos bem por quatro anos só. Ele começou com xingamentos, palavrões. Começou quando eu comecei a dizer o que pensava, por exemplo, que não queria minha sogra morando junto. Meus filhos têm 14, 9, 6 e 4. Quando conheci ele o de 14 tinha um ano. Deixei tudo para trás por causa dele, que cagada que eu fiz. Às vezes me arrependo, me culpo muito. Tem 14 anos que falo com o pai do mais velho, a pensão não dá certo porque ele não é registrado no nome do pai dele.... Não sei se as crianças vão ficar meio baqueadas comigo.*

- Ele é agressivo com as crianças também?

*Hoje ele agrediu o de 9 anos que é dele. Tenho medo dos meninos ficarem contra mim se eu tomar atitude. Meu irmão incentivou que eu fosse na delegacia, porque se ele ameaça de matar uma hora vai fazer mesmo. Ele fala para eu sair da casa, mas a casa é minha, ganhei da prefeitura, porque era área de risco, quando conheci ele eu já morava ali. Estou indo à igreja, vendendo latinha, reciclados, não tenho vergonha de nada. Mas ultimamente não estou aguentando mais a rotina.*

*.... É briga constante, agressão constante. Hoje veio para jogar panela de pressão na minha cabeça. Quebrei meu vidro de remédio nas costas dele para isso não acontecer. Já tenho problema no cérebro por agressão na cabeça dela que ele fez. O alvo principal sou eu, já tenho 15 BO contra ele, mas não tenho prova. Eu não tenho celular para ter as provas, todo celular que eu tenho ele quebra. As amizades que eu arrumo com mulher por exemplo ele diz que não presta. Se eu tenho amizade com homem ele diz que eu to me prostituindo. Eu tenho uma tia que queria que eu fosse prostituta, ele sabe disso.*

*Ele não participa com nenhuma ajuda, nem na casa e nem na escola, ele quebra as coisas da casa. Minha cunhada casada com o irmão dele me pergunta o que eu estou fazendo com esse homem. Tenho dificuldade com maconha, cigarro, já fui usuária de craque, consegui parar só com SOS mulher.*

*... Não quero nada, nem pensão. Ele tá me acusando de fazer mal para os meninos, porque eu forço para ir na escola, porque não tenho dó do choro. Ele tomava o meu cartão*

*do bolsa família que está no meu nome. Ele fazia porque é louco com dinheiro, tem que estar com ele.*

- Ele controla até o dinheiro...

*Eu tenho medo disso estar mexendo com a cabeça dos meninos, e por isso eles não querem ir na escola. A menina de 6 anos fala que eu não posso deixar ele fazer isso. O de 9 anos queria vir comigo... Se não fosse o SOS mulher me falar palavras positivas, já tinha tocado fogo na minha casa. Eu ando até sem meu RG, escondo para ele não pegar.*

*Meu pai fazia a mesma coisa com sua mãe. Meu filho de 9 anos me defende da forma como eu defendia minha mãe...*

*Agora as ameaças são constantes e eu não posso ficar acreditando no diabo. Ele está pegando os filhos e dizendo que não vão porra nenhuma para a escola. E os filhos dizendo que não vão para a escola porque não estão bem, e era igualzinho o que acontecia comigo.*

*Minha mãe separou do meu pai e me abandonou com 7 anos, largou eu e meu irmão para fazer uma escolha que não tinha outra. Demorou para eu ver que não era abandono. Minha tia irmã do meu pai que adotou eu e meu irmão....*

Rosa, 61 anos:

*Sou casada há quarenta e sete anos, casei com dezesseis anos. Sou bisa, tem 6 meses minha netinha. E agora eu cansei de ser humilhada, cansei de apanhar. Cansei de tudo. Aí eu falei: tirar a minha vida eu não vou. Hoje ele não pôs a mão em mim, mas palavras dele é uma facada, tem coisas que magoam muito.*

- A senhora lembra como começou?

*Já faz uns cinco anos que eu desconfio que a mudança dele tem o envolvimento de outra pessoa. Ele mudou completamente. Ele é um excelente pai, ele se aposentou na GM, ele é um excelente avô, até então era um excelente marido, mas de uns tempos para cá mudou completamente, é só xingamento.*

*Com a minha família eu vivi até os 16 anos, casei com 16, hoje tenho sessenta e um anos. Eu levo cuspe na cara, eu apanho, levo chute, fora as palavras que doem mais.*

- O que ele fala?

*Eu falei para ele: Coloca pra mim 9,99 no celular que dá para 7 dias. Ele falou pra mim, sobe, vai na praça, desculpa não vou falar o termo que é muito feio, dê, que você consegue pra carregar seu celular, vagabunda, parasita, vai olhar carro, vai ser flanelinha.*

*Sendo que moça, eu não peço nada, tudo que eu tenho é ganhado. Minha irmã de me dá, minha mãe, meus filhos.*

*Eu saí de casa 3 vezes para deixar ele livre. Fui para casa da minha mãe e dos meus filhos. Aí ele liga: volta.. Em 2011 eu entrei com um processo porque ele me machucou, fiz corpo de delito, na hora de chegar no final do bendito processo ele veio: pelo amor de Deus, eu nunca fui processado na minha vida, eu te prometo não vou e fazer nada mais, perdão. Eu tirei. Eu não quero processo, não quero maldade para o lado dele. Só quero viver em paz, sem precisar ouvir assim: esse apartamento é meu, esse carro é meu. Eu não ligo para bem, eu quero ser feliz descalça, não tem problema. Hoje eu digo assim Deus me de força. Estou com 61 anos, tenho doença do Crom, tenho diabetes, pressão alta e agora eu to com problema cardíaco, eu não vou aguentar eu não tenho que aguentar. Agora que eu to vindo mas ele já ligou, já me ameaçou. Ele falou assim: Maria da Penha não resolve nada. É apenas um papel. Eu mato a hora que eu quiser matar. Eu faço o que eu quiser que vocês não têm proteção, a lei não faz nada para vocês.*

*Eu fui na base de Santana pedir ajuda. Fui correndo, tava chovendo, senão ele me pegava, hoje eu tive habilidade. Ele disse: procura teus direitos mas eu vou te matar, não adianta. O policial escutou. Com esse papel na mão, tudo certinho, meu filho disse: mãe, a gente quer honrar pai e mãe, eu jamais vou levantar a mão para o meu pai, ele não houve a gente. A senhora procura o primeiro passo que a senhora estando com o papel eu vou poder falar: no meu portão o senhor não entra.*

*Eu tenho 4 filhos, 1 morreu com 25 anos ajudando um amigo.*

- Foi depois desse falecimento que seu marido piorou?

*Também. Mas ele perdeu a mãe com 12 anos, ele tem 68 anos. Fez no dia das mães agora dia 12. Ele é um homem muito frio. O meu filho morreu e ele diz assim: se fosse o do meio que é o meu pescador, ta sempre junto comigo, eu ia sentir muito mais. Gente, filho não tem diferença. Eles são todos iguais. Eu não sei se é porque ele perdeu a mãe com 12 anos, apanhou muito do pai, mas ele é tipo assim eu falei, tem que ser o que eu falei. Se você falar ele não te ouve.*

- Já te passou pela cabeça separar dele?

*Já. Eu já falei: vamos separar, que dai você vive sua vida, estou notando que você mudou, então vamos separar. Ele falou: não vou separar de você, porque se eu for separar eu vou ter que dividir apartamento, dividir carro. Eu falei que não quero bem material, que eu assino na frente do juiz que eu não quero nada. Ele quebrou muita coisa lá no apartamento, ele foi jogando e foi quebrando. Eu falei que ele que ele tem um carro zero, nós temos esse*

*apartamento aqui na avenida Rui Barbosa, pague só o condomínio e deixa eu ficar aqui. Ele falou: vai para a rua, muitos moram embaixo da ponte, porque você não pode morar?*

*Eu pesava 65, eu to com 43 quilos. Eu não posso ficar com a prótese porque eu tenho que por o corega. Aí ele fica: magrela, esqueleto, você é feia. Eu olho pra ele e digo: eu tenho espelho eu sei que sou feia, não preciso de você falar.*

*Eu to arriscada sim, dele me matar. Meu sofrimento é isso, eu queria deitar. A palavra dele entra. Meus filhos falam assim: pai, eu preferia que o senhor me desse um tapa no rosto, mas não falasse as coisas que o senhor fala. Minha netinha falou vovô, não bate na vovó não por favor vovô, ela é doente. Meu filho conversou com ele, falou pai, não faz isso. Meu filho falou: pai o senhor perdeu a razão, minha mãe está doente, está com 42 quilos. Eu to trabalhando porque vocês não têm estrutura para ficar com a minha filha pai? Ele falou vai arrumar uma empregada e abaixa a voz que você está no meu apartamento. E meu filho falou: seu não, da minha mãe também. E ele falou: faça o favor de se retirar. Aí meu filho saiu chorando. A educação que a gente deu é honrar pai e mãe, então jamais eles vão falar mais alto. O meu mais velho de 46 ele já falou: mãe, se eu pudesse eu matava, se eu achasse que eu tenho esse direito eu matava para a senhora ser feliz, para a gente ser feliz; mas eu sou covarde, não vou fazer isso... A palavra última tem que ser a dele sempre. Ele não abaixa.*

- Foi depois daquele falecimento que ele começou com isso, ou ele era agressivo antes?

*Posso te falar a verdade, a gente com 16 anos é muito inocente. Eu já apanhava com 16 anos. Mas logo eu já engravidei. Então foi uma coisa assim, casei de 4 de outubro de 75, meu filho nasceu dia 17 de outubro de 75, foi muito em seguida.*

- Você achava normal ele te bater?

*Na minha mente eu achava que eu merecia. Porque na minha juventude eu com ele estava aprendendo a beber, aprendendo a fumar.*

- Como se ele estivesse te ensinando?

*Sim. Então eu bebia, eu fumava, e depois eu achava que eu apanhei porque eu mereci. Eu deixei as vezes de fazer alguma coisa que ele pediu porque eu tava bêbada, então eu tinha que apanhar mesmo.*

- Ninguém tem que apanhar. Seus pais tinham essa educação de bater?

*Minha mãe apanhou muito do meu pai, largou dele eu tinha 6 anos. Meu pai faleceu com 41 anos. Minha mãe que abandonou, quando ele começou a bater na gente também, em mim e no meu irmão que também já faleceu com 51 anos, aí ela falou: meus filhos não, eu*

*tudo bem, meus filhos não. Ela saiu e foi morar com a minha vizinha que morreu com 97 anos, e minha mãe trabalhava. Então a educação que a gente teve era da minha mãe e da minha avó. A gente não pensa, acha que é normal apanhar, viver escarrada no rosto, não é normal. Isso que o policial falou pra mim, que eu continuar nessa lavagem que ele anda fazendo a senhora nunca vai tomar atitude. Mas eu tenho medo, porque ele falou pra mim: independente eu vou te matar. A primeira coisa que vem na mente é suicidar mesmo. Mas graças a Deus, pelos meus filhos que estão aqui, meus netos, pelo meu bisneto, porque senão eu não estaria aqui, eu te juro, pelo que há de mais sagrado (chorou muito).*

*Ele assiste muito esses programas do Datena, ele acha que é normal. Ele fala: se ela morreu alguma coisa ela fez, tem que morrer mesmo. Eu não sei, eu to perdida. Minha mãe preocupada, minha irmã na prefeitura trabalhando preocupada, meu filho na Petrobras falou mãe eu vou te buscar onde você tiver, mas eu to trabalhando. Eu falei: tá bom meu filho, não fui que liguei, foi o policial. Meus filhos não concordam com isso, mas ao mesmo tempo eles têm medo também do pai. Eu tenho que fazer algo pra pelo menos me alimentar e sobreviver. E meus remédios, que eu ganho do governo, mas alguns eu tenho que comprar. Mas a minha mãe é que me da.*

- Ele nunca te deixou trabalhar?

*Nunca, mulher dele, nem pensar. Filho dele em creche, nem pensar. Você vai tomar conta. Aí eu falei pra ele: qual foi o dia que você foi trabalhar na GM com uma dobradinha na gola sua do seu uniforme? Nunca, era passadinha, não digo engomada, mas bem passadinha, você não passou vergonha não. Quem abria o portão pra você quando você chegava, e quem abria quando você saía 4 e pouco pra bater cartão 5 e pouco? Era eu. Café da manhã arrumadinho para você. Eu nunca fiz nada, nunca trabalhei.*

Emely, 37 anos:

*Assim que me separei conheci uma outra pessoa. Ele é carioca, a gente trabalhava na mesma empresa, porém eu aqui e ele lá no Rio. Eu era gerente da marca no Vale Sul e ele analista de sistemas. A gente se falava a todo momento, acabou que a gente se conheceu ficamos juntos e eu fui morar com ele. Chegando no RJ eu me deparei com a real situação da onde eu ia morar. Eu tinha uma condição de vida boa aqui e fui morar numa comunidade no RJ.*

*Descobri que estava grávida do segundo filho em 2015, e nessa época descobri que meu marido era usuário de drogas. Eu morava lá desde 2012 e isso nunca transpareceu. De*

*lá para ca foi uma luta diária para tentar tirar isso dele. A gente via que ele não queria, mas era mais forte do que ele.*

*- Como foi a descoberta?*

*Ele tinha um emprego bom na Petrobrás, um rapaz novo de vinte anos que já tinha um bom cargo e boas influências, era massom, era uma pessoa muito inteligente apesar de novo. Ele começou a dormir fora de casa, falando que era motivo de trabalho, que tinha perdido o celular. Sempre que chegava em casa ia direto para o banho, eu não entendia aquilo, achava que era dele, mas era para ajudar a passar o efeito da droga, ele ficava no banheiro duas horas fechado. Até que um dia ele chegou foi tomar banho deitou na cama e morreu. Eu estava com muita dor de cabeça e fui pegar um remédio na mochila dele. Aí eu encontrei uma quantidade muito grande de maconha e meu mundo desabou. Trinta e três anos eu nunca presenciei uma coisa daquela. Eu morava numa comunidade, mas minha vida era fora dali. Eu era gerente de loja no shopping. Dias depois foi o chá de bebê da tia dele, e naquele dia eu cheguei para ele e falei que eu descobri. Ele ficou branco, perguntou quem deu ordem para mexer nas coisas dele. Eu nunca tinha feito aquilo em três anos. Ele insistiu que não era para eu abandonar ele. A única pessoa que eu podia contar era a mãe dele, mas se eu contasse para ela que seu filho era usuário de drogas há mais de dez anos conforme ele me contou a festa ia acabar. Daí esperei a festa acabar e contei. A mãe dele não acreditou. Falou que meu filho era uma pessoa honesta, trabalhadora, estudante. Eu falei que era verdade e que agora isso explica tudo que eu não conseguia entender. As crises dele, os dias que ele sumia, os dias que ele dormia direto. A maconha tem um efeito, a cocaína tem outro, o lance e o craque tem outros, e eu via tudo isso nele. Eu sempre vi o dependente químico como uma doença, eu me vi no lugar de esposa e de ter que ajudar a tirar ele dali...*

*... Eu era casada e meu primeiro marido bebia demais. Não tinha violência, ele só não aceitava que era alcóolatra. Eu falei ou você pede ajuda ou vai embora, ele foi embora.*

*Assim que eu descobri ele foi mandado embora (ela se refere ao segundo marido, o agressor). Porque ele não conseguia trabalhar no dia seguinte que usava. Ele ficava numa favela qualquer que conseguia ficar. Daí ia para o médico, o médico encostava ele por três, quatro dias. Daí foi se aprofundando. Aconteceram coisas que só eu passando, não tenho como contar. Passei por uma depressão muito forte, emagreci trinta quilos. Eu tentei, fiz o meu possível. Era uma pessoa que passava quatro dias fora de casa e voltava parecendo um lixo. Eu ajudava.*

*- Como?*



*Eu não julgava, dava banho, acolhia. Tentava fazer com que ele se sentisse bem dentro de casa. Ele só chorava e pedia perdão. A pessoa quando chega está transtornada, chegava até sem roupa. Eu fazia ele sentir que podia voltar para a casa a qualquer momento que eu estaria ali esperando por ele. Por mais que depois eu tivesse uma crise de choro. Quando ele acordava ele pedia perdão e fazia promessas que ia parar. Mas durava uma semana.*

- Então não tinha conversa.

*Ele começou com treze anos. Ele morava nessa comunidade mesmo. Ele teve emprego bom e continuou morando lá, era pelo comodismo. Você não paga imposto, não paga conta de água, condomínio, o máximo que paga de aluguel é duzentos reais. Hoje ele tem vinte e seis anos e eu trinta e sete, quando a gente casou eu tinha trinta e ele dezenove. Já era inteligentíssimo, sempre teve empregos muito bons. Quem mora dentro de comunidade nem sempre é pobre, eu tinha tudo do bom e do melhor dentro de casa, mas eu não tinha vida, não podia ficar na rua com meus filhos.*

*Depois que eu descobri, ele passou a ter a doença do ciúmes, ficou com medo de me perder, virou uma pessoa muito possessiva. Tive que sair do meu emprego, porque senão eram muitas brigas. As agressões foram aumentando. Eu falei que não queria mais. Ele falou tudo bem, mas os meus filhos você não leva.*

*Eu tenho uma paixão por estética, e fui fazendo cursos lá, era uma maneira de sair de casa. Mesmo assim ele ia me levar e buscar. Quando a pessoa usa droga ela fica fora de si. Quando ele usava cocaína, craque, ele via coisas onde não tinha. Daí ele falava que eu não tinha voltado rápido da creche porque eu tinha encontrado algum homem. Eu tinha ficado conversado com as mães e passado na padaria para as crianças chegarem e já tomarem um café.*

*Ele, uma semana depois, retomava o dia que eu tinha demorado para chegar e falava que eu tinha encontrado com alguém. Eu já recuava porque sabia que ele ia me bater. Aí eu chamei os pais dele e contei, porque já não estava aguentando aquela situação. Quantas vezes ele chegou em casa enrolado num lençol porque estava nú e enrolavam ele. Quantas vezes eu já não saí procurando ele na rua jogado nas valas. E tinha muita agressão, eu tenho hoje duas costelas quebradas.*

-Era nas crises de ciúmes ?

*Quando não tinha, ele arranja motivo.*

*Até que um dia perguntei o que te faz ser assim, preciso entender. Ele falou que quando moravam na outra rua de aluguel ele tinha que fumar um ou dois baseados para*

*entrar em casa e aguentar minha chatice. Falava que ele ia fazer algo para comer, para ela não fazer.*

*-Que chatice?*

*Ele falou que eu era fresca. Eu era revoltada de estar morando ali, não podia sair na rua porque meu marido tinha ciúmes. Depois fui entender que não era ciúmes, era medo de eu descobrir quem ele era. Ele falou que começou a usar com mais frequência depois que o João Paulo nasceu, o primeiro filho. Ele não podia se afundar nas drogas. Ele falava que eu era muito chata, ele pisava dentro de casa e eu já vinha falando que tinha isso para comprar, contas para pagar. Eu disse que era simples, falava que não queria que eu ia embora, mas eu ia levar meus filhos.*

*- Não tinha conversa.*

*Ele sempre foi muito fechado. Ele era um moleque de dezenove anos que virou pai. Eu já tinha uma criança de seis anos, que foi embora comigo e voltou, hoje mora na casa do meu ex marido porque não se adaptou, não vai no Rio de Janeiro nem para passear.*

*As agressões eram muitas, na frente das crianças. Se eu tivesse na rua ia ser na rua. Me colocou para fora de casa várias vezes, até que a mãe dele descobria e ia me ajudar. A mãe dele largou da vida dela, entrou para a igreja, achou que assim as coisas iam melhorar, só que não.*

*Eu abri uma esmalteria para mim lá, tinha eu e mais duas funcionárias. Ele tinha que escolher quem podia trabalhar comigo, e quem eu tinha que atender. As pessoas chegam tarde na comunidade, então tinha dia que era duas horas da manhã e eu estava trabalhando. Onde eu morava tem uma facção que toma conta, o terceiro comando. Se tornou um lugar inabitável. Até que no dia da eleição, fomos votar e meu lugar não era lá. Ele falou para eu ir votar e voltar ali. Só que quando a gente chegou, dois rapazes estavam na fila. A gente não anda de mão dada, era costume deles ali, é muito diferente daqui. As pessoas não sabiam que a gente era casado. Eu casei e não usei aliança.*

*- Você tentava se aproximar na rua?*

*Sim, e ele falava que as pessoas ali não andavam de mãos dadas. Chegou uma hora que você cansa de lutar e para mim tanto faz. Minha rotina era sair para deixar as crianças na creche e voltar, eu não tinha vida, não tinha nada. Ia na esmalteria, e voltava. Por mais que eu tivesse cliente quando ele queria eu tinha que fechar. Porque ele queria sair para usar a droga dele, eu tinha que parar de trabalhar para o bonito sair para a rua.*

*Um desses dois rapazes do dia da eleição eu sabia que era o motorista da van. Eu nunca parei para conversar com ninguém, eu sabia que eu não podia. E na cabeça deles eu*

*era casada e não era para conversar comigo. Na minha cabeça, eles olharam porque pensaram se a gente era um casal. Ele entendeu que eu estava de caso com o cara. Ele perguntou se eu conhecia um dos dois. Eu falei que sim, que era o motorista da van. Ele bateu na minha testa e perguntou qual é a tua com ele. Na hora minha testa ficou roxa. Ele falou que se eu falasse o que eu tinha com ele ia me arrebentar ali mesmo. Nisso o policial chegou e perguntou o que estava acontecendo. Ele falou que não era nada que era para resolver com ela. Ele me mandou ir para casa pensar na desculpa que eu ia dar. Eu pensei que ele ia acabar comigo. Ele me deu um empurrão, eu fui para a casa. Ele voltou para a casa dois dias depois como se nada tivesse acontecido.*

*Com isso você não dorme, não come, não bebe. Eu fazia as coisas porque tinham duas crianças que dependiam de mim. Foi nisso que fui emagrecendo.*

*Depois que ele perdeu o emprego abriu uma loja de conserto de celular. Aí ele desandou de vez. Eu fechei a esmalteria e passei a atender as clientes em casa, aí ele ficou pior ainda. Ele escolhia quem eu podia atender.*

*A loja dele são vários box, numa quadra onde tem eventos, baile funk. O abençoado desse rapaz chegou e colocou o carro dentro do box dele. Ele olhou para mim e falou vamos para a casa. Eu falei nossa vamos mesmo estou com dinheiro da dona Maria para comprar açaí para ela. Ele perguntou porque eu estava olhando para lá. Eu respondi que estava olhando para a rua, eu não vi o rapaz. Ele mandou eu ir para a casa, chegando lá perguntou qual era a desculpa que eu ia dar. Saí da cozinha e fui para o quarto para deixar ele falando sozinho. Nisso ele puxou meu cabelo e começou a me bater. Aí eu falei que não vou apanhar. Sempre deixei ele me bater, ele colocava saco na minha cabeça, me desmaiava. Naquele dia eu falei que não ia apanhar, e grudei no saco dele, começou a jorrar sangue, achei que eu tinha estourado o saco dele. Mas não era, era da minha unha. Nisso ele começou a me dar socos por baixo na minha cara, e eu fiquei toda ensanguentada. O meu pequenininho até hoje fala para todo mundo que o papai tirou sangue da boca da mamãe. Ele nunca tinha tirado sangue de mim, sempre me deixava toda roxa. Ao mesmo tempo que ele me batia ele queria me lavar, ele pedia perdão, falava olha o que você fez, eu te machuquei.*

*Até que eu consegui ficar calma, ele também, e ele falou cara é melhor você ir embora. Vai embora e deixa os meus filhos. Eu falei que eu ia, mas eu levava os meus filhos. Até que eu resolvi mesmo ir embora. Resolvi olhar o facebook dele e ele estava falando com uma garota de uma festa no Vidigal, que a mulher dele ia o matar, porque estava há dias fora de casa. Naquele dia eu pensei que não precisava disso. Ele chegou, perguntou se minha boca estava melhor, e se eu não ia ficar brava. Eu falei não. Combinei com o Uber para levar*

na rodoviária. Eu tinha quarenta e nove reais na carteira, quarenta era para o Uber. Comprei passagem com o cartão da minha mãe. Todo mundo queria que eu fosse embora, mas ninguém acreditava. Ele deu ordem para todo mundo que se me visse saindo de mala era para avisar a ele. Eu não quis nem saber. Peguei roupas que eu nem imaginava que eu tinha, era roupas para doar que eu tinha separado, para você ver a situação da pessoa. Não peguei um pacote de biscoito para os meus filhos. Meus filhos me perguntando para onde a gente ia eu falei que a gente ia para a casa da bisá, para caso ele nos encontrasse no caminho falar que íamos na casa da bisá, pois se falasse que era na casa da vovó Marta ele ia falar, você vai, meus filhos ficam. Só que eu esqueci que era véspera de feriado, a avenida Brasil estava parada, perdi o ônibus por meia hora e não tinha dinheiro nenhum. Liguei para minha irmã que comprou uma nova passagem para mim, de um ônibus que só saía quatro horas depois. Eu com nove reais, meus filhos começaram a pedir as coisas, comprei uma água era quatro e cinquenta. O que me salvou foi um casal com uma criança que sentou do meu lado com um cooler cheio de lanche. A hora que o ônibus saiu ele começou a me ligar e eu não atendi. Eu carreguei a chave e ele ficou sem. Diz a minha vizinha que ele gritou a noite toda, me chamava de vagabunda para baixo. Eu só atendi no dia seguinte.

Desse dia para cá, ele nunca veio ver as crianças. Nunca mandou cinco reais para ajudar. Ligava uma vez por semana para falar com os meninos, mas estava sempre me ameaçando. Quando foi sábado por volta do meio dia quem chega aqui, ele com a mãe dele, sem me avisar. Ele pediu para levar as crianças na praça para andar de bicicleta, ele trouxe para as crianças as coisas que eu pedia, e não trouxe as minhas coisas. Eu não deixei ele sair com as crianças. Aí minha sogra me pediu, falou que as trazia cinco horas, o meu filho pediu para ir no parque do avião. Eu deixei. Onde está meus filhos hoje?

Minha advogada já tinha entrado com pedido de guarda provisória, e nisso ela entrou com urgência, e pediu para eu registrar BO. Hoje falei com meu mais velho e ele chorou no telefone, falou que queria vir para casa. Muito me admira a mãe dele sendo quem ela é ter ajudado ele a fazer isso.

Voltando para abril do ano passado, ele me bateu muito, na frente da família lá em casa. Depois de tudo isso ele aceitou que eu viesse e trouxesse as crianças. Eu voltei. Mas quinze dias depois a médica me ligou para falar que a cirurgia do meu filho tinha saído. Ninguém queria que eu voltasse, e eu voltei. Daí foi que eu fiquei presa, ele chegava, me batia, até o dia que eu consegui fugir dele. Ele falou para mim que não vai devolver, que os filhos dele são carioca e vão ficar lá. Falou para mim que eu preciso de tratamento, preciso de uma psicóloga.

*Essa noite eu consegui dormir, mas estou desde sábado aérea. Hoje acordei cinco da manhã e fui correr, mas é como se eu não tivesse feito nada, não senti, de tão extasiada que eu to.*

- Como era sua vida aqui antes?

*Muito diferente. Eu era casada, tinha amigos, meu filho, minha família, meu trabalho. Meu primeiro marido foi dono do espetinho Andrômeda. A mãe dele era chefe no shopping A, até que o shopping foi vendido para uma administradora carioca, e eu trabalhava com a minha sogra.*

- Você se doou muito na relação.

*Eu era muito nova, tinha uma condição de vida boa, estava sempre nos melhores lugares. Eu sempre quis ter todo mundo perto, você não me via sozinha em lugar nenhum. Eu estava sempre rodeada de pessoas, era bem querida. Até que eu falei para meu marido que ele estava bebendo demais, tinha virado alcoólatra. Ele quebrava minhas coisas, meu carro, o dele. Só que não tinha briga, nada, era um surto psicótico dele. Até que falei ou você para ou vai embora, ele foi embora. Foi quando conheci esse atual marido, um mês depois. Com mais um mês eu estava grávida. Para não envergonhar minha mãe eu fui embora para o Rio. Tranquei minha matrícula, a empresa não aceitava mandou nós dois embora.*

*Meus amigos hoje nem me conhecem, eu não saio, só vou para o salão e fico com meus filhos, agora retomei a faculdade. Ele não aceita, constantemente me manda mensagem e fala para eu ir embora, que meus filhos sentem falta da mãe, e o meu lugar é lá.*

- Onde você vê o seu lugar?

*Aqui. Ele joga na minha cara que eu escolhi o ap que a gente morava. Foi a mãe dele quem pagou as prestações do apartamento, e aquilo não é meu. Eu saí e deixei tudo lá, não faço questão, não saiu em centavo do meu bolso para pagar aquilo.*

- Você gosta dele ainda?

*Não, é isso que ele não entende, acabou lá atrás... Não gosto mais de tomar um banho e ir dormir com ele.*

*Tenho mensagens de sete anos de casados, não sabe porque, mas registrava tudo que acontecia e mandava para um email que ele não sabia que eu tinha. Tenho certeza de que se falar que volto para lá ele vem me buscar hoje. E se eu falar que estou namorando ele me bate e eu consigo um corpo delito. Mas não vou fazer isso.*

- Tem comportamento violento na sua família de origem?

*Nenhum. Ninguém usa droga, ninguém bebe. Sou a quarta de cinco filhos. Meu pai e irmãos são marceneiros, outros cabelereiros. A minha mãe é do lar. Minha mãe dentro de*

*casa presenciou ele dar socos na minha cara. Minha irmã faz tratamento com psicólogo pelo que ela viu eu passar. Eu sentada ele segurando meu cabelo dando socos na minha cara.*

- Ele só tem a mãe?

*Ele tem uma família muito grande, mas todos com quadro de usuários. Isso tudo foi descobrindo depois.*

- O que você espera de um casamento?

*Meu primeiro marido veio de família de comerciantes e eu fiz administração para poder trabalhar junto com eles. Eles não tinham noção da parte burocrática. Meu marido é um criança até hoje, é um moleque que gosta de carro turbinado e estar no meio do pessoal. Perderam tudo. Eu vivia como uma patricinha. Eles só viviam de imagem, status.*

*É até ridículo eu falar, mas antes eu tinha medo de passar no campo dos alemães. Hoje moraria lá numa boa. Eu saí daqui toda maquiada, com o cabelo muito bem feito, desci na rodoviária do Rio e falei, que calor é esse. Qual é a idade dessa mulher mãe dele. Aquelas mulheres não vestem roupas, andam de top e chinelo.*

*Meu sonho era conhecer a favela da rocinha. Fui morar numa comunidade ao lado do complexo do alemão. No começo quando fiquei assustada me levaram para um condomínio fechado na casa da avó dele, que era comandado pelas milícias, mas afastado. Até meu filho nascer eu vinha muito para cá para tentar me acostumar.*

- Você não disse não?

*Eu percebia, só que minha mãe deixou claro que se eu engravidei agora tenho um filho. Na minha mente minha mãe não me queria aqui. E ele dizia isso. Meu pai nunca foi lá saber onde eu morava. Meu pai gostava muito dele porque ele também é uma pessoa inteligentíssima. Minha mãe não gostava dele, porque gostava do meu ex marido. Eu não conseguia chegar para ele e falar que não queria morar lá, que queria morar em São Paulo. Eu não conseguia ficar lá e nem aqui, na casa da minha mãe era complicado, eles não me aceitavam naquela situação, se eu casei tinha que ficar com o meu marido. Até que quando meu filho nasceu eu parei de vir para cá, mas fui morar com a minha sogra porque tinha medo. Até que briguei com meu sogro e ele me expulsou de lá. Eu era revoltada de estar ali. Meus filhos sempre foram de creche, eu saía para trabalhar cedo e não vivia aquilo. Naquela época quem tomava conta era o comando vermelho, e era tranquilo. Ele ganhava muito bem e gastava tudo. A gente não se divertia e eu não sabia para onde ia o dinheiro que ele ganhava, tinha coisas boas dentro de casa, mas não tinha nem o nosso carro. Até que a dona desse apartamento o pediu, e Santa Cruz onde ele tinha um terreno era muito longe. Aí compramos o apartamento e ele me culpa disso até hoje. Foi quando o terceiro comando*

*invadiu e tomou a favela do comando vermelho. Então o que era habitável, não era mais. Eu estava levando meu pequenininho para a creche e ele batia a mão no fuzil de um. O rapaz falava po tia, cuida do menor. Eu falava que era passagem das crianças, e eles reclamavam com meu marido que eu era folgada pra caramba.*

- E como era para sua mãe você estar lá?

*Na primeira guerra que teve eu estava no telefone com minha mãe. Começou o tiroteio, eu me joguei debaixo da mesa, todo mundo gritava. Aí ela falou para eu voltar. Mas ainda assim quando eu vinha para a casa dela, ela meio que não aceita. Aí o meu irmão falou para eu ir embora.*

*Eu simplesmente falei ta, e fui aceitando. Eu não podia ir no mercado sozinha, porque na comunidade não é de uma mulher casada ir no supermercado, é o homem que faz compra.*

- Como era sua mãe quando você era criança, vocês tinham uma relação afetiva?

*Era mais com meu pai. Ele tinha uma marcearia no Sul de Minas, e chegava em casa na sexta à noite. A gente foi criado no campo, teve infância. Eu vivi. Eu vi aqueles bairros serem construídos, eu brincava na terra, eu tinha vida, eu me criei, um construí uma vida.*

*Quando engravidei falei que teriam que ir na casa da minha mãe contar para ela. Meus parentes saem do trabalho e se juntam as seis da tarde para tomar café, parece uma padaria. Eu tinha vida aqui.*

- Você teve medo deles?

*Era vergonha, não medo. Sempre foram muito perto, unidos, família. Eram a família do comercial Dorianana. Depois que aconteceu isso comigo foram descobrindo outras coisas. Uma sobrinha engravidou com treze anos. Meu irmão e a filha mais velha se identificaram gays. Todo mundo tinha medo dos meus pais, são da roça, muito conservadores.*

- Você estava querendo provar para a sua família que tinha condição de ficar lá?

*Sim. Meu marido falava para eu parar de usar essa máscara, que minha família me trata como bonequinha, que eu tenho que mostrar que sou mulher. Que eu sou chata, e aguentou tudo isso de mim, que eu tenho que me tratar.*

- Toda chatice do mundo não se compara a você achar que pode morrer todos os dias.

*Eu não durmo, lembra do assobio dele chegando em casa e não sabia como ele ia chegar, se ele ia me bater. Ele perdia a chave e assobiava. Por isso até hoje não durmo. E penso nisso, no porque precisei passar por isso. Eu tinha um sonho com o primeiro marido de conhecer o RJ e a favela, não morar ali. O RJ é bom para ir no fim de semana e ir embora no domingo. Meu cunhado que gosta de lá não precisa do RJ, de nada público. Eu precisava do hospital e da escola pública.*

Eva, 33 anos:

*Meu ex marido foi morar comigo quando eu engravidei, ele morava com a mãe. Ficamos juntos um ano. Ele me contou que bebia após já estar morando comigo, ele tinha problema com bebida e droga, pediu ajuda para isso, mas ficou agressivo toda vez que eu perguntava disso. Começou a dizer que era culpa minha, e eu foi até procurar tratamento psiquiátrico porque acreditei que estava fazendo mal a ele.*

*Ele não me agredia no começo, ele começou esfregando a cara em mim pedindo para eu bater nele. A primeira vez que fez isso foi quando eu o enfrentei pela primeira vez. Estava voltando de meu trabalho as 23h e ele estava num churrasco desde as 9h. Perguntei a ele se tinha bebido e ele disse que não. O amigo disse que sim, que estavam bebendo desde as 9h, e eu enfrentei dizendo que tinha bebido sim, e ele pediu que eu batesse nele, acho que era para ele poder bater em mim depois. Depois ele disse que não lembrava de nada e pediu desculpa. A família dele sempre acreditou nele e não em mim, acreditava na situação distorcida. A mãe dele ia tirar satisfação comigo por eu bater nele, pois era a versão que ele contava e ela acreditava.*

*Nunca contei no psiquiatra que ele usava droga, daí comecei a tomar remédio para depressão e bipolaridade.*

*... Até que um dia ele pegou uma faca e ficou me provocando para bater nele com a faca, e eu joguei a faca no chão. Eu jogava coisas nele nessas brigas, e uma vez joguei uma latinha que cortou a boca dele. Ele fez BO contra mim dizendo que eu tinha dado socos nele.*

*- Por que você passou a achar que era a culpa era sua?*

*Pode ser pelas vezes que eu revidava e jogava as coisas nele.*

*Desde que ele foi morar comigo passou a me fazer passar vergonhas, me difamava para minha família. Caí na real agora porque ele me agrediu na frente de todos os amigos dele, porque eu perguntei se ele estava usando droga.*

*Comecei a pensar então que o problema nunca fui eu. Que ele era um cara que distorcia a situação, e eu nunca tive coragem de fazer BO contra ele. Mas agora que ele fez contra mim vou fazer.*

*... Os pais dele antigamente bebiam muito. Hoje participam do grupo da igreja, o pai dele fala que faz vinte anos que ele não bebe, e a mãe dele fala que faz vinte anos que não fuma, mas fuma escondido. Então eles se defendem para um não entregar o outro.*



*O patrão dele veio me contar que eu mudei ele, que hoje ele tem cabeça erguida e consegue olhar nos olhos das pessoas, e aí eu fui ganhando força e dando chances a ele.*

*- A decisão de mudar é dele.*

*Ele não tomou. Quando ele me conheceu o carro dele e as roupas que ele usava eram todas largadas, ele tinha dívidas, e melhorou comigo.*

*Com o meu primeiro marido, eu quis separar dele e ele me ameaçou de morte depois. Eu fiz BO contra ele e ele implorou que eu tirasse porque deu problema no trabalho dele, ele queria abrir empresa. Falou que já perdeu a mulher e a filha e ia perder o trabalho. Depois me arrependi muito, porque ele conseguiu a guarda da minha filha e se tivesse esse BO podia conseguir reaver a guarda. No começo eu quis que ele ficasse com a filha porque eu não tinha para onde ir e estava com a minha segunda filha bebê. Mas depois que me estruturei poderia ter tido a filha de volta. Eu me separei porque descobri uma traição que não queria aceitar. Ele voltava para casa às seis da manhã dizendo que estava no trabalho, não participava de nada da família. A mãe dele falava que ele estava me traindo. Descobri depois que era com a estagiária dele que tinha dezessete anos. Ele gosta de mim até hoje, me pediu a pensão alimentícia sabendo que eu não podia pagar, eu quase fui presa por isso, ele me ameaçou tirar o meu nome no registro de maternidade da minha filha, tudo para falar comigo. Até que eu passei a ignorar essas ameaças e o contato entre a gente acabou.*

*Minha mãe é alcoólatra, meu tio é usuário de craque. Saí de casa com quatorze anos para morar com amigas, porque a minha mãe me batia bêbada. Aos dezessete anos meu primeiro marido que era meu namorado me convidou para morar na casa dele para me ajudar, junto com os pais dele. Depois de três anos engravidei. Quando tive minha segunda filha com outro homem estava na época da separação. Ele quis registrar essa minha filha, mas na primeira discussão que tivemos ele falou para eu calar a boca porque ia assumir essa bastarda, aí foi a gota d'água eu decidi que ia separar mesmo. Fiz o pai registrar e ele foi embora para o Nordeste, eu não queria contato porque não sabia o que ele podia fazer com ela, se ele podia levar ela para longe. Fiquei sozinha e foi a fase mais feliz da minha vida. Ele não paga pensão para não ter direito sobre ela. Ele tem cinco filhos, cada um com uma pessoa. Já veio e ficou uma semana com ela, mas não está fazendo falta. A primeira filha tem treze anos e eu a pego ela todos os finais de semana.*

*Depois minha filha que mora comigo começou a dizer que depois que este terceiro homem entrou na minha vida a vida delas ficou um inferno, e sempre moramos só as duas. Minha filha também contou que ele levou ela nuns predinhos para pegar droga. Pensei que se não luto por mim tenho que lutar pela minha filha. Ele ficou com raiva de mim e começou a*

*me tratar mal. Não me servia com as coisas que fazia em casa para os três, e dava respostas atravessadas do tipo: você tem mão vai lá e pega. Chamava minha filha de folgada, a menina de oito anos.*

*Neste último casamento ficou muito forte o seu desejo de salvar o outro.*

*Eu gosto muito de ser mãe e fico confundindo um pouco se sou mãe ou mulher. Eu falava isso para ele, que eu não sabia se era mãe dele.*

*... Hoje já nem sei mais se quero uma família. Com o primeiro marido fiquei casada oito anos.*

*Parei de tomar remédio porque o problema não sou eu. Eu só falava no psiquiatra que fico nervosa e avanço no marido, mas tive vergonha de contar tudo sobre ele. A ex dele terminou com ele por causa do uso de drogas também, e ela acabou virando sapatão.*

*Ele nunca me ajudou, eu sentia até que parecia que ele estava comigo para fazer um favor a uma mãe solteira. A família dele me chamando de manipuladora porque não queria que eu fizesse ele parar de beber. Eu era tudo de ruim e ele o anjo da família.*

Vilma, 45 anos:

*Tanta coisa para falar.. sou casada há 30 anos, tenho que contar tudo?*

- Não não, o que você quiser.

*Sou muito agredida pelo meu marido, apanho muito também, chega uma hora que não deu mais. Sábado ele pegou a faca para me matar, só não me matou por causa da minha filha de três anos, mas eu vi a morte assim... sempre eu apanhava, me deixava roxa, e ele falava pra mim que se eu dia eu procurasse me defender ele ia me matar mesmo, tou com muito medo. E a minha filha de 10 anos, é ela que eu acho que precisa de psicólogo. Ela dorme com a porta trancada, às vezes ela não consegue dormir, mas nunca teve paz na nossa casa.*

- Esses 30 anos foram assim?

*Sim, e cada vez vai ficando pior.*

- E como começou?

*A gente briga mais porque ele não quer que eu trabalhe. Eu sempre quis, mas ele queria que eu ficasse trancada. E de uns tempos desse para cá eu comecei a reagir. Por que eu tive depressão, tava a coisa ficando cada vez pior. Ele não quer que eu saia, que eu use batom, que eu arrume o cabelo, ele quer que eu fique trancada. Então aí eu comecei a ficar muito triste, minha filha me via triste e falava que vai matar ele, dez anos. Tenho uma de dez e um de vinte e sete. ... Por mim tudo bem, mas ela tá precisando muito de uma psicóloga,*

*não sei se tem de graça ali perto da minha casa.... Ele ta ameaçando direito, eu to com muito medo.*

- É a primeira vez que você vem aqui?

*É. A gente vê muito as coisas na televisão né.*

- E o que te fez ter coragem?

*É porque eu assisto e estou vendo que eu não mereço passar por tudo isso. Ele fala que eu não tenho capacidade para trabalhar, mas eu vou ter sim. E a psicóloga que me atendeu há 3 anos atrás que falou: ou você quer essa vida, ou vai ter sua filha doente para o resto da vida. Eu to fazendo por ela.*

Trinta anos, foi bastante tempo. Você vê diferença em você nesse tempo?

*Vejo que agora tem reação. Nunca teve reação em mim. Hoje eu saio sem dar satisfação para ele. Eu não faço nada de errado. Ele conversa com você ele é outra pessoa, mas dentro de casa ele é totalmente diferente. E eu me acabava, só limpando casa, arrumando roupa para ele, tantas vezes fui tomar café meia noite para deixar a casa limpa. Então, isso acabou. Eu quero viver minha vida em paz. Ele nem sabe que estou aqui.*

*Sei que ele já me traiu, ele tem uma filha de quatro anos, passa a semana fora. Aconteceu no sábado, que a gente brigamos, a gente não dorme junto já tem uns dez anos. Dei o quarto para ele e fiquei dormindo no quarto do fundo junto com a pequenininha.*

- Você saiu por medo ou pela relação?

*Foi porque eu não tinha mais nada com ele. A noite ele não me bate não, só se eu falar alguma coisa. Agora ele vai lá, mexe na porta.*

- Para bater?

*Sim, fala que vai me matar, com canivete.*

- Foi depois que você saiu do quarto que ele começou a piorar?

*Foi. E ele tem uma gaveta na cômoda, esqueceu da chave e eu fui pegar. E eu vi como se fosse um jornal ele declarando que não me amava, que só estava comigo porque eu cuidava dele e não quer dividir os bens, mas eu amo você Márcia, não é a Vilma, eu tenho nojo dela, ela não se cuida. Aquilo mexeu comigo e eu fui perguntar para ele. Aí foi quando ele pegou a faca para cima de mim. Foi quando meu filho mais velho foi chegando e entrou no meio. Daí ele soltou a casa e deu uma de bonzinho: eu não vou fazer isso com sua mãe meu filho. Meu filho foi e chamou a polícia, contou para a polícia que ele sempre fazia isso. A minha sorte é que ele deixou a chave dele dentro de casa. Aí a polícia chegou e falou para a gente vir na delegacia da mulher. E ele passa semana fora de casa, eu não tenho marido. Quando vem traz a bolsa de roupa para eu lavar, meus vizinhos vêm me falar que você não*

*merece isso. Eu quero viver minha vida sozinha com a minha filhinha, meu filho já vive a vida dele. Ele ainda ajuda o pai dele que está desempregado.*

- Quem sustenta a casa é o seu filho mais velho?

*É o meu filho, a gente falou isso para a polícia. Ele não compra nada para lá. Meu filho que paga tudo.*

*Muita gente me fala que pela sua idade não vão pegar você. Eu limpo banheiro, faço qualquer coisa, eu quero um trabalho. Meu filho vai pagar as contas dele, não a minha.*

- Então você acreditando em você.

*Firme. Porque trinta anos Marcella, o amor acaba. O amor é como se fosse uma flor, se você rega ela vai ficar bonita, mas se você não rega ela vai ficar feia não vai? Quando eu tive minha filha eu queria uma filha, mas já tinha acabado. Ele tem duas casas, tem um carro, por que ele não sai de casa? Quando eu vivo desse jeito me acabando, limpando, minha casa é grande. Eu sou mulher, sou um ser humano, não preciso dele, não vai mudar nada, ele nunca me deu nada. Então to com muita raiva dele, não quero isso. Se ele fosse uma pessoa que não me maltratasse. O pai dele batia na mãe dele, até os cunhados dele bate na mãe dele, isso é bem familiar.*

- E na sua família?

*Não, graças a Deus. Quando fui para casar com treze anos, ele foi meu primeiro namorado, meu primeiro homem. Meu pai falava para mim que não concordava com aquele casamento, e eu nem liguei. Hoje meu pai fala para mim que eu vou ter que viver o que casei. Meu filho está passando mal e o médico falou para ele que é preocupação. E eu quero que ele saia de casa, se ele tem outra casa porque ele não vai morar lá? Eu cuido dele direitinho, ele não lava uma louça para mim. Minha filha faz natação, ele ta desempregado e não leva, eu que levo.*

- E essa fala do seu pai que tem que ser assim mesmo?

*Era. Hoje não é mais. Tenho um corte na cabeça que ele que fez...*

- Ele bate em vocês duas, no menino não?

*No meu filho não, porque meu filho é bem grandão, ele não é besta.*

- É covarde?

*É covarde mesmo. Ele falou para a polícia que é porque ele está desempregado que ele faz isso. Eu falei que não, que há muito tempo que ele faz isso. Eu sempre tive um monte de roxo, agora ele está ameaçando com faca.... Eu queria que ele ficasse longe de casa, não é preso também.*